

# Relatório e Contas **2022**



#### HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzó Rua Alexandre Herculano, 38  
1269-180 Lisboa | PORTUGAL  
Capital Social: 863 278 725 euros  
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e  
Pessoa Coletiva: 501 385 932

#### REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres  
8 Finsbury Circus, EC2M 7EA  
Londres | Reino Unido  
Tel: +44 207 4569191  
Email: info.ukbranch@haitongib.com

#### PORTUGAL

Haitong Bank, S.A  
Rua Alexandre Herculano, 38  
1269 -180 Lisboa | Portugal  
Tel: + 351 21 319 69 00  
Email: info.haitongbank@haitongib.com

#### BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 8º andar  
Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo | Brasil  
Tel: + 55 11 3074 7444  
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

#### ESPAÑA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Espanha  
Paseo de la Castellana 52, 1º andar  
28046 Madrid | Espanha  
Tel: + 34 914005400  
Email: info.spainbranch@haitongib.com

#### MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Macau  
Avenida Doutor Mário Soares, 300 – 322  
Centro Financeiro e Tecnológico de Macau 20º andar, F | Macau  
Tel: +853 8290 1000  
Email: info.macaubrand@haitongib.com

#### POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsóvia  
Zlota 59th Street, 5º andar  
00-120 Varsóvia | Polónia  
(Entrada “Lumen” pela Pawła II Avenue)  
Tel: + 48 22 347 4000  
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

#### FRANÇA

Haitong Bank, S.A., Escritório de Representação de Paris  
10, Avenue Franklin Roosevelt  
75008 Paris | França  
Tel. +331 43 87 49 30  
Email: Info.paris@haitongib.com

**“Versão pdf das demonstrações financeiras. Havendo divergências entre esta versão e a versão ESEF, prevalece esta última”.**

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem Conjunta do Chairman e do CEO .....	5
Principais Indicadores Financeiros .....	7
Estrutura Organizacional .....	8
<i>Senior Management</i> .....	9
Estratégia de Negócio .....	11
Produto .....	12
Modelo de Negócio .....	12
Corporate Solutions .....	13
Mercado de Capitais .....	15
Structured Finance .....	24
Fusões e Aquisições .....	28
Fixed Income .....	33
Corporate Derivatives .....	37
Asset Management .....	39
Private Equity .....	42
Pessoas .....	44
Capital Humano .....	44
Performance Financeira .....	47
Ambiente Macroeconómico .....	47
Análise Financeira .....	51
Eventos Corporativos .....	53
Rating .....	53
Tesouraria .....	54
Gestão de Risco .....	57
Governance .....	57
Risco de Crédito .....	59
Risco de Mercado .....	64
Risco Operacional .....	66
Risco de Liquidez .....	67
Gestão de Capital .....	69
RELATÓRIO FINANCEIRO .....	71
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas .....	71
Demonstrações Financeiras Individuais e Notas às Contas .....	206

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	322
ANEXOS.....	360
Informação não Financeira e sobre Diversidade .....	361
Proposta de Aplicação de Resultados.....	364
Declaração de Conformidade .....	365
Resumo do Relatório de Autoavaliação do Conselho Fiscal.....	366
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (Contas Consolidadas e Individuais).....	369
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Contas Consolidadas) .....	378
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Contas Individuais) .....	389



## MENSAGEM CONJUNTA DO CHAIRMAN E DO CEO

*O Haitong Bank alcançou um conjunto sólido de resultados, num contexto de instabilidade que afetou o nosso negócio durante 2022. Por um lado, o longo confinamento na China impediu o progresso dos nossos negócios nessa região. Por outro lado, as ramificações da guerra levantaram obstáculos às nossas atividades quer na Europa, quer na América Latina.*

*Este enquadramento exigiu uma resposta célere no ajustamento do apetite ao risco do Banco, bem como na criação de mecanismos de proteção face a potenciais perturbações, o que explica uma primeira metade do ano relativamente lenta, seguida de uma segunda metade bastante mais dinâmica. O lucro líquido atingiu os 11,1 milhões de euros em 2022, bastante superior aos 3,6 milhões de euros obtidos em 2021.*

*O Banco expandiu igualmente a sua base de ativos em 2022, que atingiu 3,4 mil milhões de euros, 24,4% acima do ano anterior. O aumento de 670 milhões de euros, face a 2021, teve sobretudo origem nas carteiras de crédito e títulos. O Banco conseguiu aumentar o seu balanço, mantendo os indicadores de qualidade dos ativos em níveis recorde, com um rácio NPL de 1,2% e um rácio NPE de 0,5%. Além disso, não houve qualquer registo de novos incumprimentos durante o último ano que se traduziu numa imparidade de crédito bastante reduzida.*

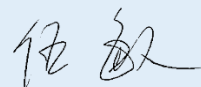
*No que respeita à Posição de Capital, o Banco manteve uma posição sólida com um rácio CET1 de 17,4% e um rácio de Capital Total de 21,8%.*

*Em paralelo com a expansão do balanço, o Haitong Bank tomou medidas adicionais para diversificar as suas fontes de financiamento, aumentando a maturidade do passivo e reduzindo o seu custo. Em 2022, o Banco lançou duas emissões obrigacionistas inaugurais, em EUR e em USD, tendo beneficiado de uma notação de investment grade através de uma*

*garantia do seu Acionista. Vamos prosseguir com esta dinâmica, de forma a melhorar a estrutura de financiamento através da inovação e transformação.*

*A resiliência do Banco neste contexto tão desafiante demonstra que o modelo de negócio está a ser bem-sucedido. A nossa situação atual é o produto de um compromisso contínuo por parte do Acionista. Resulta igualmente da contribuição do Conselho de Administração que chegará, em 2023, ao fim do seu mandato de 3 anos. Durante este mandato, o Banco consolidou a sua rentabilidade, reforçou a sua sustentabilidade e tomou medidas estratégicas como a abertura da Sucursal de Macau e do Escritório de Representação em Paris. O Banco emergiu mais forte no pós-pandemia, criando valor para o Acionista assim como opções estratégicas.*

*No ano de celebração do seu 30º aniversário, em 2023, o Haitong Bank encontra-se bem posicionado para tirar partido das oportunidades de crescimento e avançar para a próxima etapa do seu desenvolvimento em total alinhamento estratégico com o Acionista e o Grupo.*



Wu Min  
CEO



Lin Yong  
Chairman



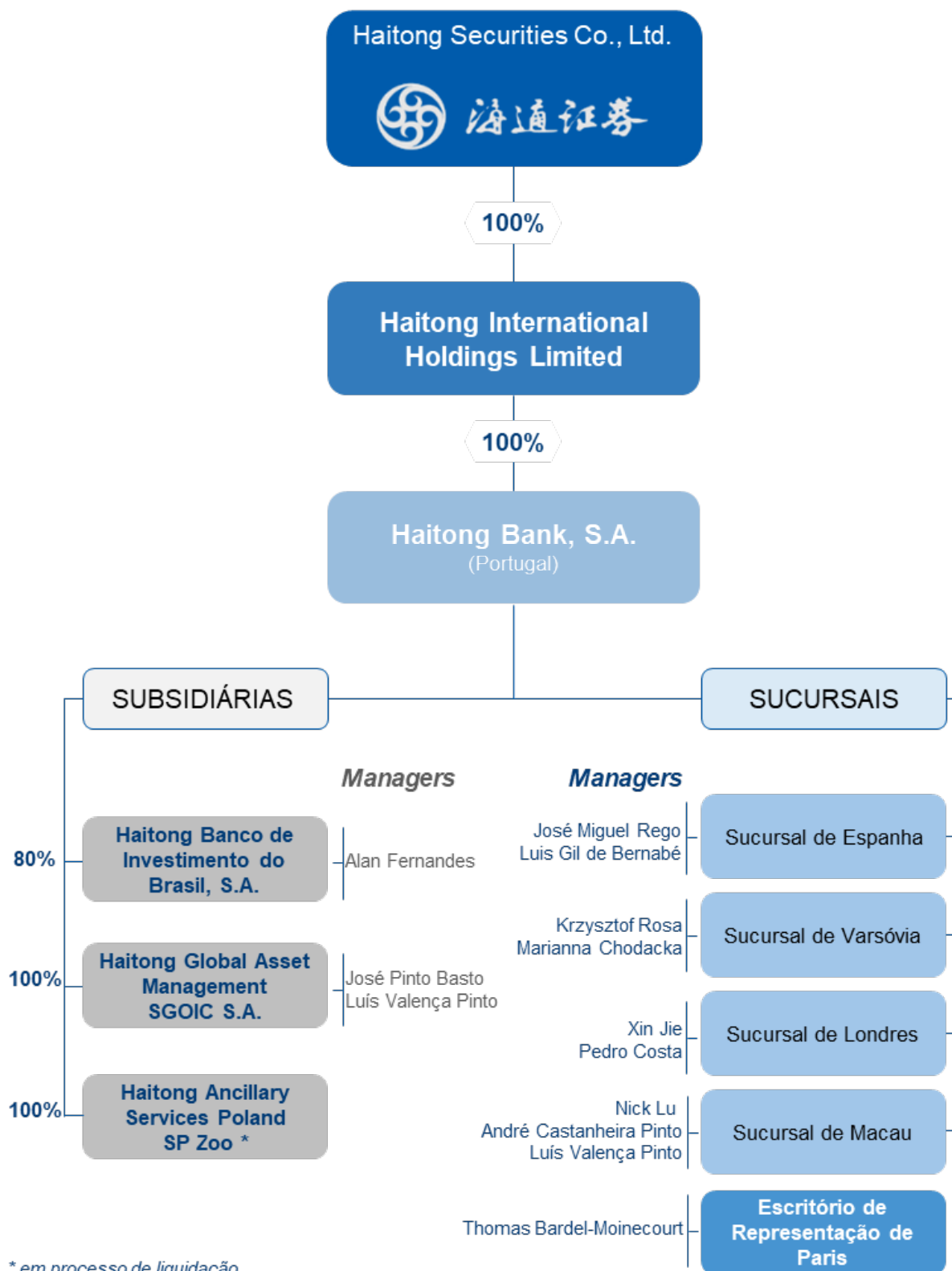
## PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	<i>(milhões de euros)</i>		
	<i>2022</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
	<i>dezembro</i>	<i>dezembro</i>	<i>dezembro</i>
<b>Balanço</b>			
Total de Ativo	3.416	2.747	2.801
Total de Passivo	2.788	2.140	2.203
Total de Capital Próprio	628	607	598
<b>Resultados</b>			
Produto Bancário	74	89	82
Custos Operacionais	-61	-60	-58
Resultado Operacional	13	29	24
Imparidades e Provisões	0	-20	-12
Resultado Líquido	11	4	2
<b>Rentabilidade</b>			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	1.8%	0.6%	0.3%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios <sup>(1)</sup>	2.1%	1.4%	1.8%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0.3%	0.1%	0.1%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio <sup>(1)</sup>	0.4%	0.3%	0.4%
Produto Bancário / Ativo líquido médio <sup>(1)</sup>	2.3%	3.3%	2.9%
<b>Eficiência</b>			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") <sup>(1)</sup>	82.9%	67.7%	71.3%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário <sup>(1)</sup>	53.5%	41.8%	41.9%
<b>Qualidade de Crédito</b>			
Carteira de Crédito (bruta)	786	632	432
Reforço de Provisões para Crédito	1	3	2
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	1.2%	2.1%	1.9%
Cobertura de crédito não produtivo	64.6%	42.1%	51.5%
<b>Solvabilidade</b>			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 ( <i>phased-in</i> )	17.4%	18.9%	22.7%
Rácio Fundos Próprios Totais ( <i>phased-in</i> )	21.8%	23.6%	28.5%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 ( <i>fully-loaded</i> )	17.3%	18.8%	22.6%
Rácio Fundos Próprios Totais ( <i>fully-loaded</i> )	21.8%	23.5%	28.4%
<b>Alavancagem</b>			
Rácio de Alavancagem ( <i>phased-in</i> )	12.2%	17.0%	15.6%
Rácio de Alavancagem ( <i>fully-loaded</i> )	12.2%	17.0%	15.5%
<b>Posição de Liquidez</b>			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	145%	142%	157%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	236%	183%	259%
Rácio de Transformação <sup>(1)</sup>	107%	63%	41%
Nº de Colaboradores	357	357	362

<sup>(1)</sup> Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instruções 23/2011)

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Através dos seus escritórios em Portugal, Espanha, Reino Unido, Polónia, Brasil, França e Macau, onde conta com uma equipa de cerca de trezentos e cinquenta profissionais, o Haitong Bank está empenhado em servir os seus clientes domésticos, corporativos e institucionais, assim como a sua base crescente de Clientes chineses.



\* em processo de liquidação

## SENIOR MANAGEMENT

### Conselho de Administração

#### Presidente do Conselho de Administração



Lin Yong

#### Presidente da Comissão Executiva e Membro Executivo do Conselho de Administração

- Tesouraria & Fixed Income
- Corporate Solutions
- CEO Office
- Recursos Humanos
- Financeiro



Wu Min

#### Membro Executivo do Conselho de Administração

- CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.



Alan Fernandes

#### Membro Executivo do Conselho de Administração

- Mercado de Capitais
- Structured Finance
- M&A
- Corporate Derivatives Desk
- Asset Management
- Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.



Miguel Guiomar

#### Membro Executivo do Conselho de Administração

- Compliance & AML-FT
- Jurídico
- Special Portfolio Management
- Informática, Online Banking, & Administrativo
- Auditoria Interna



Nuno Carvalho

#### Membro Executivo do Conselho de Administração

- Gestão de Risco
- Rating
- Operações



Vasco Câmara Martins

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



António Domingues

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Martina García

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Pan Guangtao

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Paulo Martins

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Vincent Camerlynck

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Zhang Xinjun

Senior Managers com Assento na Comissão Executiva

- Responsável pelo Departamento Financeiro



António Pacheco

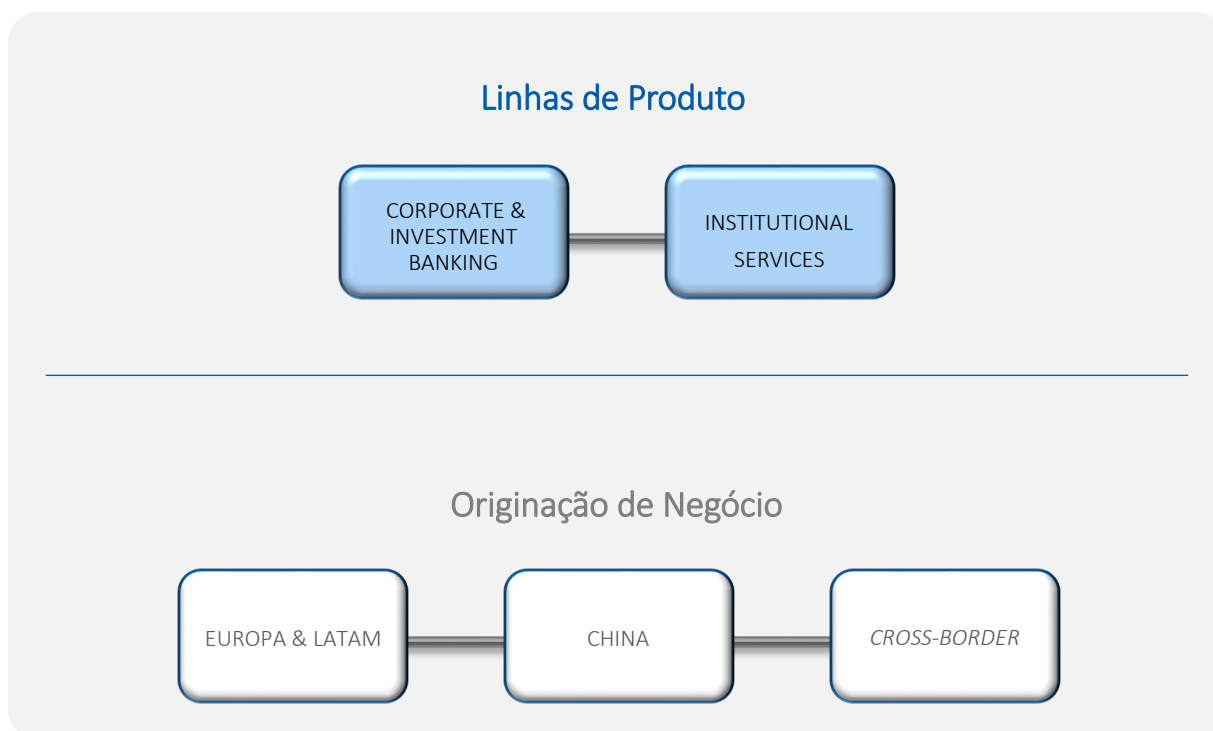
- Responsável pelo CEO Office e pela Sucursal de Londres
- Secretário da Comissão Executiva e do Conselho de Administração



Pedro Costa

## ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

A estratégia do Haitong Bank visa aproximar clientes a oportunidades de negócio através de uma vasta rede, aliando a longa experiência do Banco na Europa e América Latina com a capacidade de originação *cross-border* com um ângulo chinês.



A estratégia do Haitong Bank assenta em três pilares:

- 🌐 Franchise histórico em Portugal, Espanha, Polónia, Reino Unido e Brasil;
- 🌐 Ângulo chinês, reforçado pela Sucursal em Macau; e
- 🌐 Negócio *cross-border* entre as várias regiões e a China.



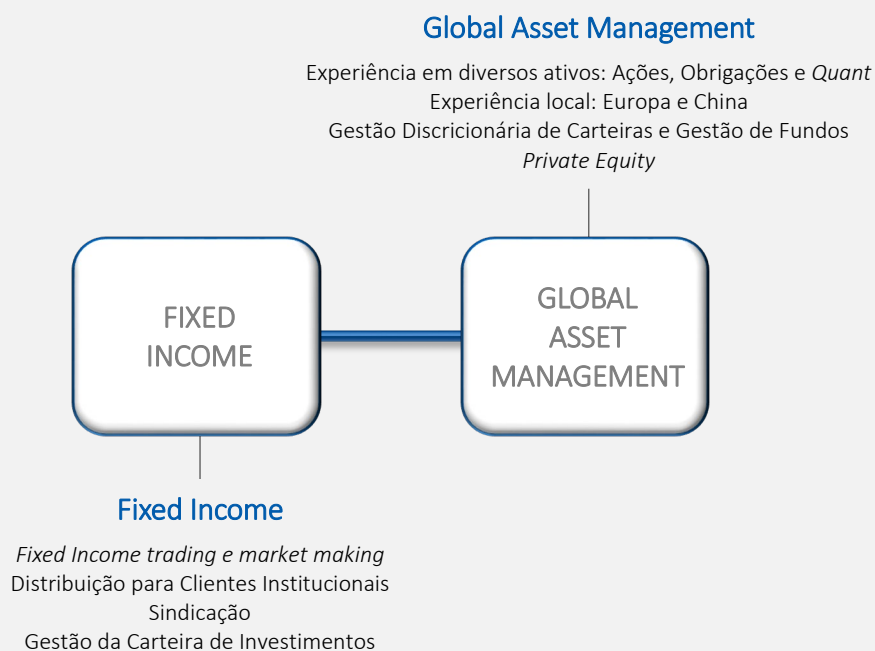
# Produto

## MODELO DE NEGÓCIO

### CORPORATE & INVESTMENT BANKING



### INSTITUTIONAL SERVICES



## CORPORATE SOLUTIONS

### Visão Geral

A Direção de Corporate Solutions é responsável pela cobertura de clientes corporativos e originação de negócio. Esta Direção trabalha com os clientes de forma a garantir a oferta das soluções corporativas e de banca de investimento mais adequadas às suas necessidades.

O ângulo chinês do Haitong Bank aliado às fortes ligações em vários mercados domésticos na Europa e América Latina, conferem-lhe um posicionamento de negócio único e diferenciado.

### Estratégia

A Direção de Corporate Solutions desempenha um papel central na estratégia do Banco, assente no crescimento sustentável da base de clientes nas várias geografias onde o Banco está presente.

### Destaques da Atividade

No geral, a atividade de clientes recuperou ao longo de 2022, não obstante o difícil contexto macroeconómico. Os *Senior Bankers* aumentaram o envolvimento com os atuais e novos clientes *corporate*, com níveis crescentes de atividade em múltiplos produtos.

Em 2022, a Equipa de Corporate Solutions operou em estrita coordenação com as várias áreas de produto do Banco, promovendo um total alinhamento estratégico entre os Clientes e estas áreas:

- ⊕ **Financiamentos Estruturados:** o Banco continuou a expandir a sua carteira de crédito, oferecendo soluções customizadas a clientes em múltiplos setores, tais como crédito colateralizado, financiamento imobiliário, *acquisition finance* e empréstimos sindicados;
- ⊕ **Mercado de Capitais:** continuação do apoio prestado na originação de transações domésticas de mercado de capitais, nomeadamente na emissão de obrigações e instrumentos de curto prazo, tais como papel comercial. Estas transações envolveram cinco moedas (EUR, USD, CNY, PLN e BRL), tendo sido realizadas na Europa, Ásia e América;
- ⊕ **Assessoria em Fusões e Aquisições:** o Banco continuou a alavancar a sua forte reputação em serviços de assessoria, com um crescimento consistente do *pipeline* de transações, tanto do lado da venda como da compra, em paralelo com oportunidades *cross-border* e transações ligadas à China;
- ⊕ **Derivados para Empresas:** o Banco alargou significativamente o número de contrapartes corporativas que procuram soluções de cobertura para diversos tipos de risco, a quem ofereceu soluções customizadas de cobertura (essencialmente de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*), juntamente com a sua reconhecida plataforma eletrónica para produtos *plain vanilla*; e
- ⊕ **Produtos de Poupança:** a Equipa de Corporate Solutions tem vindo a apoiar a distribuição dos produtos de poupança do Banco, nomeadamente depósitos a prazo para empresas e fundos de ações e de renda fixa geridos pelo Banco.

## INSIGHTS

A nossa equipa especializada assegura nas **relações com clientes** a primazia de um **ângulo chinês** único e uma **vasta experiência em mercados**



## APROXIMAR CLIENTES E PRODUTOS

### NETWORK

A nossa rede de equipas **oferece experiência local e global** que permite ajudar os clientes a atingir as suas metas e objetivos

### SOLUTIONS

Oferecemos **soluções customizadas** para dar resposta às necessidades dos clientes, independentemente da sua **dimensão, indústria** em que operam ou das suas **prioridades de negócio**

## MERCADO DE CAPITALIS

### Visão Global

A Direção de Mercado de Capitais abrange a organização, estruturação e execução de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes *corporate*, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de *Debt Capital Markets* (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *green bonds*, *sustainability-linked bonds*, *project bonds*, papel comercial e *liability management*.

A vertente de Equity Capital Markets (ECM) inclui privatizações, ofertas públicas iniciais (IPOs), aumentos de capital, OPAs e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como obrigações convertíveis para empresas.

### Estratégia

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida, mantendo uma atividade de *equity* em oportunidades pontuais.

A estratégia de negócio da área de DCM baseia-se em dois pilares principais: (i) um *franchise* histórico (emissões locais de obrigações em Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e Macau), tirando partido das capacidades locais de originação e distribuição; e (ii) emissores da China, que tiram partido da capacidade de originação do Grupo Haitong conjugada com a capacidade de tomada firme, estruturação e distribuição do Haitong Bank.

O Banco está bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* com a China, alavancando a sua participação nos últimos quatro anos em operações denominadas em euros e dólares para emitentes chineses e beneficiando ainda do acesso privilegiado do Grupo a pools de liquidez na Ásia.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- Estruturação e tomada firme de Eurobonds denominados em EUR e USD
- Emissão de obrigações para mercados locais
- Instrumentos de dívida de curto prazo
- Participação pontual em operações de *equity*



Valor do Produto Bancário

**13 M€**



Peso no Produto Bancário Total

**18%**

## O Mercado em 2022

### Debt Capital Markets (DCM)

Depois de um período marcado por uma corrida dos emitentes ao mercado de capitais, em 2022 assistiu-se ao seu afastamento dos mercados obrigacionistas globais, uma vez que a subida das taxas de juro pôs fim à era do financiamento barato. O aumento da volatilidade do mercado, resultante da inflação elevada e da perspetiva de uma eventual recessão global, em 2023, pesou igualmente nas decisões de financiamento, dificultando a atuação nos mercados primários.

De acordo com a Refinitiv, o volume global do mercado de dívida cifrou-se em 8,3 biliões de dólares em 2022, o que corresponde a uma descida homóloga de 19% e ao pior ano para a atividade de DCM desde 2019. Foram lançadas no mercado 26.625 novas ofertas em 2022, o que representa uma descida de 12% face a 2021 e ao pior registo dos últimos três anos.

O montante global de emissões de dívida *investment grade* ascendeu a 4,1 biliões de dólares em 2022, uma descida de 13% face a 2021, que representou o pior desempenho anual deste segmento desde 2019. A emissão global de dívida *high yield* registou uma queda de 80% face a 2021, para 133,2 mil milhões de dólares, o que representou o pior desempenho anual desde 2008. As ofertas de dívida *high yield* de emitentes dos Estados Unidos, do Canadá, do Reino Unido e de França representaram 76% do total de emissões em 2022, ligeiramente abaixo dos 77% registados em 2021.

O peso da dívida emitida pelos setores Financeiro, Governamental e Supranacional no total da dívida emitida em 2022 aumentou de 73% em 2021 para 78% em 2022. A emissão global de dívida, excluindo os setores Financeiro, Governamental e Supranacional, registou uma descida homóloga de 35% em 2022, para 1,8 biliões de dólares, o que representou 22% do total emitido, face a 27% em 2021.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 3,6 biliões de dólares em 2022, tendo diminuído 30% relativamente ao ano anterior. A dívida de emitentes corporativos de mercados emergentes registou uma queda homóloga de 42% em 2022, cifrando-se em 225,8 mil milhões de dólares. Do volume total de dívida corporativa emitida nos mercados emergentes, 60% teve origem na Índia, no Brasil, na Tailândia e na Malásia. As ofertas de dívida asiáticas em moeda local registaram um aumento homólogo de 4%, atingindo 3,4 biliões de dólares, o melhor desempenho anual desde que existem registos (1980).

De acordo com a Dealogic, a emissão de obrigações ESG cifrou-se em 692 mil milhões de dólares em 2022, uma descida homóloga de 21% face aos 872 mil milhões de dólares atingidos em 2021, que, no entanto, foi inferior à queda de 30% registada na oferta global do mercado obrigacionista.

Os emitentes Soberanos, Supranacionais e Agências (SSA) foram os mais ativos na emissão de obrigações ESG em 2022, captando 278 mil milhões de dólares através destes produtos, o que corresponde a 40% do montante total emitido. Os emitentes corporativos emitiram 210 mil milhões de dólares em obrigações ESG, enquanto as instituições financeiras (FIGs) emitiram 191 mil milhões de dólares. As operações ESG de titularização de ativos e créditos hipotecários perfazem o restante.

## Equity Capital Markets (ECM)

De acordo com a Refinitiv, a atividade global de emissão de *equity* recuou para 487,5 mil milhões de dólares em 2022, um decréscimo de 62% face a 2021, o pior ano desde 2003. O número de ofertas ascendeu a 4.450 em 2022, inferior em 39% ao ano anterior e o número mais baixo dos últimos 10 anos.

Os Estados Unidos representaram 17% do total de ofertas de ECM a nível global, com o seu valor a registar um decréscimo de 78% em termos homólogos. Os emitentes da China levantaram 186,7 mil milhões de dólares, o que representou um decréscimo de 43% comparativamente com 2021.

O volume global de ofertas públicas iniciais, excluindo os SPACs (*special purpose acquisition company*), ascendeu a 148,0 mil milhões de dólares em 2022, o que representa uma descida de 64% face ao ano anterior e marca o ano mais fraco para este tipo de operações desde 2016. O volume financeiro total levantado através de IPOs nas bolsas norte-americanas cifrou-se em 8 mil milhões de dólares em 2022, uma quebra homóloga de 95%, que faz deste o pior ano para novas colocações em bolsa nos EUA desde 1990. Nas bolsas chinesas, o volume de IPOs ascendeu a 71,1 mil milhões de dólares em 2022, tendo recuado 34% em termos homólogos.

O montante global de ofertas de instrumentos convertíveis totalizou 68,2 mil milhões de dólares em 2022, o que representou uma descida homóloga de 63% e o nível anual mais baixo desde 2012 e corresponde a 14% da atividade global de ECM.

O volume global de ofertas secundárias cifrou-se em 271,3 mil milhões de dólares em 2022, o que representou uma queda homóloga de 61% e marca o pior ano para a atividade de captação de capital desde 2003. Foram realizadas pouco mais de 2.800 emissões *follow-on* em 2022, uma descida de 39% face a 2021, em que se tinha registado o número anual mais elevado de ofertas secundárias desde que há registos (1980).

### Destaques da Atividade

Em **Portugal** a atividade de DCM do Haitong Bank em 2022 destacou-se pela liderança de 13 operações, tendo atuado, nomeadamente, como:

- ⌘ *Sole Global Coordinator* da emissão de obrigações da Futebol Clube do Porto – Futebol SAD através de uma oferta pública de subscrição e de uma oferta pública de troca, no montante total de 50 milhões de euros;
- ⌘ *Sole Global Coordinator* da emissão de obrigações da Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD através de uma oferta pública de subscrição no montante de 60 milhões de euros;
- ⌘ *Joint Global Coordinator* da emissão de obrigações associada a critérios de sustentabilidade da Mota-Engil, SGPS, S.A., no montante de 70 milhões de euros e prazo de 5 anos, realizada através de uma oferta pública de troca e de uma oferta pública de subscrição;
- ⌘ *Arranger e Dealer* do programa de papel comercial da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., no montante de 20 milhões de euros;
- ⌘ *Arranger e Dealer* da renovação do programa de papel comercial da Luz Saúde, S.A., que foi aumentado para o montante de 30 milhões de euros; e
- ⌘ *Manager* das emissões de obrigações do Haitong Bank no montante de 150 milhões de dólares com vencimento em 2027 e de 230 milhões de euros com vencimento em 2025, realizadas através de colocação privada e ambas garantidas pela Haitong Securities Co., Ltd..

Em janeiro de 2022, a empresa detentora da Bolsa de Valores de Lisboa anunciou os vencedores da 11ª edição dos Prémios Euronext Lisbon 2022. A emissão de obrigações associada a critérios de sustentabilidade da Mota-Engil, SGPS, S.A., no montante de 110 milhões de euros, lançada em dezembro de 2021 com um prazo de 5 anos, na qual o Haitong Bank participou como *Joint Global Coordinator*, foi distinguida com o prémio *Finance for the Future*. Esta foi a primeira emissão de obrigações com critérios ESG realizada via oferta pública por uma empresa portuguesa.

Na **Polónia**, o valor total das emissões corporativas de obrigações caiu cerca de 36% face a 2021. Excluindo uma avultada transação realizada no final de 2022 pela Cyfrowy Polsat (com liquidação prevista para janeiro de 2023), esta queda teria sido muito mais pronunciada, de cerca de 52%.

Entre as principais razões que explicam a estagnação do mercado, encontra-se o nível muito elevado das taxas de juro (taxas WIBOR acima dos 7%), por um lado, e os resgates de fundos de investimento (um dos maiores compradores de obrigações no mercado), por outro. As elevadas taxas WIBOR refletem o aumento das taxas de juro pelo Banco Nacional da Polónia a fim de conter a inflação, que tem vindo a afetar praticamente todas as economias europeias. Por sua vez, os resgates nos fundos de investimento resultam essencialmente das perdas registadas em posições em obrigações com taxa fixa.

Apesar das difíceis condições de mercado e da abordagem seletiva do Banco a potenciais emitentes, do ponto de vista do risco de crédito, a Sucursal de Varsóvia estruturou uma emissão de obrigações a 2 anos no valor de 130 milhões de zloty para a empresa Polska Grupa Farmaceutyczna, do Grupo Pelion - um dos maiores distribuidores de produtos farmacêuticos na Polónia e na Europa Central e de Leste.

A atividade de ECM na Polónia atingiu um ponto de quase total estagnação, com apenas uma nova empresa a ser lançada em bolsa. O valor dos IPOs na Bolsa de Valores de Varsóvia caiu para apenas 8 milhões de euros em 2022, que compara com perto de 2 mil milhões de euros em 2021. Quase todos os candidatos a IPOs com ofertas previstas para 2022 suspenderam ou abandonaram os seus planos devido às condições desfavoráveis no mercado de ações.

O mercado de dívida em **Espanha** não foi exceção no que respeita ao impacto global da inflação elevada, do ciclo agressivo de subida das taxas de juro e das consequências da guerra na Ucrânia, que conduziram a um significativo aumento das *yields* para os emitentes e a um elevado nível de aversão ao risco e de incerteza por parte dos investidores. Estes reorientaram as suas estratégias de investimento para uma abordagem de "fuga para a qualidade" e, conseqüentemente, o mercado *high yield* espanhol (Mercado Alternativo de Renta Fija ou MARF) viveu em 2022 o pior ano da sua história, com apenas uma emissão corporativa (Greenergy, 52 milhões de euros, a 5 anos e taxa de 4,00%, em abril), o que equivale a uma redução de 90% no volume de emissões face a 2021 (410 milhões de euros), enquanto o mercado de notas promissórias se viu limitado a prazos não superiores a 3 meses, com o montante em circulação a reduzir-se em cerca de 50%.

Em resultado deste enquadramento de mercado, o ano foi particularmente difícil para a atividade de DCM em Espanha, a qual adiou algumas emissões de obrigações para as quais o Haitong Bank tinha sido mandatado.



As principais operações de mercado de capitais em Espanha foram a colocação de diversas notas promissórias no MARF, tais como:

- ⊕ Um programa de Notas Promissórias no montante de 100 milhões de euros da Via Celere, uma empresa do setor imobiliário. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;
- ⊕ Um programa de Papel Comercial no montante de 75 milhões de euros da Tradebe, uma empresa de serviços ambientais e gestão de resíduos. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação; e
- ⊕ Um programa de Papel Comercial no montante de 30 milhões de euros da Copasa, uma empresa do setor da Construção e Infraestruturas, dedicada à prestação de serviços urbanísticos, logísticos e de energia. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação.

O mercado no **Brasil** foi marcado por dois fatores determinantes em 2022: a subida das taxas de juro, que no final do ano se situavam em 13,25%, e as eleições presidenciais. No mercado de renda fixa continuou a verificar-se uma forte procura por novas emissões, sobretudo *investment-grade*, por parte dos investidores, não obstante a subida das taxas de juro, tendo o valor total emitido ascendido a cerca de 395 mil milhões de reais em 2022 (diminuindo 8% face a 2021). As emissões de debêntures estiveram novamente em destaque, atingindo 236 mil milhões de reais em 2022, ou seja, 60% do total.

Em termos da repartição dos ativos, os principais detentores continuam a ser os bancos que coordenam as emissões, fundos de investimento e fundos de pensões.

O Haitong Brasil atuou como *Sole Bookrunner* na colocação da seguinte operação:

- ⊕ Titularização local de ativos imobiliários (“CRI”) da Embraed, no valor de 50 milhões de reais e com prazo de 4 anos, inteiramente vendidos a investidores.

Na **China**, o Haitong Bank continuou a encaminhar emitentes Chineses para os mercados internacionais, através de colocações privadas e públicas (em euros, dólares e renmimbi), tendo participado em 39 emissões, no montante agregado de 5,9 mil milhões de dólares, 6,65 mil milhões de renmimbi e 280 milhões de euros.

É de salientar a atuação da equipa de DCM *cross-border* como *Joint Global Coordinator*, *Joint Lead Manager* e *Joint Bookrunner* nas seguintes operações, entre outras:

- ⊕ Reabertura da emissão de obrigações do Chengdu Jingkai Guotou Investment Group Co., Ltd., com uma taxa de 5,3% e vencimento em 2024, na sequência da forte apetência demonstrada pelos investidores, que subscreveram 200 milhões de dólares, elevando assim o montante total em circulação para 500 milhões de dólares; e
- ⊕ Emissão de obrigações do Zhengzhou Airport Economy Zone Xinggang Investment Group Co., Ltd., no montante de 200 milhões de dólares, com uma taxa de 4,7% e vencimento em 2025.

A Sucursal de **Macau** do Haitong Bank liderou 13 operações cotadas na ChongWa (Macao) Financial Asset Exchange CO., Ltd (MOX) e participou em 5 emissões de *green bonds*, o que demonstra o esforço empreendido pelo Haitong Bank na promoção do desenvolvimento de uma indústria financeira moderna e de projetos de financiamento verde em Macau.


A base de clientes da Sucursal de Macau é composta essencialmente por veículos de financiamento do governo local (LGFV), tendo o Haitong Bank participado também na emissão de obrigações soberanas e em emissões de obrigações na Zona Franca de Xangai (FTZ), atuando nomeadamente como:

- ⊕ *Joint Lead Manager e Joint Bookrunner* na emissão de obrigações soberanas, no montante de 3 mil milhões de RMB, realizada pelo Ministério das Finanças (MF) da China em Macau, em setembro de 2022. Tratou-se da segunda emissão de obrigações offshore em yuan realizada em Macau pelo MF chinês, tendo consistido em duas tranches (2 mil milhões de RMB, com prazo de dois anos e taxa de 2,2% e mil milhões de RMB, com prazo de três anos e taxa de 2,28%). Esta foi ainda a primeira emissão de obrigações soberanas liquidada na Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau (MCSD). A Sucursal de Macau atuou como um dos *Joint Lead Managers* desta emissão soberana, alargando o leque de investidores, nomeadamente com investidores europeus; e
- ⊕ *Joint Global Coordinator* na emissão de obrigações em duas tranches (uma no montante de mil milhões de RMB, a 3 anos e com uma taxa de 2,98% e outra de 50 milhões de euros, prazo de 366 dias e taxa de 3%) da Lingang Wings Inc., garantida pela Shanghai Lingang Economic Development (Group) Co., Ltd., que foi a primeira emissão de *green bonds* em duas moedas realizada na *free trade zone*. A equipa de DCM da Sucursal de Macau participou, no total, em 5 emissões de obrigações FTZ, no valor agregado de 2,7 mil milhões de RMB e 50 milhões de euros.

Adicionalmente, a Equipa de DCM da Sucursal de Macau apoiou o Haitong Bank na emissão de obrigações no valor de 150 milhões de dólares e com prazo de 5 anos, garantidas pela Haitong Securities Co., Ltd.. O preço das obrigações foi fixado em US Treasuries + 116,6 pontos base, o que foi considerado um nível competitivo dadas as condições de mercado aquando da emissão. Esta transação de referência evidencia um segmento do mercado de obrigações de entidades sino-europeias para investidores asiáticos, mostrando que o mercado asiático está aberto a transações de emitentes europeus, que apresentem ligações à Ásia.

A Sucursal de Macau continuará a captar os fluxos de negócios na Greater Bay Area, tirando partido da presença mundial do Haitong e do seu profundo conhecimento do mercado chinês para reforçar a sua presença no negócio de obrigações offshore de emitentes chineses, e, em particular, de LGFV (veículos de financiamento da administração local).


SOE CHINA



THE CENTRAL PEOPLE'S GOVERNMENT  
OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

*Dual-tranche*  
¥ 1,000,000,000 2.2% Bonds due 2024  
¥ 2,000,000,000 2.28% Bonds due 2025

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner  
2022



SOE CHINA



CEDSI  
经开国投  
CHENGDU JINGKAI GUOTOU INVESTMENT GROUP CO., LTD.  
成都经开国投集团有限公司


*Reopening of the 5.3% Bonds due 2024, in the amount of US\$200,000,000*

**US\$ 500.000.000**

Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager,  
Joint Bookrunner  
2022



BANCA & SEGUROS PORTUGAL



*Fixed Rate Senior Guaranteed Notes due 2027*

**US\$ 150.000.000**

Manager  
2022



DESPORTO & ENTRETENIMENTO PORTUGAL



BENFICASAD

Oferta Pública de Subscrição de Obrigações

**€ 60.000.000**

Sole Global Coordinator  
2022



PRÉMIO




*Finance for the Future*

Sustainability-linked Bonds  
€110,000,000  
2021-2026

Joint Global Coordinator  
2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO BRASIL



Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

**R\$ 50.000.000**

Sole Lead Bookrunner  
2022



SOE CHINA




JZBD


*3.20% Bonds due 2025*

**US\$ 300.000.000**

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner  
2022




DESPORTO & ENTRETENIMENTO PORTUGAL



*Public Bond and Exchange Offer*

**€ 50.000.000**

Sole Global Coordinator  
2022



SOE CHINA



赣州城投集团  
Ganzhou Urban Investment Group

*6.00 % Sustainable Bonds due 2025*

**US\$ 250.000.000**

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner  
2022



SOE CHINA



**LINGANG GROUP**

*Dual-tranche Green Bonds*  
 ¥ 1,000,000,000 2.98% due 2025  
 € 50,000,000 3.00% due 2023

*Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager,  
 Joint Bookrunner*

2022



SAÚDE POLÓNIA



**PGF**

Emissão de Obrigações

**PLN 130.000.000**

*Global Arranger*

2022



SOE CHINA


**XI HAI AN 2019 LIMITED**  
 With the Benefit of a Keepwell Deed provided by  
  
**GDHF**  
 Backed by SBLC issued by  
 Evergrowing Bank Co., Ltd Qingdao Branch

*4.5% Bonds due 2025*

**¥ 1.330.000.000**

*Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager,  
 Joint Bookrunner*

2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



**vía celeré**  
 Casas que innovan tu vida

Programa de Papel Comercial

**€ 100.000.000**

*Dealer*

2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



**COPASA**

Programa de Papel Comercial

**€ 30.000.000**

*Dealer*

2022



SAÚDE PORTUGAL



**LUZ SAÚDE**

Programa de Papel Comercial

**€ 30.000.000**

*Arranger, Dealer*

2022



### *Perspetivas para 2023*

Após um longo período em que o mercado de emissão de obrigações era suportado pela compra destes títulos por parte dos bancos centrais e por taxas de juro baixas, subitamente, em 2022, os mercados de dívida tornaram-se mais incertos, à medida que as taxas de juro e as *yields* aumentavam em resposta a uma série de choques macroeconómicos e geopolíticos, como o aumento da inflação em parte devida aos efeitos da invasão da Ucrânia.

Ao avançarmos para 2023, o ambiente macroeconómico continuará a ser desafiante, sendo mais provável uma ligeira recessão ou estagflação em certas economias. Se não se verificarem outros fatores económicos imprevistos e à medida que a inflação começar a moderar, as condições do mercado e o sentimento dos investidores tenderão a melhorar, abrindo uma janela de oportunidade para a emissão de obrigações.

Para além da influência das políticas dos bancos centrais, uma tendência que irá persistir em 2023 é a importância do financiamento com critérios ambientais, sociais e de governo (ESG). A acrescentar à oferta prevista de obrigações corporativas ESG em 2023, um número cada vez maior de emitentes tem vindo a anunciar que está a converter o seu programa de emissão de obrigações para emissões que cumprem com os critérios ESG.

No que diz respeito aos mercados de ECM, espera-se uma participação mais ativa dos investidores no mercado na sequência de um comportamento da inflação melhor do que o esperado nos EUA e que persista durante 2023, e que o ciclo global de subida dos juros atinja o seu pico durante o 1º semestre de 2023, reforçando as oportunidades de operações no mercado de ECM ao longo deste ano.

## STRUCTURED FINANCE

### Visão Global

Com um âmbito geográfico global, um vasto historial e uma larga experiência nas áreas de *project finance*, *acquisition finance* e outras operações de crédito, a Direção de Structured Finance desenvolve e oferece aos seus clientes as seguintes soluções de financiamento e serviços:

- ⊕ Estruturação, organização, montagem e tomada firme de operações de financiamento – sobretudo focadas em transações de financiamentos estruturados e com ângulo chinês, incluindo *acquisition finance* e *project finance*, nos setores de imobiliário, infraestruturas e energia;
- ⊕ Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project finance* (“Project Bonds”);
- ⊕ Serviços de assessoria financeira;
- ⊕ Serviços de agenciamento – gestão da carteira de crédito e organização; e
- ⊕ Garantias bancárias.

### Estratégia

A estratégia da área de Structured Finance do Haitong Bank assenta no potencial de originação de novos negócios relacionados com a China, bem como no posicionamento local do Banco e nas suas capacidades de execução na Europa e na América Latina.

Tirando partido da experiência do Haitong Bank na atividade de *project finance* e no setor das infraestruturas, têm merecido particular atenção as oportunidades de negócio de natureza *cross-border*, em coordenação com o Grupo Haitong e outros investidores.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- *Asset Finance*
- *Project finance / Project bonds*
- *Acquisition finance*
- Crédito a empresas / Financiamentos intercalares
- Garantias bancárias



Valor do Produto Bancário

**21 M€**



Peso no Produto Bancário Total

**29%**

## *Destaques da Atividade*

Embora o impacto da pandemia de COVID-19 tenha vindo a desvanecer-se ao longo do ano, a guerra na Ucrânia e a persistente tendência inflacionista vieram impor novos desafios à economia global em 2022.

Neste ambiente marcado por incertezas a nível económico, a atividade de Structured Finance do Haitong Bank mostrou-se bastante dinâmica e registou um desempenho global positivo, tanto em termos do crescimento do produto bancário, como do volume de crédito.

Este dinamismo manteve-se particularmente forte no sector imobiliário, que continuou a apresentar um volume considerável de oportunidades de negócio, especialmente nos setores hoteleiro e residencial, mas também no setor da energia, que não foi particularmente afetado pela pandemia e que se manteve ativo no contexto da atual crise energética. Durante o ano, foram concluídas com êxito diversas transações em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, graças à boa coordenação dos esforços comerciais e ao foco em transações de valor acrescentado, tanto para o Banco, como para os seus clientes. Adicionalmente, foram aprovadas internamente várias transações, que se encontram em fase de execução e têm conclusão prevista em 2023.

Com a abertura da Sucursal de Macau e a gradual entrada em funções da respetiva equipa, o negócio relacionado com a China tornou-se mais dinâmico, tendo sido aprovada uma operação relacionada com uma empresa líder em *carrier-neutral data centers*, um setor em franco crescimento na China continental e no Sudeste Asiático. Adicionalmente, existem diversas operações em pipeline, nomeadamente nos setores do *oil & gas*, imobiliário comercial e empresas de Internet.

Na Europa, os setores imobiliário, industrial e da energia têm merecido especial atenção por parte da Equipa, sobretudo na vertente de crédito a empresas, tendo sido analisadas diversas oportunidades de financiamento. Como exemplos desta abordagem, destacam-se os financiamentos concedidos para a aquisição de um hotel com uma localização litoral privilegiada e de um empreendimento imobiliário topo de gama de uso misto, ambos na zona de Lisboa, assim como de uma unidade de produção de componentes para o sector da aviação em Espanha. Na Europa, a atividade foi igualmente marcada pela conclusão de duas novas transações, originadas no Reino Unido e em França, para um *portfolio* internacional de terminais de armazenamento de combustíveis líquidos no setor do *oil & gas* e para um importante fornecedor de sistemas globais de tecnologia para a indústria automóvel, com sede na Alemanha. Também se verificou um desempenho muito positivo na Polónia, onde foram concluídas 4 novas operações, nos sectores das telecomunicações, *oil & gas* e imobiliário.

No Brasil, a atividade de Structured Finance teve um desempenho muito positivo em 2022, com a conclusão de diversas transações, num total de cerca de 450 milhões de reais, sobretudo nos setores do agronegócio e da energia.

Esta área de produto manteve como uma das suas atividades mais importantes a gestão dinâmica e criteriosa da carteira de crédito existente e dos serviços de agenciamento, quer do ponto de vista de risco, como de retorno.

Em geral, na atividade de Structured Finance, o Banco continua a posicionar-se como um provedor de soluções aos seus clientes, desenhadas através de uma abordagem flexível e construtiva, focada em transações de valor acrescentado.



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO      BRASIL / PORTUGAL



Facilidade de Dívida Senior

**€ 18.500.000**

Mandated Lead Arranger  
2022



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO      E.U.A., REINO UNIDO / PORTUGAL



Facilidade de dívida sénior para o desenvolvimento de projeto imobiliário em Lisboa

**€ 60.000.000**

Mandated Lead Arranger  
2022



TRANSPORTES & INFRAESTRUTURA      ESPANHA



Loan facility

**€ 9.000.000**

Arranger, Lender  
2022



ENERGIA      BRASIL




Financiamento

**R\$ 70.000.000**

Lender  
2022




PETRÓLEO & GÁS      POLÓNIA



Syndicated Loan Facility

**PLN 320.000.000**

Lender  
2022



### *Perspetivas para 2023*

Apesar do aumento dos riscos económico e inflacionista, as perspetivas da área de Structured Finance para 2023 mantêm-se positivas, tendo em conta o forte pipeline de negócios em diversas geografias e sectores.

A abertura da Sucursal de Macau e a presença em França alargaram a cobertura geográfica do Haitong Bank e reforçaram o acesso a oportunidades de negócio em mercados com grande potencial para a atividade de Structured Finance.

Tendo por base uma forte especialização e um longo historial em atividades de financiamentos estruturados, juntamente com uma consolidada presença internacional, o foco será mantido em operações de valor acrescentado, tanto para o Banco, como para os seus clientes. Sendo um dos produtos-chave na gama de serviços financeiros que o Banco oferece aos seus clientes, a Divisão de Structured Finance do Haitong Bank pretende continuar a crescer de forma equilibrada e em consonância com o enquadramento de risco definido pelo Banco, tendo em vista a construção de uma carteira de crédito saudável e que proporcione uma fonte estável de receitas.

## FUSÕES E AQUISIÇÕES

### Visão Global

A Direção de Fusões e Aquisições do Haitong Bank presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade. A dinâmica desta Divisão baseia-se numa equipa de profissionais com elevada experiência, numa forte rede de contactos e num longo historial de execução de operações em diversas geografias. A Equipa de M&A apoia empresas chinesas na implementação da sua estratégia de internacionalização na Europa e na América Latina.

### Estratégia

Num ambiente cada vez mais competitivo, a atividade de M&A do Haitong Bank tem vindo a expandir-se cada vez mais para além-fronteiras. Neste contexto, o Banco tem vindo a alargar o seu âmbito geográfico para poder prestar estes serviços a uma escala mais global e integrada.

Nesse sentido, em 2022, as Direções locais de Fusões e Aquisições em Portugal e Espanha foram extintas e foi criada uma nova direção, chamada “Sino-EU M&A Department”, que é responsável por todas as operações de M&A do Haitong Bank entre a China e a Zona Euro.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- Assessoria *sell-side* e *buy-side*
- Avaliações
- Estudos de Viabilidade e Reestruturações



Valor do Produto  
Bancário

**15 M€**



Peso no Produto  
Bancário Total

**20%**

## O Mercado em 2022

Em 2022, os valores da atividade global de M&A ficaram aquém dos picos alcançados em 2021, em linha com o arrefecimento previsto da atividade. Em termos de valor das operações concluídas, registou-se uma pequena descida homóloga de 3%, para 3,3 biliões de euros, de acordo com dados do Mergermarket. Apesar dos enormes constrangimentos geopolíticos e financeiros decorrentes de múltiplos fatores, tais como as crescentes tensões geopolíticas, o abrandamento do crescimento, as persistentes pressões inflacionistas, a subida das taxas de juro e as perturbações nas cadeias de abastecimentos, a atividade mostrou-se resiliente, sobretudo na primeira metade de 2022.

O clima de negócios na Europa, e nomeadamente na Península Ibérica, não refletiu a tendência global, tendo a Europa registado um aumento de 13% no valor das transações concluídas, que atingiu 1,1 biliões de euros. Na Península Ibérica, o valor das transações concluídas alcançou 57 mil milhões de euros, correspondente a 1.174 transações, o que representou uma subida de 31% face a 2021.

No mercado de M&A da Polónia, foram concluídas 169 transações em 2022 (subida homóloga de +11,2%), tendo o valor das transações concluídas atingido cerca de 11,3 mil milhões de euros. O setor da energia destacou-se, representando 14,2% do total de transações concluídas em 2022, seguido do setor dos cuidados de saúde, com 10,1%, e do de software informático com 7,7%.

No mercado de M&A do Reino Unido foram concluídas 2.010 transações em 2022 (uma descida homóloga de 13%), com o valor das transações concluídas a cifrar-se em cerca de 224 mil milhões de euros (-27% face a 2021).

No mercado de M&A do Brasil foram concluídas 1.752 transações em 2022 (descida homóloga de 7,8%). O valor das transações concluídas ascende a 81,0 mil milhões de euros (440,4 mil milhões de reais, uma descida homóloga de 39,9% nesta moeda).

## Destaques da Atividade

Na **Península Ibérica**, o Haitong Bank manteve uma intensa atividade no mercado de M&A, tendo participado diretamente numa operação de referência no setor organizado dos serviços alimentares. A Equipa prestou ainda assessoria financeira em diversas operações locais de relevo, tendo concluído com êxito quatro transações, a seguir descritas:

- 🌐 O Haitong Bank assessorou o Grupo Ibersol na venda dos seus 159 restaurantes Burger King na Península Ibérica à Restaurant Brands Iberia ("RBI") e ao seu principal acionista, a Cinven, por 260 milhões de euros. O negócio - uma transação histórica para este setor na Península Ibérica - envolveu a aquisição de 121 restaurantes Burger King em Portugal e 38 em Espanha. A Ibersol é uma das principais empresas de restauração casual na Península Ibérica e a RBI é o maior operador Burger King nesta região, detendo os direitos de master *franchise* da marca Burger King para Espanha e Portugal;
- 🌐 O Haitong Bank assessorou a Sonae Capital na venda de uma participação de 80% numa central de cogeração de biomassa em Portugal ao SDCL Energy Efficiency Income Trust (SEEIT). A central gera calor e energia a partir de biomassa de fontes sustentáveis e fornece calor localmente a uma instalação industrial que fabrica painéis de fibras de média densidade ("MDF") detida pela Sonae Arauco PT ("SAPT");

- ⊕ O Haitong Bank assessorou os acionistas da Cirelius, S.A. na alienação desta empresa, que se dedica à venda e distribuição ao mercado B2B de soluções de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (HVAC) para a construção residencial; e
- ⊕ Relativamente à venda da Tecnatom, assinada em 2021, o Haitong Bank continuou em 2022 a prestar serviços aos vendedores (Iberdrola e Naturgy), tendo em vista a conclusão bem-sucedida da transação no 1º trimestre de 2023.

O Haitong Bank prestou ainda os seguintes serviços de assessoria:

- ⊕ à Aquaplus, na venda de uma central solar fotovoltaica já em funcionamento localizada em Cuenca (Espanha) à Sonnedix, um Produtor Internacional de Energias Renováveis. A Aquaplus é um grupo industrial familiar com diversos investimentos em ativos de energias renováveis e em concessões. A transação foi assinada em dezembro de 2022, estando a sua conclusão sujeita às habituais aprovações; e
- ⊕ aos acionistas da Cargacoches, no aumento de capital da Acciona Generación Renovable, diretamente relacionado com o aumento de capital e venda de uma participação maioritária na Cargacoches, em que a Equipa de M&A do Banco tinha também assessorado os acionistas, em 2021. A Cargacoches é uma operadora espanhola de infraestruturas para veículos elétricos ("VE") que pretendia encontrar um investidor para desenvolver uma Rede Independente de Infraestruturas de Carregamento de VE líder em Espanha.

No **Reino Unido**, não obstante o clima adverso a nível político, a Equipa de M&A prestou assessoria a diversos clientes empresariais chineses em mandatos de M&A *cross-border*, essencialmente nos sectores industrial e tecnológico. A Equipa tem vindo a explorar ideias de M&A relacionadas com a China, juntamente com algumas empresas britânicas de *private equity*, e tem trabalhando em estreita colaboração com as equipas de M&A na China, Polónia e Portugal em vários projetos de M&A e de angariação de fundos. No mercado doméstico, a equipa de M&A do Reino Unido prestou assessoria a uma gestora de fundos na captação de 50 milhões de libras de um investidor institucional para a sua estratégia de Fundos de Investimento Alternativo. A Equipa foi ainda mandatada para assessorar uma empresa de Serviços Profissionais sobre uma angariação de fundos de 200 milhões de libras por parte de um investidor institucional. Ambas as transações têm conclusão prevista para 2023.

Na **Polónia**, a Equipa de M&A prestou assessoria à NexoTech, uma empresa polaca de prestação de serviços de manutenção e desenvolvimento de redes de banda larga de fibra ótica, na venda de 100% das suas ações à SPIE SA, uma empresa francesa do setor dos serviços industriais.

No **Brasil**, a atividade de assessoria em M&A passou por um período de ajustamentos em 2022, durante o qual foi contratada uma equipa profissional com sólida experiência em negociar com empresas públicas e investidores chineses. 2022 foi, assim, um ano de construção de pipeline para a atividade de fusões e aquisições do Banco no Brasil. A Equipa obteve quatro mandatos, três dos quais de *sell-side* e um *buy-side*, sendo que num dos casos o cliente era um grupo brasileiro e noutra uma sociedade gestora de fundos de infraestruturas de renome mundial. Isto confirma que o mercado brasileiro percebeu rapidamente que, embora o Haitong tenha uma vantagem no que diz respeito às empresas públicas chinesas, o seu papel não se limita a apoiar estas empresas em transações de *buy-side*.

### *Perspetivas para 2023*

Apesar de um contexto difícil e que aponta para um abrandamento da atividade de M&A, com os potenciais compradores a reforçar a sua avaliação do risco e com o fim de uma era de financiamento barato das operações, as Equipas de M&A do Banco mantêm o otimismo relativamente a 2023, com base num sólido pipeline de projetos em curso nas diferentes regiões onde está presente. A longo prazo, as Equipas acreditam que as perspetivas para a atividade de M&A continuam a ser promissoras, com os setores impulsionadores do crescimento, tais como a transformação digital e os cuidados de saúde, e também as preocupações ESG, a continuarem a incentivar as empresas com maior liquidez a realizar mais aquisições.

Na Península Ibérica, como esperado, as perspetivas são mistas, beneficiando, por um lado, de um número elevado de transações com conclusão prevista, embora por outro a atividade dos investidores esteja focada na preservação dos capitais próprios.

No Reino Unido, a Equipa está concentrada em completar alguns projetos locais, bem como em trabalhar alguns projetos em pipeline com as equipas de Lisboa e da China. De um modo geral, a Equipa de M&A do Reino Unido prevê que as empresas britânicas sejam mais propensas a analisar desinvestimentos e que as empresas chinesas sejam mais propensas a analisar projetos transfronteiriços no 2º semestre de 2023, no pressuposto de que o ambiente macroeconómico e os mercados de financiamento se tornem mais flexíveis. A Equipa também espera que a flexibilização nos requisitos de testes COVID da China possa servir como catalisador para gerar mais viagens internacionais e desencadear análises mais profundas quanto ao investimento *cross-border*.

Na Polónia, a situação macroeconómica, e nomeadamente as perspetivas para o mercado de fusões e aquisições, deverão começar de novo a melhorar novamente na segunda metade de 2023. A Equipa polaca de M&A está atualmente a trabalhar num sólido pipeline de projetos com uma elevada probabilidade de execução, nos sectores industrial, do lazer e dos serviços.

No Brasil, o objetivo é concluir o reforço da Equipa de M&A, aumentar o número de mandatos em execução e reforçar a perceção do mercado local de que Haitong é o ponto de entrada certo, e o único, para os investidores chineses, uma vez que é o único banco de investimento chinês a operar na América Latina.

CONSUMO & RETALHO ESPANHA, PORTUGAL



Venda dos restaurantes Burger King operados pela Ibersol à Restaurant Brands Iberia

**€ 259.700.000**

*Financial Adviser*  
2022




ENERGIA PORTUGAL


**SONAE CAPITAL**

Venda de 80% da SIAF (Central de Cogeração a Biomassa) ao SDCL Energy Efficiency Income Trust

*Financial Adviser*  
2022



CONSUMO & RETALHO PORTUGAL



Venda de 100% da Cirelius S.A. à Arbonia AG

*Financial Adviser*  
2022




ENERGIA ESPANHA



Assessoria Financeira à Iberdrola e Naturgy na venda da participação na Tecnatom

*Financial Adviser*  
2022



ENERGIA ESPANHA

**AQUAPLUS**

Venda de parque solar com capacidade de 3MW em Espanha pela Aquaplus à Sonnedix España (Conclusão Pendente)

**€ 14.498.000**

*Financial Adviser*  
2022



TELECOMS, MEDIA & IT POLÓNIA




Aquisição de 100% das ações

*Financial Adviser*  
2022





## FIXED INCOME

### Visão Global

A atividade da Direção de Fixed Income do Haitong Bank inclui a gestão de carteiras de investimento e *trading*, funcionando também como uma “fábrica de produtos” e plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivados OTC. A Equipa disponibiliza a sua sólida experiência nos mercados locais e globais funcionando como uma plataforma internacional, capturando os fluxos de negócio entre diferentes clientes nas diferentes regiões, mantendo-se como um *player* de relevo nos mercados domésticos nos quais o Banco está presente.

As áreas de atuação de Fixed Income permitem adquirir uma grande experiência nos mercados alvo e garantir uma forte capacidade de distribuição dos produtos de dívida junto de uma base internacional de clientes institucionais.

A Direção de Fixed Income está presente em Portugal, Espanha, Polónia, Macau e Brasil, sendo responsável pela gestão da Carteira de Investimentos do Haitong Bank, assim como pelo *Trading/Flow*, Distribuição para Clientes Institucionais e Sindicação.

### Estratégia

A Divisão de Fixed Income foca os seus esforços na integração do ângulo chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. Graças ao desenvolvimento de uma forte ligação com as equipas chinesas, juntamente com o dinamismo das equipas locais, o Banco gera importantes sinergias e torna a área de negócios de Fixed Income num centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes geografias.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- *Fixed Income Trading e Debt Market Making*
- Gestão da Carteira de Investimentos
- Derivados OTC para Clientes Institucionais
- Distribuição para Clientes Institucionais
- Sindicação



Valor do Produto Bancário

**18 M€**



Peso no Produto Bancário Total

**24%**

## *Destaques da Atividade*

O ano de 2022 iniciou-se num contexto global de recuperação da pandemia de COVID-19, crescimento económico e indicadores de subida da inflação, suportando uma tendência de aumento das taxas de juro na Europa e nos EUA. Assistiu-se, de igual forma, a alguma volatilidade nos *spreads* de crédito, para o que contribuiu o desempenho positivo da China.

Além disso, o eclodir da guerra na Ucrânia, em finais de fevereiro, fez subir a inflação ao mesmo tempo que, devido a um aumento acentuado dos preços da energia, começaram a surgir receios de uma futura estagflação ou de uma possível recessão. Neste contexto, o mercado da dívida mostrou-se extremamente volátil, conduzindo a um alargamento generalizado dos *spreads* de crédito e levando os Bancos centrais a aumentar as taxas de referência, a fim de controlar um aumento superior ao esperado da inflação.

Em resultado deste cenário, assistiu-se a uma contração dos fluxos de renda fixa, que justificou uma abordagem conservadora relativamente às posições de *trading* e decisões de investimento.

### ***Trading/Flow***

Em 2022, assistiu-se a um aumento dos níveis de volatilidade em todas as classes de ativos, incluindo as taxas de juro. Com o mercado posicionado para uma forte recuperação no período pós-COVID, a guerra na Ucrânia veio trazer novos desafios. O reposicionamento do mercado, no sentido de refletir a subida da inflação e das taxas de juro num novo quadro de política monetária, não foi suficiente. O aumento dos preços da energia veio introduzir no cenário elementos deflacionistas, assim como sentimentos mistos sobre a política monetária, que só se tornaram mais claros durante o 4º trimestre do ano. Isto explica o fraco desempenho dos mercados de ações e o alargamento dos *spreads* de crédito, levando a um abrandamento significativo do fluxo de atividade, com os investidores a reduzirem parte do risco da carteira e com o segmento de *high-yield* praticamente estagnado.

No final do ano, o Índice Crossover rondava os 400 pontos base, muito abaixo do máximo de 695 pontos base atingido durante 2022. Os investidores antecipam o fim das subidas de taxas no 1º semestre, tendo começado a comprar títulos com maturidades mais longas, embora a maioria esteja ainda concentrada no curto e medio prazo.

### **Gestão da Carteira de Investimentos**

2022 marcou o abandono das políticas de taxas de juro negativas por parte dos bancos centrais dos mercados desenvolvidos, colocando sob forte pressão tanto as *yields*, como os *spreads*, e levando a perdas significativas nos principais índices de renda fixa. A título de exemplo, o Benchmark Euro Aggregate registou perdas de 17%, enquanto o seu equivalente nos EUA recuou 13%. Após uma primeira metade do ano com uma atividade modesta, verificou-se uma recuperação no final do 3º trimestre, permitindo à equipa de gestão da carteira bancária investir em títulos com *spreads* mais alargados e taxas de juro mais elevadas.

Para 2023, é esperado que as taxas e os *spreads* se mantenham voláteis nos primeiros seis meses do ano, à medida que o mercado assimila a retirada dos estímulos monetários de Quantitative Easing implementados nos últimos anos.

### **Vendas para Clientes Institucionais**

Em resultado da evolução incerta das taxas de juro e do nível historicamente baixo dos *spreads* de crédito, esta atividade ressentiu-se da quebra brusca dos fluxos de renda fixa a nível global, cuja redução dos volumes atingiu cerca de 50%.

Apesar deste contexto, a Equipa conseguiu aumentar o número de clientes ativos e manteve-se focada na colocação de dívida de curto prazo, assim como na identificação de investidores para novas emissões de dívida no mercado de capitais.

### Sindicação e Vendas para Clientes Institucionais

Em termos de transações de mercado primário, 2022 foi marcado pelos impactos da invasão russa da Ucrânia e por receios inflacionistas nos blocos Norte-Americano e Europeu. Este contexto traduziu-se numa subida significativa das taxas de juro, refletindo a expectativa de mudança na política monetária, o alargamento dos *spreads* de crédito (sobretudo até setembro) e as desvalorizações ocorridas nos principais mercados acionistas, juntamente com uma maior volatilidade nos mercados. Todos estes fatores contribuíram para um volume de emissões muito menor, comparativamente com anos anteriores. Neste contexto de mercado, a equipa de Sindicação dedicou-se essencialmente à colocação das emissões do Haitong Bank e de emissões chinesas com grau de investimento. Durante o ano, o Haitong Bank realizou as seguintes emissões de obrigações:

- ⊕ a primeira, em fevereiro, no montante de 230 milhões de euros, com um prazo de 3 anos e taxa variável; e
- ⊕ a segunda em maio, no montante de 150 milhões de dólares, com um prazo de 5 anos e taxa fixa.

Também em maio, a Haitong Unitrust, emitiu obrigações no montante de 200 milhões de dólares e com um prazo de 3 anos. Relativamente aos emissores chineses, note-se a emissão de obrigações, no montante de 200 milhões de dólares e com um prazo de 3 anos, realizada pelo Zhengzhou Airport Economy Zone Xinggang Investment Group Co., Ltd em março de 2022. Simultaneamente, a Equipa de Fixed Income continuou a colaborar juntamente com a Equipa de DCM na obtenção de novos mandatos, alguns já em pipeline (tanto na China, como na Península Ibérica), para implementação assim que as condições do mercado o permitam, o que se espera que venha a acontecer durante o 1º semestre de 2023.

O segmento de Vendas para Clientes Institucionais enfrentou um ano difícil, não se tendo registado praticamente nenhuma atividade em termos de operações de dívida, e com os Clientes a adotarem uma abordagem muito conservadora. No entanto, a equipa conseguiu aumentar o número de contas de investidores abertas e manteve a proximidade com a base de clientes. Devido à volatilidade prevista e a uma ligeira recuperação da atividade de DCM, espera-se, relativamente a 2023, um aumento do fluxo de operações, quando o mercado começar a antever uma estabilização da política monetária e dos indicadores macroeconómicos.

### Fixed Income na Polónia

As tensões geopolíticas na Europa geraram um nível significativo de incerteza no mercado de investimento polaco, tendo este contexto excecional continuado a afetar negativamente todos os segmentos do setor da gestão de ativos. No 2º semestre, todos os fundos de investimento polacos registaram saídas de capitais. O mercado de Renda Fixa manteve-se muito volátil, com muitos investidores a negociar por impulso, com base em preocupações sobre as perspetivas a longo prazo do mercado obrigacionista induzidas pelas expectativas de aumento da inflação e das taxas de juro.

Durante a segunda metade do ano, a equipa de Renda Fixa na Polónia registou um número muito maior de operações e, sobretudo no último trimestre, muitos investidores começaram a investir em títulos de dívida pública polaca (POLGBs), permitindo uma melhoria significativa dos resultados. A Equipa viu ainda aumentar o interesse dos clientes em cobrir o risco de taxa de juro, uma tendência que, na sua opinião, irá continuar ao longo de 2023.

### Fixed Income no Brasil

O ano de 2022 foi marcado pelo fim do processo de aperto monetário da economia, tendo o BCB aumentado a taxa de juro oficial (Selic) em 450 pontos base, para 13,75%. Este movimento estimulou os investidores locais a redirecionar os seus investimentos para o mercado de renda fixa. Consequentemente, enquanto esta classe de ativos alcançou recordes de emissão históricos, as IPO locais estiveram ausentes do mercado.

Em 2022, a dívida corporativa *high-grade* teve um bom desempenho, assistindo-se a uma grande afluência de investidores para esta classe de ativos. Em termos do montante total emitido, os fundos de renda fixa representaram 45,1% dos compradores (vs. 38,3% em 2021), enquanto os fundos de pensões foram responsáveis por 6,5%, sendo o restante adquirido pelos bancos que participaram nas emissões como *lead managers*.

O montante total da atividade de mercado de capitais local foi, até outubro, de 444 mil milhões de reais (incluindo 226 milhões de reais em debêntures e 100 mil milhões de reais em produtos estruturados), valor próximo do registado em 2021.

A estratégia inicial da área de Renda Fixa consistiu em acelerar a trajetória do investimento, aproveitando ao máximo as condições de mercado. Em resultado, em 2022 foram criadas duas carteiras de investimento, permitindo uma maior participação no mercado local de dívida corporativa.

A equipa de Distribuição concentrou-se no mapeamento dos gestores de carteiras que detêm mandatos de investimento adequados às emissões locais, tais como as obrigações locais emitidas pelo Haitong Bank (Letras Financeiras). Os resultados desta atividade foram bastante positivos, tendo o Banco angariado cerca de 200 milhões de reais através de uma oferta pública e 300 milhões de reais através de emissões diretas dirigidas aos seus investidores-alvo.

Para 2023, a expectativa é de que as taxas de juro nominais se mantenham em níveis elevados, o que continuará a atrair investidores para emissões de renda fixa. O objetivo do Haitong Bank consiste em continuar a emitir Letras Financeiras, dando prioridade às emissões diretas e, se necessário, recorrendo a ofertas públicas.

## CORPORATE DERIVATIVES

### Visão Global

A área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos tais como taxa de juro, FX e *commodities*, apoiando os seus clientes com soluções à medida, de forma a otimizarem a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

A Equipa tem cerca de 20 anos de experiência nas várias áreas associadas aos Derivados, tais como *structured finance* e *project finance*, mantendo um contacto direto com Diretores Financeiros e CFOs das mais prestigiadas empresas cotadas e não cotadas em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil.

### Estratégia

A área de Corporate Derivatives do Haitong Bank tem como objetivo apoiar as empresas na imunização dos seus balanços contra variáveis financeiras que possam afetar negativamente os seus lucros, permitindo-lhes manter o foco no seu negócio *core*, salvaguardar a margem dos seus produtos e, acima de tudo, proteger o valor para o acionista.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- Soluções de cobertura para empresas
- *Commodities*
- Taxa de juro
- Câmbio



Valor do Produto  
Bancário

**7 M€**



Peso no Produto  
Bancário Total

**9%**

### *Destaques da Atividade*

2022 foi um ano excepcional para a área de Corporate Derivatives, sendo o resultado de vários fatores. Em primeiro lugar, a volatilidade do mercado, especialmente a nível cambial, proporcionou inúmeras oportunidades para que esta área pudesse realizar transações rentáveis. A sua capacidade de rápida adaptação às condições de um mercado em constante mudança e de tomada de decisões estratégicas permitiu-lhe capitalizar estas oportunidades e gerar um resultado de 3,4 milhões de euros (70% acima do orçamento) e fechar um total de cerca de 400 operações.

Em segundo lugar, a base de clientes da área de Corporate Derivatives tem vindo a crescer de forma constante, gerando sinergias com outras áreas do Banco. Isto possibilitou não só o aumento das suas receitas, como também proporcionou valor acrescentado aos seus clientes através do alargamento da oferta de serviços. O estabelecimento de relações permanentes com os clientes tem sido um fator-chave para aumentar os volumes e encontrar novas oportunidades de negociação.

Em terceiro lugar, a subida das taxas de juro ajudou a mitigar o impacto do legado de Project Finance na carteira, o que contribuiu para uma redução drástica do consumo de funding do Banco, permitindo, por sua vez, reduzir o CVA e as provisões.

### *Perspetivas para 2023*

Em 2023, a área de Corporate Derivatives do Haitong Bank encontra-se bem posicionada para capitalizar as oportunidades que se perspetivam nos mercados cambiais e de commodities. Esta área tem vindo a concentrar-se na captação de novos clientes e na procura de negócios de valor acrescentado que lhe permitam continuar a expandir a sua carteira. O Banco está igualmente empenhado em apoiar os seus clientes, fornecendo-lhes soluções de cobertura de risco personalizadas que contribuirão para preservar as suas margens de negócio. Com um forte track record e uma estratégia clara, as condições estão reunidas para que a área de Corporate Derivatives do Haitong Bank continue a obter bons resultados no próximo ano.

## ASSET MANAGEMENT

### Visão Global

A Direção de *Asset Management* atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto, tendo em conta o perfil de risco de cada cliente e os limites estabelecidos em cada mandato.

### Estratégia

A estratégia da área de Asset Management consiste em expandir significativamente esta atividade, tanto nas carteiras de ações, como nas de renda fixa. Com um historial de desempenho muito positivo da carteira de ações europeias, o Banco possui uma importante vantagem competitiva para o crescimento dos Ativos sob Gestão, a que se junta a penetração alcançada pelos produtos de renda fixa no âmbito da estrutura do Grupo Haitong.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- Gestão Discricionária de Carteiras
- Fundo *Fixed Income*
- Estratégias quantitativas



Valor do Produto  
Bancário

**4 M€**



Peso no Produto  
Bancário Total

**6%**

## O Mercado em 2022

O ano de 2022 foi muito exigente para os *players* no mercado, já que marcou o fim da tendência em alta que se tinha estendido por mais de uma década, desde a crise financeira global de 2008-09. Os investidores enfrentaram dificuldades em encontrar um local seguro para investir, tanto do lado mais conservador, focado em obrigações de elevada qualidade, como do lado mais agressivo, dirigido a ações tecnológicas de cariz mais volátil. Quer as obrigações do tesouro norte-americano, quer o índice S&P500 terminaram o ano em território negativo, algo que só tinha acontecido cinco vezes nos últimos 100 anos.

O ano iniciou-se com a recuperação económica global pós-COVID a ganhar ímpeto e com os problemas das cadeias de abastecimento a abrandar. Os mercados globais refletiram este otimismo, com os principais índices a atingirem máximos históricos em novembro e dezembro de 2021. A inflação encontrava-se a subir, mas os bancos centrais mostravam-se relutantes em aumentar as taxas, acreditando que se tratava de um fenómeno transitório que tenderia a diminuir à medida que a economia normalizasse.

No entanto, os mercados começaram a derrapar no início do ano, refletindo o aumento da inflação e das tensões entre a Rússia e a Ucrânia. Os sectores com melhor desempenho em janeiro mostraram-se resilientes ao longo do ano. O agravamento das tensões geopolíticas fez subir o preço do petróleo e a 24 de fevereiro a Rússia invadiu a Ucrânia, criando uma nova crise nas cadeias de distribuição, assim como instabilidade e apreensão acrescidas a nível mundial. O preço do petróleo bruto atingiu 129 dólares em março, pondo fim à teoria da inflação transitória.

Durante o 2º trimestre, os investidores viram-se confrontados com notícias preocupantes em várias frentes. As taxas de inflação subiram em todo o mundo, atingindo valores só antes vistos nos anos 80. Os bancos centrais começaram a alertar para a possibilidade de subidas mais agressivas, e a curva de rendimentos dos EUA entre 2 e 10 anos inverteu-se, o que, no passado, tem sido um indicador de recessão. Enquanto os investidores 'digeriam' estas notícias, os mercados caíam abruptamente, tendo a maioria dos principais índices a nível mundial registado quedas de mais de 20% relativamente aos seus máximos históricos.

A situação piorou na Europa e no Reino Unido, após o corte de fornecimento de gás à Europa por parte da Rússia, fazendo com que o euro caísse abaixo da paridade com o dólar pela primeira vez em 20 anos. Na China, a publicação dos dados económicos levou a um corte surpreendente nas taxas de juro, suscitando preocupações de que a crise no mercado imobiliário chinês pudesse alastrar a todo o sistema financeiro.

No Reino Unido, o 4º trimestre começou com uma mudança na liderança do governo, mas os investidores rejeitaram rapidamente o plano económico da nova primeira ministra. As previsões económicas durante o 4º trimestre sugeriam que a maioria dos países se aproximaria de uma recessão em 2023, recuperando no final do ano. Os índices globais recuperaram cerca de metade das perdas do ano.

Globalmente, 2022 trouxe os investidores de volta aos fundamentais na busca de negócios com procura com lucros sólidos e previsíveis, e a preços razoáveis, com o mercado a redirecionar o seu foco de *growth* para *value*. 2022 foi um ano desafiante, mas os investidores estão agora mais bem preparados para futuras flutuações do mercado.



### *Destaques da Atividade*

A Direção de Asset Management desenvolveu a sua atividade em 2022, tendo como objetivo apoiar os seus clientes através de estratégias de gestão de ativos de elevado rendimento. Um dos principais desafios enfrentados consistiu na transição dos clientes de uma estrutura de mandatos de gestão discricionária de carteiras para uma estrutura de fundos de investimento no Luxemburgo, com uma alocação de ativos semelhante. Apesar de se tratar de um processo laborioso, a Equipa tem vindo a implementar esta mudança com sucesso.

O excelente desempenho das estratégias de gestão de ativos da Direção de Asset Management em comparação com a concorrência tem sido um fator crítico para o sucesso da área. A título de referência, é de notar que a gestão discricionária da carteira (Perfis Flexível e Agressivo) e os fundos de investimento do Luxemburgo (White Fleet III – Haitong Flexible Fund e Haitong Aggressive Fund, ambos com exposição maioritária a ações), registaram quedas de - 2,95% (Perfil Flexível), - 2,53% (Perfil Agressivo) e - 3,61% (Fundos White Fleet Haitong do Luxemburgo), que comparam com o desempenho mais negativo do Índice Euro Stoxx 50, que perdeu -11,74%. Além disso, a gestão de produtos de renda fixa, mais centrada em obrigações chinesas offshore, revelou a consolidação permanente das competências da Equipa, alavancando também as sinergias entre as estruturas comerciais e de gestão do Haitong na Europa e na China.

Relativamente às Estratégias Quant, a Equipa focou-se na gestão contínua de uma estrutura de alocação alvo de 60/40, com investimento essencialmente em ETFs, que potencia o acesso a uma exposição mundial em Ações e Renda Fixa. No âmbito dos esforços para expandir o leque de opções de investimento oferecidas aos seus clientes, a Direção de Asset Management está a analisar o lançamento de um novo fundo de investimento alternativo de Renda Fixa após a sua incorporação na Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A..

### *Perspetivas para 2023*

Relativamente às perspetivas para 2023, existe um sentimento de otimismo no mercado. Esperam-se resultados robustos que poderão ultrapassar os do ano anterior, alavancando o sentimento de confiança, o dinamismo e as competências da Equipa, assim como o sólido historial de desempenho das estratégias de gestão de ativos. Estas perspetivas assentam em diversos fatores, nomeadamente na esperada moderação da inflação à medida que a economia abranda, no enfraquecimento do mercado de trabalho, no gradual alívio das pressões sobre as cadeias de abastecimento, numa diversificação bem-sucedida do fornecimento e das fontes de energia da Europa e numa transição suave na sequência do abandono da política de COVID-zero na China.

Embora seja provável que as economias desenvolvidas venham a sofrer uma ligeira recessão em 2023, acreditamos que tanto as ações como as obrigações apresentam oportunidades atrativas. A turbulência vivida nos mercados financeiros em 2022 resultou numa pressão vendedora generalizada de ações, que deixou alguns destes títulos com forte potencial de valorização a preços muito baixos, com destaque para as ações europeias e dos mercados emergentes. Além disso, vemos como potencialmente atrativas ações mais baratas cujo preço já incorpora as diversas notícias negativas difundidas no mercado. De um modo geral, antevemos potencial no mercado obrigacionista, o que já não se verificava há mais de uma década.

## PRIVATE EQUITY

### Visão Global

A Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (HGAM), anteriormente denominada Haitong Capital - SCR, S.A., gere atualmente um fundo de *private equity* dedicado ao segmento de capital de desenvolvimento / *buyout* na Europa.

A HGAM tira partido das suas competências geográficas e setoriais para apoiar as empresas que pretendam expandir os seus negócios. A empresa ambiciona proporcionar aos seus investidores um retorno absoluto atrativo sobre os investimentos realizados.

Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed* capital do Grupo com os fundos obtidos junto de investidores externos de primeira linha.

### Estratégia

A HGAM tem em curso um processo de mudança do seu modelo de negócio, no sentido de alargar o âmbito da atividade de gestão de ativos para além do foco estrito no negócio de *private equity*. Do ponto de vista jurídico, a alteração do âmbito de negócios da HGAM ocorreu no 1º trimestre de 2022, após a conclusão da venda da sua última participada em carteira, em janeiro de 2022. No 4º trimestre do ano, foi alcançado mais um marco, com a implementação de um novo sistema informático de gestão de carteiras que irá apoiar a expansão da atividade da HGAM.

Durante os próximos meses, a HGAM deverá incorporar as atividades de gestão de ativos que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Haitong Bank.

A estratégia da HGAM deverá assentar na conjugação das suas competências europeias e chinesas para investir em setores que beneficiem das dinâmicas que marcam ambos os mercados.

### OFERTA DE SERVIÇOS

- *Growth Capital Fund*



Valor do Produto Bancário

1 M€



Peso no Produto Bancário Total

1%

### *Destaques da Atividade*

Durante 2022, a sociedade gestora concluiu a liquidação de dois Fundos de *private equity*: o Haitong Infrastructure Fund I e o FCR PME/Novo Banco.

O encaixe agregado das carteiras de investimento dos Fundos cifrou-se em 17,9 milhões de euros. Deste montante, cerca de 9,8 milhões de euros resultaram da alienação das participadas Epedal, Nexxpro, Cristalmax, Ach. Brito e Ramos Ferreira. Os restantes 8,1 milhões de euros são provenientes de distribuições recebidas pelo Haitong Private Equity Fund, nomeadamente dos seus fundos em carteira, Armilar II e ESID.

Durante o ano, a HGAM manteve uma abordagem de gestão próxima das suas participadas, focada na criação de valor na carteira.

Em 2022, a área de Private Equity apresentou um lucro de 223 milhares de euros e o montante de capitais próprios ascendeu a 56 milhões de euros.

### *Perspetivas para 2023*

O Haitong Bank tem em curso um processo de reorganização da HGAM, tendo em vista a redefinição do seu modelo de negócio, já aprovado pelo regulador. Este processo de transformação, que deverá ser concluído no 1º trimestre de 2023, irá recentrar a atividade da HGAM na gestão de ativos de âmbito mais geral.

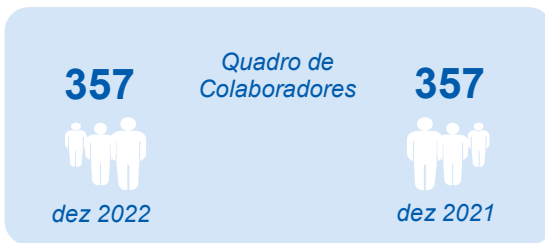
# Pessoas

## CAPITAL HUMANO

### A Importância do Capital Humano

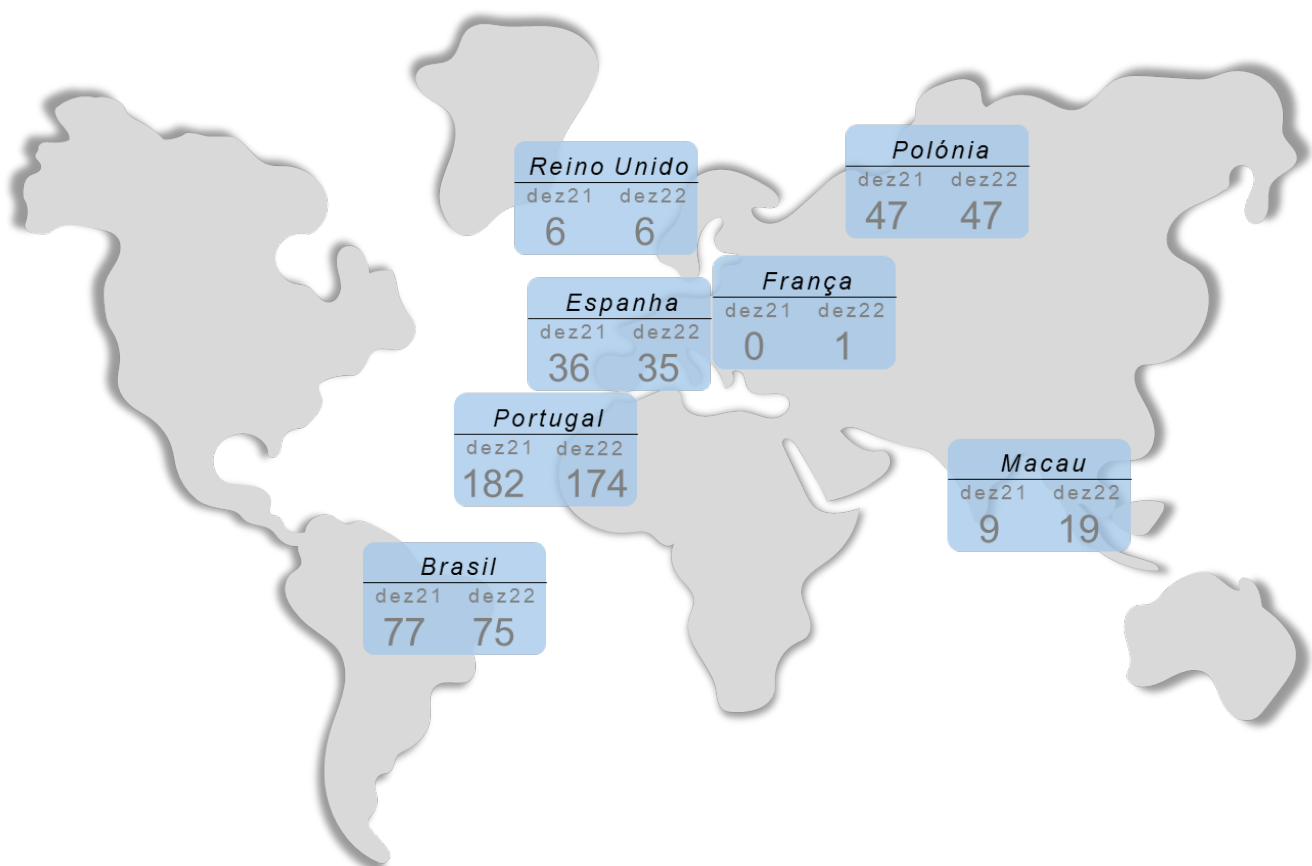
O Haitong Bank reconhece o seu Capital Humano como um ativo fundamental. O Banco acredita na aquisição do melhor talento, no desenvolvimento do quadro de colaboradores existente, na promoção do trabalho em equipa e no incentivo à realização individual através de oportunidades de carreira e de mobilidade.

Os Recursos Humanos desempenham um papel essencial na coordenação da estratégia do Banco, assegurando a sua articulação com a adequação dos colaboradores necessários, o que implica uma participação ativa na expansão para novos mercados. Adicionalmente, os Recursos Humanos visam aumentar a eficiência do quadro de colaboradores, promovendo soluções de mobilidade que fomentem a melhoria do rácio entre *front-office* e *back-office*, assim como uma maior motivação e envolvimento.

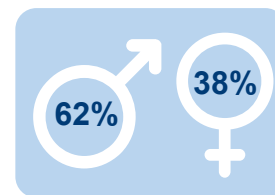


Em 2022, os Recursos Humanos mantiveram o seu compromisso na promoção de talento, procurando identificar e recrutar os candidatos ideais para cada função. O quadro de colaboradores do Haitong Bank manteve-se estável quando comparado com 2021, embora a sua distribuição por geografia reflita um aumento dos colaboradores em novos escritórios, nomeadamente em França e

em Macau. Este reajustamento dos efetivos está alinhado com a estratégia de negócio do Banco de reforçar equipas em todas as geografias onde opera.



O Haitong Bank advoga a diversidade e a inclusão, colaborando e apoiando as comunidades das várias geografias onde se encontra presente. O Banco continua a defender os princípios da igualdade de oportunidades. Atualmente, as mulheres representam 38% do total de colaboradores do Banco, existindo um considerável número de colaboradores do sexo feminino nos lugares de topo da organização.



Geografia	Idade média	Tempo médio de serviço (anos)	Nº Homens	Nº Mulheres
Portugal	43,2	12,40	101	73
Espanha	42,9	10,46	25	10
Reino Unido	42,0	4,83	4	2
Polónia	41,6	6,53	29	18
Brasil	46,4	10,23	50	25
Macau	32,4	0,53	13	6
França	51	1,0	1	0
<b>Média Haitong Bank</b>	<b>42,7</b>	<b>10,2</b>		

### *Os Recursos Humanos enquanto Parceiro de Negócio*

O alinhamento estratégico da função de Recursos Humanos com os objetivos de curto prazo e posicionamento de negócio do Banco fez realçar a necessidade de otimizar o quadro de pessoal através da mobilidade interna. A promoção da mudança de funções dentro e entre departamentos antes de iniciar um processo de recrutamento externo contribui para aumentar os níveis de motivação e retenção dos colaboradores.

Os Recursos Humanos desempenham igualmente um papel fundamental no planeamento da sucessão, que visa a identificação e desenvolvimento de um pipeline alternativo de talento para as funções mais importantes e críticas do Banco. De acordo com os regulamentos aplicáveis, o Banco desenvolve e monitoriza proactivamente estes colaboradores-chave, tendo em vista assegurar que as pessoas adequadas ocupam as posições certas, no momento certo, a fim de satisfazer as exigências da estratégia de negócio e desempenhar as responsabilidades de liderança de forma eficaz.

### *Destaques da Atividade*

Durante a primeira metade de 2022, o Haitong Bank implementou o regresso dos seus colaboradores ao local de trabalho. Tendo em vista a atenuação das contingências resultantes da pandemia de COVID-19 e o retorno gradual a uma situação de normalidade, o trabalho à distância deixou de ser a opção por defeito para os colaboradores. Todavia, manteve-se a possibilidade de recorrer ao trabalho remoto em qualquer momento, assegurando assim um alinhamento efetivo entre as necessidades do negócio e um modelo de trabalho flexível.

A Equipa de Recursos Humanos do Banco continuou a apoiar a gestão de topo e os órgãos de supervisão do Banco e respetivas comissões. Os principais marcos que caracterizaram a atividade dos Recursos Humanos durante este período foram os seguintes:

- 🌐 Implementação de processos de aquisição de talento, incluindo a previsão das necessidades de contratação, a seleção de candidatas (internos e externos) e a gestão dos processos de recrutamento;

- ⊕ Participação em diversos eventos universitários e feiras de emprego. Estas iniciativas permitem conjugar o desenvolvimento contínuo do *Employer Branding* do Banco com o acesso direto à captação de talento jovem;
- ⊕ Monitorização da Gestão do Desempenho e crescimento dos resultados globais do Banco, ajudando os colaboradores a reforçar os seus pontos fortes e a almejar um melhor desempenho;
- ⊕ Investimento contínuo na formação e desenvolvimento do quadro de pessoal, através da disponibilização de novos cursos online e planos de formação personalizados;
- ⊕ Foco contínuo em prioridades-chave, tais como a formação de gestores, a aprendizagem e o desenvolvimento, os planos de sucessão e o envolvimento dos colaboradores;
- ⊕ Melhoria dos serviços diários de Recursos Humanos, com enfoque permanente na administração eficiente de dados e reportes e na gestão de salários e benefícios complementares; e
- ⊕ Reforço da comunicação e da sua eficácia, proporcionando orientação e enfatizando a proximidade, compreensão e empatia das políticas e da informação disponibilizada, ajudando assim as equipas a sentirem-se informadas e apoiadas.

### *Perspetivas para 2023*

A fim de atuar como um parceiro de negócios, é crucial responder proactivamente aos muitos desafios que se avizinham.

A curto prazo, são estes alguns dos objetivos da equipa de Recursos Humanos:

- ⊕ Atrair e contratar o melhor talento disponível no mercado, de forma a assegurar que o Banco tem as pessoas certas com as competências certas;
- ⊕ Apoiar as iniciativas estratégicas e de negócio emanadas das chefias e delinear soluções construtivas para os desafios enfrentados pelos Recursos Humanos;
- ⊕ Tirar partido do conhecimento, competências e aptidões dos colaboradores e apoiá-los no desenvolvimento e realização do seu potencial;
- ⊕ Conceber e implementar uma cultura de conectividade, utilizando plataformas digitais inovadoras para instituir e consolidar novos modelos de colaboração e de produtividade;
- ⊕ Concentrar atenção nos processos de angariação de talento e no reforço contínuo da visibilidade do Banco nas plataformas de recrutamento das Redes Sociais;
- ⊕ Promover a mobilidade *cross-border* transversal às diferentes geografias onde o Banco opera, tendo em conta que novas iniciativas podem contribuir com novas oportunidades de mobilidade dos colaboradores;
- ⊕ Implementar esforços contínuos na melhoria da eficiência das tarefas centrais, nomeadamente na gestão organizacional e dos recursos humanos; e
- ⊕ Apoiar o crescimento das subsidiárias e das sucursais do Banco nos seus mercados, assegurando a sua consistência com as orientações, políticas e procedimentos do Grupo.

# Performance Financeira

## AMBIENTE MACROECONÓMICO

### *O Mercado em 2022*

O crescimento global foi penalizado em 2022 – um ano marcado pela inflação, a guerra na Ucrânia e o aumento mais agressivo das taxas de juro dos últimos 20 anos por parte dos bancos centrais. No início de 2022, a expectativa era de que o PIB mundial avançasse a um ritmo de 4,3% (estimativas de consenso da Bloomberg), sendo que as últimas estimativas apontam para um crescimento de 3,1% em 2022 (vs. 6,1% em 2021), seguido de uma nova desaceleração em 2023, para 2,1%.

De acordo com as estimativas mais recentes, o crescimento do PIB abrandou em 2022 nas principais economias, com o PIB dos EUA a crescer 3,1% (vs. 6,1% em 2021) e o da Zona Euro a subir 3,3% (vs. 5,4% em 2021). A China deverá ter crescido 3,0% em 2022 (vs. 8,4% em 2021). Em Portugal, onde um euro fraco potenciou um forte aumento das exportações, o PIB deverá ter aumentado 6,6% em 2022 (vs. 5,4% em 2021). O PIB espanhol poderá ter ultrapassado o desempenho da Zona Euro, com um crescimento de 4,6% em 2022 (vs. 5,1% em 2021).

As economias emergentes foram condicionadas por um crescimento económico mais lento na China, uma inflação elevada e a guerra na Ucrânia. O Brasil deverá também ter registado uma desaceleração em 2022, estimando-se que o PIB tenha crescido 3,0% (vs. 4,8% em 2021). Não obstante a proximidade ao conflito na Ucrânia, o PIB da Polónia deverá ter aumentado 4,8% em 2022 (vs. 5,7% em 2021).

A pandemia de COVID-19 viu o seu grau de severidade reduzido para uma situação de doença endémica na maioria das economias ocidentais. No entanto, na Ásia, e especialmente na China, o vírus continuou a perturbar a economia.

O preço da energia e dos produtos alimentares, que disparou devido à guerra na Ucrânia, fez aumentar a pressão sobre a inflação global. A reabertura de muitas economias em 2022 continuou a causar perturbações na cadeia global de abastecimento e na inflação, sobretudo no 1º semestre do ano. Na Europa, o impacto do aumento dos preços da energia e dos alimentos foi mais evidente no 2º semestre de 2022.

Os preços no consumidor a nível global, que já estavam a subir em 2021 (4,7%), deverão ter atingido um pico de 7,5% em 2022, de acordo com estimativas de consenso. Tanto na Europa, como nos EUA, a inflação homóloga medida pelo IPC atingiu os níveis mais elevados desde os anos 80, registando um pico, em termos homólogos, de 10,7% na Zona Euro, em outubro, e de 9,1% nos EUA, em junho. Devido ao ritmo de crescimento mais lento na China, onde o PIB poderá ter crescido 3%, a subida da inflação deverá ter ficado em 2,1% em 2022, de acordo com estimativas de consenso.

A maioria dos bancos centrais das economias ocidentais viram-se ultrapassados na tentativa de manter a trajetória da inflação perto da meta em 2022. A resposta tardia ao aumento acima do esperado da inflação forçou os principais bancos centrais, nomeadamente a Reserva Federal, o BCE e o Banco de Inglaterra, a iniciar um ciclo agressivo de subida de juros a partir do 1º semestre de 2022. Efetivamente, a Reserva Federal procedeu a um aumento de 75 pontos base (pb) da sua taxa de referência, o que não acontecia desde 1994, tendo o BCE adotado o mesmo ritmo de subida, pela primeira vez desde a união monetária em 1999. No final de 2022, a taxa *FED funds* atingiu 4,5% (+425 pb), a taxa principal de refinanciamento do BCE 2,5% (+250 pb) e a taxa de referência do Banco de Inglaterra 3,5% (+340 pb).

Os bancos centrais do Brasil e da Polónia promoveram igualmente fortes subidas das taxas em 2022. No Brasil, a taxa Selic atingiu 13,75% (+450 pb) e na Polónia a taxa de referência aumentou para 6,75% (+400 pb) no final de 2022.

Apesar do ritmo agressivo de aperto das condições monetárias imposto pelos bancos centrais, em 2022, as taxas de juro reais nas economias desenvolvidas permaneceram no nível mais negativo desde os anos 80, devido à elevada inflação. Os principais indicadores económicos, tais como emprego, vendas a retalho, produção industrial e preços da habitação, mantiveram-se ainda resilientes em 2022. A maioria dos indicadores de confiança das empresas e dos consumidores deteriorou-se no 2º semestre de 2022, devido à previsão de subida das taxas de juro.

A resiliência da economia, e especialmente do mercado de trabalho, foi uma das fontes de inflação persistente nas economias desenvolvidas em 2022. Na Zona Euro, a taxa de desemprego atingiu o nível mais baixo de sempre - 6,6% em 2022 -, tendo caído para 3,6% nos EUA, o registo mais baixo desde 1970.

A expansão fiscal nas principais economias, em 2022, foi também uma fonte do impulso inflacionista. De acordo com indicadores preliminares, o défice orçamental dos EUA deverá ter abrandado para 4,4% do PIB em 2022 (vs. 10,8% em 2021). A despesa pública na Zona Euro deverá ter mantido o saldo orçamental com um défice de 3,8% do PIB em 2022 (vs. 5,1% em 2021).

Devido ao acordo da UE para flexibilizar as metas fiscais até 2024 e ao ciclo de investimento em curso dos fundos NextGenerationEU, os *ratings* da dívida soberana na Zona Euro mantiveram-se estáveis ou até melhoraram em 2022. O *rating* da dívida soberana portuguesa foi aumentado em um nível pela S&P (para BBB+ com *outlook* estável) e pela Fitch (para BBB+ com *outlook* estável). Não obstante o custo do aumento dos prémios nos mercados de obrigações em euros, o *rating* da dívida soberana da Itália manteve o grau de investimento em 2022 (Moody's Baa3/*outlook* negativo; S&P BBB/ *outlook* estável; e Fitch BBB/ *outlook* estável).

A *yield* das obrigações do Tesouro de referência a 10 anos apresentou a maior volatilidade em 5 anos durante 2022. Devido ao ciclo de subida das taxas pelos principais bancos centrais, a *yield* dos *Treasury Notes* a 10 anos dos EUA aumentou para 3,875% (+225 pb em 2022). A *yield* do *Bund* alemão a 10 anos disparou para 2,50% (+268 pb em 2022).

Na Ásia, o rendimento dos títulos de dívida pública chinesa a 10 anos denominados em dólares subiu para 3,6% em dezembro de 2022, comparativamente com 0,7% no final de 2021.

Os mercados de crédito na zona euro foram afetados pelo ciclo de subida das taxas de juro nominais em 2022. O *spread* das obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos face ao *Bund* alemão para o mesmo prazo registou um alargamento de 37 para 101 pontos base, enquanto o *spread* equivalente das obrigações do governo espanhol aumentou de 34 para 108 pontos base em 2022.

Os mercados acionistas registaram igualmente uma das maiores perdas desde a pandemia de COVID-19, tendo os índices de referência registado fortes quedas, tanto nos EUA (o S&P 500 desvalorizou 19,4%) como na Europa (o Eurostoxx50 recuou 11,7%) em 2022.

Os mercados das *commodities* exibiram uma performance mista, tendo o Índice CRB caído 4,1% em 2022, com os metais industriais a liderar esta queda (-7,6%). O preço do petróleo bruto (Brent) aumentou 10,5% em 2022, para 85,9 dólares por barril.



Nos mercados cambiais, o dólar americano avançou 5,8% em relação ao euro, para 1,07 em 2022. A Reserva Federal foi o primeiro grande banco central a adotar um ritmo rápido de subida das taxas de juro, tendo o dólar americano superado o desempenho das outras principais moedas em 2022. As moedas dos mercados emergentes tiveram um desempenho misto em 2022, tendo o real brasileiro avançado 5,1% relativamente ao USD, impulsionado pelo dinamismo das exportações (produtos agrícolas e petróleo bruto). A proximidade da guerra na Ucrânia e o custo da subida dos preços da energia levaram a uma desvalorização de 8,4% do zloty polaco em 2022. Em linha com o desempenho das moedas mais líquidas, o Yuan chinês recuou, situando-se em CNY/USD 6,90 (-8,5%) em 2022.

Mercados cambiais (taxa de câmbio e % de variação)				
		2021	2022	% Variação
EUA	Dollar Index	95,67	103,52	8,2%
Euro	USD/EUR	1,14	1,07	-5,8%
Reino Unido	USD/GBP	0,84	0,89	5,2%
China	CNY/USD	6,36	6,90	8,5%
Brasil	BRL/USD	5,57	5,29	-5,1%
Polónia	PLN/USD	4,04	4,38	8,4%

Fonte: Bloomberg | Análise: Haitong Bank | Atualizado: 31/12/2022

### Perspetivas para 2023

*Soft landing* ou *hard landing*? As expectativas de consenso relativamente a uma subida do PIB de 2,1% em 2023 já incorporam em larga medida uma desaceleração da atividade económica global.

Na nossa opinião, um dos principais riscos advém da possibilidade de os bancos centrais aumentarem as taxas de juro acima das expectativas de consenso, no caso de inflação persistente no 1º semestre de 2023. Se isso acontecer, não é de subestimar a hipótese de um *hard landing* e de uma recessão.

Na sequência do desequilíbrio da economia global entre 2021 e 2022, o PIB mundial cresceu a um ritmo superior ao potencial de 3%. A inflação ganhou força em 2022, impulsionada por fortes choques, tanto do lado da procura, como da oferta (ruturas na cadeia de abastecimento global e guerra na Ucrânia).

Devido a estes eventos imprevistos, o BCE e a Reserva Federal continuam a prever uma taxa de inflação acima da meta de 2% em 2023 e 2024, de acordo com as últimas projeções oficiais. O FED prevê que a inflação medida pelo *core-PCE* deverá desacelerar de 4,8% em 2022 para 3,5% em 2023 e 2,5% em 2024. O BCE projeta uma descida do IPC médio para 6,3% em 2023 (vs. 8,4% em 2022) e 3,4% em 2024.

De acordo com as estimativas de consenso disponíveis, o BCE deverá aumentar a taxa refi para uma taxa de 3,25% no 1º semestre de 2023 (vs. 2,5% em dezembro 2022), esperando-se que o FED atinja uma taxa de 4,75% no 1º semestre de 2023 (vs. 4,5% em dezembro 2022).

No nosso cenário de risco, que contempla a persistência da inflação e um *soft landing* da economia no 1º semestre de 2023, as taxas de referência poderão atingir 4% na Zona Euro e 5,25% nos EUA.

Variação no produto interno bruto (%) - Consenso					
	2019	2020	2021	2022	2023
Global	<b>2,8%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>6,1%</b>	3,1%	2,1%
Zona Euro	<b>1,4%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>5,4%</b>	3,3%	-0,1%
EUA	<b>2,3%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>5,7%</b>	1,9%	0,3%
Portugal	<b>2,7%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>5,4%</b>	6,6%	0,5%
Espanha	<b>2,0%</b>	<b>-10,8%</b>	<b>5,1%</b>	4,6%	1,0%
Reino Unido	<b>1,6%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>8,5%</b>	4,4%	-0,9%
Polónia	<b>4,7%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>5,7%</b>	4,8%	0,7%
Brasil	<b>1,4%</b>	<b>-4,4%</b>	<b>4,8%</b>	3,0%	0,8%
China	<b>6,0%</b>	<b>2,2%</b>	<b>8,4%</b>	3,0%	4,8%

\* Estimativas de Consenso (Bloomberg) jan 23 | **Bold = Atual; Itálico = Consenso**  
 Fonte: Bloomberg

A incerteza relativamente à magnitude e duração do ciclo monetário deverá manter a maioria das classes de ativos financeiros exposta a significativa volatilidade, em especial no 1º semestre de 2023.

A taxa de referência dos *Treasury Notes* dos EUA a 10 anos deverá subir para o intervalo de 3,0% a 4,5% e a *yield* do *Bund* alemão a 10 anos deverá avançar para o intervalo de 1,5% a 3,0% em 2023. Com base na perspetiva de crescimento débil do PIB mundial, prevemos que o dólar e o euro se imponham como refúgios de liquidez em 2023. O Euro deverá manter-se no intervalo de EUR/USD 1,00-1,10 embora sujeito ao risco de uma descida no caso de um aumento das tensões geopolíticas com a Rússia. Na nossa opinião, as moedas dos mercados emergentes deverão permanecer voláteis no 1º semestre de 2023, com possíveis melhorias no 2º semestre resultantes da reabertura da economia chinesa e de alguma recuperação dos mercados de *commodities*.

As agências de *rating* abstiveram-se de fazer grandes alterações nas notações da dívida soberana da Zona Euro em 2022, uma vez que na maioria dos países a deterioração fiscal não resultou de desequilíbrios estruturais pré-pandemia. Do nosso ponto de vista, os riscos de deterioração dos *ratings* soberanos tornar-se-ão mais visíveis no caso de demasiada demora na retoma do reequilíbrio fiscal até 2024 (acordo da UE). Devido ao apoio da UE e do BCE, vemos como limitado um risco de descida dos *ratings* em 2023, quer em Portugal (S&P BBB+/estável; Moody's Baa2/estável; e Fitch BBB+/estável) quer em Espanha (S&P A/estável; Moody's Baa1/estável; e Fitch A-/estável). Um *hard landing* seguido de recessão poderá constituir um risco de descida do *rating* soberano da Itália (S&P BBB/estável; Moody's Baa3/negativo; e Fitch BBB/estável) assim como uma fonte de volatilidade para os mercados obrigacionistas do euro em 2023. O Instrumento de Proteção da Transmissão do BCE, anunciado em 2022 de modo a evitar a fragmentação dos mercados obrigacionistas, poderá vir a ser testado no caso de uma recessão profunda e de volatilidade extrema nos mercados financeiros do euro em 2023.

Antecipamos um contexto económico difícil em 2023, com risco de recessão na Europa e nos EUA no 1º semestre. A reabertura da economia na China tenderá a suportar as economias emergentes e os mercados das *commodities* de um eventual *hard landing* nas economias desenvolvidas.

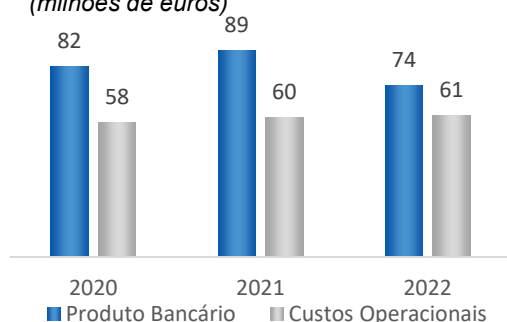
## ANÁLISE FINANCEIRA

Em 2022, o resultado líquido do Haitong Bank atingiu 11,1 milhões de euros, um valor superior aos 3,6 milhões de euros apresentados no ano anterior. O Banco geriu com sucesso os efeitos da difícil conjuntura, resultante da guerra na Ucrânia e dos sucessivos confinamentos na China, ao reduzir o apetite de risco da sua atividade e reforçar a monitorização do risco. Em resultado, não foram registadas imparidades significativas em 2022, o que permitiu um aumento encorajador do Resultado Líquido no exercício.

### Resultado Operacional e Resultado Líquido (milhões de euros)



### Produto Bancário e Custos Operacionais (milhões de euros)

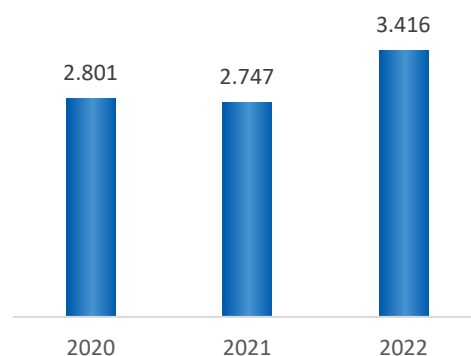


O Produto Bancário consolidado ascendeu a 74 milhões de euros no final do exercício, que compara com 89 milhões de euros em 2021, representando uma descida homóloga de 17%. Depois de um 1º semestre bastante adverso, a atividade de negócio do Haitong Bank melhorou significativamente no 2º semestre de 2022, em resultado da importante contribuição das áreas de negócio de Renda Fixa e de Fusões e Aquisições, impulsionada quer pela retoma da atividade de tesouraria no Brasil quer pelo crescente fluxo de negócio relacionado com a China.

No que toca aos Custos Operacionais, verificou-se um ligeiro aumento face ao ano anterior, atingindo os 61 milhões de euros em 2022. Uma rigorosa disciplina de custos continua a ser uma das prioridades da gestão, tendo em vista aumentar a rentabilidade do Banco. No entanto, devido ao montante modesto das receitas, a rentabilidade operacional foi de 13 milhões de euros, inferior aos 29 milhões de euros alcançados em 2021.

O Banco conseguiu expandir os seus ativos produtivos, tendo o Ativo Total atingido 3,4 mil milhões de euros, uma subida de 24,4% face a 2,7 mil milhões de euros no final de 2021. O crescimento do ativo em 670 milhões de euros em 2022 teve origem principalmente nas carteiras de Crédito e de Títulos. A Carteira de Crédito aumentou 24% face a dezembro de 2021, atingindo 772 milhões de euros. A Direção de *Structured Finance* também se mostrou particularmente ativa, tendo concluído diversas operações, não obstante a atitude prudente adotada relativamente ao risco na originação de novos ativos. Adicionalmente, os Ativos de negociação beneficiaram do reinício da atividade da estratégia de *trading* no Brasil.

### Total do Ativo (milhões de euros)



No que diz respeito à Qualidade do Ativo e à Solvabilidade, o Banco apresentou indicadores sólidos em 2022, com um rácio NPL de 1,2% e um rácio NPE de 0,5%. O Banco manteve uma sólida posição de Capital, com um rácio CET1 de 17,4% e um rácio de Capital Total de 21,8%.

No que respeita ao *funding*, o Banco continuou a diversificar as suas fontes de financiamento, a aumentar a maturidade dos passivos e a reduzir o custo médio de financiamento. Em 2022, o Banco marcou presença nos mercados internacionais com duas emissões de obrigações focadas em diferentes tipos de investidores. Em fevereiro, o Banco emitiu, com sucesso, Obrigações Sénior no montante de 230 milhões de euros com taxa variável e prazo de vencimento de 3 anos. Seguidamente, em maio, foram emitidas obrigações no montante de 150 milhões de dólares com taxa fixa e prazo de vencimento de 5 anos. Estas emissões estavam incluídas num conjunto de iniciativas para reduzir o custo de financiamento do Banco e ambas tiveram a garantia da Haitong Securities Co. Ltd., obtendo as duas transações um *rating investment grade* BBB por parte da S&P.

Além do mais, em 2022, foram aprovadas duas deliberações destinadas a aumentar o capital social do Haitong Bank, em resultado da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, a única acionista votante do Banco. Estes direitos foram emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro (“REAID”) e são relativos aos anos fiscais de 2015 e 2016.

O primeiro aumento do capital social, no dia 1 de julho, foi realizado na modalidade de incorporação da reserva especial constituída ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º do REAID, no montante de 2.630.305,00 euros, mediante a emissão de 526.061 ações ordinárias, correspondentes ao número de direitos de conversão previamente atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento do capital teve um ágio de 757.961,57 euros, que foi incorporado numa reserva especial sujeita ao regime da reserva legal nos termos do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais.

O segundo aumento do capital social, no dia 6 de dezembro, foi realizado na modalidade de incorporação da reserva especial constituída ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º do REAID, no montante de 15.879.420,00 euros, mediante a emissão de 3.175.884 ações ordinárias, correspondentes ao número de direitos de conversão previamente atribuídos ao Estado Português, com o valor nominal de 5,00 euros cada.

Em consequência, o capital social do Banco passou a ser de 863.278.725,00 euros, tendo os Estatutos do Banco sido alterados em conformidade.

## EVENTOS CORPORATIVOS

- ⊕ Em janeiro de 2022, foi outorgada a escritura pública que deu início formal ao processo de liquidação da Haitong Ancillary Services.
- ⊕ Em janeiro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 milhões de reais.
- ⊕ Em março de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 milhões de reais.
- ⊕ Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em França (Paris).
- ⊕ Em julho de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2.630.305,00 euros, passando a 847.399.305,00 euros. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).
- ⊕ Em outubro de 2022, o único ativo da Haitong Ancillary Services foi vendido, devendo o processo de liquidação da empresa ser finalizado no 1º trimestre de 2023.
- ⊕ Em dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 15.879.420,00 euros, para um total de 863.278.725,00 euros. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2016, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).
- ⊕ Como resultado da saída do Reino Unido da União Europeia, e do fim do período de transição que se seguiu, a sucursal do Haitong Bank em Londres passou a operar sob um Regime de Permissão Temporária enquanto transitava do Regime de Passaporte Comunitário para o regime regulamentar completo do Reino Unido. Em fevereiro de 2023, a Financial Conduct Authority (FCA) – a entidade reguladora do Reino Unido, comunicou ao Haitong Bank que pretende aprovar o pedido do Banco para a Permissão da Parte 4A. A autorização regulamentar britânica solicitada pelo Banco deverá entrar em vigor em março de 2023.

## RATING

A 28 de outubro de 2021, a Standard & Poor's ("S&P") reviu em alta o *Outlook* do Haitong Bank de "Negativo" para "Estável", reafirmando a sua notação de *rating* de crédito de longo prazo em "BB" e a notação de curto prazo em "B". De acordo com a S&P, a revisão em alta do *Outlook* para "Estável" reconhece a resiliência do Banco no contexto da pandemia e o alívio de riscos operacionais no sistema bancário português. A S&P considerou positivos os esforços continuados da Administração do Banco para fortalecer o seu *franchise* doméstico, reajustar o seu perfil de financiamento, e desenvolver a sua atividade *cross-border* com clientes chineses de modo a diversificar a sua base de receitas e sustentar e garantir uma maior estabilidade da sua rentabilidade operacional. Por fim, a S&P acredita que o apoio constante da casa-mãe do Haitong Bank vai continuar a preservar o perfil de crédito do Banco nos próximos anos, mantendo-se o foco na contínua reestruturação do seu modelo operacional.

A 16 de setembro de 2022, a S&P reafirmou a sua notação de *rating* de crédito de longo prazo em "BB" e a notação de curto prazo em "B". O *Outlook* manteve-se "Estável".

A 25 de janeiro de 2023, S&P reiterou a última revisão efetuada, mantendo a sua notação de *rating* de crédito de longo prazo em "BB" e a notação de curto prazo em "B", assim como o *Outlook* "Estável".

## TESOURARIA

## O Mercado em 2022

O ano foi marcado pelo ciclo mais agressivo de subida das taxas de juro em mais de quatro décadas por parte do BCE e da Reserva Federal, tendo por objetivo controlar a inflação.

Os choques inesperados do lado da oferta, resultantes fundamentalmente da guerra na Ucrânia, continuaram a ser a principal fonte de risco para a economia global. Os preços das *commodities* dispararam, com a Europa a sofrer as consequências da escassez de energia causada pela Rússia. Os problemas relacionados com as cadeias de abastecimento também contribuíram para a subida da inflação, uma vez que a capacidade de produção se encontrava debilitada devido à escassez de mão-de-obra e de componentes.

A pandemia de COVID-19 manteve-se como um risco persistente, embora controlável devido à disponibilidade de vacinas e tratamentos.

A combinação adversa de uma taxa de inflação elevada com a perspetiva de um maior aperto monetário por parte dos bancos centrais continuou a pesar na confiança das empresas. Os indicadores de atividade económica na Europa e nos EUA encontravam-se em níveis muito baixos no final do ano, tendo abrandado continuamente desde o 2º trimestre de 2022. Os desequilíbrios económicos e financeiros globais tornaram-se mais pronunciados no final do ano, devido à perspetiva de uma recessão causada pela necessidade de controlar a inflação nos países desenvolvidos.

Nos mercados cambiais, a procura dos investidores por ativos de menor risco (“flight-to-quality”) favoreceu o dólar, tendo o Euro desvalorizado cerca 6% face à moeda norte-americana.

País	Yields a 10 anos			
	Início de 2022	Mínimo 2022	Máximo 2022	Final de 2022
Alemanha	-0,182%	-0,124% (jan)	2,565% (dez)	2,565%
Itália	1,170%	1,204% (jan)	4,784% (out)	4,698%
Espanha	0,563%	0,585% (jan)	3,649% (dez)	3,649%
Portugal	0,462%	0,499% (jan)	3,579% (dez)	3,579%
Grécia	1,315%	1,296% (jan)	5,055% (out)	4,565%
EUA	1,510%	1,510% (jan)	4,244% (out)	3,877%

Fonte: Haitong Bank.

No Brasil, a atividade económica no 1º semestre foi mais forte do que o esperado, impulsionada pelo setor dos serviços, depois da reabertura da economia na sequência do levantamento das restrições relacionadas com a pandemia. Embora tenha abrandado nos últimos dois trimestres, o crescimento do PIB em 2022 poderá ser de cerca de 3,0%, o que é muito superior ao previsto no final de 2022. Em retrospectiva, recorde-se que algumas importantes casas de *research* bancárias previam um crescimento negativo para o ano passado. Dito isto, as expectativas atuais para 2023 são de um crescimento do PIB de cerca de 0,8%.

Neste cenário de maior crescimento do PIB, a taxa de desemprego caiu durante o ano e poderá aproximar-se dos 8,0%, o que no Brasil é considerado como pleno emprego, de acordo com algumas métricas. Os rendimentos reais também cresceram, recuperando as perdas inflacionistas de 2021 e 2022.

Neste contexto, o BCB aumentou a taxa SELIC em mais 450 pontos base, para 13,75% (acima da expectativa há 12 meses atrás), com o objetivo de gerir as expectativas de inflação para 2023, e especialmente para 2024, que ainda estão acima da meta para estes anos. O banco central brasileiro está ciente de que, com a normalização global da oferta, e sobretudo com outros bancos centrais a apertar as condições financeiras, o seu objetivo de atingir a meta de inflação poderá tornar-se mais fácil no futuro. Para o próximo ano, as expectativas de inflação são de cerca de 5,50%, com uma taxa SELIC terminal de 12,5%. O déficit da balança corrente situou-se em 3,2% do PIB, sendo totalmente financiado pelo investimento direto estrangeiro. Estima-se que o déficit da balança de transações correntes se tenha situado em 60 mil milhões de dólares e o fluxo de entrada de capitais em 80 mil milhões de dólares. O abrandamento do crescimento em 2023 poderá reduzir este déficit para 2,5% do PIB no próximo ano.

Finalmente, o recém-eleito Presidente eleito Lula enviou sinais mistos ao mercado. O mercado está preocupado com o futuro da política fiscal e com a sustentabilidade da trajetória da dívida. A nível macro, a reforma fiscal e a nova arquitetura fiscal para substituir a lei do 'teto dos gastos público' são as discussões mais importantes para 2023.

### *Destques da Atividade*

Durante o ano, o Banco manteve uma posição de liquidez muito confortável, juntamente com um mix de financiamento estável.

O Banco concluiu com sucesso duas emissões de obrigações: a primeira em fevereiro, no montante de 230 milhões de euros com maturidade a 3 anos, seguida da segunda em maio, no montante de 150 milhões de dólares, com maturidade a 5 anos. Estas emissões permitiram ao Banco alargar o prazo médio de vencimento da dívida e diversificar as suas fontes de financiamento.

### **Depósitos de Retalho**

Durante o ano, o Banco prosseguiu a sua estratégia de levantamento de fundos através de plataformas online de depósitos para particulares. Este canal provou ser uma fonte estável de financiamento com benefícios claros nos rácios de liquidez NSFR e LCR. Em 2022 o Banco alargou a angariação de depósitos de retalho a mais um país, o que contribuiu para a diversificação das suas fontes de financiamento.

Adicionalmente, o Banco continuou a desenvolver diversas iniciativas destinadas a melhorar a qualidade da oferta de depósitos a retalho, incluindo a análise de novos mercados e, mais recentemente, o lançamento de uma plataforma própria de *home banking*.

### Financiamento através do Eurosistema

Durante o ano, o Banco continuou a acompanhar de perto as decisões de política monetária do BCE, tendo aumentado os ativos elegíveis e, conseqüentemente, melhorado a sua capacidade de financiamento. A operação TLTRO III.2 venceu-se em dezembro.

No Brasil, o Banco focou-se na expansão da base de investidores através da diversificação das fontes de financiamento, mantendo o *buffer* de liquidez num nível confortável (cerca de 2,0 mil milhões de reais), com o objetivo de suportar e manter o ritmo da atividade, assim como os seus indicadores de liquidez e de financiamento.

### *Perspetivas para 2023*

O objetivo prioritário do Departamento de Tesouraria do Banco para 2023 é continuar a assegurar a liquidez necessária para a execução do plano de negócios, com o objetivo particular de otimizar o custo de financiamento. Para o efeito, o Banco pretende manter uma estrutura de *funding* estável e diversificada, composta essencialmente por depósitos de retalho, *funding* de longo prazo através de emissões de obrigações e/ou empréstimos sindicados e também através da utilização dos instrumentos de política monetária disponibilizados pelo BCE, designadamente o Eurosistema.



# Gestão de Risco

## GOVERNANCE

O Conselho de Administração é o responsável final pelo sistema de gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comitês e Comissões relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

### *Comissão de Risco*

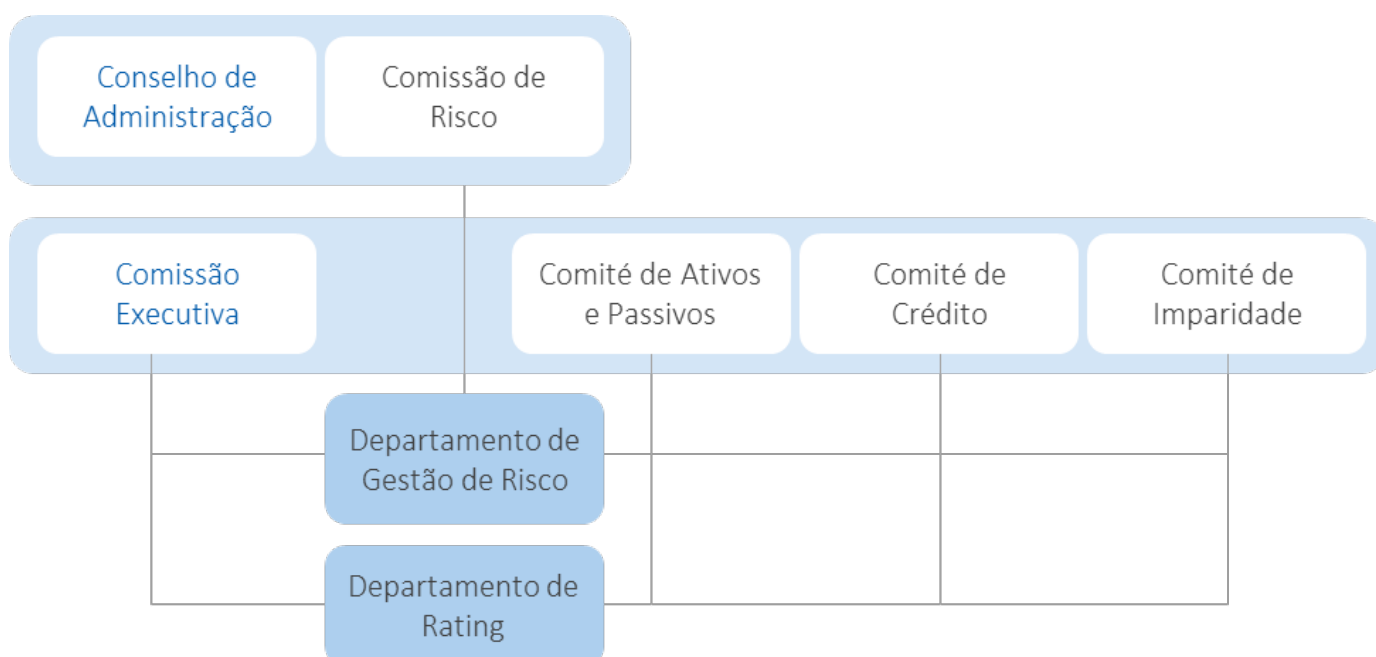
A Comissão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia/ apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

### *Comité de Ativos e Passivos*

O Comité de Ativos e Passivos (“Assets and Liabilities Committee” ou “ALCO”) tem como missão aconselhar a Comissão Executiva na gestão dos ativos e passivos do Banco, incluindo a supervisão do planeamento de capital, da liquidez/ *funding*, da gestão do risco de ativos e passivos, do *pricing* e da política de investimento, em consonância com a estratégia de negócio e os requisitos regulamentares aplicáveis.

### *Departamento de Gestão de Risco*

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



### *Departamento de Rating*

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

### *Comité de Crédito*

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração, é o Comité do Banco responsável por emitir pareceres não vinculativos sobre operações que devam ser submetidas à aprovação da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração, de acordo com o definido na Política de Apetite ao Risco (“RAF”) do Banco.

### *Comité de Imparidade*

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

### *Apetite de Risco*

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e na América Latina com a capacidade de originação *cross-border* do Grupo no mercado chinês. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são: DCM, Structured Finance, Fusões e Aquisições, Fixed Income, Derivados Corporativos e Asset Management.

O Haitong Bank está ciente de que a sua função de gestão de risco constitui um fator-chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Banco é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- ⊕ **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- ⊕ **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- ⊕ **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

## RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados por processos abrangentes de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

### PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

#### *Ratings Internos*

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). Embora centralizada na sede do Banco, a atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Madrid, Varsóvia e São Paulo.

#### *Monitorização*

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

#### *Processo de Recuperação de Crédito*

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

## ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

### *Carteira de Crédito*

#### *Estrutura da carteira de crédito*

Em dezembro de 2022, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 786 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 153 milhões de euros face a dezembro de 2021.

A distribuição setorial da carteira de crédito espelha a importância crescente da atividade internacional de concessão de crédito desenvolvida pelo Banco.

## Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	dezembro 2022			dezembro 2021		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
<b>Carteira de Crédito<sup>1</sup></b>	<b>257.342</b>	<b>528.253</b>	<b>785.595</b>	<b>222.483</b>	<b>409.748</b>	<b>632.231</b>
<i>Specialized Lending</i>	160.681	140.859	<b>301.540</b>	159.021	110.085	<b>269.106</b>
Crédito a empresas	47.279	350.763	<b>398.042</b>	59.568	253.903	<b>313.471</b>
Outros	49.382	36.631	<b>86.013</b>	3.894	45.760	<b>49.654</b>

<sup>1</sup> Gross of provisions - Fonte: Haitong Bank

## Carteira de Crédito por Segmento e Setor

	dezembro 2022				dezembro 2021			
	Crédito Especializado	Crédito a empresas	Outros	Total	Crédito Especializado	Crédito a empresas	Outros	Total
<b>TOTAL</b>	<b>38,6%</b>	<b>50,6%</b>	<b>10,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>42,6%</b>	<b>49,6%</b>	<b>7,8%</b>	<b>100,0%</b>
Imobiliário	10,9%	0,0%	5,0%	<b>15,9%</b>	8,7%	0,0%	2,3%	<b>11,0%</b>
Energia	12,1%	9,3%	0,0%	<b>21,4%</b>	14,8%	3,7%	0,0%	<b>18,5%</b>
Infraestruturas de transportes	13,6%	5,3%	0,0%	<b>18,9%</b>	18,8%	0,3%	0,0%	<b>19,1%</b>
Telecomunicações	0,0%	6,8%	0,0%	<b>6,8%</b>	0,0%	8,0%	0,0%	<b>8,0%</b>
Comércio e Serviços	0,0%	7,9%	0,0%	<b>7,9%</b>	0,0%	6,7%	0,0%	<b>6,7%</b>
Saúde	0,0%	1,0%	0,0%	<b>1,0%</b>	0,0%	7,3%	0,0%	<b>7,3%</b>
Instituições financeiras não bancárias	0,0%	0,0%	5,8%	<b>5,8%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	3,3%	0,0%	<b>3,3%</b>	0,0%	3,8%	0,0%	<b>3,8%</b>
Retalho	0,0%	2,6%	0,0%	<b>2,6%</b>	0,0%	3,2%	0,0%	<b>3,2%</b>
Automóveis e peças de automóveis	0,0%	2,6%	0,0%	<b>2,6%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
Bens de investimento	0,0%	2,2%	0,0%	<b>2,2%</b>	0,0%	1,7%	0,0%	<b>1,7%</b>
Construção e Obras Públicas	0,0%	1,0%	0,0%	<b>1,0%</b>	0,0%	3,6%	0,0%	<b>3,6%</b>
Indústria química	0,0%	1,9%	0,0%	<b>1,9%</b>	0,0%	2,4%	0,0%	<b>2,4%</b>
Arrendamento e Locação	1,8%	0,0%	0,0%	<b>1,8%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
Materiais de construção	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>	0,0%	2,0%	0,0%	<b>2,0%</b>
Papel e produtos florestais	0,0%	1,0%	0,0%	<b>1,0%</b>	0,0%	2,9%	0,0%	<b>2,9%</b>
Indústria de petróleo e gás	0,0%	3,2%	0,0%	<b>3,2%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>
Cooperativas agrícolas	0,0%	1,0%	0,0%	<b>1,0%</b>	0,0%	1,3%	0,0%	<b>1,3%</b>
Embalagens	0,0%	0,7%	0,0%	<b>0,7%</b>	0,0%	0,8%	0,0%	<b>0,8%</b>
Transportes	0,2%	0,5%	0,0%	<b>0,7%</b>	0,3%	1,0%	0,0%	<b>1,3%</b>
Fundos e Gestores de Ativos	0,0%	0,0%	0,0%	<b>0,0%</b>	0,0%	0,0%	5,3%	<b>5,3%</b>
Outros	0,0%	0,3%	0,0%	<b>0,3%</b>	0,0%	0,9%	0,2%	<b>1,1%</b>

Fonte: Haitong Bank.

### Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de *rating* interno.

#### Perfil de Rating da Carteira de Crédito

	dezembro 2022	dezembro 2021
[aaa+; a-]	2,8%	2,1%
[bbb+; bbb-]	10,7%	15,5%
[bb+; bb-]	65,7%	50,3%
[b+; b-]	20,8%	32,2%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco  
Fonte: Haitong Bank.

### Indicadores de Risco

#### Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	dezembro 2022	dezembro 2021
<b>Carteira de Crédito</b>	<b>785.595</b>	<b>632.231</b>
<b>Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)</b>	<b>9.766</b>	<b>13.181</b>
Rácio de Crédito não Produtivo	1,2%	2,1%
<b>Imparidade do Crédito Não Produtivo</b>	<b>6.310</b>	<b>5.517</b>
Cobertura de Crédito não Produtivo	64,6%	41,9%
<b>Exposição de risco de crédito bruta</b>	<b>2.679.463</b>	<b>2.282.209</b>
<b>Exposições não produtivas (NPE) <sup>(1)</sup></b>	<b>13.244</b>	<b>23.382</b>
Rácio NPE	0,5%	1,0%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	52,2%	25,9%
<b>Crédito reestruturado ("forborne")</b>	<b>60.314</b>	<b>61.446</b>
das quais exposições produtivas (%)	84,1%	72,6%

(1) O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão

Fonte: Haitong Bank

A melhoria do rácio de exposições não produtivas (NPE) de 1,0% para 0,5% e rácio de exposições ao crédito não produtivo (NPL) de 2,1% em dezembro de 2021 para 1,2% em dezembro de 2022 resulta das normas prudentes no momento da originação do crédito e das medidas de redução do crédito e exposições não produtivas empreendidas pelo Banco.

*Títulos de Rendimento Fixo**Estrutura da Carteira*

A carteira de títulos de rendimento fixo em dezembro de 2022 com um total líquido de 1.763 milhões de euros, representando um aumento de 623 milhões de euros face a dezembro de 2021. Este acréscimo deve-se ao reforço do investimento na carteira de dívida soberana.

*Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)*

	dezembro 2022	dezembro 2021
<b>Total</b>	<b>1.762.578</b>	<b>1.139.288</b>
Administração pública	1.248.597	632.160
Bancos	80.304	82.621
Imobiliário	76.931	76.172
Construção e Obras Públicas	44.875	30.739
Energia	41.456	36.617
Instituições financeiras não bancárias	30.639	53.710
Telecomunicações	26.929	29.050
Bens de investimento	26.468	16.739
Saúde	21.958	24.037
Água e saneamento	20.802	11.205
Agricultura e Bens alimentares	20.399	20.924
Indústria de petróleo e gás	17.404	13.993
Automóveis e peças de automóveis	16.870	20.499
Fundos e Gestores de Ativos	15.997	0
Retailo	14.108	11.620
Indústria química	11.913	9.551
Alimentação, bebidas e tabaco	10.510	7.456
Metalúrgica & Mineração	9.447	11.708
Alojamento e Turismo	7.394	17.767
Bens de consumo e vestuário	5.135	3.185
Transportes	3.629	5.098
Papel e produtos florestais	2.723	19.690
Materiais de construção	1.782	0
Tecnologia e equipamento informático	1.742	0
Comércio e Serviços	1.456	4.545
Infraestruturas de transportes	1.419	202
Outros	1.691	0

Fonte: Haitong Bank.

### Perfil de Ratings Internos

Em dezembro de 2022, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

#### Perfil de Rating da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	dezembro 2022	dezembro 2021
[aaa; a-]	7,9%	5,8%
[bbb+; bbb-]	26,6%	32,0%
[bb+; bb-]	61,9%	59,3%
[b+; b-]	3,7%	2,9%

*As a percentage of non-default rated portfolio  
Fonte: Haitong Bank.*

### Carteira de Derivados

#### Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro e taxa de câmbio, ascendia a aproximadamente 101 milhões de euros em dezembro de 2022, uma redução de 69 milhões de euros face a dezembro de 2021.

No que respeita à distribuição setorial, em dezembro de 2022, 28% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 22% em Bancos.

#### Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	dezembro 2022	dezembro 2021
<b>Total</b>	<b>101.006</b>	<b>169.796</b>
Infraestruturas de transportes	28.128	69.296
Bancos	21.821	22.569
Instituições financeiras não bancárias	16.689	6.273
Indústria química	15.308	13.675
Alimentação, bebidas e tabaco	10.229	16.583
Papel e produtos florestais	5.235	5.008
Construção e Obras Públicas	857	646
Energia	729	5.678
Corretagem	355	6.250
Agricultura e Bens alimentares	108	10.333
Indústria de petróleo e gás	14	5.291
Metalúrgica & Mineração	0	6.352
Outros	1.533	1.842

*Fonte: Haitong Bank.*

### Perfil de Ratings Internos

O Banco assume sobretudo risco de contraparte subjacente à carteira de derivados ao fornecer soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em dezembro de 2022, a exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

#### Perfil de Ratings da Carteira de Derivados

	dezembro 2022	dezembro 2021
[aaa; a-]	26,7%	14,1%
[bbb+; bbb-]	29,7%	43,6%
[bb+; bb-]	24,3%	29,5%
[b+; b-]	19,4%	12,7%

*Em percentagem da carteira não default com notações de risco*

*Fonte: Haitong Bank.*

## RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e *spreads* de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas pela unidade de Controlo do Risco de Mercado, que trabalha de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk* (VaR) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

## RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

### Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis com observação histórica de 1 ano e um intervalo de confiança de 99%.

Em dezembro de 2022, o VaR do Haitong Bank, totalizava 10,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,5 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2021.



*Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)*

	dezembro 2022	dezembro 2021
Cambial	10,1	4,7
Taxa de Juro	0,6	0,6
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de Crédito	0,6	1,3
Covariância	-0,9	-0,7
<b>Global VaR</b>	<b>10,4</b>	<b>5,9</b>

Fonte: Haitong Bank.

## RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

### *Risco de Taxa de Juro*

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e ganhos do Banco decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária do Banco.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em dezembro de 2022, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo na curva de rendimentos de +/- 200 pontos base foi estimado em 23,4 milhões de euros. Um *floor* de -100 pontos base foi aplicado na curva de rendimentos para desconsiderar cenários irrealistas de taxas de juro extremamente negativas.

### *Risco de Spread de Crédito*

O *spread* de crédito, que representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade, é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos e reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro de risco e a taxa de juro referente a um ativo sem risco na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

## RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade de o valor dos passivos (as responsabilidades do Fundo) exceder o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do plano de pensões).

## RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos riscos operacional e de sistemas de informação.

### Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor têm por base os princípios e emitidos pelo Comité de Basileia para risco operacional e pelas Diretrizes do BCE no que refere a orientações sobre a Avaliação de Riscos das TIC.

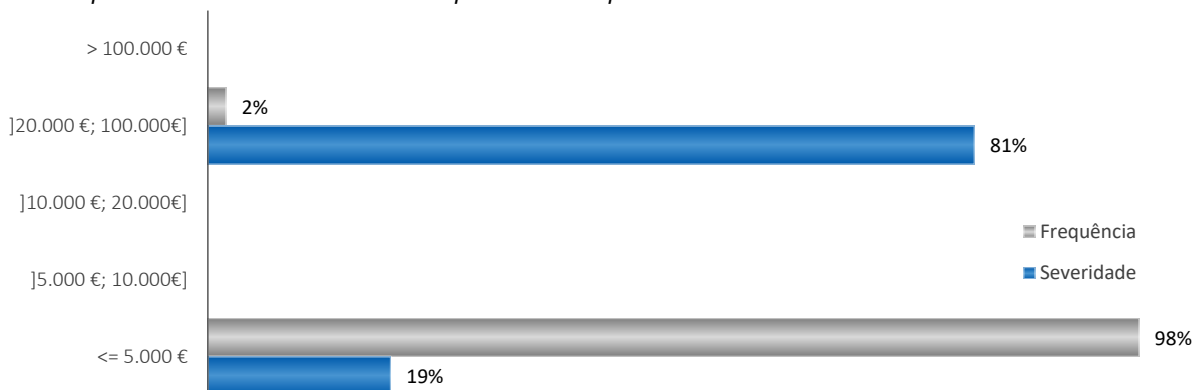
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- ⊕ Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- ⊕ Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente no ambiente de IT do Banco, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- ⊕ Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- ⊕ Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados; e
- ⊕ Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

## ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as categorias de risco do Banco de Portugal, por linhas de negócio e tipologias de eventos de Basileia.

### Distribuição da frequência e severidade dos eventos por evento de perda

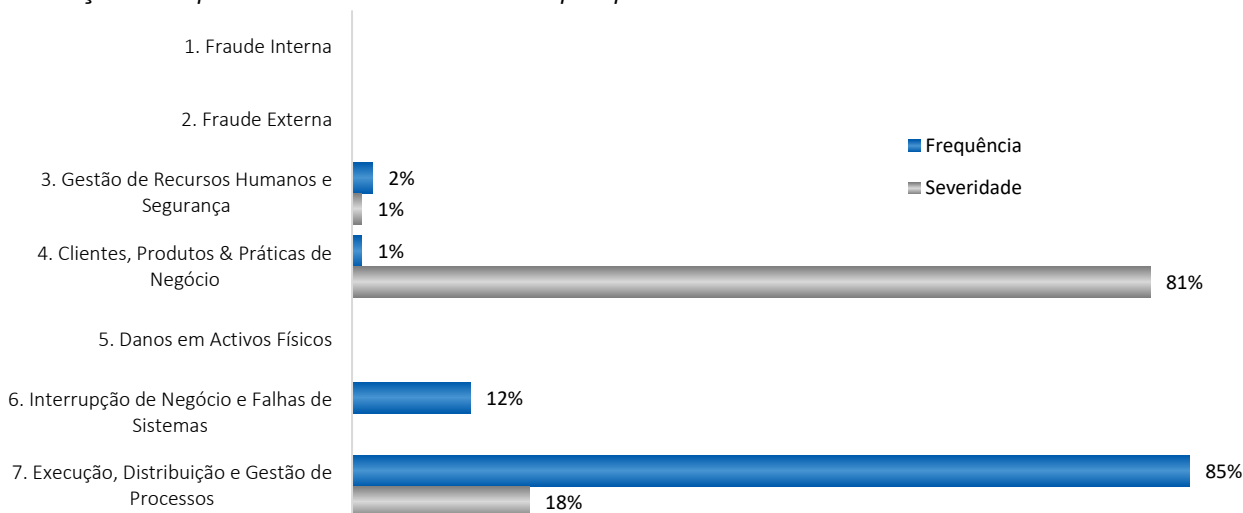


Fonte: Haitong Bank

Em 2022, 98% dos eventos de perda registados foram inferiores a 5.000 euros.

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificou-se que em 2022, 85% dos eventos operacionais estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos, estando 18% das perdas operacionais reportadas associadas a este risco. A tipologia Clientes, Produtos & Práticas de Negócio representou o maior montante de perdas do exercício, correspondendo a 81% do total de perdas de eventos de risco operacional.

#### Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Fonte: Haitong Bank

## RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

### Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento chave na estratégia de negócio do Haitong Bank e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a sua robustez e resiliência.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido, e no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, consistente com os seguintes princípios:

- ⊕ Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- ⊕ Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- ⊕ Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e funding;
- ⊕ Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;

- ⊕ Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- ⊕ Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

## POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

### Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LRC) previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover a robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em dezembro de 2022, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 236%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

#### Rácio de Cobertura de Liquidez (milhares de euros)

	dezembro 2022	dezembro 2021
Ativos de Elevada Qualidade	615.793	670.542
Saídas Líquidas a 30 Dias	261.353	365.824
Rácio de Cobertura de Liquidez	236%	183%

Fonte: Haitong Bank.

### Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em dezembro de 2022, o Haitong Bank alcançou um NSFR de 145%, assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

#### Net Stable Funding Ratio

	dezembro 2022	dezembro 2021
NSFR	145%	142%

Fonte: Haitong Bank.

## GESTÃO DE CAPITAL

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

### *Práticas de Gestão*

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- ⊕ Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- ⊕ Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- ⊕ Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Complementando a perspetiva regulatória, o Haitong Bank executa periodicamente uma autoavaliação interna de capital baseada no risco (ICAAP) que consiste numa medição prospetiva dos riscos materiais incorridos pelo Haitong Bank (incluindo os não cobertos pelo capital regulamentar do Pilar 1).

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

## RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

### *Solvabilidade*

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que altera o Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que altera a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/ dedução de novos elementos (*phased-in*) nos quais as instituições possam acomodar os novos requisitos. O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estendeu até ao final de 2022.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permitiu que a inclusão desta reserva de fundos próprios fosse faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), e que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. No dia 31 de dezembro de 2022, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A dezembro 2022, os rácios de capital do Haitong Bank são calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que altera o Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que altera a Diretiva 2013/36/EU), tanto para o período transitório como para o período de Implementação Plena, conforme se encontram na tabela que se segue.

#### Rácios de Solvabilidade

	dezembro 2022		dezembro 2021	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	17,4%	17,3%	18,9%	18,8%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	21,7%	21,7%	23,5%	23,4%
Rácios Fundos Próprios Totais	21,8%	21,8%	23,6%	23,5%

Fonte: Haitong Bank.

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permite-lhe manter uma sólida posição de capital.

#### Alavancagem

A regulamentação CRRII/CRDV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição e visando evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário e definindo um limite adicional de suporte aos requisitos de capital com ponderação de risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A dezembro de 2022, os rácios de alavancagem determinados à luz da metodologia prevista no regime de Basileia III / CRR II, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

#### Rácios de Alavancagem

	dezembro 2022	dezembro 2021
Período Transitório	12,2%	17,0%
Implementação Plena	12,2%	17,0%

Fonte: Haitong Bank.

# RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS



# 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Juros e proveitos similares	5	120 909	76 878
Juros e custos similares	5	106 509	47 251
<b>Margem financeira</b>		<b>14 400</b>	<b>29 627</b>
Rendimentos de serviços e comissões	6	45 475	60 149
Encargos com serviços e comissões	6	( 4 317)	( 4 339)
Resultados de instrumentos de negociação	7	25 385	( 18 939)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	( 595)	6 369
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	604	( 682)
Resultados de reavaliação cambial	10	( 6 360)	8 161
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	713	10 805
Outros resultados operacionais	12	( 1 244)	( 1 915)
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>74 061</b>	<b>89 236</b>
Custos com pessoal	13	39 604	37 326
Gastos gerais administrativos	15	15 396	16 774
Depreciações e amortizações	24 e 25	6 360	6 296
Provisões	30	( 2 160)	9 434
Imparidade em ativos financeiros	30	2 006	10 984
<b>Custos operacionais</b>		<b>61 206</b>	<b>80 814</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12 855</b>	<b>8 422</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	31	3 870	2 954
Diferidos	31	( 1 958)	1 112
		<b>1 912</b>	<b>4 066</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>10 943</b>	<b>4 356</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>11 107</b>	<b>3 552</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	34	<b>( 164)</b>	<b>804</b>
		<b>10 943</b>	<b>4 356</b>
Resultados por ação básicos (em euros)	16	0,07	0,02
Resultados por ação diluídos (em euros)	16	0,07	0,02

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração



## Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
Atribuível aos accionistas do Banco	11 107	3 552
Atribuível aos interesses que não controlam	( 164)	804
	<b>10 943</b>	<b>4 356</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		
Desvios actuariais líquidos de impostos	11 182	5 307
	<b>11 182</b>	<b>5 307</b>
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados</b>		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos		
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	11 484	988
Ganhos/(Perdas) com cobertura de net investment (ver Nota 38)	-	( 515)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	1
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	( 8 644)	( 976)
	<b>2 840</b>	<b>( 502)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>24 965</b>	<b>9 161</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>22 792</b>	<b>8 597</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>2 173</b>	<b>564</b>
	<b>24 965</b>	<b>9 161</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Balço Consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	17	25 828	488 544
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		811 079	455 753
Ativos financeiros detidos para negociação		794 541	435 954
Títulos	18	745 603	346 040
Instrumentos financeiros derivados	19	48 938	89 914
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		16 538	19 799
Títulos	20	16 518	19 777
Crédito a clientes	22	20	22
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	295 493	259 769
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 983 622	1 207 036
Títulos	20	721 519	532 773
Aplicações em instituições de crédito	21	490 318	54 022
Crédito a clientes	22	771 785	620 241
Ativos não correntes detidos para venda	23	-	6 538
Outros ativos tangíveis	24	14 678	9 975
Ativos intangíveis	25	2 666	3 618
Ativos por impostos		132 440	120 051
Ativos por impostos correntes	31	22 550	24 819
Ativos por impostos diferidos	31	109 890	95 232
Outros ativos	26	150 314	195 368
<b>Total de Ativo</b>		<b>3 416 120</b>	<b>2 746 652</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação		39 556	75 638
Títulos	18	97	1 036
Instrumentos financeiros derivados	19	39 459	74 602
Passivos financeiros ao custo amortizado		2 643 228	1 950 147
Recursos de instituições de crédito	27	1 354 051	759 397
Recursos de clientes	28	747 140	1 164 000
Responsabilidades representadas por títulos	29	542 037	26 750
Provisões	30	19 111	19 939
Passivos por impostos		13 270	7 568
Passivos por impostos correntes	31	7 476	7 267
Passivos por impostos diferidos	31	5 794	301
Outros passivos	32	72 919	86 513
<b>Total de Passivo</b>		<b>2 788 084</b>	<b>2 139 805</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	33	863 279	844 769
Prémios de emissão	33	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	33	105 042	108 773
Reservas de reavaliação	34	( 10 605)	( 1 926)
Outras reservas e resultados transitados	34	( 370 665)	( 376 071)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		11 107	3 552
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>606 954</b>	<b>587 893</b>
Interesses que não controlam	34	21 082	18 954
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>628 036</b>	<b>606 847</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>3 416 120</b>	<b>2 746 652</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 1 391)</b>	<b>( 383 292)</b>	<b>1 641</b>	<b>579 296</b>	<b>18 793</b>	<b>598 089</b>
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 34 e 37):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 535)	-	-	( 535)	( 441)	( 976)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	272	-	272	201	473
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	5 307	-	5 307	-	5 307
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	3 552	3 552	804	4 356
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 535)</b>	<b>5 580</b>	<b>3 552</b>	<b>8 597</b>	<b>564</b>	<b>9 161</b>
Constituição de reservas (ver Nota 33)	-	-	-	-	1 641	( 1 641)	-	-	-
Juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	( 403)	( 403)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 1 926)</b>	<b>( 376 071)</b>	<b>3 552</b>	<b>587 893</b>	<b>18 954</b>	<b>606 847</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 1 926)</b>	<b>( 376 071)</b>	<b>3 552</b>	<b>587 893</b>	<b>18 954</b>	<b>606 847</b>
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 34 e 37):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 8 679)	-	-	( 8 679)	35	( 8 644)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	9 182	-	9 182	2 302	11 484
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	11 182	-	11 182	-	11 182
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	11 107	11 107	( 164)	10 943
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 8 679)</b>	<b>20 364</b>	<b>11 107</b>	<b>22 792</b>	<b>2 173</b>	<b>24 965</b>
Aumento de capital (ver Nota 33)	18 510	-	-	-	( 18 510)	-	-	-	-
Constituição de reservas (ver Nota 33)	-	-	-	-	3 552	( 3 552)	-	-	-
Reembolso de outros instrumentos de capital (ver Nota 33)	-	-	( 3 731)	-	-	-	( 3 731)	-	( 3 731)
Juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	( 45)	( 45)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>863 279</b>	<b>8 796</b>	<b>105 042</b>	<b>( 10 605)</b>	<b>( 370 665)</b>	<b>11 107</b>	<b>606 954</b>	<b>21 082</b>	<b>628 036</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		104 786	113 320
Juros e custos pagos		( 106 509)	( 30 333)
Serviços e comissões recebidas		45 453	62 375
Serviços e comissões pagas		( 4 317)	( 4 339)
Recuperações de créditos		637	10 483
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 64 992)	( 59 213)
		<b>( 24 942)</b>	<b>92 293</b>
<i>Variação nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Ativos e passivos financeiros de negociação		( 369 666)	169 866
Aplicações em instituições de crédito		( 435 782)	60 218
Recursos de instituições de crédito		594 272	182 212
Crédito a clientes		( 153 748)	( 202 672)
Recursos de clientes e outros empréstimos		( 417 242)	( 78 341)
Derivados de cobertura		-	151
Outros ativos e passivos operacionais		54 483	9 357
		<b>( 752 625)</b>	<b>233 084</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 1 028)	( 2 992)
		<b>( 753 653)</b>	<b>230 092</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	( 500)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	1
Compra de investimentos em títulos		( 469 780)	( 591 234)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		251 683	393 859
Compra de imobilizações		( 1 586)	( 1 197)
Venda de imobilizações		2	-
		<b>( 219 681)</b>	<b>( 199 071)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	29	519 422	15 898
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	29	( 4 135)	( 52 856)
Dividendos a interesses não controlados		-	( 403)
Reembolso de outros instrumentos de capital	33	( 3 731)	-
		<b>511 556</b>	<b>( 37 361)</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
		<b>( 461 778)</b>	<b>( 6 340)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>			
		488 545	494 885
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>			
		26 767	488 545
		<b>( 461 778)</b>	<b>( 6 340)</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	17	7	9
Disponibilidades em bancos centrais	17	3 008	457 666
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	23 752	30 870
<b>Total</b>		<b>26 767</b>	<b>488 545</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## 2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

### NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil e Polónia. Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
<b>Haitong Bank SA</b>	<b>1983</b>	<b>-</b>	<b>Portugal</b>	<b>Banca</b>	<b>100%</b>	<b>Integral</b>
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Haitong Ancillary Services	2004	2021	Polónia	Serviços Bancários Auxiliares	100%	Integral
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong Negócios S.A.	2004	2004	Brasil	Gestão de ativos	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de ativos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo de 2022, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

### Subsidiárias

- Em janeiro de 2022 foi outorgada a escritura pública que deu início formal ao processo de liquidação da Haitong Ancillary Services.
- Em janeiro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 000 milhares de reais.
- Em março de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 000 milhares de reais.

Durante o exercício de 2022, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2022	
	Aquisições	
	Outros Investimentos (a)	Total
<b>Empresas subsidiárias</b>		
FI Multimercado Treasury	15 704	15 704
<b>Total</b>	<b>15 704</b>	<b>15 704</b>

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

Durante o exercício de 2021, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2021				
	Aquisições			Vendas	
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total	Outros Reembolsos (b)	Total
<b>Empresas subsidiárias</b>					
Haitong Ancillary Services Sp Zoo	500	-	500	-	-
FI Multimercado Treasury	-	4 883	4 883	-	-
	<b>500</b>	<b>4 883</b>	<b>5 383</b>	-	-
<b>Empresas associadas</b>					
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>4 883</b>	<b>5 383</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

*(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos*

Durante o exercício de 2022, não houve movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de dezembro de 2022.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2022. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os ativos não correntes detidos para venda e ativos de unidades em descontinuação são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2023.

## 2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os ativos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.



## Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- ⊕ Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- ⊕ Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- ⊕ Transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- ⊕ Intercâmbio de pessoal de gestão;
- ⊕ Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

## Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no exercício entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no exercício em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

#### Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

#### Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- ⌘ Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- ⌘ Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- ⌘ As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas

associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

### Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

## 2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

## 2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.4.1 Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

Ativos financeiros pelo custo amortizado;

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

- i. Ativos financeiros detidos para negociação
- ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
- iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

**a) Ativos financeiros pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e títulos de dívida.

**b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de actividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

**c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados**

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ⊕ ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros detidos para negociação”, quando sejam:

- i. originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;
  - ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo;
  - iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.
- ⊕ ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados- ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando sejam:
- i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
  - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados” da demonstração de resultados.

#### **Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

#### **Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

#### **Reconhecimento inicial**

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transação.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (excepto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos dos que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do Ativo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do ativo.

### Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

### Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
- b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

### Crédito abatido ao ativo (Write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

### Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ⊕ ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contracto original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contracto que reflecte as perdas de imparidade incorridas;

- ⊕ ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

### Imparidade de ativos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospectiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

### Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospectivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- ⊕ **Estágio 1 – *Performing***: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- ⊕ **Estágio 2 – *Under Performing***: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- ⊕ **Estágio 3 – *Non Performing***: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.



O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Estágio 1, que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Estágio 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Estágio 2.

As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR (Capital Requirements Regulation) na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em Estágio 3 estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired - "POCI"*), que são alocados no Estágio 3. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para o Estágio 2 ou Estágio 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, conseqüentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Estágio 3), é reclassificado para Estágio 2, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

A Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospectiva.

### Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- ⊕ Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- ⊕ Aplicações em instituições de crédito;
- ⊕ Instrumentos de dívida;
- ⊕ Devedores e outras contas a receber;
- ⊕ Caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, de acordo com a norma IFRS 9, o Grupo inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas as garantias prestadas e compromissos assumidos, bem como outros ativos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- ⊕ Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- ⊕ Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – *Under Performing* e Estágio 3 – *Non Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em Estágio 2.
- ⊕ Compromissos de crédito não utilizados: o montante dos compromissos de crédito não utilizados à data de referência multiplicado pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- ⊕ Garantias financeiras: o valor atual dos reembolsos esperados menos os montantes que o Grupo espera recuperar.

### Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato, considerando-se uma deterioração igual ou superior a quatro notches (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou “SICR”).

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excepcionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2.

O Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Estágio 1 um questionário denominado "*Questionário Early Warning Signals*" que visa identificar de forma oportuna indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Estágio 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na íntegra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima aplicável aos instrumentos financeiros.

### Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia ("EBA") para exposições não produtivas ("NPE"), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

### Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram objeto de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor (*forbearance*) segue as orientações do Banco Central Europeu (BCE), que consiste na necessidade em estabelecer acordos com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”). Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

- i. uma alteração aos termos e condições anteriores de um contrato aos quais o devedor é considerado incapaz de cumprir devido a dificuldades financeiras que resultam em capacidade insuficiente de obedecer ao serviço da dívida e que não seria concedida se o devedor não estivesse a enfrentar tais dificuldades;
- ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limite (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de exposições diferidas seguida pelo Grupo acompanha as orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito publicadas pelo Banco Central Europeu em março de 2017, as quais abordam o conceito de exposições diferidas, bem como os critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas aplicáveis a exposições diferidas publicados a Carta Circular CC/2018/00000062 do Banco de Portugal, de novembro de 2018.

#### 2.4.2 Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- ⊕ à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- ⊕ se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- ⊕ a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- ⊕ a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- ⊕ em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

#### Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IFRS 9, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

#### Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. A cobertura é efectuada através de um instrumento cambial forward. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

### 2.4.3 Passivos financeiros

#### Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

##### Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

##### a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- ⊕ o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- ⊕ a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- ⊕ a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- ⊕ o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efectiva de cada transacção.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

##### *Classificação*

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

#### Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

## Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

### 2.4.4 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transação, excepto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contractos classificados no estágio 1 ou estágio 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contracto sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contracto é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para ativos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

### 2.4.5 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contractos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contracto de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contracto. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## 2.5. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



## 2.8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ATIVOS DE UNIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Grupo deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para desreconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

## 2.9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.11. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

O Grupo adotou a norma IFRS 16 – Locações a 1 de janeiro de 2019, substituindo a IAS 17 – “Locações”, que vigorou até 31 de dezembro de 2018. O Grupo não adotou nenhum dos requisitos da IFRS 16 em exercícios anteriores.

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- ⊕ o contrato envolve o uso de um ativo identificado – este ativo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificado;
- ⊕ o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- ⊕ o Grupo tem o direito de direccionar o uso do ativo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direccionar o uso do ativo se:
  - o Grupo tem o direito de operar o ativo; ou
  - o Grupo desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de janeiro de 2019.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 €). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

### Como locatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o Ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efectuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efectuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento do Grupo como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- ⌘ pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- ⌘ pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- ⌘ valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- ⌘ o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do ativo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

#### Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos da locação associados a esses contratos como despesa de forma linear durante o período da locação.

#### Como locador

Quando o Banco actua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do Ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contabilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes da IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

## 2.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

### Pensões

#### *Portugal*

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do sector bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêm o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

### ***Restantes Geografias***

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

### **Benefícios de saúde**

#### ***Portugal***

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

### ***Restantes Geografias***

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera.

### **Prémio de Carreira**

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## **2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

#### 2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contracto formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contracto ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

#### 2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (performance obligation) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas;
- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

#### 2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

#### 2.17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

#### 2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.



## NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto de incerteza que resulta do impacto do conflito Rússia-Ucrânia na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1..

#### Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Grupo decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual – as vinte maiores exposições *corporate* em Estágio 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e as exposições em imparidade (Estágio 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva. No caso das exposições em Estágio 1, a análise individual é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspectivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável, como também cenários alternativos. Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

### Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default – LGD*), (iii) *Haircut* de colaterais, e (iv) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor – CCF*) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- ⊕ A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado momento. O Grupo leva em consideração as PD facultadas pela Standard & Poor's (S&P) ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade.
- ⊕ Perda dado o incumprimento (LGD) é a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação) cobrindo um amplo período histórico.
- ⊕ *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) é baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- ⊕ Fator de conversão de crédito (CCF) é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Grupo atualizou os inputs do modelo de imparidade coletiva no que se refere à incorporação de informação prospectiva, conforme informação apresentada na Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade.

### 3.2 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Banco com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspectiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

### 3.3 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.4 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

### 3.5 CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Grupo determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliado; os riscos que afectam o desempenho dos ativos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos ativos.

O Grupo monitoriza os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Grupo do modelo de negócios dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses ativos financeiros.

## NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

### 4.1 DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

#### Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

#### Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e equity direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos e obrigações convertíveis.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida numa ótica oportunística e abrange ofertas públicas de aquisição e subscrição e admissões à negociação.

### Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos nomeadamente Taxa de juro, FX e Commodities, apoiando as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu core business e fazer o lock-in da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de hedging contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço custo/venda de matérias-primas.

### Fixed Income

Composta por equipas especializadas em Trading, Syndication e Distribution a Divisão de Renda Fixa oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de *syndication* para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação da sua capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades de negócio e promovem a atividade cross-border.

O Fixed income é também responsável pela gestão da carteira de Investimento e Trading do Haitong Bank de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco está exposto localmente, tais como: juros pré-fixados, inflação, FX e equities, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária) ou através de outros gaps em fatores de risco decorrentes das atividades comerciais/Sales do Banco, seguindo as diretrizes definidos pelo Acionista e de acordo com a política de investimento aprovada pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Brasil.

### Equities

A Direção de Equities, através de sua Sucursal de Varsóvia, oferece um serviço de execução de ordens focado em ações de emittentes europeus e de mercados emergentes, direcionado a investidores europeus.

A Direção de Equities baseia a sua atividade de negócio no research produzido pela Direção de Research na Polónia, servindo ainda de plataforma de apoio às atividades de banca de investimento da Sucursal, através da distribuição de novas emissões de equity e transações subsequentes.

### Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition / leverage finance, project finance*, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e arranging a operações de financiamento.

### Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também irá monitorizar oportunidades cross-border com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

### Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de HQLA do Banco de forma eficaz e eficiente.

### Private Equity

Este segmento tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

### Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função de Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

### Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições com risco de crédito detidas pelo Banco que, de acordo com os critérios do IFRS9, sejam classificadas como não-produtivas.

A área de SPM também gere as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de operações que estejam em incumprimento ou classificadas como não-produtivas.

### Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não são de individualização obrigatória (Direção de Research, Direção de Asset Management e outros centros de receita).

## 4.2. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ACTIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

### Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

### Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

### Juros ativos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

### Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

### Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

### Ativos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os ativos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis, os Ativos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Ativos não correntes detidos para venda.

### Ativos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

### Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Macau e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

	31.12.2022												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	13 325	230	( 9)	( 6)	( 4)	( 6 375)	( 101)	( 6)	1 793	( 7)	2 038	3 522	14 400
Serviço a Clientes	5 532	332	14 355	13 805	( 45)	4 131	576	849	( 2 649)	1 809	( 1 300)	4 199	41 594
<b>PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL</b>	<b>18 857</b>	<b>562</b>	<b>14 346</b>	<b>13 799</b>	<b>( 49)</b>	<b>( 2 244)</b>	<b>475</b>	<b>843</b>	<b>( 856)</b>	<b>1 802</b>	<b>738</b>	<b>7 721</b>	<b>55 994</b>
Resultados Op Financeiras	1 684	2 169	187	47	7 309	20 242	( 2)	45	( 3 373)	-	( 3 841)	( 111)	24 356
Custos Deduzindo Produto Bancário	( 365)	-	( 13)	( 28)	( 150)	( 397)	( 16)	( 18)	( 1 363)	( 1)	( 3 898)	( 40)	( 6 289)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	1 076	( 1 073)	-	( 810)	( 201)	218	-	1	1 910	39	( 1 332)	172	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO TOTAL</b>	<b>21 252</b>	<b>1 658</b>	<b>14 520</b>	<b>13 008</b>	<b>6 909</b>	<b>17 819</b>	<b>457</b>	<b>871</b>	<b>( 3 682)</b>	<b>1 840</b>	<b>( 8 333)</b>	<b>7 742</b>	<b>74 061</b>
<b>Custos Operativos</b>	<b>3 284</b>	<b>713</b>	<b>3 788</b>	<b>2 610</b>	<b>1 597</b>	<b>4 513</b>	<b>1 282</b>	<b>683</b>	<b>1 049</b>	<b>1 663</b>	<b>38 700</b>	<b>1 478</b>	<b>61 360</b>
Custos com Pessoal	2 368	484	2 739	2 134	849	2 181	729	442	501	1 366	24 757	1 054	39 604
Gastos Gerais Administrativos	781	181	793	360	585	2 033	479	131	487	167	9 029	370	15 396
Depreciações e Amortizações	135	48	256	116	163	299	74	110	61	130	4 914	54	6 360
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>17 968</b>	<b>945</b>	<b>10 732</b>	<b>10 398</b>	<b>5 312</b>	<b>13 306</b>	<b>( 825)</b>	<b>188</b>	<b>( 4 731)</b>	<b>177</b>	<b>( 47 033)</b>	<b>6 264</b>	<b>12 701</b>
<b>Imparidade e Provisões</b>	<b>( 1 980)</b>	<b>181</b>	<b>175</b>	<b>( 604)</b>	<b>46</b>	<b>( 521)</b>	<b>7</b>	<b>111</b>	<b>840</b>	<b>-</b>	<b>1 905</b>	<b>( 6)</b>	<b>154</b>
Imparidade de crédito	( 758)	( 390)	-	-	-	-	-	-	( 139)	-	28	( 3)	( 1 262)
Imparidade de títulos	1 119	-	-	( 1)	-	( 487)	-	-	( 27)	-	( 312)	-	292
Provisões líquidas e outras imparidades	( 2 341)	571	175	( 603)	46	( 34)	7	111	1 006	-	2 189	( 3)	1 124
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>15 988</b>	<b>1 126</b>	<b>10 907</b>	<b>9 794</b>	<b>5 358</b>	<b>12 785</b>	<b>( 818)</b>	<b>299</b>	<b>( 3 891)</b>	<b>177</b>	<b>( 45 128)</b>	<b>6 258</b>	<b>12 855</b>

	31.12.2021												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 922	( 128)	( 8)	37	( 3)	23 601	( 41)	( 2)	( 5 595)	( 2)	30	1 816	29 627
Serviço a Clientes	6 706	410	21 167	12 811	1 176	3 612	4 171	1 886	( 2 813)	3 454	256	4 024	56 860
<b>PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL</b>	<b>16 628</b>	<b>282</b>	<b>21 159</b>	<b>12 848</b>	<b>1 173</b>	<b>27 213</b>	<b>4 130</b>	<b>1 884</b>	<b>( 8 408)</b>	<b>3 452</b>	<b>286</b>	<b>5 840</b>	<b>86 487</b>
Resultados Op Financeiras	10 075	551	17	( 747)	4 362	( 7 832)	( 1)	2 974	2 139	-	( 2 877)	81	8 742
Custos Deduzindo Produto Bancário	( 665)	-	( 84)	( 21)	( 84)	( 439)	( 23)	( 23)	( 971)	-	( 3 313)	( 370)	( 5 993)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	833	( 833)	-	( 386)	( 712)	674	1	-	302	-	( 104)	225	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO TOTAL</b>	<b>26 871</b>	<b>-</b>	<b>21 092</b>	<b>11 694</b>	<b>4 739</b>	<b>19 616</b>	<b>4 107</b>	<b>4 835</b>	<b>( 6 938)</b>	<b>3 452</b>	<b>( 6 008)</b>	<b>5 776</b>	<b>89 236</b>
<b>Custos Operativos</b>	<b>2 852</b>	<b>1 076</b>	<b>4 355</b>	<b>2 153</b>	<b>1 593</b>	<b>5 093</b>	<b>1 999</b>	<b>1 020</b>	<b>1 207</b>	<b>1 506</b>	<b>35 845</b>	<b>1 697</b>	<b>60 396</b>
Custos com Pessoal	2 162	578	3 124	1 486	760	2 485	969	747	446	1 174	22 169	1 226	37 326
Gastos Gerais Administrativos	556	462	962	547	695	2 293	902	157	677	164	8 974	385	16 774
Depreciações e Amortizações	134	36	269	120	138	315	128	116	84	168	4 702	86	6 296
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>24 019</b>	<b>( 1 076)</b>	<b>16 737</b>	<b>9 541</b>	<b>3 146</b>	<b>14 523</b>	<b>2 108</b>	<b>3 815</b>	<b>( 8 145)</b>	<b>1 946</b>	<b>( 41 853)</b>	<b>4 079</b>	<b>28 840</b>
<b>Imparidade e Provisões</b>	<b>1 685</b>	<b>( 679)</b>	<b>( 79)</b>	<b>( 10 546)</b>	<b>15</b>	<b>( 493)</b>	<b>-</b>	<b>( 973)</b>	<b>( 470)</b>	<b>-</b>	<b>( 8 939)</b>	<b>61</b>	<b>( 20 418)</b>
Imparidade de crédito	( 1 716)	( 325)	-	-	-	-	-	( 972)	-	-	364	51	( 2 598)
Imparidade de títulos	4 389	-	-	( 10 150)	-	( 501)	-	-	( 96)	-	-	-	( 6 358)
Provisões líquidas e outras imparidades	( 988)	( 354)	( 79)	( 396)	15	8	-	( 1)	( 374)	-	( 9 303)	10	( 11 462)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>25 704</b>	<b>( 1 755)</b>	<b>16 658</b>	<b>( 1 005)</b>	<b>3 161</b>	<b>14 030</b>	<b>2 108</b>	<b>2 842</b>	<b>( 8 615)</b>	<b>1 946</b>	<b>( 50 792)</b>	<b>4 140</b>	<b>8 422</b>



O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(9 893)	18 171	(382)	3 211	11 107
Ativo líquido	1 781 732	484 763	1 136 002	13 623	3 416 120
Investimentos em ativos					
tangíveis	325	375	118	87	905
intangíveis	516	125	40	-	681

*(milhares de euros)*

	31.12.2021				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	5 716	(5 558)	3 394	-	3 552
Ativo líquido	1 703 219	427 222	616 211	-	2 746 652
Investimentos em ativos					
tangíveis	166	194	27	-	387
intangíveis	712	30	160	-	902

## NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito a clientes	39 764	-	39 764	21 143	-	21 143
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 092	-	6 092	1 080	-	1 080
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15 093	-	15 093	6 618	-	6 618
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	42 884	42 884	-	39 486	39 486
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	16 795	-	16 795	8 440	-	8 440
Outros juros e proveitos similares	281	-	281	111	-	111
	<b>78 025</b>	<b>42 884</b>	<b>120 909</b>	<b>37 392</b>	<b>39 486</b>	<b>76 878</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	30 778	-	30 778	16 359	-	16 359
Juros de responsabilidades representadas por títulos	22 531	-	22 531	2 717	-	2 717
Juros de recursos de clientes	52 410	-	52 410	27 476	-	27 476
Juros de locações	412	-	412	329	-	329
Outros juros e custos similares	378	-	378	370	-	370
	<b>106 509</b>	-	<b>106 509</b>	<b>47 251</b>	-	<b>47 251</b>
	<b>(28 484)</b>	<b>42 884</b>	<b>14 400</b>	<b>(9 859)</b>	<b>39 486</b>	<b>29 627</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 5 501 milhares de euros e 278 milhares de euros relativos a contractos marcados como estágio 2 e como estágio 3, respetivamente (31 de dezembro de 2021: 6 508 milhares de euros e 2 121 milhares de euros, respetivamente).

A rubrica de Juros e proveitos similares – Juros de disponibilidades e aplicações de instituições de crédito tem registado um custo negativo de 98 milhares de euros associado às operações TLTRO III (31 de dezembro 2021: 467 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE. Estas metas terminaram com o último período de observação em dezembro de 2022, tendo sido confirmada a estimativa do Banco.

## NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	34 224	51 595
Por garantias prestadas	1 666	1 571
Por operações realizadas com títulos	9 585	6 983
	<b>45 475</b>	<b>60 149</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 814	1 984
Por operações realizadas com títulos	1 881	1 510
Por garantias recebidas	277	398
Outros custos com serviços e comissões	345	447
	<b>4 317</b>	<b>4 339</b>
	<b>41 158</b>	<b>55 810</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 24 003 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 39 519 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 36).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
China	28 004	29 276
Portugal	5 496	8 207
Polónia	2 234	6 880
Ilhas Virgens Britânicas	2 082	3 701
Espanha	1 980	2 477
Brasil	1 929	2 277
Luxemburgo	992	2 102
Ilhas Caimão	730	1 702
Reino Unido	502	1 291
Outros	1 526	2 236
	<b>45 475</b>	<b>60 149</b>

## NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos e passivos de negociação</b>		
<b>Títulos de negociação</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	( 19 626)	( 97 557)
De outros emissores	( 2 383)	1 583
Acções	171	( 107)
	<b>( 21 838)</b>	<b>( 96 081)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	11 425	( 4 677)
Contratos sobre taxas de juro	35 280	81 594
Contratos sobre acções/índices	254	( 778)
Outros	264	1 003
	<b>47 223</b>	<b>77 142</b>
	<b>25 385</b>	<b>( 18 939)</b>

## NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos e passivos ao justo valor com reconhecimento em resultados</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Crédito a clientes	( 2)	-
Acções	240	1 043
Outros títulos de rendimento variável	( 833)	5 326
	<b>( 595)</b>	<b>6 369</b>

## NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	604	( 682)
	<b>604</b>	<b>( 682)</b>

## NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Reavaliação Cambial	( 6 360)	8 161
	<b>( 6 360)</b>	<b>8 161</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3., e os resultados de derivados cambiais.

## NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de Crédito	637	10 483
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	76	322
	<b>713</b>	<b>10 805</b>

## NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Outros serviços de clientes	1 904	1 052
Impostos directos e indirectos	( 3 633)	( 3 565)
Resultados de subsidiárias e associadas	-	265
Ativos não financeiros	195	( 625)
Sub-leasing	442	297
Outros resultados de exploração	( 152)	661
	<b>( 1 244)</b>	<b>( 1 915)</b>

Os impostos directos e indirectos incluem:

- € 1 480 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de dezembro de 2021: 1 271 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de dezembro;
- € 1 195 milhares de euros relativos ao custo relacionado com o Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/CONFINS) (31 de dezembro de 2021: 1 313 milhares de euros), criados através do art. 239 da Constituição de 1988 e as Leis Complementares 7, de 07 de setembro de 1970, e 8, de 03 de dezembro de 1970; e pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

## NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Vencimentos e salários		
Remunerações	30 200	28 322
Prémios de carreira (ver Nota 14)	( 21)	( 21)
Impacto Acordos Rescisão	248	220
Corte - Mudança de Plano	-	( 127)
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	137	210
Outros encargos sociais obrigatórios	6 113	5 693
Outros custos	2 927	3 029
	<b>39 604</b>	<b>37 326</b>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

*(milhares de euros)*

	Conselho de Administração	Pessoal Identificado (1)	Total
<b>Dezembro de 2022</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 809	9 203	11 012
Remunerações variáveis	870	1 266	2 136
<b>Total</b>	<b>2 679</b>	<b>10 469</b>	<b>13 148</b>
<b>Dezembro de 2021</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 744	8 158	9 902
Remunerações variáveis	801	1 205	2 006
<b>Total</b>	<b>2 545</b>	<b>9 363</b>	<b>11 908</b>

*(1) Excluindo os membros do Conselho de Administração*

Considera-se na categoria de “Pessoal Identificado” os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“Identified Staff”).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Funções directivas	187	187
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	141	143
Funções administrativas	24	21
Funções auxiliares	10	10
	<b>365</b>	<b>364</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 357 em ambos os períodos.

## NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxa de rendimento esperado	4,23%	1,47%
Taxa de desconto	4,23%	1,47%
Taxa de crescimento de pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 31 de dezembro de 2022 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a high quality corporate bonds e (ii) a duration das responsabilidades (17 anos).

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos	90	94
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	81	79
Reformados	46	42
Sobreviventes	10	12
<b>TOTAL</b>	<b>227</b>	<b>227</b>

Os Ex-colaboradores com direitos adquiridos correspondem a colaboradores que cessaram a sua actividade no Banco em 2022 e 2021, tendo mantido direitos sobre o plano de pensões.



A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de dezembro		
Pensionistas e ex-colaboradores com direitos adquiridos	25 177	35 934
Ativos	7 739	14 132
	<b>32 916</b>	<b>50 066</b>
<b>Saldo dos fundos em 31 de dezembro</b>	<b>49 786</b>	<b>56 260</b>
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	16 870	6 194
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 26 e 32)</b>	<b>16 870</b>	<b>6 194</b>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	23 957	35 223

Os pensionistas incluem os ex-colaboradores, com direitos adquiridos no âmbito do Plano Social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades iniciais</b>	<b>50 066</b>	<b>52 754</b>
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	137	210
Custo dos juros	730	629
Contribuições dos participantes	86	87
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	( 17 388)	( 2 849)
- Alteração de pressupostos	( 19 692)	( 2 707)
- (Ganhos)/perdas de experiência	2 304	( 142)
Pensões pagas pelo fundo	( 963)	( 858)
Corte - Mudança de Plano	-	( 127)
Impacto de acordos de rescisão (ver Nota 13)	248	220
<b>Responsabilidades finais</b>	<b>32 916</b>	<b>50 066</b>

Em 30 de dezembro de 2020, após obtenção de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco. Esta alteração foi contabilizada como uma liquidação do plano de benefícios definidos, tendo sido registada de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.12. Neste sentido, as responsabilidades e os correspondentes ativos do plano a transferir foram reduzidos com referência a 30 de dezembro de 2021, tendo o diferencial sido registado em “Custos com Pessoal” (Nota 13).

Face a dúvidas suscitadas sobre os termos em que se processou a conversão supra referida, e no seguimento de contactos encetados com o Banco e Sociedade Gestora, a ASF emitiu uma ulterior autorização, permitindo a realização de um novo aditamento ao contrato constitutivo. No sentido de assegurar certeza à operação efetuada e mitigar a possibilidade de litigância com a Autoridade em causa, o Banco subscreveu em 11 de fevereiro de 2022, o dito aditamento subsequente, do qual resultou o reforço dos créditos iniciais devidos aos participantes no montante de 292 milhares de euros.

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2022, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- ⊕ Um aumento de 25 pontos base na taxa de desconto faria reduzir as responsabilidades em cerca de 1.254 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.301 milhares de euros.
- ⊕ Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.468 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 1.408 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial dos fundos</b>	<b>56 260</b>	<b>53 072</b>
Rendimento real do fundo	( 5 305)	3 160
Contribuições do Grupo	-	799
Contribuições dos empregados	86	87
Pensões pagas pelo fundo	( 963)	( 858)
Transferência de responsabilidades	( 292)	
<b>Saldo final dos fundos</b>	<b>49 786</b>	<b>56 260</b>

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações	64,60%	59,70%
Acções	28,40%	31,70%
Investimento alternativo	5,20%	5,70%
Liquidez	1,80%	2,90%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Os ativos dos fundos estão avaliados ao justo valor.

Foi efetuado um exercício de adequação entre ativos e responsabilidades do Fundo de Pensões, tendo em consideração as políticas de investimento, de contribuição e de financiamento pretendidas pelo Associado, que deu origem à estratégia de investimentos. O VaR da relação entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões é estimado periodicamente ao longo do ano para monitorizar se o nível de volatilidade expectável entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões se enquadram no orçamento de risco definido pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Banco.

A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Desvios actuariais acumulados em 1 de janeiro</b>	<b>35 223</b>	<b>40 590</b>
- Alteração de pressupostos actuariais	( 19 692)	( 2 707)
- (Ganhos)/perdas de experiência	8 426	( 2 660)
<b>Desvios actuariais acumulados em 31 de dezembro</b>	<b>23 957</b>	<b>35 223</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	137	210
Custo / (Proveitos) de juros	( 87)	( 13)
<b>Custos do exercício</b>	<b>50</b>	<b>197</b>

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>6 194</b>	<b>318</b>
Custo do exercício	( 50)	( 197)
Ganhos / (perdas) actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	11 266	5 367
Contribuições do Grupo	-	799
Impacto Acordos Rescisão	( 248)	( 220)
Corte - Mudança de Plano	-	127
Transferência para outros fundos	( 292)	-
<b>Saldo final</b>	<b>16 870</b>	<b>6 194</b>

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>				
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Responsabilidades	( 32 916)	( 50 066)	( 52 754)	( 84 043)	( 72 659)
Saldo dos fundos	49 786	56 260	53 072	78 792	69 641
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>16 870</b>	<b>6 194</b>	<b>318</b>	<b>( 5 251)</b>	<b>( 3 018)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	2 304	( 142)	( 1 352)	( 2 088)	12
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	6 122	( 2 518)	( 1 733)	( 5 796)	5 213

### Prémios de carreira

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de carreira são como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades iniciais</b>	<b>595</b>	<b>616</b>
Custo do exercício (Ver Nota 13)	( 21)	( 21)
<b>Responsabilidades finais (ver Nota 32)</b>	<b>574</b>	<b>595</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

### NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Comunicações e expedição	3 281	4 159
Rendas e alugueres	506	560
Deslocações e representação	459	-
Conservação e reparação	784	604
Seguros	150	123
Publicidade e publicações	100	111
Judiciais e contencioso	269	139
Serviços especializados		
Informática	3 333	4 474
Mão de obra eventual	10	9
Trabalho independente	898	532
Outros serviços especializados	3 620	4 224
Outros custos	1 986	1 839
	<b>15 396</b>	<b>16 774</b>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os honorários acordados para o exercício de 2022 e 2021 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492	456
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	160	149
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74	57
Outros serviços que não revisão legal das contas	71	179
<b>Valor total dos serviços acordados</b>	<b>797</b>	<b>841</b>

Os valores apresentados são antes de impostos. Os honorários relativos à auditoria às demonstrações financeiras correspondem aos acordados para o exercício de 2022. Os honorários apresentados para os restantes serviços respeitam a valores faturados durante o exercício de 2022.

## NOTA 16 - RESULTADOS POR AÇÃO

### Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco <sup>(1)</sup>	11 107	3 552
<b>Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>169 435</b>	<b>168 954</b>
<b>Resultado por ação básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,02</b>

*(1) Corresponde ao resultado líquido do exercício ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)*

### Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

## NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	7	9
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	30	457 539
Outros bancos centrais	2 978	127
	<b>3 008</b>	<b>457 666</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	4 255	4 698
	<b>4 255</b>	<b>4 698</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	19 497	26 172
	<b>19 497</b>	<b>26 172</b>
	<b>26 767</b>	<b>488 545</b>
Perdas por imparidade (Nota 30)	( 939)	( 1)
	<b>25 828</b>	<b>488 544</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de carácter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 2,50% (31 de dezembro de 2021: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2022 foi incluído no período de manutenção de 21 de dezembro de 2022 a 7 de fevereiro de 2023, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 818 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2 739 milhares de euros).

## NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos de negociação</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	711 470	312 157
De outros emissores	34 098	33 843
Acções	35	40
	<b>745 603</b>	<b>346 040</b>
<b>Passivos de negociação</b>		
Vendas a descoberto	97	1 036
	<b>97</b>	<b>1 036</b>

A 31 de dezembro de 2022, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 493 143 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 96 128 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 35).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	5 124	7 292
De 3 meses a um ano	5 980	1 354
De um a cinco anos	58 441	85 127
Mais de cinco anos	676 023	252 227
Duração indeterminada	35	40
	<b>745 603</b>	<b>346 040</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	968	710 502	711 470	3 129	309 028	312 157
De outros emissores	30 829	3 269	34 098	33 155	688	33 843
Acções	35	-	35	40	-	40
<b>Total valor de balanço</b>	<b>31 832</b>	<b>713 771</b>	<b>745 603</b>	<b>36 324</b>	<b>309 716</b>	<b>346 040</b>

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contábilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

## NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Instrumentos financeiros derivados (ativos)</b>		
<b>Derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	7 559	24 426
Contratos sobre taxas de juro	41 161	63 386
Outros contratos	218	2 102
	<b>48 938</b>	<b>89 914</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados (passivos)</b>		
<b>Derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	7 405	19 033
Contratos sobre taxas de juro	31 836	53 505
Outros contratos	218	2 064
	<b>39 459</b>	<b>74 602</b>
	<b>9 479</b>	<b>15 312</b>



Os derivados de negociação a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward		4 168	4 455		20 365	12 447
- compras	105 236			824 794		
- vendas	105 244			824 677		
Currency Swaps		1 100	557		660	3 337
- compras	142 988			309 110		
- vendas	142 544			311 972		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	43 618			170 583		
- vendas	67 988			236 879		
Currency Interest Rate Swaps		1 178	1 222		2 027	2 105
- compras	2 288			26 173		
- vendas	2 440			26 173		
Currency Options		1 113	1 171		1 374	1 144
- compras	217 951			256 703		
- vendas	232 552			274 747		
	<b>1 062 849</b>	<b>7 559</b>	<b>7 405</b>	<b>3 261 811</b>	<b>24 426</b>	<b>19 033</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Interest Rate Swaps		40 657	31 333		62 907	53 023
- compras	897 504			1 108 608		
- vendas	897 504			1 108 608		
Interest Rate Caps & Floors		504	503		479	482
- compras	32 197			53 574		
- vendas	32 197			53 574		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	99 012			286 535		
- vendas	323 132			332 323		
	<b>2 281 546</b>	<b>41 161</b>	<b>31 836</b>	<b>2 943 222</b>	<b>63 386</b>	<b>53 505</b>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>						
Equity / Index Swaps		218	218		2 102	2 064
- compras	3 256			13 516		
- vendas	3 256			13 516		
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 764			-		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	3 255			3 516		
	<b>15 531</b>	<b>218</b>	<b>218</b>	<b>30 548</b>	<b>2 102</b>	<b>2 064</b>
<b>Total</b>	<b>3 359 926</b>	<b>48 938</b>	<b>39 459</b>	<b>6 235 581</b>	<b>89 914</b>	<b>74 602</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	520 950	436 035	( 172)	916 897	959 065	1 725
De 3 meses a um ano	178 374	188 445	( 59)	753 160	744 662	3 354
De um a cinco anos	729 202	720 858	9 888	854 085	755 337	10 023
Mais de cinco anos	381 586	204 476	( 178)	661 842	590 533	210
	<b>1 810 112</b>	<b>1 549 814</b>	<b>9 479</b>	<b>3 185 984</b>	<b>3 049 597</b>	<b>15 312</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos derivados ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em “Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 26) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 32).

## NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	-	745
Acções	12 647	4 881
Outros títulos de rendimento variável	3 871	14 151
	<b>16 518</b>	<b>19 777</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	92 975	44 679
De outros emissores	202 518	215 090
	<b>295 493</b>	<b>259 769</b>
<b>Ativos financeiros pelo custo amortizado</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	444 153	251 236
De outros emissores	277 366	281 537
	<b>721 519</b>	<b>532 773</b>
	<b>1 033 530</b>	<b>812 319</b>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

*(milhares de euros)*

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	96 921	140	( 3 626)	( 460)	92 975
De outros emissores	215 316	500	( 12 469)	( 829)	202 518
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>312 237</b>	<b>640</b>	<b>( 16 095)</b>	<b>( 1 289)</b>	<b>295 493</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	48 076	-	( 3 175)	( 223)	44 678
De outros emissores	216 345	809	( 1 449)	( 614)	215 091
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>264 421</b>	<b>809</b>	<b>( 4 624)</b>	<b>( 837)</b>	<b>259 769</b>

(1) Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

*(milhares de euros)*

	Custo (1)	Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	444 577	( 424)	444 153
De outros emissores	278 604	( 1 238)	277 366
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>723 181</b>	<b>( 1 662)</b>	<b>721 519</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	251 469	( 233)	251 236
De outros emissores	282 514	( 977)	281 537
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>533 983</b>	<b>( 1 210)</b>	<b>532 773</b>

(1) Custo amortizado

A 31 de dezembro de 2022, a rubrica de ativos financeiros, inclui 661 988 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 407 603 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 35).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	41 338	38 278
De 3 meses a um ano	140 901	81 343
De um a cinco anos	768 302	526 683
Mais de cinco anos	82 989	146 983
Duração indeterminada	-	19 032
	<b>1 033 530</b>	<b>812 319</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	436 787	100 341	537 128	261 571	34 344	295 915
De outros emissores	318 323	161 561	479 884	312 987	184 385	497 372
Acções	5	12 642	12 647	8	4 873	4 881
Outros títulos de rendimento variável	-	3 871	3 871	-	14 151	14 151
<b>Total valor de balanço</b>	<b>755 115</b>	<b>278 415</b>	<b>1 033 530</b>	<b>574 566</b>	<b>237 753</b>	<b>812 319</b>

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

## NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos	5 893	56
Mercado monetário interbancário	436 666	2 500
	<b>442 559</b>	<b>2 556</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	56	-
Operações com acordo de revenda	19 180	5 138
Aplicações de muito curto prazo	28 543	43 683
Outras aplicações	-	3 561
	<b>47 779</b>	<b>52 382</b>
	<b>490 338</b>	<b>54 938</b>
Perdas por imparidade (Nota 30)	( 20)	( 916)
	<b>490 318</b>	<b>54 022</b>

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	481 889	52 437
De 3 meses a um ano	8 449	2 501
	<b>490 338</b>	<b>54 938</b>

## NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ao justo valor através de resultados</b>		
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	-	22
Há mais de 90 dias	22	-
	<b>22</b>	<b>22</b>
Reavaliação de créditos ao justo valor	( 2)	-
	<b>20</b>	<b>22</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	214 245	325 770
A particulares		
Habitação	2	142
	<b>214 247</b>	<b>325 912</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	568 880	268 408
Operações com acordo de revenda	-	33 389
A particulares		
Outros créditos	-	1
	<b>568 880</b>	<b>301 798</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Há mais de 90 dias	2 448	4 499
	<b>2 448</b>	<b>4 499</b>
	<b>785 575</b>	<b>632 209</b>
Perdas por imparidade (Nota 30)	( 13 790)	( 11 968)
	<b>771 785</b>	<b>620 241</b>
	<b>771 805</b>	<b>620 263</b>

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	2 130	44 990
De 3 meses a um ano	24 258	35 149
De um a cinco anos	496 796	269 917
Mais de cinco anos	259 943	277 654
Duração indeterminada	2 470	4 521
	<b>785 597</b>	<b>632 231</b>

## NOTA 23 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
		31.12.2021
Imóveis		6 538
		<b>6 538</b>

Em outubro de 2022 foi alienado o único ativo não corrente detido para venda, apenas um imóvel na Polónia detido pela Haitong Ancillary Services (anteriormente designada por Polish Hotel Company). Os resultados com a venda foram reconhecidos na rubrica Outros resultados operacionais.

A empresa entrou em processo de liquidação em janeiro de 2022, o qual deverá estar finalizado no primeiro trimestre de 2023.

## NOTA 24 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em edifícios arrendados	8 299	7 435
	<b>8 300</b>	<b>7 436</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	11 884	11 465
Instalações interiores	2 025	2 115
Mobiliário e material	3 020	2 458
Máquinas e ferramentas	1 094	1 019
Material de transporte	327	269
Equipamento de segurança	272	262
Outros	299	235
	<b>18 921</b>	<b>17 823</b>
	<b>27 221</b>	<b>25 259</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	1 217
Equipamento	-	480
	<b>-</b>	<b>1 697</b>
<b>Direito de uso</b>		
Edifícios	21 396	13 780
Viaturas	353	576
Equipamento informático	84	112
	<b>21 833</b>	<b>14 468</b>
	<b>49 054</b>	<b>41 424</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 34 376)	( 31 449)
	<b>14 678</b>	<b>9 975</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
			Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas		
<b>Custo de aquisição</b>							
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7 329</b>	<b>17 685</b>	<b>12 143</b>	<b>95</b>	<b>661</b>	<b>1 551</b>	<b>39 464</b>
Adições	89	152	-	-	-	146	387
Abates / vendas	-	( 134)	-	-	-	-	( 134)
Transferências	-	109	-	-	-	-	109
Variação cambial e outros movimentos	18	11	1 637	17	( 85)	-	1 598
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7 436</b>	<b>17 823</b>	<b>13 780</b>	<b>112</b>	<b>576</b>	<b>1 697</b>	<b>41 424</b>
Adições	-	713	-	-	-	192	905
Abates / vendas	-	( 702)	-	-	-	-	( 702)
Transferências	929	967	-	-	-	( 1 889)	7
Variação cambial e outros movimentos	( 65)	120	7 616	( 28)	( 223)	-	7 420
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8 300</b>	<b>18 921</b>	<b>21 396</b>	<b>84</b>	<b>353</b>	<b>-</b>	<b>49 054</b>
<b>Depreciações</b>							
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5 898</b>	<b>16 519</b>	<b>6 004</b>	<b>71</b>	<b>379</b>	<b>-</b>	<b>28 871</b>
Depreciações do exercício	468	521	3 271	29	170	-	4 459
Depreciações de actividades em descontinuação	-	( 134)	-	-	-	-	( 134)
Variação cambial e outros movimentos	15	25	( 1 440)	( 70)	( 277)	-	( 1 747)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6 381</b>	<b>16 931</b>	<b>7 835</b>	<b>30</b>	<b>272</b>	<b>-</b>	<b>31 449</b>
Depreciações do exercício	525	727	3 258	27	117	-	4 654
Abates / vendas	-	( 701)	-	-	-	-	( 701)
Variação cambial e outros movimentos	82	73	( 973)	( 17)	( 191)	-	( 1 026)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6 988</b>	<b>17 030</b>	<b>10 120</b>	<b>40</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>34 376</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 312</b>	<b>1 891</b>	<b>11 276</b>	<b>44</b>	<b>155</b>	<b>-</b>	<b>14 678</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1 055</b>	<b>892</b>	<b>5 945</b>	<b>82</b>	<b>304</b>	<b>1 697</b>	<b>9 975</b>



## NOTA 25 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	35 806	34 121
Outras	1 009	998
	<b>36 815</b>	<b>35 119</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	507	1 394
	<b>37 322</b>	<b>36 513</b>
<b>Amortização acumulada</b>	(34 656)	(32 895)
	<b>(34 656)</b>	<b>(32 895)</b>
	<b>2 666</b>	<b>3 618</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9 859</b>	<b>34 182</b>	<b>999</b>	<b>743</b>	<b>45 783</b>
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	142	-	760	902
Abates / vendas		( 220)	-	-	( 220)
Transferências	-	-	-	( 109)	( 109)
Outros Movimentos	(9 859)	-	-	-	(9 859)
Variação cambial	-	17	( 1)	-	16
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>34 121</b>	<b>998</b>	<b>1 394</b>	<b>36 513</b>
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	286	-	395	681
Abates / vendas	-	( 54)	-	-	( 54)
Transferências	-	1 279	-	(1 287)	( 8)
Variação cambial	-	174	11	5	190
<b>Saldo a 31 de dezembro 2022</b>	<b>-</b>	<b>35 806</b>	<b>1 009</b>	<b>507</b>	<b>37 322</b>
<b>Amortizações</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>30 342</b>	<b>924</b>	<b>-</b>	<b>31 266</b>
Amortizações do exercício	-	1 827	10	-	1 837
Abates / vendas	-	( 220)	-	-	( 220)
Variação cambial e outros movimentos	-	12	-	-	12
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>31 961</b>	<b>934</b>	<b>-</b>	<b>32 895</b>
Amortizações do exercício	-	1 695	11	-	1 706
Abates / vendas	-	( 53)	-	-	( 53)
Variação cambial e outros movimentos	-	106	2	-	108
<b>Saldo a 31 de dezembro 2022</b>	<b>-</b>	<b>33 709</b>	<b>947</b>	<b>-</b>	<b>34 656</b>
<b>Imparidade</b>					
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9 859</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 859</b>
Outros movimentos	(9 859)	-	-	-	(9 859)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro 2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>2 097</b>	<b>62</b>	<b>507</b>	<b>2 666</b>
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>2 160</b>	<b>64</b>	<b>1 394</b>	<b>3 618</b>

## NOTA 26 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	29 095	59 434
Sector público administrativo	57 336	66 417
Devedores por operações sobre Futuros	3 159	1 779
Outros devedores diversos	15 673	16 562
Valores de créditos e derivados a receber	17 286	9 937
	<u>122 549</u>	<u>154 129</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 30)	( 12 441)	( 11 306)
	<u><b>110 108</b></u>	<u><b>142 823</b></u>
<b>Outros ativos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	780	2 627
Outros ativos	5 389	5 374
	<u><b>6 169</b></u>	<u><b>8 001</b></u>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>( 1)</b>	<b>( 3)</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>7 190</b>	<b>3 166</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	5	2 835
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2 709	12 211
Pensões de reforma	16 870	6 194
Outras operações a regularizar	7 264	20 141
	<u><b>26 848</b></u>	<u><b>41 381</b></u>
	<u><b>150 314</b></u>	<u><b>195 368</b></u>

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica do Sector público administrativo inclui (i) um depósito judicial no Brasil de 23 459 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 19 699 milhares de euros) relativos a um processo fiscal, até 2014 (Nota 35); (ii) e 10 505 milhares de euros relativos a processos fiscais em curso desde 2015. Esta rubrica inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 5 934 milhares de euros. Mais notamos que a variação ocorrida em 2022 refere-se à devolução do depósito-caução ao Haitong Bank por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de 16 585 milhares de euros, em consequência da decisão por porte do acionista de compra de direitos ao Estado português no âmbito do REAID (crédito tributário) referente aos exercícios de 2015 e 2016.

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflecte operações realizadas com títulos registadas na trade date que se encontram pendentes de liquidação.

## NOTA 27 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Recursos de bancos centrais</b>		
Banco de Portugal	298 418	319 350
	<b>298 418</b>	<b>319 350</b>
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
<b>No país</b>		
Operações com acordo de recompra	25 179	18
	<b>25 179</b>	<b>18</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	-	10 608
Empréstimos	2 425	1 898
Operações com acordo de recompra	618 521	22 577
Outros recursos	409 508	404 946
	<b>1 030 454</b>	<b>440 029</b>
	<b>1 354 051</b>	<b>759 397</b>

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Banco.

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	894 125	21 980
De 3 meses a um ano	36 959	32 134
De um a cinco anos	391 719	678 297
Mais de cinco anos	31 248	26 986
	<b>1 354 051</b>	<b>759 397</b>

## NOTA 28 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	55 247	91 060
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	667 763	792 427
<b>Outros recursos</b>		
Operações de venda com acordo de recompra	22 623	50 278
Outros Depósitos	1 500	1 467
Outros	7	228 768
	<b>24 130</b>	<b>280 513</b>
	<b>747 140</b>	<b>1 164 000</b>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Exigível à vista</b>	55 247	91 060
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	198 860	155 645
De 3 meses a um ano	307 296	390 611
De um a cinco anos	161 607	246 171
	667 763	792 427
<b>Outros recursos</b>		
Até 3 meses	24 130	46 436
De 3 meses a um ano	-	39 026
De um a cinco anos	-	195 051
	24 130	280 513
	<b>747 140</b>	<b>1 164 000</b>

## NOTA 29 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades representados por títulos</b>		
Outras Obrigações	542 037	26 750
	<b>542 037</b>	<b>26 750</b>

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 37.

Durante 2022 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 519 422 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 26 749 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 4 135 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 52 948 milhares de euros).

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - IPCA BRINTLAG0001	BRL	2022	1 788	2024	IPCA 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - IPCA BRINTLAG0019	BRL	2022	29	2024	IPCA 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0027	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0035	BRL	2022	92	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0043	BRL	2022	47	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0050	BRL	2022	25	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0068	BRL	2022	6	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0076	BRL	2022	17	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0084	BRL	2022	57	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0092	BRL	2022	68	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00A3	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00B1	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00C9	BRL	2022	25	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00D7	BRL	2022	55	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00E5	BRL	2022	27	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00F2	BRL	2022	28	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00G0	BRL	2022	22	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00H8	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00I6	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00J4	BRL	2022	7	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00K2	BRL	2022	61	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00L0	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00M8	BRL	2022	119	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00N6	BRL	2022	95	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00O4	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00P1	BRL	2022	35	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00Q9	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00R7	BRL	2022	50	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00S5	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00T3	BRL	2022	24	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00U1	BRL	2022	27	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00V9	BRL	2022	31	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00W7	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00X5	BRL	2022	35	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00Y3	BRL	2022	37	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00Z0	BRL	2022	15	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0100	BRL	2022	32	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0118	BRL	2022	38	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0126	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0134	BRL	2022	22	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0142	BRL	2022	15	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0159	BRL	2022	28	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0167	BRL	2022	15	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0175	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0183	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0191	BRL	2022	9	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01A1	BRL	2022	81	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01B9	BRL	2022	32	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01C7	BRL	2022	47	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01D5	BRL	2022	8	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01E3	BRL	2022	1	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01F0	BRL	2022	16	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01G8	BRL	2022	7	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01H6	BRL	2022	57	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01I4	BRL	2022	4	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01J2	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01K0	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01L8	BRL	2022	42	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01M6	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01N4	BRL	2022	9	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01O2	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01P9	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Q7	BRL	2022	49	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01R5	BRL	2022	37	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01S3	BRL	2022	151	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01T1	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01U9	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01V7	BRL	2022	-	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01W5	BRL	2022	42	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01X3	BRL	2022	1	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Y1	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Z8	BRL	2022	28	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0209	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0217	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0225	BRL	2022	35	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0233	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0241	BRL	2022	37	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0258	BRL	2022	100	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0266	BRL	2022	4	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0274	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0282	BRL	2022	32	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0290	BRL	2022	10	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02A9	BRL	2022	10	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02B7	BRL	2022	60	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02C5	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02D3	BRL	2022	20	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02E1	BRL	2022	23	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02F8	BRL	2022	51	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02G6	BRL	2022	66	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02H4	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02I2	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02J0	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02K8	BRL	2022	1	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02L6	BRL	2022	1	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02M4	BRL	2022	37	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02N2	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02O0	BRL	2022	17	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02P7	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02Q5	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02R3	BRL	2022	28	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02S1	BRL	2022	28	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02T9	BRL	2022	111	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02U7	BRL	2022	22	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02V5	BRL	2022	41	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02W3	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02X1	BRL	2022	16	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02Y9	BRL	2022	4	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02Z6	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0308	BRL	2022	35	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0316	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0324	BRL	2022	3	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0332	BRL	2022	8	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0340	BRL	2022	87	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0357	BRL	2022	33	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0365	BRL	2022	22	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0373	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0381	BRL	2022	46	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0399	BRL	2022	7	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03A7	BRL	2022	11	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03B5	BRL	2022	30	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03C3	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03D1	BRL	2022	117	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03E9	BRL	2022	77	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03F6	BRL	2022	12	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03G4	BRL	2022	2	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03H2	BRL	2022	45	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03I0	BRL	2022	13	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03J8	BRL	2022	40	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03K6	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03L4	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03M2	BRL	2022	9	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03N0	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03O8	BRL	2022	9	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03P5	BRL	2022	33	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03Q3	BRL	2022	3	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03R1	BRL	2022	36	2024	CDI 98%



(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03S9	BRL	2022	37	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03T7	BRL	2022	8	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03U5	BRL	2022	26	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03V3	BRL	2022	4	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03W1	BRL	2022	5	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03X9	BRL	2022	31	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03Y7	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03Z4	BRL	2022	108	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0407	BRL	2022	8	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0415	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0423	BRL	2022	10	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0431	BRL	2022	57	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0449	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0456	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0464	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0472	BRL	2022	55	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0480	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0498	BRL	2022	15	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04A5	BRL	2022	4	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04B3	BRL	2022	85	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04C1	BRL	2022	14	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04D9	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04E7	BRL	2022	31	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04F4	BRL	2022	24	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04G2	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04H0	BRL	2022	43	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04I8	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04J6	BRL	2022	2	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04K4	BRL	2022	41	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04L2	BRL	2022	10	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04M0	BRL	2022	100	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04N8	BRL	2022	34	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04O6	BRL	2022	6	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04P3	BRL	2022	389	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Q1	BRL	2022	107	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04R9	BRL	2022	63	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04S7	BRL	2022	9	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04T5	BRL	2022	99	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04U3	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04V1	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04W9	BRL	2022	17	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04X7	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Y5	BRL	2022	8	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Z2	BRL	2022	5	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0506	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0514	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0522	BRL	2022	16	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0530	BRL	2022	42	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0548	BRL	2022	37	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0555	BRL	2022	234	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0563	BRL	2022	9	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0571	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0589	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0597	BRL	2022	30	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05A2	BRL	2022	98	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05B0	BRL	2022	137	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05C8	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05D6	BRL	2022	140	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05E4	BRL	2022	115	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05F1	BRL	2022	3	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05G9	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05H7	BRL	2022	433	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05I5	BRL	2022	129	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05J3	BRL	2022	73	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05K1	BRL	2022	37	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05L9	BRL	2022	58	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05M7	BRL	2022	26	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05N5	BRL	2022	48	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05O3	BRL	2022	98	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05P0	BRL	2022	112	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05Q8	BRL	2022	93	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05R6	BRL	2022	120	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05S4	BRL	2022	48	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05T2	BRL	2022	16	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05U0	BRL	2022	40	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05V8	BRL	2022	35	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05W6	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05X4	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05Y2	BRL	2022	31	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05Z9	BRL	2022	14	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0605	BRL	2022	5	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0613	BRL	2022	3	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0621	BRL	2022	37	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0639	BRL	2022	316	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0647	BRL	2022	42	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0654	BRL	2022	23	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0662	BRL	2022	65	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0670	BRL	2022	72	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0688	BRL	2022	15	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0696	BRL	2022	45	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06A0	BRL	2022	418	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06B8	BRL	2022	9	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06C6	BRL	2022	47	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06D4	BRL	2022	4	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06E2	BRL	2022	211	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06F9	BRL	2022	61	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06G7	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06H5	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06I3	BRL	2022	37	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06J1	BRL	2022	77	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06K9	BRL	2022	37	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06L7	BRL	2022	19	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06M5	BRL	2022	53	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06N3	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06O1	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06P8	BRL	2022	17	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06Q6	BRL	2022	21	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06R4	BRL	2022	408	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06S2	BRL	2022	39	2024	PRÉ 100%

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06T0	BRL	2022	20	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06U8	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06V6	BRL	2022	75	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06W4	BRL	2022	18	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06X2	BRL	2022	24	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06YO	BRL	2022	50	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06Z7	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0704	BRL	2022	10	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0712	BRL	2022	3	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0720	BRL	2022	64	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0738	BRL	2022	776	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0746	BRL	2022	178	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0753	BRL	2022	24	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0761	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0779	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0787	BRL	2022	12	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0795	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07A8	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07B6	BRL	2022	62	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07C4	BRL	2022	110	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07D2	BRL	2022	33	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07E0	BRL	2022	177	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07F7	BRL	2022	92	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07G5	BRL	2022	17	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07H3	BRL	2022	176	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07I1	BRL	2022	33	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07J9	BRL	2022	11	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07K7	BRL	2022	62	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07L5	BRL	2022	36	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07M3	BRL	2022	46	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07N1	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07O9	BRL	2022	30	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07P6	BRL	2022	28	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07Q4	BRL	2022	5	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07R2	BRL	2022	289	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07S0	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07T8	BRL	2022	43	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07U6	BRL	2022	154	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07V4	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07W2	BRL	2022	176	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07X0	BRL	2022	9	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07Y8	BRL	2022	173	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07652	BRL	2022	30	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07660	BRL	2022	116	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07678	BRL	2022	147	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076L3	BRL	2022	20	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076N9	BRL	2022	25	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076O7	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA HAITONG BRINTLLFI2O5	BRL	2018	2 425	2023	IPCA 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5S9	BRL	2021	213	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5T7	BRL	2021	2 132	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5U5	BRL	2021	426	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5V3	BRL	2021	640	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5W1	BRL	2021	2 132	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5X9	BRL	2021	1 066	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5Y7	BRL	2021	128	2023	CDI 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI5Z4	BRL	2021	297	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI609	BRL	2021	551	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI617	BRL	2021	1 229	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI625	BRL	2021	42	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI633	BRL	2021	106	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI641	BRL	2021	159	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI658	BRL	2021	74	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI666	BRL	2021	529	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI674	BRL	2021	4 285	2024	IPCA 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI682	BRL	2021	1 236	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI690	BRL	2021	2 061	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6A5	BRL	2021	206	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6B3	BRL	2021	309	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6C1	BRL	2021	1 545	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6D9	BRL	2021	515	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6E7	BRL	2021	205	2023	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6I8	BRL	2021	102	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6K4	BRL	2022	222	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6L2	BRL	2022	404	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6M0	BRL	2022	859	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6N8	BRL	2022	455	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6O6	BRL	2022	81	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6P3	BRL	2022	505	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Q1	BRL	2022	5 844	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6R9	BRL	2022	403	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6T5	BRL	2022	201	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6U3	BRL	2022	202	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6V1	BRL	2022	182	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6W9	BRL	2022	81	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6X7	BRL	2022	404	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Y5	BRL	2022	121	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Z2	BRL	2022	141	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI708	BRL	2022	161	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI716	BRL	2022	202	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI724	BRL	2022	303	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI732	BRL	2022	807	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI740	BRL	2022	464	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI757	BRL	2022	1 009	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI773	BRL	2022	1 211	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI781	BRL	2022	706	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI799	BRL	2022	1 167	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7A3	BRL	2022	3 460	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7B1	BRL	2022	422	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7C9	BRL	2022	4 909	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7D7	BRL	2022	1 670	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7E5	BRL	2022	1 589	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7F2	BRL	2022	865	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7G0	BRL	2022	791	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7H8	BRL	2022	1 385	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7I6	BRL	2022	791	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7J4	BRL	2022	789	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7K2	BRL	2022	6 227	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7L0	BRL	2022	1 807	2024	CDI 100%

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7M8	BRL	2022	3 084	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7N6	BRL	2022	668	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7O4	BRL	2022	3 817	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7P1	BRL	2022	1 712	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7Q9	BRL	2022	1 475	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7R7	BRL	2022	2 754	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7S5	BRL	2022	20	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7T3	BRL	2022	59	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7U1	BRL	2022	1 373	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7V9	BRL	2022	489	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7X5	BRL	2022	489	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7Z0	BRL	2022	4 865	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI807	BRL	2022	2 909	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI815	BRL	2022	775	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI823	BRL	2022	193	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI831	BRL	2022	386	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI849	BRL	2022	338	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI856	BRL	2022	384	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI864	BRL	2022	2 489	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI872	BRL	2022	5 738	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI880	BRL	2022	668	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI898	BRL	2022	24	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8A1	BRL	2022	4 327	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8B9	BRL	2022	29 879	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8C7	BRL	2022	9 654	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8D5	BRL	2022	2 807	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8E3	BRL	2022	3 417	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8F0	BRL	2022	185	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8G8	BRL	2022	460	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8H6	BRL	2022	3 212	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8I4	BRL	2022	918	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8J2	BRL	2022	367	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8K0	BRL	2022	91	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8L8	BRL	2022	274	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8M6	BRL	2022	1 259	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8N4	BRL	2022	1 419	2025	CDI 100%
HB_PT	HAITIB Float 02/08/25 Corp	EUR	2022	230 082	2025	EURIBOR 3M +1.45%
HB_PT	HAITIB 4 05/29/27 Corp	USD	2022	140 769	2027	4%
<b>Total</b>				<b>542 037</b>		

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	6 737	172
De 3 meses a um ano	5 617	8 750
De um a cinco anos	529 683	17 828
<b>Total</b>	<b>542 037</b>	<b>26 750</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação dos fluxos desta actividade de financiamento é como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>26 750</b>	<b>64 862</b>
Fluxos de caixa	515 287	( 36 958)
Outras alterações	-	( 1 154)
<b>Saldo final</b>	<b>542 037</b>	<b>26 750</b>

## NOTA 30 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	<i>(milhares de euros)</i>		
	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>8 779</b>	<b>12 144</b>	<b>20 923</b>
Dotações líquidas	9 635	( 199)	9 434
Utilizações	( 51)	( 10 997)	( 11 046)
Diferenças de câmbio e outras	592	36	628
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18 955</b>	<b>984</b>	<b>19 939</b>
Dotações Líquidas	( 2 857)	697	( 2 160)
Utilizações	( 1 613)	-	( 1 613)
Diferenças de câmbio e outras	2 954	( 9)	2 945
<b>Saldo a 30 de dezembro de 2022</b>	<b>17 439</b>	<b>1 672</b>	<b>19 111</b>

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2021	Dotações / Reversões	Estágio 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	996	-	( 58)	939
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	837	( 723)	( 43)	1 218	1 289
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	916	( 1 008)	-	112	20
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 968	1 260	( 38)	600	13 790
Títulos (ver Nota 20)	1 210	431	-	21	1 662
Outros ativos (ver Nota 26)	11 306	1 050	-	85	12 441
	<b>26 238</b>	<b>2 006</b>	<b>( 81)</b>	<b>1 978</b>	<b>30 141</b>

*(milhares de euros)*

	31.12.2020	Dotações / Reversões	Utilizações	Estágio 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	1	-	-	-	1
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	3 607	( 1 632)	( 5 177)	( 120)	4 159	837
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	500	374	-	-	42	916
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 990	2 598	( 2 781)	7	154	11 968
Títulos (ver Nota 20)	10 875	7 989	( 17 658)	-	4	1 210
Ativos intangíveis (ver Nota 25)	9 859	-	( 9 859)	-	-	-
Investimentos em associadas	340	-	( 340)	-	-	-
Outros ativos (ver Nota 26)	9 688	1 654	( 182)	-	146	11 306
	<b>46 859</b>	<b>10 984</b>	<b>( 35 997)</b>	<b>( 113)</b>	<b>4 505</b>	<b>26 238</b>

## NOTA 31 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente no exercício de 2022 e 2021 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o ano de 2022, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei n.º 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4.º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2022 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a 31 de dezembro de 2022, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias registado que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

#### **Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos**

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- a) Apuramento de resultado líquido negativo;
- b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a 31 de dezembro de 2022, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue: a este respeito:



(milhares de euros)

Ano	Crédito tributário	Reserva especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	( 15 078)	
2022	( 5 414)	( 16 585)
<b>Total</b>	<b>15 044</b>	<b>22 503</b>

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte àquele a que respeitam, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu montantes relativos a crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu o crédito tributário confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, o Banco emite direitos de conversão que correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e a entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Note-se, a este respeito que, no exercício de 2022, o acionista do Banco exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2015 e 2016. Deste modo, o valor da reserva especial diminuiu na proporção do n.º de direitos adquiridos pelo acionista ao Estado português (16 585 milhares de euros).

Por sua vez, para os exercícios 2017, 2018 e 2020, caso o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e conseqüente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, no exercício de 2022 importará recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das ações, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Caso tal viesse a suceder no exercício de 2023, e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2017, 2018 e 2020 seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 10 913 milhares de euros.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e a atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser objeto de certificação por um revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2022, não haverá possibilidade de conversão de qualquer saldo de impostos diferidos abrangidos por este regime em crédito tributário, com referência a este exercício.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em julho de 2019 e no dia 2 de janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente, as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu Reclamação graciosa para contestar o Relatório de Inspeção de 2017 e 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 611 milhares de euros (do montante total de 35 103 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal por si efetuada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2022, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

*(milhares de euros)*

	Ativo		Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento	7 506	4 361	( 7 476)	( 7 267)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	15 044	20 458	-	-
<b>Imposto corrente ativo/(passivo)</b>	<b>22 550</b>	<b>24 819</b>	<b>( 7 476)</b>	<b>( 7 267)</b>

A variação ocorrida na rubrica de crédito de imposto ao abrigo do Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos diz respeito ao recebimento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, no decurso do exercício de 2022, do crédito tributário de 2017 e 2018.

De acordo com a legislação em vigor, conforme referido, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o que, no caso do exercício de 2017 e 2018, será até janeiro de 2024.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos financeiros derivados	10 554	4 994	-	-	10 554	4 994
Titulos	4 556	1 561	-	-	4 556	1 561
Crédito a clientes	23 809	27 998	-	-	23 809	27 998
Provisões	3 871	5 776	-	-	3 871	5 776
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	5 342	5 047	-	-	5 342	5 047
Outros	5 324	( 3 387)	( 5 794)	( 301)	( 470)	( 3 688)
Prejuízos fiscais reportáveis	56 434	53 243	-	-	56 434	53 243
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>109 890</b>	<b>95 232</b>	<b>( 5 794)</b>	<b>( 301)</b>	<b>104 096</b>	<b>94 931</b>

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 31 560 milhares de euros dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil.

É de referir que, os prejuízos fiscais de 2017 e 2018 do Haitong Bank em Portugal não deram origem ao registo de qualquer ativo por imposto diferido, os quais podem ser utilizados até o ano de 2024 e 2025, respetivamente. Esta análise aos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como as medidas previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	94 931	94 369
Reconhecido em resultados	1 958	( 1 112)
Reconhecido em reservas de justo valor	3 024	1 006
Reconhecido em outras reservas	( 2)	( 183)
Varição cambial e outros	4 185	851
<b>Saldo final (Ativo/(Passivo))</b>	<b>104 096</b>	<b>94 931</b>

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas durante os exercícios de 2022 e 2021 tiveram o seguimento desdobramento:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022		31.12.2021	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros derivados	( 5 146)	-	316	-
Investimento em títulos	-	( 3 024)	( 1 506)	( 1 006)
Crédito a clientes	4 340	-	5 428	-
Provisões	58	-	( 468)	-
Pensões	( 137)	2	988	-
Outros	( 442)	-	( 4 866)	183
Prejuízos fiscais reportáveis	( 631)	-	1 220	-
	<b>( 1 958)</b>	<b>( 3 022)</b>	<b>1 112</b>	<b>( 823)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	3 870	-	2 954	-
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>1 912</b>	<b>( 3 022)</b>	<b>4 066</b>	<b>( 823)</b>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31/12/2022		31/12/2021	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam</b>		<b>12 855</b>		<b>8 422</b>
Taxa de imposto do Haitong Bank	26,2		26,2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		3 373		2 210
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	18,2	2 342	42,2	3 556
Dividendos excluídos de tributação	(1,8)	( 232)	(10,6)	( 896)
Benefícios fiscais	(0,3)	( 43)	(0,9)	( 79)
Imparidade de filiais e associadas	(19,9)	( 2 558)	-	-
Contribuição sobre o sector bancário	3,3	421	1,7	147
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	-	(20,7)	( 1 745)
Utilização de prejuízos fiscais	1	60	(0,6)	( 51)
Imposto sobre lucros das sucursais	12,5	1 604	11,8	991
Diferenças resultantes de consolidação	(8,7)	( 1 123)	(7,0)	( 592)
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(16,6)	( 2 130)	2,8	232
Tributação autónoma	1,5	198	2,9	241
Outros	0,0	-	0,6	52
	<b>14,9</b>	<b>1 912</b>	<b>48,4</b>	<b>4 066</b>

## NOTA 32 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	13 622	11 316
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	10 019	10 270
Credores diversos		
Passivo de locação	973	1 489
Credores por operações sobre valores mobiliários	7 694	4 881
Credores por fornecimento de bens	11 811	7 096
Outros credores	5 320	9 959
	<b>49 439</b>	<b>45 011</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios de final de carreira (Nota 14)	574	595
Outros custos a pagar	7 554	8 887
	<b>8 128</b>	<b>9 482</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>368</b>	<b>388</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3 432	11 381
Operações cambiais a liquidar	1 076	4 664
Outras operações a regularizar	10 476	15 587
	<b>14 984</b>	<b>31 632</b>
	<b>72 919</b>	<b>86 513</b>

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

## NOTA 33 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

## Ações ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros. Estes aumentos de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID).

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Haitong Bank ascende 863 279 milhares de euros (dezembro 2021: 844 769 milhares de euros) e encontra-se representado por 172 655 745 acções (dezembro 2021: 168 953 800 acções) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detida pela Haitong International Holdings Limited.

### Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

### Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

No ano de 2022 e 2021 o Banco não efectuou pagamento de juros.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

## NOTA 34 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

### Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 22 504 milhares de euros a dezembro 2022 (39 089 milhares de euros a dezembro 2021).



Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

*(milhares de euros)*

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvíos actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>( 1 677)</b>	<b>286</b>	<b>( 1 391)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 32 777)</b>	<b>( 178 400)</b>	<b>( 211 993)</b>	<b>( 383 292)</b>
Desvíos actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	5 307	-	-	5 307
Alterações de justo valor	( 1 541)	1 006	( 535)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	272	-	272
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	1	1
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	1 641	1 641
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>( 3 218)</b>	<b>1 292</b>	<b>( 1 926)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 27 470)</b>	<b>( 178 128)</b>	<b>( 210 351)</b>	<b>( 376 071)</b>
Desvíos actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	11 182	-	-	11 182
Alterações de justo valor	( 11 703)	3 024	( 8 679)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	9 182	-	9 182
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	3 552	3 552
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	( 18 510)	( 18 510)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>( 14 921)</b>	<b>4 316</b>	<b>( 10 605)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 16 288)</b>	<b>( 168 946)</b>	<b>( 225 309)</b>	<b>( 370 665)</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>( 1 926)</b>	<b>( 1 391)</b>
Varição de justo valor	( 10 980)	( 593)
Alienações do exercício	-	683
Imparidade reconhecida no exercício	( 723)	( 1 631)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	3 024	1 006
<b>Saldo final</b>	<b>( 10 605)</b>	<b>( 1 926)</b>

## Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022		31.12.2021	
	Balço	Resultados	Balço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	5 130	( 901)	8 096	1 298
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 597	295	2 950	( 79)
Haitong Negócios S.A.	6 245	202	5 409	137
FI Multimercado Treasury	4 516	175	1 114	( 568)
Outras	1 594	65	1 385	16
	<b>21 082</b>	<b>( 164)</b>	<b>18 954</b>	<b>804</b>

O movimento de Interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Interesses que não controlam no início do exercício</b>	<b>18 954</b>	<b>18 793</b>
Dividendos distribuídos	( 45)	( 403)
Varição da reserva de justo valor	35	( 441)
Varição cambial e outros	2 302	201
Resultado líquido do exercício	( 164)	804
<b>Interesses que não controlam no fim do exercício</b>	<b>21 082</b>	<b>18 954</b>

## NOTA 35 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	151 279	133 392
Ativos financeiros dados em garantia	1 097 104	482 643
	<b>1 248 383</b>	<b>616 035</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos irrevogáveis	164 360	162 193
	<b>164 360</b>	<b>162 193</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- ⊕ Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 301 733 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 321 639 milhares de euros), (iii) 73 856 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 420 726 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 391 500 milhares de euros) e (iv) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 1 500 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2 500 milhares de euros).
- ⊕ Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 108 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 109 milhares de euros);
- ⊕ Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 105 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 108 milhares de euros);
- ⊕ Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 655 655 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 74 977 milhares de euros);
- ⊕ Títulos dados em garantia ao abrigo de contractos de compensação de derivados 51 797 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 50 846 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Agenciamento de papel comercial	35 500	64 450
Outras responsabilidades por prestação de serviços	622 721	379 512
	<b>658 221</b>	<b>443 962</b>

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 9 processos todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International).

Na nota 35 relativa às contas semestrais de 2022, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 48 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

Em 16 de julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FRC”), ao qual foram cedidos, pelos lesados do BES, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099,71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em julho de 2021 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicou uma coima ao Haitong Bank, no âmbito da sua participação como agente nas emissões de papel comercial da ESI e da Rio Forte entre setembro 2013 e fevereiro 2014.

A CMVM considerou que o Haitong Bank (designado à data dos factos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.) deu um contributo causal para que o Banco Espírito Santo, SA – Em Liquidação divulgasse aos seus clientes que subscreveram papel comercial emitido pela ESI, entre setembro e dezembro de 2013, e pela Rio Forte, entre 9 de janeiro e 24 de fevereiro de 2014, notas informativas contendo informações não verdadeiras, incompletas, desatualizadas e ilícitas, violando o dever de prestação de informações de qualidade, previsto no art. 7.º do Código dos Valores Mobiliários.

A violação, com dolo, do dever de prestação de informação com qualidade, previsto no artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários, constitui a prática de contra-ordenação muito grave, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, punível com coima de € 25 000,00 a € 5 000 000,00, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, em cada um dos casos (ESI e Rio Forte).

Face às circunstâncias do caso, o Conselho de Administração da CMVM decidiu aplicar ao Haitong Bank uma coima única no valor de 300 000 euros, suspensa na sua execução em 100 000 euros, pelo período de dois anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão da CMVM não tinha fundamento jurídico nem factual, pelo que impugnou a decisão administrativa perante o Tribunal Judicial em setembro de 2021.

No dia 15 de fevereiro de 2022, o Tribunal de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Haitong Bank, condenando-o numa coima única conjunta de 400 000 euros, suspendendo parcialmente a execução da coima única conjunta cominada de 400 000 euros no montante de 200 000 euros, pelo período de 2 anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão do Tribunal de primeira instância não tinha fundamento jurídico nem factual e, por essa razão, recorreu da decisão em causa para o Tribunal da Relação de Lisboa.

No dia 14 de julho de 2022 o Haitong Bank foi notificado do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, onde foi julgado totalmente improcedente o recurso por si interposto, mantendo-se a decisão recorrida. Em 28 de julho, o Haitong Bank recorreu desta decisão para o Tribunal Constitucional.

Em 9 de junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si, no valor de 4 905 460,96 euros, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. Os Requerentes argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O Haitong Bank apresentou a contestação no dia 31 de agosto de 2022 e os Autores apresentaram a Réplica em 13 de dezembro de 2022. Os advogados externos do Banco a quem este processo foi confiado entendem que as alegações dos Autores não têm qualquer fundamento jurídico ou factual.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportadas em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objecto de discussão judicial e entregam ao Fisco directamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objecto desta discussão. Os valores objecto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros ativos. É entendimento do Grupo, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco é inferior a 50%.

## Fundo de Resolução

### *Medida de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A.*

Em 3 de agosto de 2014, com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 145.º C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), na modalidade de transferência parcial de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para um Banco de transição, o Novo Banco, S.A. (Novo Banco), constituído por deliberação do Banco de Portugal dessa mesma data. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo Fundo de Resolução sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português (3 900 milhões de euros) e de oito instituições participantes no Fundo (700 milhões de euros), nas quais não se inclui o Banco.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja seleção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3 890 milhões de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. A 31 de dezembro de 2022, o Novo Banco é detido pela Nani Holdings S.G.P.S, S.A, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 23,44% e 1,56% respectivamente.

Em 2 de outubro de 2017, o Estado Português celebrou um Acordo Quadro com o Fundo de Resolução, por um período máximo de onze anos, o qual prevê a disponibilização dos fundos necessários para assegurar o cumprimento das responsabilidades assumidas no âmbito do processo de venda do Novo Banco, com um limite anual de 850 milhões de euros.

O Acordo Quadro consagra que as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução ao abrigo do mesmo apenas poderão ser satisfeitas após terem sido pagos todos os montantes devidos ao abrigo dos empréstimos concedidos pelo Estado Português e pelo sindicato bancário, nos montantes de 3 900 milhões de euros e 700 milhões de euros, respetivamente.

No mesmo dia, o Estado Português e o Fundo de Resolução celebraram um contrato de abertura de crédito até ao montante máximo de 1 000 000 milhares de euros, com o limite de utilização anual de 850 000 milhares de euros e vencimento em 31 de dezembro de 2046.

De acordo com o comunicado de 23 de dezembro de 2021 do Fundo de Resolução o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2021 ascenderam a 3 405 milhões de euros, tendo os mesmos sido efetuados com recurso ao financiamento descrito e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução.

#### ***Medida de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.***

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF') se encontrava “em risco ou em situação de insolvência” iniciando um processo de resolução urgente na modalidade de alienação total ou parcial da sua atividade a qual resultou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta, S.A. dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais sob gestão do BANIF pelo montante total de 150 milhões de euros.

Os ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Para o efeito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida no montante de 746 milhões de euros, as quais foram adquiridas na totalidade pelo BST, tendo sido para o efeito prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2 255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros assumidos pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o BST, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

### ***Financiamento do Fundo de Resolução***

Por comunicado público de 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de 3 900 milhões de euros originalmente concedido ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo de Resolução, a extensão da maturidade do empréstimo visava assegurar a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das eventuais contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. No mesmo dia, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou igualmente que aumentos de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017:

- ⊕ Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.” Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- ⊕ Aqueles empréstimos têm agora vencimento em dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- ⊕ A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- ⊕ As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário”.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2021 (último disponível):

- ⊕ O Fundo apresenta recursos próprios negativos de 7 208 milhões de euros;
- ⊕ O Fundo de Resolução não está obrigado a apresentar uma situação líquida positiva. Em caso de insuficiência de recursos, o Fundo de Resolução pode receber contribuições especiais, por determinação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos do artigo 153.º-I do RGICSF, sendo que não se encontram previstas quaisquer contribuições desta natureza, em particular após a revisão das condições de financiamento do Fundo de Resolução acima descritas;
- ⊕ Quanto ao mecanismo de capital contingente, e no que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do acordo relativo ao mecanismo de capitalização contingente com o Novo Banco.

- ⊕ O Fundo de Resolução encontra-se, a 31 de dezembro de 2020, citado como réu ou contrainteressado em diversos processos judiciais relacionados com as medidas de resolução. As ações judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado.
- ⊕ O Fundo de Resolução tem ainda outros passivos contingentes relacionados com as seguintes situações:
  - Garantia prestada sobre as obrigações emitidas pela Oitante, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 ascende a 200 milhões de euros;
  - Aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução poderá assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
  - Neutralização de eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências para o Novo Banco;
  - Limite dos pagamentos no âmbito do mecanismo de capitalização contingente;
  - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes de eventual decisão discricionária do Novo Banco, de reverter a sua anterior decisão de adesão ao regime transitório relacionado com a introdução da IFRS 9;
  - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco de não fazer uso do regime previsto no Regulamento (UE) 2020/873 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2020;
  - Impacto do REAID na participação de 25% no Novo Banco;
  - Outras responsabilidades contingentes emergentes dos acordos da operação de venda do Novo Banco

Na presente data, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor total das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução resultantes do processo de alienação do Novo Banco, dos litígios associados ao processo de resolução do BES, incluindo no âmbito do denominado “processo dos lesados do BES” e tentativas de resolução do mesmo, das eventuais perdas na sequência da resolução do Banif e encargos relacionados com os respetivos processos.

Para fazer face às suas responsabilidades o Fundo de Resolução dispõe de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Haitong Bank) e da contribuição sobre o sector bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o Governo determinar, por portaria, que sejam efectuadas contribuições especiais nas situações previstas na lei, em concreto na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

Em 2022, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 517 milhares de euros e 1 480 milhares de euros, respectivamente, as quais são reconhecidas como custos nos termos previstos na IFRIC 21 – Taxas.



No dia 3 de novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida, nos termos da IFRIC 21 - Taxas. O Fundo de Resolução emitiu em 15 de novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:

- ⊕ as condições definidas no âmbito da renegociação em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e
- ⊕ os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.

## NOTA 36 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022					
	Ativos			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	531	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	54	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	45 511	2 412	47 923	8 270	607	916
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	114	114	5 842	222	1
<b>TOTAL</b>	<b>45 511</b>	<b>2 526</b>	<b>48 037</b>	<b>14 166</b>	<b>1 360</b>	<b>917</b>

(milhares de euros)

	31.12.2021					
	Ativos			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Outros	Total			
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	8 000	-
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	24 000	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	1 297	1 297	-	3 918	1
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 102	-
UNICAM LIMITED	-	-	-	69	-	576
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	1 292	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	-	4 298	4 298	288 616	1 717	8 107
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	5 118	15	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>5 595</b>	<b>5 595</b>	<b>293 803</b>	<b>42 544</b>	<b>8 684</b>

A rubrica de proveitos a 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de 24 003 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2021: 39 519 milhares de euros).

O valor das transacções do Grupo Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022						
	Ativos			Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Outros	Total				
<b>Entidades com influência relevante</b>							
Mota Engil SGPS	14 919	-	14 919	-	18	217	198
<b>TOTAL</b>	<b>14 919</b>	<b>-</b>	<b>14 919</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>217</b>	<b>198</b>

(milhares de euros)

	31.12.2021						
	Ativos			Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Outros	Total				
<b>Entidades com influência relevante</b>							
Nos Comunicações S.A.	-	-	-	-	17	7 843	8 013
Mota Engil SGPS	11 839	10	11 849	29 000	10	1 175	17
GamaLife - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	-	-	-	140	-
<b>TOTAL</b>	<b>11 839</b>	<b>10</b>	<b>11 849</b>	<b>29 000</b>	<b>27</b>	<b>9 158</b>	<b>8 030</b>

## NOTA 37 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	25 828	-	-	-	25 828	25 828
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	31 832	713 771	-	745 603	745 603
Instrumentos financeiros derivados	-	-	48 404	534	48 938	48 938
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	5	7 953	8 560	16 518	16 518
Crédito a clientes	-	-	-	20	20	20
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	121 510	84 712	89 271	295 493	295 493
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	721 519	-	-	-	721 519	675 804
Aplicações em instituições de crédito	490 318	-	-	-	490 318	490 318
Crédito a clientes	771 785	-	-	-	771 785	763 967
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2 009 450</b>	<b>153 347</b>	<b>854 840</b>	<b>98 385</b>	<b>3 116 022</b>	<b>3 062 489</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	97	-	-	97	97
Instrumentos financeiros derivados	-	-	39 237	222	39 459	39 459
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	1 354 051	-	-	-	1 354 051	1 354 051
Recursos de clientes	747 140	-	-	-	747 140	747 140
Responsabilidades representadas por títulos	542 037	-	-	-	542 037	535 311
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2 643 228</b>	<b>97</b>	<b>39 237</b>	<b>222</b>	<b>2 682 784</b>	<b>2 676 058</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	488 544	-	-	-	488 544	488 544
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	36 326	309 714	-	346 040	346 040
Instrumentos financeiros derivados	-	-	89 565	349	89 914	89 914
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	753	7 546	11 478	19 777	19 777
Crédito a clientes	-	-	-	22	22	22
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	128 517	38 012	93 240	259 769	259 769
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	532 773	-	-	-	532 773	526 128
Aplicações em instituições de crédito	54 022	-	-	-	54 022	54 022
Crédito a clientes	620 241	-	-	-	620 241	614 908
<b>Ativos financeiros</b>	<b>1 695 580</b>	<b>165 596</b>	<b>444 837</b>	<b>105 089</b>	<b>2 411 102</b>	<b>2 399 124</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	1 036	-	-	1 036	1 036
Instrumentos financeiros derivados	-	-	74 272	330	74 602	74 602
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	759 397	-	-	-	759 397	759 397
Recursos de clientes	1 164 000	-	-	-	1 164 000	1 164 000
Responsabilidades representadas por títulos	26 750	-	-	-	26 750	26 750
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 950 147</b>	<b>1 036</b>	<b>74 272</b>	<b>330</b>	<b>2 025 785</b>	<b>2 025 785</b>

## Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

**Nível 1** – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

**Nível 2** – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contractos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativos. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

**Nível 3** - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19</b>	<b>11 478</b>	<b>22</b>	<b>93 240</b>	<b>104 759</b>
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	4 829	<b>4 829</b>
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	502	( 1 792)	( 2)	-	<b>( 1 292)</b>
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	138	<b>138</b>
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	1 348	<b>1 348</b>
Outras variações de justo valor	( 13)	572	-	468	<b>1 027</b>
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	( 1 214)	<b>( 1 214)</b>
Aquisições	-	-	-	61 082	<b>61 082</b>
Saídas	-	( 1 635)	-	( 11 000)	<b>( 12 635)</b>
Reembolsos	-	( 63)	-	( 58 754)	<b>( 58 817)</b>
Fluxos financeiros derivados	( 271)	-	-	-	<b>( 271)</b>
Transferências provenientes de actividades que foram descontinuadas	-	-	-	-	-
Transferências de outros níveis	75	-	-	-	<b>75</b>
Transferências para outros níveis	-	-	-	( 866)	<b>( 866)</b>
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>312</b>	<b>8 560</b>	<b>20</b>	<b>89 271</b>	<b>98 163</b>

Em 2022, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 866 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2022, foram transferidos 75 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram ainda transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 4 564 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 1 273 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 657 milhares de Nível 2 para Nível 1.

(milhares de euros)

	Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>28 017</b>	-	<b>114 631</b>	<b>142 648</b>
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	7 702	7 702
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	5 308	-	-	5 308
Resultados de desconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	37	37
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	(2 389)	(2 389)
Outras variações de justo valor	-	4 154	-	(3 003)	1 151
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	2 843	2 843
Aquisições	-	-	22	38 845	38 867
Saídas	-	(26 016)	-	(8 814)	(34 830)
Reembolsos	-	15	-	(52 871)	(52 856)
Fluxos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Transferências provenientes de actividades que foram descontinuadas	-	-	-	-	-
Transferências de outros níveis	19	-	-	-	19
Transferências para outros níveis	-	-	-	(3 741)	(3 741)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19</b>	<b>11 478</b>	<b>22</b>	<b>93 240</b>	<b>104 759</b>

Em 2021, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos de negociação de 3 741 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2. Relativamente aos instrumentos derivados, em 2021, foram transferidos 19 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2022, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

	31.12.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	1,89	4,32	3,44	-0,58	0,07	0,18
1 mês	1,88	4,46	3,47	-0,55	0,10	0,19
3 meses	2,13	4,77	3,87	-0,50	0,12	0,08
6 meses	2,69	5,16	4,37	-0,46	0,00	0,47
1 ano	3,69	4,76	4,69	-0,15	0,35	0,88
3 anos	3,31	4,33	4,56	0,01	0,93	1,30
5 anos	3,24	4,02	4,32	0,13	1,35	1,29
7 anos	3,20	3,90	4,13	0,30	1,46	1,23
10 anos	3,20	3,84	3,99	0,50	1,57	1,20
15 anos	3,14	3,81	3,91	0,55	1,70	1,18
20 anos	2,92	3,74	3,83	1,76	1,76	1,15

## Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

Índice	Série	(pontos base)				
		3 anos	5 anos	7 anos	10 anos	
<b>31.12.2022</b>						
CDX USD Main	31	56,90	82,00	101,70	117,80	
iTraxx Eur Main	30	66,40	90,60	107,50	123,20	
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	99,30	-	128,90	
<b>31.12.2021</b>						
CDX USD Main	31	28,59	49,00	68,55	89,00	
iTraxx Eur Main	30	26,82	47,76	66,67	87,05	
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	54,86	-	85,86	

## Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

	%					
	31.12.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	99,45	92,63	127,11	24,37	55,24	56,00
3 anos	123,34	143,55	169,91	55,12	78,12	73,59
5 anos	124,84	143,58	167,18	67,01	81,28	76,60
7 anos	121,78	135,76	158,58	69,13	81,30	76,81
10 anos	115,50	125,08	147,39	70,29	79,65	75,64
15 anos	106,94	109,68	130,46	68,11	76,08	73,60

## Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	31.12.2022	31.12.2021	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,0666	1,1326	8,56	8,76	8,40	8,26	8,16
EUR/GBP	0,8869	0,8403	7,44	7,67	7,75	7,84	7,91
EUR/CHF	0,9847	1,0331	5,75	6,02	6,05	6,11	6,14
EUR/PLN	4,6808	4,5969	7,23	7,72	8,08	8,30	8,44
EUR/CNY	7,3582	7,1947	9,00	8,80	8,48	8,32	8,23
USD/BRL a)	5,2865	5,5713	19,17	19,25	19,10	19,00	18,97

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL



## Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2022	31.12.2021	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	3 794	4 298	-12%	16,17	19,27	19%
PSI 20	5 726	5 569	3%	11,27	16,45	-
IBEX 35	8 229	8 714	-6%	12,67	16,72	-
DAX	13 924	15 885	-12%	15,08	19,53	19%
S&P 500	3 585	4 766	-25%	19,57	25,43	20%
BOVESPA	19 436	104 882	17%	22,81	25,19	25%

## Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

### Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

### Recursos de instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável

### Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

### Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

## NOTA 38 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

### Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

### Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três estágios” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- ⊕ **Estágio 1 – *Performing***: O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- ⊕ **Estágio 2 – *Under Performing***: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.
- ⊕ **Estágio 3 – *Non Performing***: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

### Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Estágio 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- ⊕ **Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD)**: reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD facultadas pela S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.

- ⊕ Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default – LGD*): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- ⊕ Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*): a exposição esperada em caso de incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR– *Capital Requirements Regulation*).

### Informação Prospectiva

O Grupo manteve uma abordagem simplificada quanto à incorporação de informação prospectiva (“exercício de *forward-looking*”) com vista à antecipação do reconhecimento das perdas de crédito esperadas, atentas as características e dimensão do Banco e fundada num princípio de proporcionalidade.

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou “PD TTC”), incorporando informação macroeconómica prospectiva, o que gera probabilidades de incumprimento “*point-in-time*” (ou “PD PiT”), que são mais ajustadas em termos de precisão e de momentos no tempo. No Grupo, as PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo sido desenvolvida uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Estágio 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis. O exercício de *forward-looking* baseou-se numa abordagem multicenários ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência.

O exercício prospetivo baseia-se numa abordagem com múltiplos cenários (base, otimista e pessimista), os quais incorporam diferentes condições económicas e as respetivas probabilidades de ocorrência. Os cenários múltiplos abrangem o período compreendido entre 2022 e 2024. Os cenários foram determinados com base nas previsões do Banco de Portugal, publicadas nos seus Boletins Económicos, nas projeções do FMI publicadas a outubro 2022 e com base nas projeções no Conselho de Finanças públicas publicadas a setembro 2022, sendo representativas da visão do Banco sobre as condições económicas portuguesas futuras para efeitos do cálculo das perdas de crédito esperadas, garantindo o alinhamento e consistência do modelo com as previsões macroeconómicas do Regulador.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de dezembro de 2022 levou a um reforço dos valores de imparidade em aproximadamente 107 mil euros.

O Haitong Bank procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referência a 31 de dezembro de 2022, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 689 mil euros e 1 075 mil euros, respetivamente.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por estágio, à data de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2022											
	Estágio 1					Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	Total Estágio 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	21 733	702 161	-	-	2	723 896	51 933	-	-	51 933	9 768	9 768
Garantias	11 827	118 648	-	-	-	130 475	-	-	18 112	18 112	2 692	2 692
Instrumentos de Dívida	138 262	897 156	-	-	-	1 035 418	-	-	-	-	-	-
Crédito a Bancos	468 658	21 680	-	-	-	490 338	-	-	-	-	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	15 432	5 832	-	-	1 696	22 960	-	3 800	-	3 800	-	-
Devedores e outros ativos	7	1 861	285	41	13 467	15 661	-	-	-	-	17 298	17 298
<b>Total Bruto</b>	<b>655 919</b>	<b>1 747 338</b>	<b>285</b>	<b>41</b>	<b>15 165</b>	<b>2 418 748</b>	<b>51 933</b>	<b>3 800</b>	<b>18 112</b>	<b>73 845</b>	<b>29 758</b>	<b>29 758</b>

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2021										
	Estágio 1				Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	Total Estágio 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	12 370	504 395	-	33 532	550 297	68 753	-	-	68 753	13 181	13 181
Garantias	-	114 002	-	-	114 002	-	13 746	-	13 746	5 644	5 644
Instrumentos de Dívida	43 008	747 491	-	3 609	794 108	-	-	-	-	4 296	4 296
Crédito a Bancos	43 683	3 478	-	4 216	51 377	-	-	3 561	3 561	-	-
Caixa & Equivalentes de Caixa	482 293	6 220	-	23	488 536	-	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	-	818	913	14 819	16 550	-	-	-	-	9 949	9 949
<b>Total Bruto</b>	<b>581 354</b>	<b>1 376 404</b>	<b>913</b>	<b>56 199</b>	<b>2 014 870</b>	<b>68 753</b>	<b>13 746</b>	<b>3 561</b>	<b>86 060</b>	<b>33 070</b>	<b>33 070</b>

A 31 de dezembro de 2022, a maioria das exposições sem rating atribuído corresponde a saldos com outros devedores. A 31 de dezembro de 2021, a maioria das exposições sem rating atribuído (59,4%), correspondia a operações de compra com acordo de revenda tendo títulos de dívida soberana como subjacente.

A 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 3 milhões de Euros, correspondendo a exposições face a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de atividade, estágio e dias de atraso, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

31.12.2022											
Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	Estágio 1						Estágio 2		Estágio 3		
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias <sup>(1)</sup>		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposiçã o Bruta	Valor Imparidade	
Agricultura e bens alimentares	40 109	287	-	-	5 670	161	-	-	-	-	
Cooperativas agrícolas	7 696	42	-	-	-	-	-	-	-	-	
Automóveis e peças de automóveis	31 815	60	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bancos	540 413	86	1 617	1 617	3 800	938	-	-	-	-	
Materias de construção	-	-	191	191	-	-	12	12	-	-	
Bens de investimento	49 542	89	40	40	-	-	-	-	-	-	
Químicos	23 717	725	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comércio e prestação de serviços	59 006	415	92	92	-	-	4 916	1 111	-	-	
Construção e engenharia	115 808	368	407	407	-	-	762	239	2 448	2 444	
Bens de consumo e vestuário	4 483	88	-	-	-	-	-	-	-	-	
Embalagens	5 350	105	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alimentação, bebidas e tabaco	2 365	46	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fundos e gestores de ativos	14 412	15	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administrações centrais	445 808	424	214	214	-	-	-	-	-	-	
Saúde	7 947	43	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	2 127	2 127	
Produtos de consumo	38	17	-	-	-	-	-	-	-	-	
Holdings de investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Media e entretenimento	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-	
Metais e minas	15 421	17	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instituições financeiras não bancárias	50 640	150	-	-	-	-	-	-	-	-	
Petróleo e gás	39 299	187	-	-	-	-	-	-	-	-	
Papel e produtos florestais	10 334	45	60	60	-	-	-	-	-	-	
Energia	167 472	964	57	57	36 521	3 526	-	-	-	-	
Imobiliário	183 385	1 899	166	166	3 754	278	-	-	-	-	
Arrendamento e Locação	13 917	76	-	-	-	-	-	-	-	-	
Retalho	34 336	230	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	7 395	40	-	-	
Telecomunicações	70 112	293	-	-	18 112	453	-	-	-	-	
Transportes	4 051	22	-	-	1 182	22	-	-	-	-	
Infra-estruturas de transportes	141 280	201	-	-	4 806	301	2 185	729	9 891	3 569	
Água e Saneamento	17 737	143	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	3 844	623	3 235	3 235	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>2 100 338</b>	<b>7 660</b>	<b>6 173</b>	<b>6 173</b>	<b>73 845</b>	<b>5 679</b>	<b>15 270</b>	<b>2 131</b>	<b>14 466</b>	<b>8 140</b>	

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Estágio 1).

31.12.2021										
Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	Estágio 1						Estágio 2		Estágio 3	
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias <sup>(1)</sup>		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	39 890	344	-	-	5 419	260	-	-	-	-
Cooperativas agrícolas	8 146	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	11 610	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	561 205	98	1 661	1 661	3 561	879	-	-	-	-
Corretagem	545	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	12 533	38	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	23 028	34	40	40	-	-	-	-	-	-
Químicos	23 574	634	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	40 047	321	86	86	-	-	5 567	670	-	-
Construção e engenharia	127 272	528	407	407	-	-	902	210	5 489	2 190
Bens de consumo e vestuário	4 799	25	-	-	-	-	-	-	-	-
Embalagens	4 759	54	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	4 228	79	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos e gestores de activos	33 389	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	277 181	263	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	51 206	180	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	2 127	2 127
Produtos de consumo	38	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	13 930	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	26 558	36	-	-	-	-	2 728	-	-	-
Petróleo e gás	13 874	58	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	26 297	222	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	111 350	416	57	57	29 582	2 587	-	-	-	-
Imobiliário	126 248	1 005	166	166	3 751	345	-	-	-	-
Retalho	27 231	213	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	67 614	220	-	-	13 746	84	-	-	-	-
Transportes	6 597	50	-	-	1 635	122	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	90 653	79	-	-	28 366	764	2 036	781	9 891	2 861
Água e Saneamento	11 439	102	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 321	887	3 181	3 181	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 748 587</b>	<b>5 946</b>	<b>6 158</b>	<b>6 158</b>	<b>86 060</b>	<b>5 041</b>	<b>11 245</b>	<b>1 673</b>	<b>17 507</b>	<b>7 178</b>

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Estágio 1).

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

## Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Crédito a clientes		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	21 733	-	-	-	21 733
Monitoring	[bbb+;b-]	702 161	51 933	-	-	754 094
Impaired	[d]	-	-	7 590	2 156	9 746
Not rated		2	-	-	-	2
<b>Valor bruto</b>		<b>723 896</b>	<b>51 933</b>	<b>7 590</b>	<b>2 156</b>	<b>785 575</b>
Imparidade (Nota 30)		3 192	4 288	5 580	730	13 790
<b>Valor líquido</b>		<b>720 704</b>	<b>47 645</b>	<b>2 010</b>	<b>1 426</b>	<b>771 785</b>
<b>Justo valor através de resultados</b>						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
<b>Valor bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
Reavaliação		-	-	( 2)	-	( 2)
<b>Valor líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
<b>Total bruto</b>		<b>723 896</b>	<b>51 933</b>	<b>7 612</b>	<b>2 156</b>	<b>785 597</b>
Total imparidade		3 192	4 288	5 580	730	13 790
Total reavaliação		-	-	( 2)	-	( 2)
<b>Total líquido</b>		<b>720 704</b>	<b>47 645</b>	<b>2 030</b>	<b>1 426</b>	<b>771 805</b>

Crédito a clientes		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	12 370	-	-	-	12 370
Monitoring	[bbb+;b-]	504 395	68 753	-	-	573 148
Impaired	[d]	-	-	10 960	2 199	13 159
Not rated		33 532	-	-	-	33 532
<b>Valor bruto</b>		<b>550 297</b>	<b>68 753</b>	<b>10 960</b>	<b>2 199</b>	<b>632 209</b>
Imparidade (Nota 30)		2 373	4 078	5 470	47	11 968
<b>Valor líquido</b>		<b>547 924</b>	<b>64 675</b>	<b>5 490</b>	<b>2 152</b>	<b>620 241</b>
<b>Justo valor através de resultados</b>						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
<b>Valor bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>Total bruto</b>		<b>550 297</b>	<b>68 753</b>	<b>10 982</b>	<b>2 199</b>	<b>632 231</b>
Total imparidade		2 373	4 078	5 470	47	11 968
<b>Total líquido</b>		<b>547 924</b>	<b>64 675</b>	<b>5 512</b>	<b>2 152</b>	<b>620 263</b>

## Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Garantias prestadas		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	11 827	-	-	-	11 827
Monitoring	[bbb+;b-]	118 648	-	-	-	118 648
Doubtful	[lccc]	-	18 112	-	-	18 112
Impaired	[d]	-	-	2 692	-	2 692
<b>Total bruto</b>		<b>130 475</b>	<b>18 112</b>	<b>2 692</b>	<b>-</b>	<b>151 279</b>
Imparidade (Nota 30)		138	453	340	-	931
<b>Total líquido</b>		<b>130 337</b>	<b>17 659</b>	<b>2 352</b>	<b>-</b>	<b>150 348</b>

(milhares de euros)

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring	[bbb+;b-]	114 002	-	-	-	114 002
Substandard	[ccc+;ccc]	-	13 746	-	-	13 746
Impaired	[d]	-	-	5 644	-	5 644
<b>Total bruto</b>		<b>114 002</b>	<b>13 746</b>	<b>5 644</b>	-	<b>133 392</b>
Imparidade (Nota 30)		96	84	415	-	595
<b>Total líquido</b>		<b>113 906</b>	<b>13 662</b>	<b>5 229</b>	-	<b>132 797</b>

## Instrumentos de dívida

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	103 200	-	-	-	103 200
Monitoring	[bbb+;b-]	619 981	-	-	-	619 981
<b>Valor bruto</b>		<b>723 181</b>	-	-	-	<b>723 181</b>
Imparidade (Nota 30)		1 662	-	-	-	1 662
<b>Valor líquido</b>		<b>721 519</b>	-	-	-	<b>721 519</b>
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	35 062	-	-	-	35 062
Monitoring	[bbb+;b-]	277 175	-	-	-	277 175
<b>Valor bruto</b>		<b>312 237</b>	-	-	-	<b>312 237</b>
Imparidade (Nota 30)		1 289	-	-	-	1 289
Reavaliação		( 15 455)	-	-	-	( 15 455)
<b>Valor líquido</b>		<b>295 493</b>	-	-	-	<b>295 493</b>
<b>Total bruto</b>		<b>1 035 418</b>	-	-	-	<b>1 035 418</b>
Total imparidade		2 951	-	-	-	2 951
Total reavaliação		( 15 455)	-	-	-	( 15 455)
<b>Total líquido</b>		<b>1 017 012</b>	-	-	-	<b>1 017 012</b>



(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	9 507	-	-	-	9 507
Monitoring	[bbb+;b-]	524 476	-	-	-	524 476
<b>Valor bruto</b>		<b>533 983</b>	-	-	-	<b>533 983</b>
Imparidade (Nota 30)		1 210	-	-	-	1 210
<b>Valor líquido</b>		<b>532 773</b>	-	-	-	<b>532 773</b>
<b>Justo valor através de outro rendimento integral</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	33 501	-	-	-	33 501
Monitoring	[bbb+;b-]	223 015	-	-	-	223 015
Impaired	[d]	-	-	-	4 296	4 296
Not rated		3 609	-	-	-	3 609
<b>Valor bruto</b>		<b>260 125</b>	-	-	<b>4 296</b>	<b>264 421</b>
Imparidade (Nota 30)		800	-	-	37	837
Reavaliação		( 3 815)	-	-	-	( 3 815)
<b>Valor líquido</b>		<b>255 510</b>	-	-	<b>4 259</b>	<b>259 769</b>
<b>Total bruto</b>		<b>794 108</b>	-	-	<b>4 296</b>	<b>798 404</b>
Total imparidade		2 010	-	-	37	2 047
Total reavaliação		( 3 815)	-	-	-	( 3 815)
<b>Total líquido</b>		<b>788 283</b>	-	-	<b>4 259</b>	<b>792 542</b>

## Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	15 432	-	-	-	15 432
Monitoring	[bbb+;b-]	5 832	-	-	-	5 832
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 800	-	-	3 800
Not rated		1 696	-	-	-	1 696
<b>Total bruto</b>		<b>22 960</b>	<b>3 800</b>	-	-	<b>26 760</b>
Imparidade (Nota 30)		1	938	-	-	939
<b>Total líquido</b>		<b>22 959</b>	<b>2 862</b>	-	-	<b>25 821</b>

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	482 293	-	-	-	482 293
Monitoring	[bbb+;b-]	6 220	-	-	-	6 220
Not rated		23	-	-	-	23
<b>Total bruto</b>		<b>488 536</b>	-	-	-	<b>488 536</b>
Imparidade (Nota 30)		1	-	-	-	1
<b>Total líquido</b>		<b>488 535</b>	-	-	-	<b>488 535</b>

### Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021:

*(milhares de euros)*

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	468 658	-	-	-	<b>468 658</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	21 680	-	-	-	<b>21 680</b>
<b>Total bruto</b>		<b>490 338</b>	-	-	-	<b>490 338</b>
Imparidade (Nota 30)		20	-	-	-	<b>20</b>
<b>Total líquido</b>		<b>490 318</b>	-	-	-	<b>490 318</b>

*(milhares de euros)*

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	43 683	-	-	-	<b>43 683</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	3 478	-	-	-	<b>3 478</b>
Not rated		4 216	3 561	-	-	<b>7 777</b>
<b>Total bruto</b>		<b>51 377</b>	<b>3 561</b>	-	-	<b>54 938</b>
Imparidade (Nota 30)		37	879	-	-	<b>916</b>
<b>Total líquido</b>		<b>51 340</b>	<b>2 682</b>	-	-	<b>54 022</b>

### Devedores e outros ativos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank, para 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021:

*(milhares de euros)*

Devedores e outros ativos		31.12.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7	-	-	-	<b>7</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	1 861	-	-	-	<b>1 861</b>
Substandard	[ccc+;ccc]	285	-	-	-	<b>285</b>
Doubtful	[lccc]	41	-	-	-	<b>41</b>
Impaired	[d]	-	-	7 407	9 891	<b>17 298</b>
Not rated		13 466	-	-	-	<b>13 466</b>
<b>Total bruto</b>		<b>15 660</b>	-	<b>7 407</b>	<b>9 891</b>	<b>32 958</b>
Imparidade (Nota 30)		8 820	-	52	3 569	<b>12 441</b>
<b>Total líquido</b>		<b>6 840</b>	-	<b>7 355</b>	<b>6 322</b>	<b>20 517</b>

(milhares de euros)

Devedores e outros ativos	31.12.2021				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>					
Monitoring [bbb+;b-]	818	-	-	-	<b>818</b>
Substandard [ccc+;ccc]	913	-	-	-	<b>913</b>
Impaired [d]	-	-	58	9 891	<b>9 949</b>
Not rated	14 819	-	-	-	<b>14 819</b>
<b>Total bruto</b>	<b>16 550</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>9 891</b>	<b>26 499</b>
Imparidade (Nota 30)	8 387	-	58	2 861	<b>11 306</b>
<b>Total líquido</b>	<b>8 163</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 030</b>	<b>15 193</b>

Durante o ano de 2022, uma exposição totalizando 18.8 milhões de euros foi transferida de Estágio 2 (perdas de crédito esperadas “lifetime”) para Estágio 1 (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a haircuts de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 31 de dezembro de 2022, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia (ie, sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 12 749 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes e garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCl.

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2022							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCl	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	655 919	643 738	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 747 338	1 548 026	51 933	51 760	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	285	285	3 800	3 800	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	41	41	18 112	9 056	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	17 711	17 321	12 047	12 047
Not rated		15 165	15 161	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2 418 748</b>	<b>2 207 251</b>	<b>73 845</b>	<b>64 616</b>	<b>17 711</b>	<b>17 321</b>	<b>12 047</b>	<b>12 047</b>

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2021							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCl	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	581 354	580 919	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 376 403	1 260 064	68 753	65 510	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	913	913	13 746	6 873	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	16 684	15 855	16 386	16 386
Not rated		56 200	19 703	3 561	3 561	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2 014 870</b>	<b>1 861 599</b>	<b>86 060</b>	<b>75 944</b>	<b>16 684</b>	<b>15 855</b>	<b>16 386</b>	<b>16 386</b>

### Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (forborne exposures).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1.

Neste sentido, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
<b>Exposições Produtivas</b>	<b>2 666 219</b>	<b>12 459</b>	<b>0,5%</b>	<b>2 258 827</b>	<b>9 866</b>	<b>0,4%</b>
<b>Exposições Não Produtivas (NPE)</b>	<b>13 244</b>	<b>6 915</b>	<b>52,2%</b>	<b>23 382</b>	<b>6 049</b>	<b>25,9%</b>
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0,0%	4 296	37	0,9%
Crédito a Clientes	9 766	6 310	64,6%	13 181	5 517	42,1%
Garantias prestadas	2 692	340	12,6%	5 644	415	7,4%
Compromissos de crédito	786	265	33,7%	261	80	30,7%
<b>Total</b>	<b>2 679 463</b>	<b>19 374</b>	<b>0,7%</b>	<b>2 282 209</b>	<b>15 915</b>	<b>0,7%</b>
<b>NPE ratio</b>	<b>0,5%</b>			<b>1,0%</b>		
<b>NPL ratio</b>	<b>1,2%</b>			<b>2,1%</b>		

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
<b>Exposições Produtivas</b>	<b>2 615 468</b>	<b>8 193</b>	<b>0,3%</b>	<b>2 214 231</b>	<b>6 165</b>	<b>0,3%</b>
<b>Exposições Diferidas Produtivas</b>	<b>50 751</b>	<b>4 266</b>	<b>8,4%</b>	<b>44 596</b>	<b>3 701</b>	<b>8,3%</b>
Crédito a Clientes	50 751	4 266	8,4%	44 596	3 701	8,3%
<b>Exposições Diferidas Não Produtivas</b>	<b>9 563</b>	<b>5 606</b>	<b>58,6%</b>	<b>16 850</b>	<b>5 134</b>	<b>30,5%</b>
Instrumentos de dívida da carteira bancária	-	-	0,0%	4 296	37	0,9%
Crédito a Clientes	8 777	5 341	60,9%	12 293	5 017	40,8%
Compromissos de crédito	786	265	33,7%	261	80	30,7%
<b>Exposições Não Produtivas</b>	<b>3 681</b>	<b>1 309</b>	<b>35,6%</b>	<b>6 532</b>	<b>915</b>	<b>14,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2 679 463</b>	<b>19 376</b>	<b>0,7%</b>	<b>2 282 209</b>	<b>15 915</b>	<b>0,7%</b>

### Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2022							
	Crédito a clientes				Ativos de negociação		Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	25 548	-	337	-	278	9	20 231	110
Cooperativas agrícolas	7 696	-	42	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	20 165	-	38	-	-	-	16 912	42
Bancos	-	-	-	-	4 047	13 261	76 383	126
Corretagem	-	-	-	-	494	430	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	1 782	-	-	-
Bens de investimento	17 596	-	62	-	3 336	-	23 159	27
Indústria química	14 968	-	48	-	3 842	9 621	8 097	26
Comércio e Serviços	61 686	-	1 391	-	601	-	939	5
Construção e Obras Públicas	5 607	2 468	60	2 444	1 292	441	43 977	359
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	5 202	67
Embalagens	5 350	-	105	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	2 365	-	46	-	-	1 178	10 522	12
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	1 600	-	26 235	15
Administração pública	1 231	-	-	-	711 469	-	538 012	884
Saúde	7 946	-	43	-	-	-	22 078	120
Alojamento e turismo	2 127	-	2 127	-	-	-	7 445	1
Media e entretenimento	-	-	-	-	1 197	4	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	-	9 459	12
Instituições financeiras não bancárias	45 626	-	146	-	3 866	6 945	26 855	82
Indústria de petróleo e gás	25 102	-	125	-	3 269	-	14 197	62
Papel e produtos florestais	7 572	-	41	-	-	458	2 727	3
Energia	167 448	-	4 383	-	1 692	137	39 894	129
Imobiliário	124 397	-	589	-	791	29	81 189	489
Arrendamento e Locação	13 917	-	76	-	-	-	-	-
Retalho	20 210	-	212	-	-	-	14 126	18
Programação informática	-	-	-	-	-	-	5	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	1 742	-	-	-
Telecomunicações	53 086	-	200	-	1 430	237	25 663	164
Transportes	5 232	-	44	-	657	-	2 998	26
Infraestruturas de transportes	148 250	-	1 231	-	1 419	16 188	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	799	-	20 176	172
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>783 127</b>	<b>2 468</b>	<b>11 346</b>	<b>2 444</b>	<b>745 603</b>	<b>48 938</b>	<b>1 036 481</b>	<b>2 951</b>

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2021								
	Crédito a clientes				Ativos de negociação			Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	24 290	-	508	-	-	-	5 156	21 019	96
Automóveis e peças de automóveis	8 146	-	19	-	-	-	522	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	181	-	20 286	43
Corretagem	-	-	-	-	-	8 527	15 093	73 080	114
Materiais de construção	-	-	-	-	-	-	285	-	-
Bens de investimento	12 532	-	38	-	-	-	-	-	-
Indústria Química	10 453	-	11	-	-	169	-	16 088	58
Comércio e Serviços	14 954	-	46	-	-	1 016	8 045	8 038	6
Construção e Obras Públicas	42 449	-	720	-	-	3 196	-	1 512	4
Bens de consumo e vestuário	20 519	2 372	338	1 985	54	1 508	-	29 534	262
Embalagens	-	-	-	-	-	-	-	3 201	17
Alimentação, bebidas e tabaco	4 759	-	54	-	-	-	-	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	4 228	-	79	-	-	863	5 039	6 596	4
Administração pública	33 389	-	-	-	-	-	-	12 513	-
Saúde	1 593	-	-	-	-	312 156	-	320 489	485
Alojamento e Turismo	45 913	-	152	-	-	851	-	23 300	115
Seguros	-	2 127	-	2 127	-	405	-	17 444	32
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	2 017	4 085	9 707	15
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	558	3 590	50 142	70
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	177	1 739	13 874	57
Papel e produtos florestais	18 331	-	202	-	-	-	270	19 745	55
Energia	116 902	-	2 954	-	-	513	3 089	36 191	87
Imobiliário	69 597	-	556	-	-	-	-	82 782	308
Retalho	19 986	-	200	-	-	3 005	-	7 245	13
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	8	-
Telecomunicações	50 406	-	181	-	-	1 683	52	26 855	62
Transportes	8 232	-	173	-	-	974	-	4 068	33
Infraestruturas de transportes	120 963	-	1 624	-	-	202	42 946	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	10 649	111
Outros	144	-	1	-	-	8 039	-	-	-
<b>Total</b>	<b>627 786</b>	<b>4 499</b>	<b>7 856</b>	<b>4 112</b>	<b>54</b>	<b>346 040</b>	<b>89 914</b>	<b>814 366</b>	<b>2 047</b>

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2022								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Bermudas	-	-	-	-	-	799	-	-	-
Brasil	121 737	969	5 242	969	-	711 216	9 925	186 778	1 034
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	10 972	22
Canada	-	-	-	-	-	186	-	-	-
China	-	-	-	-	-	5 076	-	137 579	727
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 237	8
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	10 165	19
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 727	3
França	-	-	-	-	-	610	1 142	60 113	53
Alemanha	20 165	-	38	-	-	-	4 244	10 155	22
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 702	43
Hong-Kong	-	-	-	-	-	6 915	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	17 908	15
Irlanda	45 626	-	146	-	-	-	299	-	-
Itália	-	-	-	-	-	2 163	-	177 976	281
Japão	-	-	-	-	-	723	-	-	-
Luxemburgo	90 864	-	595	-	-	-	-	32 554	19
Países Baixos	-	-	-	-	-	3 988	-	-	-
Polónia	94 894	1 499	188	1 475	-	288	29	34 065	176
Portugal	211 714	-	3 231	-	-	6 691	17 024	199 709	425
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 847	30
Singapura	-	-	-	-	-	278	-	-	-
Espanha	137 622	-	1 638	-	-	3 173	9 415	77 731	29
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 783	15
Suiça	-	-	-	-	-	841	-	-	-
Reino Unido	60 503	-	268	-	-	-	6 860	14 480	30
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	1 433	-	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 223	-	-	-
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>783 127</b>	<b>2 468</b>	<b>11 346</b>	<b>2 444</b>	<b>-</b>	<b>745 603</b>	<b>48 938</b>	<b>1 036 481</b>	<b>2 951</b>



(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2021								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Bélgica	-	-	-	-	-	-	53	-	-
Bermudas	-	-	-	-	-	668	-	-	-
Brasil	119 416	866	4 989	501	-	309 582	16 728	102 449	529
Bulgaria	-	-	-	-	-	-	-	11 559	21
China	-	-	-	-	-	5 060	-	139 632	483
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 344	11
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	1 950	1
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 761	3
França	-	-	-	-	-	2 017	424	21 614	32
Alemanha	5 844	-	30	-	-	1 824	6 177	17 701	18
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	17 884	55
Hong kong	-	-	-	-	-	3 196	-	1 915	1
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 566	8
Irlanda	-	-	-	-	-	-	3 568	-	-
Itália	-	-	-	-	-	3 915	-	132 202	137
Japão	-	-	-	-	-	573	-	-	-
Luxemburgo	30 481	-	61	-	-	-	-	21 353	12
Países baixos	-	-	-	-	-	1 566	-	10 287	19
Polónia	75 773	1 506	88	1 484	54	778	-	54 207	225
Portugal	240 199	2 127	1 641	2 127	-	3 460	53 102	196 203	400
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	24 118	29
Singapura	-	-	-	-	-	863	-	-	-
Espanha	101 802	-	872	-	-	6 314	8 765	10 898	18
Suécia	-	-	-	-	-	39	-	7 834	14
Suiça	-	-	-	-	-	503	-	-	-
Reino Unido	54 127	-	174	-	-	3 409	1 025	14 713	29
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	558	72	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 715	-	5 176	2
Outros	144	-	1	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>627 786</b>	<b>4 499</b>	<b>7 856</b>	<b>4 112</b>	<b>54</b>	<b>346 040</b>	<b>89 914</b>	<b>814 366</b>	<b>2 047</b>

### Conflito Rússia - Ucrânia

O conflito Rússia-Ucrânia provocou perturbações nas condições económicas mundiais e desencadeou tumultos nos mercados financeiros e de crédito.

O Grupo elaborou uma avaliação interna do risco dos mutuários da carteira bancária e dos respetivos impactos imediatos do conflito, excluindo os impactos indiretos de segundo e terceiro níveis e efeitos compostos. Esta análise foi realizada pelas unidades de Front-Office, as quais contactaram os clientes do Banco no sentido de proceder a uma avaliação do referido impacto através do Questionário “Early Warning Signals”.

Pese embora as implicações globais do conflito não sejam totalmente conhecidas, nem os efeitos indiretos passíveis de quantificar ou prever, a conclusão geral é de que nenhum dos mutuários analisados sofreu à data um impacto severo do conflito.

As conclusões do referido estudo foram apresentadas pelo Departamento de Gestão de Risco à Comissão Executiva, Comité de Riscos e Conselho de Administração do Banco.

## Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O principal mecanismo para gerir o risco de mercado na carteira de negociação é na aplicação da política de apetite de risco, de onde a definição de limites é uma componente chave. O Banco estabelece, para todo o grupo, limites de value-at-risk (VaR) para risco de mercado na carteira de negociação.

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial de posições a justo valor devido a movimentos de mercado e não devem ser excedidos num período de tempo definido e com um nível de confiança definida. O Haitong Bank estima o VaR a partir das variações históricas reais das variáveis de mercado ao longo de um período de um ano, um horizonte temporal de dez dias e reavalia todas as posições para cada cenário de mercado considerando um nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	10 123	7 618	10 584	5 969	4 747	4 142	13 078	1 393
Risco taxa de juro	550	708	1 218	191	550	812	1 625	187
Acções e Mercadorias	8	7	10	4	16	12	57	-
Spread de Crédito	604	655	420	420	1 269	1 759	2 871	205
Covariância	( 908)	n.a.	n.a.	n.a.	( 678)	n.a.	n.a.	n.a.
<b>VaR Global</b>	<b>10 377</b>	<b>7 786</b>	<b>10 377</b>	<b>6 478</b>	<b>5 905</b>	<b>6 551</b>	<b>13 078</b>	<b>3 836</b>

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	561 757	6 092	1,08%	536 588	1 080	0,20%
Crédito a clientes	729 567	39 764	5,45%	352 464	21 143	6,00%
Aplicações em títulos	741 386	74 772	10,09%	815 887	54 544	6,69%
Contas caução	57 926	281	0,49%	75 675	111	0,15%
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2 090 636</b>	<b>120 909</b>	<b>5,78%</b>	<b>1 780 614</b>	<b>76 878</b>	<b>4,32%</b>
Recursos monetários	1 008 547	30 778	3,05%	688 194	16 359	2,38%
Recursos de clientes	922 290	52 410	5,68%	1 140 615	27 476	2,41%
Responsabilidades representadas por títulos	439 167	22 531	5,13%	46 214	2 717	5,88%
Outros recursos	18 009	790	4,39%	26 555	699	2,63%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2 388 013</b>	<b>106 509</b>	<b>4,46%</b>	<b>1 901 578</b>	<b>47 251</b>	<b>2,48%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>14 400</b>			<b>29 627</b>	

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em dezembro de 2022 e 2021, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	7	-	7	-	-	-
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	91 343	14 226	105 568	78 800	16 692	95 492
CAD	36	-	36	59	-	59
CHF	22	-	22	364	-	364
CNY	12 149	-	12 149	12 455	-	12 455
DKK	201	-	201	201	-	201
GBP	37 059	( 37 523)	( 464)	37 997	( 38 193)	( 196)
HKD	( 777)	-	( 777)	( 1 273)	1 386	113
JPY	41	-	41	79	-	79
MOP	5 177	-	5 177	5 171	-	5 171
MXN	10	-	10	115	-	115
NOK	11	-	11	12	-	12
PLN	59 275	( 33 307)	25 969	87 353	( 60 502)	26 851
SEK	36	-	36	89	-	89
TRY	1	-	1	-	-	-
USD	38 012	( 36 727)	1 285	120 423	( 118 887)	1 536
<b>Total</b>	<b>242 617</b>	<b>( 93 331)</b>	<b>149 286</b>	<b>341 859</b>	<b>( 199 504)</b>	<b>142 355</b>

*Nota: Ativo (passivo)*

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. O risco mais significativo na carteira bancária é a variação do risco de taxa de juro (IRRBB).

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de run-off do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas forward na maturidade.

Em dezembro de 2022 e 2021, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

*(milhares de euros)*

Tenor	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativos	Passivos	Posição Líquida	Ativos	Passivos	Posição Líquida
Até 3 meses	1 230 605	(1 379 015)	(148 410)	1 087 523	(544 947)	542 576
3 a 6 meses	274 841	(461 926)	(187 085)	314 894	(552 222)	(237 328)
6 a 12 meses	287 198	(123 321)	163 877	204 419	(282 264)	(77 845)
1 a 5 anos	651 417	(280 952)	370 465	522 926	(627 320)	(104 394)
Mais de 5 anos	106 392	( 50 397)	55 995	114 438	(136)	114 302
<b>Total</b>	<b>2 550 453</b>	<b>(2 295 611)</b>	<b>254 842</b>	<b>2 244 200</b>	<b>(2 006 889)</b>	<b>237 311</b>

Assim, o impacto de diferentes choques nas curvas de rendimentos, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira, foi o seguinte:

*(milhares de euros)*

Cenários	31.12.2022		31.12.2021	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	( 23 379)	4 355	( 21 990)	( 5 317)
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	6 999	( 4 355)	2 106	5 317
Subida paralela da curva de rendimentos	( 24 865)	n.a.	( 19 577)	n.a.
Descida paralela da curva de rendimentos	8 130	n.a.	1 718	n.a.
Aumento do declive da curva de rendimentos	1 382	n.a.	7 489	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	( 7 063)	n.a.	6 801	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	( 13 780)	n.a.	( 22 876)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	5 150	n.a.	7 509	n.a.
% Fundos Próprios	4,36%	0,86%	4,05%	0,98%
% Fundos Próprios de Nível 1	4,65%	0,86%	4,23%	0,98%

### Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência bem como protejam o consumidor e investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juro de referência com implicações diversas para as atividades das instituições financeiras.

O Banco detém fallbacks provisions nos seus contratos de acordo com a prática de mercado para responder a uma descontinuidade das taxas. Não existem à data de 31 de dezembro de 2022 contratos de financiamento cuja taxa do contrato esteja associada a taxas Libors que estão previstas serem descontinuadas. O Banco detém derivados cujas taxas estão previstas ser descontinuadas estando a ser negociadas as respetivas alterações contratuais. Os contratos em causa estão ao abrigo de contratos ISDA.

A reforma das taxas de referência na Polónia substitui o índice WIBOR pelo índice WIRON. A partir de dezembro de 2022, os bancos poderão utilizar o índice WIRON, enquanto a implementação gradual do índice para contratos e instrumentos financeiros está prevista para 2023. A partir de 2025, está prevista a utilização ampla do índice WIRON. A WIRON é um índice desenvolvido, com base em transações de depósitos, por provedores de dados (9 remetentes de dados) com bancos, instituições financeiras e grandes empresas.

O Banco reconhece exposições de crédito com vencimento após 2025, e sendo assim, parte da exposição estará indexada ao índice WIRON, porém a exposição representa menos de 10% do total das exposições atuais ao risco de crédito. Por outro lado, nenhum derivado de taxa de juros vai além do prazo e a alteração obrigatória para WIRON (2025) não será aplicada. Portanto, não existe nenhuma necessidade de alterar contratos com os clientes deste tipo de produtos.

### Contabilidade de Cobertura

A 30 de maio de 2021 ocorreu uma alteração à estratégia de gestão, e a contabilidade de cobertura foi descontinuada. A tabela abaixo inclui o detalhe dos resultados com instrumentos de cobertura utilizados e contabilizados com referência a 31 de dezembro de 2021:

*(milhares de euros)*

	31.12.2021				Reserva cambial
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (a)	
		Ativo	Passivo		
<b>Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras</b>					
<b>Instrumentos de cobertura</b>					
Risco cambial					
Forward	-	-	-	( 698)	( 698)
<b>Cobertura</b>					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	785	785
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>87</b>	<b>87</b>

*(a) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura*

*(milhares de euros)*

	31.12.2021		Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (a)
	Ganhos / (Perdas) realizados em	Outro rendimento integral	
<b>Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras</b>			
<b>Instrumentos de Cobertura</b>			
Risco cambial			
Forward		( 698)	1

*(a) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura*

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, S. Paulo e Varsóvia), sob a coordenação global do CEO do Haitong Bank.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha 616 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (671 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021), dos quais 458 milhões de Euros correspondiam a depósitos disponíveis junto de Bancos Centrais (454 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022 o Haitong Bank detinha um excedente de 354 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 236% (183% em dezembro de 2021), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

(milhares de euros)

Rácio de cobertura de Liquidez	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	616	671
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	355	305
<b>Rácio de Cobertura de Liquidez</b>	<b>236%</b>	<b>183%</b>

O Haitong Bank obteve um financiamento de 302 milhões de Euros do Banco de Portugal (322 milhões de euros em dezembro de 2021) no âmbito das facilidades Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO) e Pandemic Emergency Longer-Term Refinancing Operations, com vencimentos em 2023 e 2024.

No ano de 2022, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram financiamentos colateralizados do Banco Central, empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos) e depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais).

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivativos sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral do Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). As posições de derivativos e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	25 828	-	-	-	-	-	25 828
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	21 595	22 485	193 779	1 194 133	-	1 431 992
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	16 518	16 518
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	26 509	99 763	187 059	248 915	-	562 246
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	5 061	22 856	37 180	697 673	-	762 770
Aplicações em instituições de crédito	462 739	19 241	8 436	-	-	-	490 416
Crédito a clientes	971	29 860	144 528	600 603	183 358	-	959 320
Instrumentos derivados	-	233 965	59 639	156 783	12 142	27 584	490 113
	489 538	336 231	357 707	1 175 404	2 336 221	44 102	4 739 203
<b>Passivos</b>							
Recursos de instituições de crédito	139 747	774 775	55 160	440 288	50 452	-	1 460 422
Recursos de clientes	60 205	204 289	315 741	180 813	-	-	761 048
Responsabilidades representadas por títulos	-	8 710	16 909	593 014	-	-	618 633
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	96	-	-	-	-	-	96
Instrumentos derivados	-	226 356	56 545	139 555	5 477	9 830	437 763
	200 048	1 214 130	444 355	1 353 670	55 929	9 830	3 277 962

A 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

*(milhares de euros)*

	31.12.2021						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	488 544	-	-	-	-	-	488 544
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	17 623	14 481	199 327	352 844	1 225	585 500
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	745	-	19 032	19 777
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	22 530	65 327	180 245	55 345	-	323 447
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	24 860	43 457	358 832	135 862	-	563 011
Aplicações em instituições de crédito	-	51 739	2 463	-	-	-	54 202
Crédito a clientes	-	61 341	84 241	436 374	159 026	-	740 982
Instrumentos derivados	-	501 963	319 738	149 576	138 220	59 433	1 168 930
	488 544	680 056	529 707	1 325 095	841 297	79 690	3 944 393
<b>Passivos</b>							
Recursos de instituições de crédito	7	29 683	63 735	722 227	57 945	-	873 597
Recursos de clientes	92 527	233 663	371 399	490 928	-	-	1 188 517
Responsabilidades representadas por títulos	-	172	9 785	22 220	-	-	32 177
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	1 036	-	-	-	-	-	1 036
Instrumentos derivados	-	495 213	314 316	144 532	131 925	10 270	1 096 256
	93 570	758 731	759 235	1 379 907	189 870	10 270	3 191 583



Os cash flows não descontados de derivativos são calculados como cash flows brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

### Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de Compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

### Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR II (Regulamento (EU) nº 876/2019 que revoga Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 878/2019 que revoga a Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (phased-out) quer a inclusão/dedução de novos elementos (phased-in). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2022.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD V permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD V, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia. No dia 31 de dezembro de 2022, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal. A 1 de fevereiro de 2022, o Banco de Portugal, enquanto autoridade responsável pela supervisão em base consolidada do Haitong Bank, SA, comunicou a decisão relativa ao processo anual de revisão e avaliação de supervisão (SREP 2021), segundo o qual atribui ao Haitong Bank um requisito específico de fundos próprios de 4%, a cumprir sempre a partir de 1 de julho de 2022, determinado ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 116.ºC (1), (2)(a), (3)(b) e (4) do RGICSF.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2022 e 2021.

*(milhares de euros)*

	31.12.2022		31.12.2021	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	17,4%	17,3%	18,9%	18,8%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	21,7%	21,7%	23,5%	23,4%
Rácio Fundos Próprios Totais	21,8%	21,8%	23,6%	23,5%

## NOTA 39 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 3	1-jan-22	Esta emenda corresponde à atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	1-jan-22	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	1-jan-22	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adote pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS;</li> <li>- IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desconhecimento de um passivo financeiro;</li> <li>- IAS 41 – remove o requisito de excluir os fluxos de caixa relacionados com impostos na mensuração ao justo valor.</li> </ul>

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

### Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

### Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adoptadas pela união europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com covenants	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com covenants clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de janeiro de 2024
Emenda à norma IAS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.



# 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

## Demonstração dos Resultados Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Juros e proveitos similares	4	43 408	20 629
Juros e custos similares	4	22 624	12 679
<b>Margem financeira</b>		<b>20 784</b>	<b>7 950</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	5	178	1 610
Rendimentos de serviços e comissões	6	43 528	58 153
Encargos com serviços e comissões	6	( 4 011)	( 4 101)
Resultados de instrumentos de trading	7	10 228	( 2 382)
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	238	1 033
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	604	( 692)
Resultados de reavaliação cambial	10	( 6 748)	1 361
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	3	1 620
Outros resultados operacionais	12	( 588)	797
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>64 216</b>	<b>65 349</b>
Custos com pessoal	13	30 902	28 198
Gastos gerais administrativos	15	11 233	13 434
Depreciações e amortizações	23 e 24	5 084	5 140
Provisões líquidas de anulações	30	74	409
Imparidade em ativos financeiros	30	( 7 638)	4 278
<b>Custos operacionais</b>		<b>39 655</b>	<b>51 459</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>24 561</b>	<b>13 890</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	31	2 437	490
Diferidos	31	2 909	4 250
		<b>5 346</b>	<b>4 740</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>19 215</b>	<b>9 150</b>
Resultados por ação básicos (em euros)	16	0,11	0,05
Resultados por ação diluídos (em euros)	16	0,11	0,05

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Demonstração do Rendimento Integral Individual dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>19 215</b>	<b>9 150</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		
Desvios actuariais líquidos de impostos	11 182	5 307
	<b>11 182</b>	<b>5 307</b>
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados</b>		
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	( 8 819)	1 228
	<b>( 8 819)</b>	<b>1 228</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>21 578</b>	<b>15 685</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração



## Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativo</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	17	14 888	473 251
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		85 987	123 500
Ativos financeiros detidos para negociação		73 399	109 572
Títulos	18	34 387	36 458
Instrumentos financeiros derivados	19	39 012	73 114
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		12 588	13 928
Títulos	20	12 568	13 906
Crédito a clientes	22	20	22
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	188 690	207 071
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 792 978	1 076 037
Aplicações em instituições de crédito	21	471 139	49 429
Crédito a clientes	22	655 290	517 943
Títulos	20	666 549	508 665
Outros ativos tangíveis	23	11 964	6 987
Ativos intangíveis	24	2 105	2 991
Investimentos em subsidiárias e associadas	25	156 221	146 474
Ativos por impostos		82 348	80 484
Ativos por impostos correntes	31	17 086	21 242
Ativos por impostos diferidos	31	65 262	59 242
Outros ativos	26	99 445	159 582
<b>Total de Ativo</b>		<b>2 434 626</b>	<b>2 276 377</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação		38 575	74 190
Títulos	18	96	1 036
Instrumentos financeiros derivados	19	38 479	73 154
Passivos financeiros ao custo amortizado		1 708 635	1 522 539
Recursos de instituições de crédito	27	842 834	716 811
Recursos de clientes	28	494 949	805 728
Responsabilidades representadas por títulos	29	370 852	-
Provisões	30	3 635	4 256
Passivos por impostos		11 753	5 035
Passivos por impostos correntes	31	5 959	5 035
Passivos por impostos diferidos	31	5 794	-
Outros passivos	32	49 557	65 733
<b>Total de Passivo</b>		<b>1 812 155</b>	<b>1 671 753</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	33	863 279	844 769
Prémios de emissão	33	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	33	105 042	108 773
Reservas de reavaliação	34	( 9 433)	( 614)
Outras reservas e resultados transitados	34	( 364 428)	( 366 250)
Resultado líquido do exercício		19 215	9 150
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>622 471</b>	<b>604 624</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>2 434 626</b>	<b>2 276 377</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 1 842)</b>	<b>( 359 523)</b>	<b>( 361 365)</b>	<b>( 12 034)</b>	<b>588 939</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 1 842)</b>	<b>( 359 523)</b>	<b>( 361 365)</b>	<b>( 12 034)</b>	<b>588 939</b>
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Nota 34):								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	1 228	-	1 228	-	1 228
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	5 307	5 307	-	5 307
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9 150	9 150
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 228</b>	<b>5 307</b>	<b>6 535</b>	<b>9 150</b>	<b>15 685</b>
Transferência para reservas	-	-	-	-	( 12 034)	( 12 034)	12 034	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 614)</b>	<b>( 366 250)</b>	<b>( 366 864)</b>	<b>9 150</b>	<b>604 624</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>844 769</b>	<b>8 796</b>	<b>108 773</b>	<b>( 614)</b>	<b>( 366 250)</b>	<b>( 366 864)</b>	<b>9 150</b>	<b>604 624</b>
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Nota 34):								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 8 819)	-	( 8 819)	-	( 8 819)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	11 182	11 182	-	11 182
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19 215	19 215
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 8 819)</b>	<b>11 182</b>	<b>2 363</b>	<b>19 215</b>	<b>21 578</b>
Aumento de capital (ver Nota 33)	18 510	-	-	-	( 18 510)	( 18 510)	-	-
Reembolso de outros instrumentos de capital (ver Nota 33)	-	-	( 3 731)	-	-	-	-	( 3 731)
Transferência para reservas	-	-	-	-	9 150	9 150	( 9 150)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>863 279</b>	<b>8 796</b>	<b>105 042</b>	<b>( 9 433)</b>	<b>( 364 428)</b>	<b>( 373 861)</b>	<b>19 215</b>	<b>622 471</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		39 273	14 877
Juros e custos pagos		( 11 952)	( 15 216)
Serviços e comissões recebidas		43 268	60 303
Serviços e comissões pagas		( 4 011)	( 4 101)
Recuperações e vendas de créditos		3	1 298
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 47 877)	( 46 522)
		<b>18 704</b>	<b>10 639</b>
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Ativos e passivos financeiros de negociação		10 786	( 10 577)
Aplicações em instituições de crédito		( 420 710)	( 47 036)
Recursos de instituições de crédito		121 500	587 295
Crédito a clientes		( 138 253)	( 202 743)
Recursos de clientes e outros empréstimos		( 314 438)	( 183 429)
Outros ativos e passivos operacionais		53 931	13 904
		<b>( 668 480)</b>	<b>168 053</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>			
Impostos sobre os lucros pagos		2 643	( 1 911)
		<b>( 665 837)</b>	<b>166 142</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	( 500)
Dividendos recebidos		178	1 610
Compra de investimentos em títulos		( 312 275)	( 409 562)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		161 788	245 828
Compra de imobilizações		( 1 367)	( 1 098)
Venda de imobilizações		3	-
		<b>( 151 673)</b>	<b>( 163 722)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	29	363 816	-
Emissão de outros instrumentos de capital	33	( 3 731)	-
		<b>360 085</b>	<b>-</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
		<b>( 457 425)</b>	<b>2 420</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>			
		473 252	470 832
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>			
		15 827	473 252
		<b>( 457 425)</b>	<b>2 420</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	17	5	8
Disponibilidades em bancos centrais	17	2 981	457 556
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	12 841	15 688
<b>Total</b>		<b>15 827</b>	<b>473 252</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

## 2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### NOTA 1 – ACTIVIDADE

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil e Polónia. Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras do Haitong Bank, S.A., são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de dezembro de 2022.

O Banco adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2022. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras individuais, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2023.

## 2.2. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados

## 2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.3.1. Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - i. Ativos financeiros detidos para negociação
  - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
  - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e títulos de dívida.

- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja devido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, o Banco pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

### c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Banco para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ⊕ ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros devidos para negociação”, quando sejam:
  - i. originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;
  - ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo.
  - iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.
- ⊕ ativos financeiros na sub-categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - ativos financeiros não devidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando sejam:
  - i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI);
  - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como devidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados da demonstração de resultados.

### Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco

de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

### Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transação.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (excepto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos com a sua recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:



- a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos dos que seriam reconhecidos se forem mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do ativo.

#### Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

#### Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
- b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

#### Crédito abatido ao ativo (Write-off)

O Banco reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Banco se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

### Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ⊕ ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contrato que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- ⊕ ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

### Imparidade de ativos financeiros

O Banco determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospetiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Banco reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

### Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, o Banco determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospetivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospetivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- ⊕ **Estágio 1 – *Performing***: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- ⊕ **Estágio 2 – *Under Performing***: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- ⊕ **Estágio 3 – *Non Performing***: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Banco é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Estágio 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Banco são sujeitos anualmente à análise individual, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Estágio 2.

As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela Diretiva relativa aos Requisitos de Capital (*Capital Requirements Regulation*, ou CRR) na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em Estágio 3 estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - POCI), que são alocados ao Estágio 3. Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para o Estágio 2 ou Estágio 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, conseqüentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Estágio 3), é reclassificado para Estágio 2, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

A Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Banco, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

### Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- ⊕ Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- ⊕ Aplicações em instituições de crédito;
- ⊕ Instrumentos de dívida;
- ⊕ Devedores e outras contas a receber;
- ⊕ Caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, de acordo com a norma IFRS 9, o Banco inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas as garantias prestadas e compromissos assumidos, bem como outros ativos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- ⊕ Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- ⊕ Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – *Under Performing* e Estágio 3 – *Non Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas “lifetime” apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento ponderada, no caso dos ativos classificados em Estágio 2, pela possibilidade do incumprimento.

- ⊕ Compromissos de crédito não utilizados: o montante dos compromissos de crédito não utilizados à data de referência multiplicado pelo factor de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- ⊕ Garantias financeiras: o valor atual dos reembolsos esperados menos os montantes que o Banco espera recuperar.

### Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Banco considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Banco identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) comparação entre o rating atual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contrato, considerando-se uma deterioração igual ou superior a quatro notches (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou SICR).

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) existência de dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excepcionais (*ad-hoc*). O Banco identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2.

O Banco implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Estágio 1 um questionário denominado “Questionário *Early Warning Signals*” que visa identificar de forma oportuna indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Estágio 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na íntegra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Banco, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima aplicável aos instrumentos financeiros.

### Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Banco considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do banco (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Banco cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority*, ou EBA) para exposições não produtivas (*Non-Performing Exposures*, ou NPE), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

### Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram objeto de medidas de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor (*forbearance*) segue as orientações do Banco Central Europeu (BCE), que consiste na necessidade em estabelecer acordos com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros ("dificuldades financeiras"). Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

- i. uma alteração aos termos e condições anteriores de um contrato aos quais o devedor é considerado incapaz de cumprir devido a dificuldades financeiras que resultam em capacidade insuficiente de obedecer ao serviço da dívida e que não seria concedida se o devedor não estivesse a enfrentar tais dificuldades;
- ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limite (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de exposições diferidas seguida pelo Banco acompanha as orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito publicadas pelo Banco Central Europeu em março de 2017, as quais abordam o conceito de exposições diferidas, bem como os critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas aplicáveis a exposições diferidas publicados na Carta Circular CC/2018/00000068 do Banco de Portugal, de novembro de 2018.

### 2.3.2. Passivos Financeiros

#### Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

##### Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

#### a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

#### b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- ⊕ o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- ⊕ a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- ⊕ a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- ⊕ o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efectiva de cada transação.

### Passivos financeiros ao custo amortizado

#### Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

#### Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

#### 2.3.3. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transação, excepto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.



Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no estágio 1 ou estágio 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para ativos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

#### 2.3.4. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

#### 2.4. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.5. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## 2.6. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ATIVOS DE UNIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Banco deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

## 2.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 2.10. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

O Banco adotou a norma IFRS 16 – Locações a 1 de janeiro de 2019, substituindo a IAS 17 – “Locações”, que vigorou até 31 de dezembro de 2018. O Banco não adotou nenhum dos requisitos da IFRS 16 em exercícios anteriores.

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, as instituições avaliam se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Banco avalia se:

- ⊕ o contrato envolve o uso de um ativo identificado – este ativo poderá ser explícita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificado;
- ⊕ o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- ⊕ o Banco tem o direito de direccionar o uso do ativo. O Banco tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Banco tem o direito de direccionar o uso do ativo se:
  - o Banco tem o direito de operar o ativo; ou
  - o Banco desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de janeiro de 2019.

Conforme estabelecido na IFRS 16, o Banco optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 €). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

### Como locatário

O Banco reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efetuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efectuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Banco. Geralmente, o Banco usa a taxa incremental de financiamento do Banco como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- ⊕ pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;

- ⊕ pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- ⊕ valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- ⊕ o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contábilístico do ativo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contábilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

### **Locações de ativos de curto prazo e baixo valor**

O Banco optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a esses contratos como despesa de forma linear durante o período da locação.

#### **Como locador**

Quando o Banco atua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contábilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes da IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

## 2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

### Pensões

#### *Portugal*

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do sector bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêem o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de

reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

### ***Restantes Geografias***

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido e Polónia, o Banco suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

### **Benefícios de saúde**

#### ***Portugal***

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

### ***Restantes Geografias***

Nas restantes geografias, o Banco suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera.

### **Prémio de Carreira**

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Banco de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Banco, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Banco de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Banco com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

#### Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### 2.12. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

### 2.13. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.



Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

#### 2.14. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (performance obligation) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas;
- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

#### 2.15. REPORTE POR SEGMENTOS

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.16. RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

#### 2.17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

## 2.18. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Estes ativos estão registados ao custo histórico, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas subsidiárias e associadas.

### Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando detém o poder de designar as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade dos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

### Investimentos financeiros em associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

### Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, com referência ao final de cada ano ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzidos dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, múltiplos comparáveis, considerando as condições de mercados, o valor temporal e os riscos de negócio.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto de incerteza que resulta do impacto do conflito Rússia-Ucrânia na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### 3.1. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Banco efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.3.1.

#### Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Banco decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual – as vinte maiores exposições *corporate* em Estágio 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e as exposições em imparidade (Estágio 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva. No caso das exposições em Estágio 1, a análise individual é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável, como também cenários alternativos. Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras histórica, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

## Análise Colectiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) *Haircut* de colaterais, e (iv) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- ⊕ A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado momento. O Banco leva em consideração a PD facultada pela Standard & Poor's (S&P) ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade.
- ⊕ Perda dado o incumprimento (LGD) é a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Banco aplica LGD com base nas referências (benchmarks) da Moody's sobre taxas de recuperação, que cobrem um amplo período histórico.
- ⊕ *Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) é baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- ⊕ Fator de conversão de crédito (CCF) é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Banco atualizou os inputs do modelo de imparidade coletiva no que se refere à incorporação de informação prospetiva, conforme informação apresentada na Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade.

### 3.2. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Banco com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Banco e à perspectiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Banco.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

### 3.3. PERDAS POR IMPARIDADE EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os investimentos em filiais e associadas são analisados periodicamente com vista à identificação de sinais de imparidade. Caso existam, a imparidade é determinada de acordo com as regras definidas na IAS 36. Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado normalmente com base em técnicas de apuramento do justo valor de mercado (*price book value*) e valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação do justo valor de participações financeiras envolve julgamento. Variações nos inputs utilizados na determinação do justo valor poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

### 3.4. PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.5. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

### 3.6. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliado; os riscos que afectam o desempenho dos ativos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos ativos.

O Banco monitoriza os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definidos para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Banco do modelo de negócios dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses ativos financeiros.

## NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito a clientes	24 171	-	24 171	9 606	-	9 606
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	2 676	-	2 676	518	-	518
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 236	-	5 236	2 506	-	2 506
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	963	963	-	889	889
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	9 854	-	9 854	6 926	-	6 926
Outros juros e proveitos similares	508	-	508	184	-	184
	<b>42 445</b>	<b>963</b>	<b>43 408</b>	<b>19 740</b>	<b>889</b>	<b>20 629</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	8 228	-	8 228	3 201	-	3 201
Juros de responsabilidades representadas por títulos	7 036	-	7 036	-	-	-
Juros de recursos de clientes	6 803	-	6 803	9 007	-	9 007
Juros de leasing	180	-	180	102	-	102
Outros juros e custos similares	377	-	377	369	-	369
	<b>22 624</b>	<b>-</b>	<b>22 624</b>	<b>12 679</b>	<b>-</b>	<b>12 679</b>
	<b>19 821</b>	<b>963</b>	<b>20 784</b>	<b>7 061</b>	<b>889</b>	<b>7 950</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 101 milhares de euros e 74 milhares de euros relativos a contratos marcados como estágio 2 e como estágio 3, respetivamente (31 de dezembro de 2021: 491milhares de euros e 38 milhares de euros).

A rubrica de Juros e proveitos similares – Juros de disponibilidades e aplicações de instituições de crédito tem registado um custo negativo de 98 milhares de euros associado às operações TLTRO III (31 de dezembro 2021: 467 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE. Estas metas terminaram com o último período de observação em dezembro de 2022, tendo sido confirmada a estimativa do Banco.

## NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de instrumentos de capital</b>		
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	178	1 610
	<b>178</b>	<b>1 610</b>

## NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	32 781	49 983
Por garantias prestadas	1 219	1 187
Por operações realizadas com títulos	9 528	6 983
	<b>43 528</b>	<b>58 153</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 814	2 018
Por operações realizadas com títulos	1 575	1 238
Por garantias recebidas	277	398
Outros custos com serviços e comissões	345	447
	<b>4 011</b>	<b>4 101</b>
	<b>39 517</b>	<b>54 052</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 24 003 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 39 519 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 36).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento operacional:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Mercado de Capitais	13 560	12 729
Fusões e Aquisições	14 349	21 102
Financiamentos Estruturados	4 588	5 215
Acções	800	4 526
Renda Fixa, Moeda e Commodities	4 990	4 504
Tesouraria	40	3
Corporate Solutions	1 809	3 454
Corporate Derivatives	-	1 220
Outros	3 392	5 400
	<b>43 528</b>	<b>58 153</b>

### Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

### Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e equity direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos e obrigações convertíveis.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida numa ótica oportunística e abrange ofertas públicas de aquisição e subscrição e admissões à negociação.

### Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos nomeadamente Taxa de juro, FX e Commodities, apoiando as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu *core business* e fazer o *lock-in* da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de hedging contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço custo/venda de matérias-primas.

### Fixed Income

Composta por equipas especializadas em Trading, Syndication e Distribution a Divisão de Renda Fixa oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de *syndication* para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação da sua capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades de negócio e promovem a atividade *cross-border*.

O Fixed income é também responsável pela gestão da carteira de Investimento e Trading do Haitong Bank de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.



## Equities

A Direção de Equities, através de sua Sucursal de Varsóvia, oferece um serviço de execução de ordens focado em ações de emittentes europeus e de mercados emergentes, direcionado a investidores europeus.

A Direção de Equities baseia a sua atividade de negócio no research produzido pela Direção de Research na Polónia, servindo ainda de plataforma de apoio às atividades de banca de investimento da Sucursal, através da distribuição de novas emissões de *equity* e transações subseqüentes.

## Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de acquisition / leverage finance, project finance, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e arranging a operações de financiamento.

## Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também irá monitorizar oportunidades cross-border com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

## Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de HQLA do Banco de forma eficaz e eficiente.

## Private Equity

Este segmento tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

## Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função de Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

## Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições com risco de crédito detidas pelo Banco que, de acordo com os critérios do IFRS9, sejam classificadas como não-produtivas.

A área de SPM também gere as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de operações que estejam em incumprimento ou classificadas como não-produtivas.

## Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não são de individualização obrigatória (Direção de Research, Direção de Asset Management e outros centros de receita).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
China	28 004	29 276
Portugal	5 496	8 207
Polónia	2 234	6 880
Ilhas Virgens Britânicas	2 082	3 701
Espanha	1 980	2 477
Brasil	458	553
Luxemburg	992	2 277
Ilhas Caimão	730	2 102
Reino Unido	502	1 291
Outros	1 050	1 389
	<b>43 528</b>	<b>58 153</b>

## NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos e passivos de negociação</b>		
<b>Títulos de negociação</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	134	( 429)
De outros emissores	( 1 036)	( 16)
Acções	( 5)	( 21)
	<b>( 907)</b>	<b>( 466)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	6 257	( 1 878)
Contratos sobre taxas de juro	4 355	( 383)
Contratos sobre acções/índices	254	( 724)
Outros	269	1 069
	<b>11 135</b>	<b>( 1 916)</b>
	<b>10 228</b>	<b>( 2 382)</b>

## NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Crédito a clientes	( 2)	-
Outros títulos de rendimento variável	240	1 033
		-
	<b>238</b>	<b>1 033</b>

## NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De outros emissores	604	( 692)
	<b>604</b>	<b>( 692)</b>

## NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Reavaliação Cambial	( 6 748)	1 361
	<b>( 6 748)</b>	<b>1 361</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, e os resultados de derivados cambiais.

## NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de crédito	3	1 298
Ganhos/Perdas em investimentos ao custo amortizado	-	322
	<b>3</b>	<b>1 620</b>

## NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Outros serviços de clientes	72	811
Impostos directos e indirectos	( 2 347)	( 2 163)
Ativos não financeiros	195	( 19)
Sub-leasing	488	343
Outros resultados de exploração	1 004	1 825
	<b>( 588)</b>	<b>797</b>

Os impostos directos e indirectos incluem 1 480 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (31 de dezembro de 2021: 1 271 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de dezembro;

## NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Vencimentos e salários		
Remunerações	25 044	22 268
Prémios de carreira (ver Nota 14)	( 166)	77
Impacto Acordos Rescisão (ver Nota 14)	248	220
Corte - Mudança de Plano	-	( 127)
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	137	210
Outros encargos sociais obrigatórios	4 689	4 314
Outros custos	950	1 236
	<b>30 902</b>	<b>28 198</b>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Haitong Bank, em funções no final do ano, são como segue:

*(milhares de euros)*

	Conselho de Administração	Pessoal Identificado (1)	Total
<b>2022</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 467	7 045	8 512
Remunerações variáveis	764	1 184	1 948
<b>Total</b>	<b>2 231</b>	<b>8 229</b>	<b>10 460</b>
<b>2021</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 406	6 515	7 921
Remunerações variáveis	720	907	1 627
<b>Total</b>	<b>2 126</b>	<b>7 422</b>	<b>9 548</b>

(1) Excluindo os membros do Conselho de Administração

Considera-se na categoria de “Pessoal Identificado” os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“Identified Staff”).

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não apresenta crédito concedido aos Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Haitong Bank analisa-se como segue:

	2022	2021
Funções directivas	140	139
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	110	111
Funções administrativas	17	14
Funções auxiliares	10	10
	<b>280</b>	<b>277</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco apresentava nos seus quadros um total de 278 e 273 colaboradores, respetivamente.

## NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de

sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxa de rendimento esperado	4,23%	1,47%
Taxa de desconto	4,23%	1,47%
Taxa de crescimento de pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada com referência a 31 de dezembro de 2022 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades (17 anos).

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos	90	94
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	81	79
Reformados	46	42
Sobreviventes	10	12
<b>TOTAL</b>	<b>227</b>	<b>227</b>

Os Ex-colaboradores com direitos adquiridos correspondem a colaboradores que cessaram a sua actividade no Banco em 2022 e 2021 tendo mantido direitos sobre o plano de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de dezembro		
Pensionistas e ex-colaboradores com direitos adquiridos	25 177	35 934
Ativos	7 739	14 134
	<u>32 916</u>	<u>50 068</u>
<b>Saldo dos fundos em 31 de dezembro</b>	<u>49 786</u>	<u>56 262</u>
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	16 870	6 194
	<u>16 870</u>	<u>6 194</u>
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 26)</b>	<u>16 870</u>	<u>6 194</u>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	23 957	35 223

Os pensionistas incluem os ex-colaboradores, com direitos adquiridos no âmbito do Plano Social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades iniciais</b>	<b>50 068</b>	<b>52 756</b>
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	137	210
Custo dos juros	730	629
Contribuições dos participantes	86	87
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	( 17 388)	( 2 849)
- Alteração de pressupostos	( 19 692)	( 2 707)
- (Ganhos)/perdas de experiência	2 304	( 142)
Pensões pagas pelo fundo	( 963)	( 858)
Corte - Mudança de Plano	-	( 127)
Impacto Acordos Rescisão (ver Nota 13)	248	220
<b>Responsabilidades finais</b>	<b>32 918</b>	<b>50 068</b>

Em 30 de dezembro de 2020, após obtenção de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco. Esta alteração foi contabilizada como uma liquidação do plano de benefícios definidos, tendo sido registada de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11. Neste sentido, as responsabilidades e os correspondentes ativos do plano a transferir foram reduzidos com referência a 30 de dezembro de 2021, tendo o diferencial sido registado em “Custos com Pessoal” (Nota 13).



Face a dúvidas suscitadas sobre os termos em que se processou a conversão supra referida, e no seguimento de contactos encetados com o Banco e Sociedade Gestora, a ASF emitiu uma ulterior autorização, permitindo a realização de um novo aditamento ao contrato constitutivo. No sentido de assegurar certeza à operação efetuada e mitigar a possibilidade de litigância com a Autoridade em causa, o Banco subscreveu em 11 de fevereiro de 2022, o dito aditamento subsequente, do qual resultou o reforço dos créditos iniciais devidos aos participantes no montante de 292 milhares de euros.

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2022, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- ⌘ Um aumento de 25 pontos base na taxa de desconto faria reduzir as responsabilidades em cerca de 1.254 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.301 milhares de euros.
- ⌘ Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.468 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 1.408 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial dos fundos</b>	<b>56 262</b>	<b>53 072</b>
Rendimento real do fundo	( 5 307)	3 162
Contribuições do Grupo	-	799
Contribuições dos empregados	86	87
Pensões pagas pelo fundo	( 963)	( 858)
Transferência de responsabilidades	( 292)	-
<b>Saldo final dos fundos</b>	<b>49 786</b>	<b>56 262</b>

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações	64,60%	59,70%
Acções	28,40%	31,70%
Investimento alternativo	5,20%	5,70%
Liquidez	1,80%	2,90%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Os ativos do Fundo são valorizados ao justo valor.

Foi efetuado um exercício de adequação entre ativos e responsabilidades do Fundo de Pensões, tendo em consideração as políticas de investimento, de contribuição e de financiamento pretendidas pelo Associado, que deu origem à estratégia de investimentos. O VaR da relação entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões é estimado periodicamente ao longo do ano para monitorizar se o nível de volatilidade expectável entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões se enquadram no orçamento de risco definido pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro</b>	<b>35 223</b>	<b>40 590</b>
- Alteração de pressupostos actuariais	( 19 692)	( 2 707)
- (Ganhos)/perdas de experiência	8 426	( 2 660)
<b>Desvios actuariais acumulados em 31 de dezembro</b>	<b>23 957</b>	<b>35 223</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	137	210
Custo / (Proveitos) de juros	( 87)	( 13)
<b>Custos do exercício</b>	<b>50</b>	<b>197</b>

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>6 194</b>	<b>316</b>
Custo do exercício	( 50)	( 197)
Ganhos / (Perdas) actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	11 266	5 367
Contribuições do Banco	-	801
Impacto Acordos Rescisão (Nota 13)	( 248)	( 220)
Corte - Mudança de Plano	-	127
Transferência de responsabilidades	( 292)	-
<b>Saldo final</b>	<b>16 870</b>	<b>6 194</b>

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Responsabilidades	( 32 916)	( 50 068)	( 52 756)	( 84 043)	( 72 659)
Saldo dos fundos	49 786	56 262	53 072	78 792	69 641
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>16 870</b>	<b>6 194</b>	<b>316</b>	<b>( 5 251)</b>	<b>( 3 018)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	2 304	( 142)	( 1 352)	( 2 088)	12
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	6 122	( 2 518)	( 1 733)	( 5 796)	5 213

### Prémios de carreira

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de carreira são como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2020
<b>Responsabilidades iniciais</b>	<b>693</b>	<b>616</b>
Custo do exercício (Ver Nota 13)	( 166)	77
<b>Responsabilidades finais (ver Nota 33)</b>	<b>527</b>	<b>693</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (ver nota 32).

## NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Rendas e alugueres	389	520
Publicidade e publicações	71	68
Comunicações e expedição	2 823	3 478
Conservação e reparação	461	422
Seguros	52	58
Judiciais e contencioso	177	95
Serviços especializados		
Informática	2 398	3 828
Mão de obra eventual	10	9
Trabalho independente	897	520
Outros serviços especializados	2 587	3 527
Outros custos	1 368	909
	<b>11 233</b>	<b>13 434</b>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os honorários acordados para o exercício de 2022 e 2021 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492	456
Outros serviços de garantia de fiabilidade	64	48
Outros serviços que não revisão legal das contas	71	179
<b>Valor total dos serviços acordados</b>	<b>627</b>	<b>683</b>

Os valores apresentados são antes de impostos. Os honorários relativos à auditoria às demonstrações financeiras correspondem aos acordados para o exercício de 2022. Os honorários apresentados para os restantes serviços respeitam a valores faturados durante o exercício de 2022.

## NOTA 16 - RESULTADOS POR AÇÃO

### Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido <sup>(1)</sup>	19 215	9 150
<b>Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)</b>	<b>169 435</b>	<b>168 954</b>
<b>Resultado por ação básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,11</b>	<b>0,05</b>

*(1) Corresponde ao resultado líquido do exercício ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)*

### Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

## NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	5	8
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	30	457 538
Outros bancos centrais	2 951	18
	<b>2 981</b>	<b>457 556</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	4 238	4 676
	<b>4 238</b>	<b>4 676</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	8 603	11 012
	<b>8 603</b>	<b>11 012</b>
	<b>15 827</b>	<b>473 252</b>
Perdas por imparidade (Nota 30)	( 939)	( 1)
	<b>14 888</b>	<b>473 251</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de caráter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 2,50% (31 de dezembro de 2021: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2022 foi incluído no período de manutenção de 21 de dezembro de 2022 a 7 de fevereiro de 2023, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 818 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2 739 milhares de euros).

## NOTA 18 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos de negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	253	2 575
De outros emissores	34 099	33 843
Acções	35	40
	<b>34 387</b>	<b>36 458</b>
<b>Passivos de negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Vendas a descoberto	96	1 036
	<b>96</b>	<b>1 036</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos títulos de negociação por prazos de vencimento é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	5 124	6 461
De 3 meses a um ano	5 265	1 354
De um a cinco anos	23 262	22 680
Mais de cinco anos	701	5 923
Duração indeterminada	35	40
	<b>34 387</b>	<b>36 458</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.3.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos</b>						
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	254		254	2 524	51	2 575
De outros emissores	30 828	3 270	34 098	33 156	687	33 843
Acções	35	-	35	40	-	40
<b>Total valor de balanço</b>	<b>31 118</b>	<b>3 269</b>	<b>34 387</b>	<b>35 720</b>	<b>738</b>	<b>36 458</b>

A 31 de dezembro de 2022, a rubrica inclui 9 979 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de dezembro de 2021: 23 997 milhares de euros).

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Banco, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Banco reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

## NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Instrumentos financeiros derivados (ativos)</b>		
<b>Derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	7 241	14 937
Contratos sobre taxas de juro	31 553	56 075
Outros contratos	218	2 102
	<b>39 012</b>	<b>73 114</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados (passivos)</b>		
<b>Derivados de negociação</b>		
Contratos sobre taxas de câmbio	6 765	17 585
Contratos sobre taxas de juro	31 496	53 505
Outros contratos	218	2 064
	<b>38 479</b>	<b>73 154</b>
	<b>533</b>	<b>( 40)</b>



Os derivados de negociação a 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward		4 149	4 172		11 700	11 593
- compras	93 852			543 877		
- vendas	93 859			543 760		
Currency Swaps		1 100	557		660	3 337
- compras	142 988			309 110		
- vendas	142 544			311 972		
Currency Interest Rate Swaps		1 178	1 222		2 027	2 105
- compras	2 288			26 173		
- vendas	2 440			26 173		
Currency Options		814	814		550	550
- compras	177 245			180 443		
- vendas	199 555			197 869		
	<b>854 771</b>	<b>7 241</b>	<b>6 765</b>	<b>2 139 377</b>	<b>14 937</b>	<b>17 585</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Interest Rate Swaps		31 049	30 993		55 596	53 023
- compras	765 042			950 820		
- vendas	765 042			950 820		
Interest Rate Caps & Floors		504	503		479	482
- compras	32 197			53 574		
- vendas	32 197			53 574		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	17 088			14 800		
- vendas	53 720			23 899		
	<b>1 665 286</b>	<b>31 553</b>	<b>31 496</b>	<b>2 047 487</b>	<b>56 075</b>	<b>53 505</b>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>						
Equity / Index Swaps		218	218		2 102	2 064
- compras	3 256			13 516		
- vendas	3 256			13 516		
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 764			-		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	3 255			3 516		
	<b>15 531</b>	<b>218</b>	<b>218</b>	<b>30 548</b>	<b>2 102</b>	<b>2 064</b>
<b>Total</b>	<b>2 535 588</b>	<b>39 012</b>	<b>38 479</b>	<b>4 217 412</b>	<b>73 114</b>	<b>73 154</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	439 122	385 624	50	592 456	561 145	( 2 639)
De 3 meses a um ano	127 830	125 333	41	530 456	528 944	( 127)
De um a cinco anos	524 440	524 288	621	594 081	594 120	2 588
Mais de cinco anos	204 476	204 475	( 179)	408 105	408 105	138
	<b>1 295 868</b>	<b>1 239 720</b>	<b>533</b>	<b>2 125 098</b>	<b>2 092 314</b>	<b>( 40)</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos derivados ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Banco e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em “Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 26) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação” (Nota 32).

## NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados</b>		
<b>Títulos</b>		
Acções	12 568	4 722
Outros títulos de rendimento variável	-	9 184
	<b>12 568</b>	<b>13 906</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	13 526	7 039
De outros emissores	175 164	200 032
	<b>188 690</b>	<b>207 071</b>
<b>Ativos financeiros pelo custo amortizado</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	420 915	251 236
De outros emissores	245 634	257 429
	<b>666 549</b>	<b>508 665</b>
	<b>867 807</b>	<b>729 642</b>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os saldos referentes a Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

*(milhares de euros)*

	Custo (1)	Reserva de justo valor (Nota 37)		Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	14 675	-	( 1 135)	( 14)	13 526
De outros emissores	187 507	475	( 12 128)	( 690)	175 164
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>202 182</b>	<b>475</b>	<b>( 13 263)</b>	<b>( 704)</b>	<b>188 690</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	7 154	-	( 105)	( 10)	7 039
De outros emissores	201 270	578	( 1 305)	( 511)	200 032
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>208 424</b>	<b>578</b>	<b>( 1 410)</b>	<b>( 521)</b>	<b>207 071</b>

*(1) Custo amortizado*

Os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

*(milhares de euros)*

	Custo (1)	Imparidade (Nota 30)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	421 212	( 297)	420 915
De outros emissores	246 660	( 1 026)	245 634
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>667 872</b>	<b>( 1 323)</b>	<b>666 549</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	251 469	( 233)	251 236
De outros emissores	258 294	( 865)	257 429
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>509 763</b>	<b>( 1 098)</b>	<b>508 665</b>

*(1) Custo amortizado*

A 31 de dezembro de 2022, a rubrica de ativos financeiros inclui 590 971 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de dezembro de 2021: 398 782 milhares de euros).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	24 820	38 277
De 3 meses a um ano	75 967	72 598
De um a cinco anos	683 172	461 174
Mais de cinco anos	71 280	143 687
Duração indeterminada	12 568	13 906
	<b>867 807</b>	<b>729 642</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, as carteiras de títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	433 253	1 188	434 441	258 275	-	258 275
De outros emissores	318 323	102 475	420 798	310 894	146 567	457 461
Acções	5	12 563	12 568	8	4 714	4 722
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	9 184	9 184
<b>Total valor de balanço</b>	<b>751 581</b>	<b>116 226</b>	<b>867 807</b>	<b>569 177</b>	<b>160 465</b>	<b>729 642</b>

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

## NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos	5 893	56
Mercado monetário interbancário	436 667	2 500
	<b>442 560</b>	<b>2 556</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos	56	-
Operações com acordo de revenda	-	545
Aplicações de muito curto prazo	28 543	43 683
Outras aplicações	15 077	18 638
	<b>43 676</b>	<b>62 866</b>
	<b>486 236</b>	<b>65 422</b>
Perdas por imparidade (Nota 29)	( 15 097)	( 15 993)
	<b>471 139</b>	<b>49 429</b>

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	462 710	47 845
De 3 meses a um ano	8 449	2 500
Indeterminado	15 077	15 077
	<b>486 236</b>	<b>65 422</b>

## NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ao justo valor através de resultados</b>		
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	-	22
Há mais de 90 dias	22	-
	<b>22</b>	<b>22</b>
Reavaliação de créditos ao justo valor	( 2)	-
	<b>20</b>	<b>22</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Empréstimos	210 479	325 638
A particulares		
Habitação	2	142
	<b>210 481</b>	<b>325 780</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	449 981	162 988
Operações com acordo de revenda	-	33 389
A particulares		
Habitação	-	1
	<b>449 981</b>	<b>196 378</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Há mais de 90 dias	73 258	72 916
	<b>73 258</b>	<b>72 916</b>
	<b>733 720</b>	<b>595 074</b>
Perdas por imparidade do crédito (Nota 30)	( 78 430)	( 77 131)
	<b>655 290</b>	<b>517 943</b>
	<b>655 310</b>	<b>517 965</b>

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	2	144
De um a cinco anos	16 263	95 771
Mais de cinco anos	644 198	426 244
Duração indeterminada	73 279	72 937
	<b>733 742</b>	<b>595 096</b>

## NOTA 23 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Imóveis</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	6 283	5 633
	<b>6 283</b>	<b>5 633</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	11 217	10 932
Instalações interiores	2 025	2 115
Mobiliário e material	2 785	2 244
Máquinas e ferramentas	820	804
Material de transporte	147	68
Equipamento de segurança	270	261
Outros	297	229
	<b>17 561</b>	<b>16 653</b>
<b>Outras imobilizações</b>		
	<b>23 844</b>	<b>22 286</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	1 217
Equipamento	-	480
	<b>-</b>	<b>1 697</b>
	<b>23 844</b>	<b>23 983</b>
<b>Direito de Uso</b>		
Imóveis	17 032	11 268
Viaturas	354	578
Equipamento	85	112
	<b>17 471</b>	<b>11 958</b>
	<b>41 315</b>	<b>35 941</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 29 351)	( 28 954)
	<b>11 964</b>	<b>6 987</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
			Imóveis	Equipamento	Viaturas		
<b>Custo de aquisição</b>							
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5 544</b>	<b>16 597</b>	<b>10 569</b>	<b>95</b>	<b>661</b>	<b>1 551</b>	<b>35 017</b>
Adições	89	121	-	-	-	146	356
Abates / vendas	-	( 65)	-	-	-	-	( 65)
Variação cambial e outros movimentos	-	-	699	17	( 83)	-	633
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5 633</b>	<b>16 653</b>	<b>11 268</b>	<b>112</b>	<b>578</b>	<b>1 697</b>	<b>35 941</b>
Adições	-	618	-	-	-	168	786
Abates / vendas	-	( 626)	-	-	-	-	( 626)
Transferências	929	919	-	-	-	( 1 865)	( 17)
Variação cambial e outros movimentos	( 279)	( 3)	5 764	( 27)	( 224)	-	5 231
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6 283</b>	<b>17 561</b>	<b>17 032</b>	<b>85</b>	<b>354</b>	<b>-</b>	<b>41 315</b>
<b>Depreciações</b>							
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4 608</b>	<b>15 911</b>	<b>5 105</b>	<b>71</b>	<b>379</b>	<b>-</b>	<b>26 074</b>
Depreciações do exercício	242	360	2 729	29	170	-	3 530
Abates / vendas	-	( 65)	-	-	-	-	( 65)
Variação cambial e outros movimentos	-	12	( 251)	( 70)	( 276)	-	( 585)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4 850</b>	<b>16 218</b>	<b>7 583</b>	<b>30</b>	<b>273</b>	<b>-</b>	<b>28 954</b>
Depreciações do exercício	291	532	2 634	27	117	-	3 601
Abates / vendas	-	( 624)	-	-	-	-	( 624)
Variação cambial e outros movimentos	( 90)	-	( 2 283)	( 17)	( 190)	-	( 2 580)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5 051</b>	<b>16 126</b>	<b>7 934</b>	<b>40</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>29 351</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 232</b>	<b>1 435</b>	<b>9 098</b>	<b>45</b>	<b>154</b>	<b>-</b>	<b>11 964</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>783</b>	<b>435</b>	<b>3 685</b>	<b>82</b>	<b>305</b>	<b>1 697</b>	<b>6 987</b>



## NOTA 24 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	34 165	32 655
Outras	916	916
	<b>35 081</b>	<b>33 571</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	376	1 342
	<b>35 457</b>	<b>34 913</b>
<b>Amortização acumulada</b>	(33 352)	(31 922)
	<b>(33 352)</b>	<b>(31 922)</b>
	<b>2 105</b>	<b>2 991</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>32 525</b>	<b>916</b>	<b>742</b>	<b>34 183</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	142	-	600	742
Abates / vendas	(12)	-	-	(12)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>32 655</b>	<b>916</b>	<b>1 342</b>	<b>34 913</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	285	-	296	581
Abates / vendas	(54)	-	-	(54)
Transferências	1 279	-	(1 262)	17
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>34 165</b>	<b>916</b>	<b>376</b>	<b>35 457</b>
<b>Amortizações</b>				
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>29 408</b>	<b>916</b>	<b>-</b>	<b>30 324</b>
Amortizações do exercício	1 610	-	-	1 610
Abates / vendas	(12)	-	-	(12)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>31 006</b>	<b>916</b>	<b>-</b>	<b>31 922</b>
Amortizações do exercício	1 483	-	-	1 483
Abates / vendas	(53)	-	-	(53)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32 436</b>	<b>916</b>	<b>-</b>	<b>33 352</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 729</b>	<b>-</b>	<b>376</b>	<b>2 105</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1 649</b>	<b>-</b>	<b>1 342</b>	<b>2 991</b>

## NOTA 25 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas são apresentados no quadro seguinte:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022				31.12.2021			
	Nº de acções	Participação direta de capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação direta de capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
<b>Empresas Subsidiárias</b>								
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	101 870 930	80,00%	0,35	174 496	101 870 930	80,0%	0,32	174 496
HAITONG GLOBAL ASSET MANAGEMENT SGOIC S.A.	5 000 000	100,00%	5,00	42 660	5 000 000	100,0%	5,00	42 660
HAITONG ANCILLARY SERVICES	109 472	100,00%	21,36	2 199	109 472	100,0%	21,75	2 199
				<b>219 355</b>				<b>219 355</b>
<b>Perdas por imparidade (Nota 29)</b>				( 63 134)				( 72 881)
				<b>156 221</b>				<b>146 474</b>

No decorrer do exercício de 2022, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- ⊕ Em dezembro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. aprovou o pagamento de juros de capital próprio no valor de 1 260 milhares de reais. Deste valor 80% serão recebidos pelo Haitong Bank S.A (ver Nota 5).

No decorrer do exercício de 2021, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- ⊕ Em dezembro de 2021, o Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. aprovou o pagamento de juros de capital próprio no valor de 12 700 milhares de reais. Deste valor 80% serão recebidos pelo Haitong Bank S.A (ver Nota 5).
- ⊕ Em junho de 2021, o Haitong Bank, S.A. adquiriu 50,5% da empresa Polish Hotel Company (PHC) pelo montante de 500 mil euros. Em novembro do mesmo ano, a PHC alterou a sua denominação e objecto social e está num processo de dissolução desde janeiro de 2022.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são analisados periodicamente com vista à identificação de sinais de imparidade. Caso existam, as perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior. No ano de 2022:

- ⊕ o Banco reconheceu uma reversão de imparidade de 9 081 milhares de euros (em 2021 foi reconhecida uma reversão de imparidade de 8 526 milhares de euros) para o investimento no Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A..
- ⊕ o Banco reconheceu uma reversão de imparidade de 666 milhares de euros (em 2021 foi reconhecido um reforço de imparidade de 904 milhares de euros) para o investimento no Haitong Ancillary Services.

## NOTA 26 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	28 865	59 433
Suprimentos, prestações suplementares e ativos subordinados	-	4 475
Sector público administrativo	13 727	30 619
Devedores por operações sobre Futuros	3 159	1 779
Valores de créditos e derivados a receber	17 286	9 937
Outros devedores diversos	14 873	15 664
	<u>77 910</u>	<u>121 907</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 29)	( 11 730)	( 10 554)
	<u><b>66 180</b></u>	<u><b>111 353</b></u>
<b>Outros ativos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	780	2 627
Outros ativos	5 113	5 126
	<u><b>5 893</b></u>	<u><b>7 753</b></u>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>152</b>	<b>150</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>859</b>	<b>504</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	436	2 745
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2 698	10 684
Outras operações a regularizar	6 357	20 199
	<u><b>9 491</b></u>	<u><b>33 628</b></u>
<b>Pensões de reforma (Nota 14)</b>	16 870	6 194
	<u><b>99 445</b></u>	<u><b>159 582</b></u>

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem operações realizadas com títulos registadas na trade date, a aguardar liquidação.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica do Sector público administrativo inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 5 934 milhares de euros. Mais notamos que a variação ocorrida em 2022 refere-se à devolução do depósito-caução ao Haitong Bank por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de 16 585 milhares de euros, em consequência da decisão por parte do acionista de compra de direitos ao Estado português no âmbito do REAID (crédito tributário) referente aos exercícios de 2015 e 2016”

## NOTA 27 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito é apresentada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Recursos de bancos centrais</b>		
Banco de Portugal	298 418	319 350
	<b>298 418</b>	<b>319 350</b>
<b>Recursos de outras instituições de crédito</b>		
<b>No país</b>		
Depósitos	25 179	18
	<b>25 179</b>	<b>18</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	376 334	375 481
Operações com acordo de recompra	142 903	21 962
	<b>519 237</b>	<b>397 443</b>
	<b>842 834</b>	<b>716 811</b>

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Banco.

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	418 506	21 980
De 3 meses a um ano	36 959	21 526
De um a cinco anos	387 369	673 305
	<b>842 834</b>	<b>716 811</b>

## NOTA 28 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	55 867	91 080
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	432 704	442 198
<b>Outros recursos</b>		
Operações de venda com acordo de recompra	4 871	42 165
Outros Depósitos	1 500	1 517
Outros	7	228 768
	<b>6 378</b>	<b>272 450</b>
	<b>494 949</b>	<b>805 728</b>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Exigível à vista</b>	55 867	91 080
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	181 299	153 161
De 3 meses a um ano	179 265	204 051
De um a cinco anos	72 140	84 986
	432 704	442 198
<b>Outros recursos</b>		
Até 3 meses	6 378	77 399
De um a cinco anos	-	195 051
	6 378	272 450
	<b>494 949</b>	<b>805 728</b>

## NOTA 29 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades representados por títulos</b>		
Outras Obrigações	370 852	-
	<b>370 852</b>	<b>-</b>

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 37.

Durante 2022 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 363 816 milhares de euros de títulos.

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2022		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HB_PT	HAITIB Float 02/08/25 Corp	EUR	2022	230 082	2025	EURIBOR 3M +1.45%
HB_PT	HAITIB 4 05/29/27 Corp	USD	2022	140 770	2027	4%
<b>Total</b>				<b>370 852</b>		

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
De um a cinco anos	370 852	-
	<b>370 852</b>	<b>-</b>

A 31 de dezembro de 2022, a reconciliação dos fluxos desta actividade de financiamento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	-	-
Fluxos de caixa	363 816	-
Outras alterações	7 036	-
<b>Saldo final</b>	<b>370 852</b>	<b>-</b>

## NOTA 30 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1 940</b>	<b>12 861</b>	<b>14 801</b>
Dotações Líquidas	413	( 4)	409
Utilizações	-	( 10 997)	( 10 997)
Diferenças de câmbio e outras	-	43	43
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2 353</b>	<b>1 903</b>	<b>4 256</b>
Dotações Líquidas	( 113)	187	74
Utilizações	( 795)	-	( 795)
Diferenças de câmbio e outras	-	100	100
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1 445</b>	<b>2 190</b>	<b>3 635</b>

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2021	Dotações / Reversões	Utilizações	Estágio 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 17)	1	997	-	-	( 59)	939
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 20)	521	186	-	-	( 3)	704
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos (Nota 20)	1 098	210	-	-	15	1 323
Aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	15 993	( 1 009)	-	-	113	15 097
Crédito a clientes (Nota 22)	77 131	624	-	-	675	78 430
Investimentos em subsidiárias e associadas (Nota 25)	72 881	( 9 747)	-	-	-	63 134
Outros ativos (Nota 26)	10 554	1 101	-	-	75	11 730
	<b>178 179</b>	<b>( 7 638)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>816</b>	<b>171 357</b>

	31.12.2020	Dotações / Reversões	Utilizações	Estágio 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2021
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 17)	-	-	-	-	1	1
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 20)	3 238	2 453	( 5 177)	-	7	521
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos (Nota 20)	10 728	8 025	( 17 658)	-	3	1 098
Aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	15 566	385	-	-	42	15 993
Crédito a clientes (Nota 22)	79 818	( 265)	( 3 102)	11	669	77 131
Investimentos em subsidiárias e associadas (Nota 25)	80 503	( 7 622)	-	-	-	72 881
Outros ativos (Nota 26)	8 763	1 302	-	-	489	10 554
	<b>198 616</b>	<b>4 278</b>	<b>( 25 937)</b>	<b>11</b>	<b>1 211</b>	<b>178 179</b>

## NOTA 31 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente no exercício de 2022 e 2021 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o ano de 2022, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida à Diretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2022 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a 31 de dezembro de 2022, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias registado que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.



### Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014, o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- a) Apuramento de resultado líquido negativo;
- b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAIID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a 31 de dezembro de 2022, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue:

*(milhares de euros)*

Ano	Crédito tributário	Reserva especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	( 15 078)	
2022	( 5 414)	( 16 585)
<b>Total</b>	<b>15 044</b>	<b>22 503</b>

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte àquele a que respeitam, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu montantes relativos a crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu o crédito tributário confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, o Banco emite direitos de conversão que correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e a entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

Note-se, a este respeito que, no exercício de 2022, o acionista do Banco exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2015 e 2016. Deste modo, o valor da reserva especial diminuiu na proporção do n.º de direitos adquiridos pelo acionista ao Estado português (16 585 milhares de euros).

Por sua vez, para os exercícios 2017, 2018 e 2020, caso o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, no exercício de 2022 importará recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das ações, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Caso tal viesse a suceder no exercício de 2023, e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2017, 2018 e 2020 seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 10 913 milhares de euros.

O montante dos ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e a atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser objeto de certificação por um revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2022, não haverá possibilidade de conversão de qualquer saldo de impostos diferidos abrangidos por este regime em crédito tributário, com referência a este exercício.

Em julho de 2019 e no dia 2 de janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma reclamação graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma reclamação graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente, as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o Relatório de Inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestes relatórios, à semelhança do que aconteceu nos Relatórios de Inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu reclamação graciosa para contestar os Relatórios de Inspeção de 2017 e de 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 611 milhares de euros (do montante total de 35 103 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal por si efetuada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2022, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis.

Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>			
	Ativo		Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento	2 042	784	( 5 959)	( 5 035)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	15 044	20 458	-	-
<b>Imposto corrente ativo/(passivo)</b>	<b>17 086</b>	<b>21 242</b>	<b>( 5 959)</b>	<b>( 5 035)</b>

A variação ocorrida na rubrica de crédito de imposto ao abrigo do Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos diz respeito ao recebimento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, no decurso do exercício de 2022, do crédito tributário de 2017 e 2018.

De acordo com a legislação em vigor, conforme referido, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o que, no caso do exercício de 2017 e 2018, será até janeiro de 2024.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

*(milhares de euros)*

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Titulos	3 356	218	-	-	3 356	218
Crédito a clientes	20 977	25 306	-	-	20 977	25 306
Provisões	193	358	-	-	193	358
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	5 342	5 047	-	-	5 342	5 047
Outros	3 834	( 3 247)	( 5 794)	-	( 1 960)	( 3 247)
Prejuízos fiscais reportáveis	31 560	31 560	-	-	31 560	31 560
					-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>65 262</b>	<b>59 242</b>	<b>( 5 794)</b>	<b>-</b>	<b>59 468</b>	<b>59 242</b>

O Banco apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. É de referir que, os prejuízos fiscais de 2017 e 2018 não deram origem ao registo de qualquer ativo por imposto diferido, os quais podem ser utilizados até o ano de 2024 e 2025, respetivamente. Esta análise aos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020), assim como as medidas previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço são apresentados como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	59 242	64 362
Reconhecido em resultados	( 2 909)	( 4 250)
Reconhecido em reservas de justo valor	3 137	( 437)
Reconhecido em outras reservas	( 2)	-
Variação cambial e outros	-	( 433)
<b>Saldo final (Ativo/(Passivo))</b>	<b>59 468</b>	<b>59 242</b>

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas durante os exercícios de 2022 e 2021 tiveram o seguinte desdobramento:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022		31.12.2021	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Investimento em títulos	-	( 3 137)	-	437
Crédito a clientes	4 168	-	1 639	-
Provisões	164	-	( 195)	-
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	( 137)	2	988	-
Outros	( 1 286)	-	( 997)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	2 815	-
	<u>2 909</u>	<u>( 3 135)</u>	<u>4 250</u>	<u>437</u>
<b>Impostos Correntes</b>	2 437	-	490	-
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>5 346</b>	<b>( 3 135)</b>	<b>4 740</b>	<b>437</b>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022		31.12.2021	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>24 561</b>		<b>13 890</b>
Taxa de imposto do Haitong Bank	26,2		26,2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		6 445		3 645
Imparidade filiais e associadas	(10,4)	( 2 558)	-	-
Contribuição sobre o setor bancário	1,7	421	1,1	147
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(3,1)	( 763)	(2,0)	( 281)
Tributação autónoma	0,8	196	1,7	239
Imposto sobre lucros das sucursais	6,5	1 605	7,1	990
	<b>21,8</b>	<b>5 346</b>	<b>34,1</b>	<b>4 740</b>

## NOTA 32 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	2 398	2 557
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	10 019	10 270
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	5 320	9 928
Credores por fornecimento de bens	937	1 442
Passivos de locação	9 449	4 302
Outros credores	1 554	1 821
	<b>29 677</b>	<b>30 320</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios de final de carreira (ver Nota 14)	527	693
Outros custos a pagar	5 812	6 419
	<b>6 339</b>	<b>7 112</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>302</b>	<b>365</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2 695	10 672
Operações cambiais a liquidar	436	2 742
Outras operações a regularizar	10 108	14 522
	<b>13 239</b>	<b>27 936</b>
	<b>49 557</b>	<b>65 733</b>

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

## NOTA 33 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

## Acções ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do capital do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros. Estes aumentos de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REPID).

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social do Haitong Bank ascende a 863 279 milhares de euros e encontra-se representado por 172 655 745 ações (dezembro 2021: 168 953 800 ações) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pela Haitong International Holdings Limited.

### Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

### Outros instrumentos de capital

O Banco emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

No exercício de 2022 e 2021 o Banco não efectuou pagamento de juros.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

## NOTA 34 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

### Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 22 504 milhares de euros a dezembro 2022 (39 089 milhares de euros a dezembro 2021).



Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>( 2 497)</b>	<b>655</b>	<b>( 1 842)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 32 776)</b>	<b>( 366 625)</b>	<b>( 359 523)</b>
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	5 307	-	5 307
Alterações de justo valor	1 665	( 437)	1 228	-	-	-	-
Transferência por Reservas	-	-	-	-	-	( 12 034)	( 12 034)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>( 832)</b>	<b>218</b>	<b>( 614)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 27 469)</b>	<b>( 378 659)</b>	<b>( 366 250)</b>
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	11 182	-	11 182
Alterações de justo valor	( 11 956)	3 137	( 8 819)	-	-	-	-
Transferência por Reservas	-	-	-	-	-	9 150	9 150
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	( 18 510)	( 18 510)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>( 12 788)</b>	<b>3 355</b>	<b>( 9 433)</b>	<b>39 878</b>	<b>( 16 287)</b>	<b>( 388 019)</b>	<b>( 364 428)</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>( 614)</b>	<b>( 1 842)</b>
Varição de justo valor	( 12 142)	( 788)
Imparidade reconhecida no exercício (Nota 30)	186	2 453
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	3 137	( 437)
<b>Saldo final</b>	<b>( 9 433)</b>	<b>( 614)</b>

## NOTA 35 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	132 224	124 135
Ativos financeiros dados em garantia	540 938	423 722
	<b>673 162</b>	<b>547 857</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos irrevogáveis	164 360	158 929
	<b>164 360</b>	<b>158 929</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- ⊕ Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 301 733 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 321 639 milhares de euros), (iii) 73 856 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 420 726 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 391 500 milhares de euros) e (iv) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 1 500 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2 500 milhares de euros).
- ⊕ Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 108 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 109 milhares de euros);
- ⊕ Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 105 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 108 milhares de euros);
- ⊕ Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 151 406 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 66 901 milhares de euros);

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	<i>(milhares de euros)</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Agenciamento de papel comercial	35 500	64 450
Outras responsabilidades por prestação de serviços	573 686	337 363
	<b>609 186</b>	<b>401 813</b>

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 9 processos todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International).

Na nota 35 relativa às contas semestrais de 2022, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 48 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

Em 16 de julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FRC”), ao qual foram cedidos, pelos lesados do BES, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099,71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em julho de 2021 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicou uma coima ao Haitong Bank, no âmbito da sua participação como agente nas emissões de papel comercial da ESI e da Rio Forte entre setembro 2013 e fevereiro 2014.

A CMVM considerou que o Haitong Bank (designado à data dos factos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.) deu um contributo causal para que o Banco Espírito Santo, SA – Em Liquidação divulgasse aos seus clientes que subscreveram papel comercial emitido pela ESI, entre setembro e dezembro de 2013, e pela Rio Forte, entre 9 de janeiro e 24 de fevereiro de 2014, notas informativas contendo informações não verdadeiras, incompletas, desatualizadas e ilícitas, violando o dever de prestação de informações de qualidade, previsto no art. 7.º do Código dos Valores Mobiliários.

A violação, com dolo, do dever de prestação de informação com qualidade, previsto no artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários, constitui a prática de contra-ordenação muito grave, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, punível com coima de € 25 000,00 a € 5 000 000,00, nos termos do art. 1, a), do Código dos Valores Mobiliários, em cada um dos casos (ESI e Rio Forte).

Face às circunstâncias do caso, o Conselho de Administração da CMVM decidiu aplicar ao Haitong Bank uma coima única no valor de 300 000 euros, suspensa na sua execução em 100 000 euros, pelo período de dois anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão da CMVM não tinha fundamento jurídico nem factual, pelo que impugnou a decisão administrativa perante o Tribunal Judicial em setembro de 2021.

No dia 15 de fevereiro de 2022, o Tribunal de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Haitong Bank, condenando-o numa coima única conjunta de 400 000 euros, suspendendo parcialmente a execução da coima única conjunta cominada de 400 000 euros no montante de 200 000 euros, pelo período de 2 anos.

O Haitong Bank entendeu que a decisão do Tribunal de primeira instância não tinha fundamento jurídico nem factual e, por essa razão, recorreu da decisão em causa para o Tribunal da Relação de Lisboa.

No dia 14 de julho de 2022 o Haitong Bank foi notificado do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, onde foi julgado totalmente improcedente o recurso por si interposto, mantendo-se a decisão recorrida. Em 28 de julho, o Haitong Bank recorreu desta decisão para o Tribunal Constitucional.

Em 9 de junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si, no valor de 4 905 460,96 euros, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. Os Requerentes argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O Haitong Bank apresentou a contestação no dia 31 de agosto de 2022 e os Autores apresentaram a Réplica em 13 de dezembro de 2022. Os advogados externos do Banco a quem este processo foi confiado entendem que as alegações dos Autores não têm qualquer fundamento jurídico ou factual.

## Fundo de Resolução

### *Medida de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A.*

Em 3 de agosto de 2014, com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 145.º C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), na modalidade de transferência parcial de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para um Banco de transição, o Novo Banco, S.A. (Novo Banco), constituído por deliberação do Banco de Portugal dessa mesma data. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo Fundo de Resolução sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português (3 900 milhões de euros) e de oito instituições participantes no Fundo (700 milhões de euros), nas quais não se inclui o Banco.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja selecção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3 890 milhões de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. A 31 de dezembro de 2022, o Novo Banco é detido pela Nani Holdings S.G.P.S, S.A, pelo Fundo de Resolução e pelo Estado Português, com uma percentagem do capital social de 75%, 23,44% e 1,56% respectivamente.

Em 2 de outubro de 2017, o Estado Português celebrou um Acordo Quadro com o Fundo de Resolução, por um período máximo de onze anos, o qual prevê a disponibilização dos fundos necessários para assegurar o cumprimento das responsabilidades assumidas no âmbito do processo de venda do Novo Banco, com um limite anual de 850 milhões de euros.

O Acordo Quadro consagra que as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução ao abrigo do mesmo apenas poderão ser satisfeitas após terem sido pagos todos os montantes devidos ao abrigo dos empréstimos concedidos pelo Estado Português e pelo sindicato bancário, nos montantes de 3 900 milhões de euros e 700 milhões de euros, respetivamente.

No mesmo dia, o Estado Português e o Fundo de Resolução celebraram um contrato de abertura de crédito até ao montante máximo de 1 000 000 milhares de euros, com o limite de utilização anual de 850 000 milhares de euros e vencimento em 31 de dezembro de 2046.

De acordo com o comunicado de 23 de dezembro de 2021 do Fundo de Resolução o valor dos pagamentos realizados ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente efetuados entre 2018 e 2021 ascenderam a 3 405 milhões de euros, tendo os mesmos sido efetuados com recurso ao financiamento descrito e com os recursos disponíveis do Fundo de Resolução.

#### ***Medida de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.***

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF') se encontrava “em risco ou em situação de insolvência” iniciando um processo de resolução urgente na modalidade de alienação total ou parcial da sua atividade a qual resultou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta, S.A. dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais sob gestão do BANIF pelo montante total de 150 milhões de euros.

Os ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Para o efeito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida no montante de 746 milhões de euros, as quais foram adquiridas na totalidade pelo BST, tendo sido para o efeito prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros assumidos pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o BST, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

### Financiamento do Fundo de Resolução

Por comunicado público de 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de 3 900 milhões de euros originalmente concedido ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo de Resolução, a extensão da maturidade do empréstimo visava assegurar a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das eventuais contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. No mesmo dia, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou igualmente que aumentos de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017:

- ⊕ “Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.” Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- ⊕ Aqueles empréstimos têm agora vencimento em dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- ⊕ A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- ⊕ As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário”.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2021 (último disponível):

- ⊕ O Fundo apresenta recursos próprios negativos de 7 208 milhões de euros;
- ⊕ O Fundo de Resolução não está obrigado a apresentar uma situação líquida positiva. Em caso de insuficiência de recursos, o Fundo de Resolução pode receber contribuições especiais, por determinação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos do artigo 153.º-I do RGICSF, sendo que não se encontram previstas quaisquer contribuições desta natureza, em particular após a revisão das condições de financiamento do Fundo de Resolução acima descritas;
- ⊕ Quanto ao mecanismo de capital contingente, e no que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do acordo relativo ao mecanismo de capitalização contingente com o Novo Banco.
- ⊕ O Fundo de Resolução encontra-se, a 31 de dezembro de 2020, citado como réu ou contrainteressado em diversos processos judiciais relacionados com as medidas de resolução. As ações judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado.

- ⊕ O Fundo de Resolução tem ainda outros passivos contingentes relacionados com as seguintes situações:
- Garantia prestada sobre as obrigações emitidas pela Oitante, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 ascende a 200 milhões de euros;
  - Aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução poderá assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
  - Neutralização de eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências para o Novo Banco;
  - Limite dos pagamentos no âmbito do mecanismo de capitalização contingente;
  - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes de eventual decisão discricionária do Novo Banco, de reverter a sua anterior decisão de adesão ao regime transitório relacionado com a introdução da IFRS 9;
  - Tratamento, à luz do CCA celebrado com o Novo Banco, dos efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco de não fazer uso do regime previsto no Regulamento (UE) 2020/873 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2020;
  - Impacto do REAID na participação de 25% no Novo Banco;
  - Outras responsabilidades contingentes emergentes dos acordos da operação de venda do Novo Banco

Na presente data, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor total das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução resultantes do processo de alienação do Novo Banco, dos litígios associados ao processo de resolução do BES, incluindo no âmbito do denominado “processo dos lesados do BES” e tentativas de resolução do mesmo, das eventuais perdas na sequência da resolução do Banif e encargos relacionados com os respetivos processos.

Para fazer face às suas responsabilidades o Fundo de Resolução dispõe de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Haitong Bank) e da contribuição sobre o sector bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o Governo determinar, por portaria, que sejam efectuadas contribuições especiais nas situações previstas na lei, em concreto na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

Em 2022, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 517 milhares de euros e 1 480 milhares de euros, respectivamente, as quais são reconhecidas como custos nos termos previstos na IFRIC 21 – Taxas.

No dia 3 de novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida, nos termos da IFRIC 21 - Taxas. O Fundo de Resolução emitiu em 15 de novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:

- ⊕ as condições definidas no âmbito da renegociação em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e
- ⊕ os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.

## NOTA 36 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Subsidiárias</b>									
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL SA	-	-	-	305	305	14 587	-	453	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	-	-	-	55 440	252	169
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>305</b>	<b>305</b>	<b>14 587</b>	<b>55 440</b>	<b>705</b>	<b>169</b>

*(milhares de euros)*

	31.12.2021								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Subsidiárias</b>									
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL SA	-	-	-	2 106	2 106	14 387	28	1 761	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	-	-	-	57 622	231	107
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>2 106</b>	<b>2 106</b>	<b>14 387</b>	<b>57 650</b>	<b>1 992</b>	<b>107</b>



As transações com partes relacionadas do Grupo Banco Haitong a 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como os respetivos gastos e rendimentos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>									
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	-	-	-	22 000	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	-	-	531	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	-	-	-	1 000	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	-	45 772	-	299	46 072	-	1 331	1 791	1 264
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	-	-	-	6 774	452	5
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>45 772</b>	<b>-</b>	<b>299</b>	<b>46 072</b>	<b>-</b>	<b>8 105</b>	<b>25 774</b>	<b>1 268</b>

(milhares de euros)

	31.12.2021								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
<b>Subsidiárias e associadas de accionistas</b>									
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	-	-	-	8 000	-
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	-	-	-	24 000	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	1 297	1 297	-	-	3 918	1
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	-	-	-	1 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	-	-	-	2 102	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	-	-	69	-	576
HAITONG INTERNATIONAL ADVISORY COMPANY LIMITED	-	-	-	-	-	-	-	1 292	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	-	-	-	4 298	4 298	2 728	288 616	1 718	8 107
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	-	-	-	5 118	15	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 595</b>	<b>5 595</b>	<b>2 728</b>	<b>293 803</b>	<b>42 544</b>	<b>8 684</b>

A rubrica de proveitos a 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de 24 003 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2021: 39 519 milhares de euros).

O valor das transações do Banco Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022				
	Ativos		Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Total			
<b>Entidades com influência relevante</b>					
Mota Engil SGPS	14 919	14 919	18	217	198
<b>TOTAL</b>	<b>14 919</b>	<b>14 919</b>	<b>18</b>	<b>217</b>	<b>198</b>

(milhares de euros)

	31.12.2021						
	Ativos			Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Títulos	Outros	Total				
<b>Entidades com influência relevante</b>							
Nos Comunicações S.A.	-	-	-	-	17	7 843	8 013
Mota Engil SGPS	11 839	10	11 849	29 000	10	1 175	17
GamaLife - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	-	-	-	140	-
<b>TOTAL</b>	<b>11 839</b>	<b>10</b>	<b>11 849</b>	<b>29 000</b>	<b>27</b>	<b>9 158</b>	<b>8 030</b>

## NOTA 37 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Banco realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Valorizados ao Justo Valor				Total de Valor de Balanço	Justo Valor
	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	14 888	-	-	-	14 888	14 888
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	31 118	3 269	-	34 387	34 387
Instrumentos financeiros derivados	-	-	38 478	534	39 012	39 012
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	5	7 953	4 610	12 568	12 568
Crédito a clientes	-	-	-	20	20	20
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	117 976	8 797	61 917	188 690	188 690
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	666 549	-	-	-	666 549	621 932
Aplicações em instituições de crédito	471 139	-	-	-	471 139	471 139
Crédito a clientes	655 290	-	-	-	655 290	652 519
<b>Ativos financeiros</b>	<b>1 807 866</b>	<b>149 099</b>	<b>58 497</b>	<b>67 081</b>	<b>2 082 543</b>	<b>2 035 155</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	96	-	-	96	96
Instrumentos financeiros derivados	-	-	38 257	222	38 479	38 479
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	842 834	-	-	-	842 834	842 834
Recursos de clientes	494 949	-	-	-	494 949	494 949
Responsabilidades representadas por títulos	370 852	-	-	-	370 852	361 864
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 708 635</b>	<b>96</b>	<b>38 257</b>	<b>222</b>	<b>1 747 210</b>	<b>1 738 222</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	473 251	-	-	-	473 251	473 251
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	35 719	739	-	36 458	36 458
Instrumentos financeiros derivados	-	-	72 765	349	73 114	73 114
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	8	7 546	6 352	13 906	13 906
Crédito a clientes	-	-	-	22	22	22
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	123 873	3 667	79 531	207 071	207 071
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	508 665	-	-	-	508 665	509 526
Aplicações em instituições de crédito	49 429	-	-	-	49 429	49 429
Crédito a clientes	517 943	-	-	-	517 943	515 974
<b>Ativos financeiros</b>	<b>1 549 288</b>	<b>159 600</b>	<b>84 717</b>	<b>86 254</b>	<b>1 879 859</b>	<b>1 878 751</b>
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	1 036	-	-	1 036	1 036
Instrumentos financeiros derivados	-	-	72 824	330	73 154	73 154
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	716 811	-	-	-	716 811	716 811
Recursos de clientes	805 728	-	-	-	805 728	805 728
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 522 539</b>	<b>1 036</b>	<b>72 824</b>	<b>330</b>	<b>1 596 729</b>	<b>1 596 729</b>

### Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis de acordo definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

**Nível 1** – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

**Nível 2** – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativos. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

**Nível 3** – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19</b>	<b>6 352</b>	<b>22</b>	<b>79 531</b>	<b>85 924</b>
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	2 598	2 598
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	502	( 3)	( 2)	-	497
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	119	119
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	( 41)	( 41)
Outras variações de valor	( 13)	( 104)	-	( 726)	( 843)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	( 819)	( 819)
Aquisições	-	-	-	38 396	38 396
Saídas	-	( 1 635)	-	-	( 1 635)
Reembolsos	-	-	-	( 56 275)	( 56 275)
Fluxos financeiros derivados	( 271)	-	-	-	( 271)
Transferências de outros níveis	75	-	-	-	75
Transferências para outros níveis	-	-	-	( 866)	( 866)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>312</b>	<b>4 610</b>	<b>20</b>	<b>61 917</b>	<b>66 859</b>

Em 2022, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 866 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2022, foram transferidos 75 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram ainda transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 4 564 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 1 273 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 657 milhares de Nível 2 para Nível 1.

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>1 975</b>	-	<b>92 150</b>	<b>94 125</b>
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	1 073	1 073
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	278	-	-	278
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	37	37
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	(2 292)	(2 292)
Outras variações de valor	-	4 099	-	(3 134)	965
Varição de reserva de justo valor	-	-	-	2 904	2 904
Aquisições	-	-	22	38 845	38 867
Saídas	-	-	-	(1 400)	(1 400)
Reembolsos	-	-	-	(45 541)	(45 541)
Fluxos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Transferências de outros níveis	19	-	-	-	19
Transferências para outros níveis	-	-	-	(3 741)	(3 741)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19</b>	<b>6 352</b>	<b>22</b>	<b>79 531</b>	<b>85 924</b>

Em 2021, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, 3 741 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2021, foram transferidos 19.3 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2022, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

	31.12.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	1,89	4,32	3,44	-0,58	0,07	0,18
1 mês	1,88	4,46	3,47	-0,55	0,10	0,19
3 meses	2,13	4,77	3,87	-0,50	0,12	0,08
6 meses	2,69	5,16	4,37	-0,50	0,00	0,47
1 ano	3,69	4,76	4,69	-0,46	0,35	0,88
3 anos	3,31	4,33	4,56	-0,15	0,93	1,30
5 anos	3,24	4,02	4,32	0,01	1,35	1,29
7 anos	3,20	3,90	4,13	0,13	1,46	1,23
10 anos	3,20	3,84	3,99	0,30	1,57	1,20
15 anos	3,14	3,81	3,91	0,50	1,70	1,18
20 anos	2,92	3,74	3,83	0,55	1,76	1,15

Fonte: Haitong Bank

## Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

*(pontos base)*

Índice Ano 2022	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
CDX USD Main	31	56,90	82,00	101,70	117,80
iTraxx Eur Main	30	66,40	90,60	107,50	123,20
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	99,30	-	128,90

---

Ano 2021					
Índice	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
CDX USD Main	31	28,59	49,00	68,55	89,00
iTraxx Eur Main	30	26,82	47,76	66,67	87,05
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	54,86	-	85,86

## Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

*(%)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	99,45	92,63	127,11	24,37	55,24	56,00
3 anos	123,34	143,55	169,91	55,12	78,12	73,59
5 anos	124,84	143,58	167,18	67,01	81,28	76,60
7 anos	121,78	135,76	158,58	69,13	81,30	76,81
10 anos	115,50	125,08	147,39	70,29	79,65	75,64
15 anos	106,94	109,68	130,46	68,11	76,08	73,60

Fonte: Haitong Bank

## Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Pares cambiais	Cotação		Volatilidades (%)				
	31.12.2022	31.12.2021	1 Mês	3 Meses	6 Meses	9 Meses	1 ano
EUR/USD	1,0666	1,1326	8,5550	8,7600	8,3975	8,2600	8,1600
EUR/GBP	0,8869	0,8403	7,4400	7,6675	7,7475	7,8400	7,9075
EUR/CHF	0,9847	1,0331	5,7500	6,0150	6,0500	6,1100	6,1425
EUR/PLN	4,6808	4,5969	7,2250	7,7200	8,0800	8,2950	8,4425
EUR/CNY	7,3582	7,1947	8,9950	8,7950	8,4825	8,3150	8,2275
USD/BRL a)	5,2865	5,5713	19,1670	19,2520	19,1030	18,9975	18,9720

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

## Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

(milhares de euros)

	Cotação		Variação %	Volatilidade Histórica (%)		
	31.12.2022	31.12.2021		1 Mês	3 Meses	Volatilidade Implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	3 794	4 298	( 12)	16,17	19,27	18,70
PSI 20	5 726	5 569	3	11,27	16,45	-
IBEX 35	8 229	8 714	( 6)	12,67	16,72	-
DAX	13 924	15 885	( 12)	15,08	19,53	18,72
S&P 500	3 585	4 766	( 25)	19,57	25,43	19,84
BOVESPA	19 436	104 822	17	22,81	25,19	24,85

Fonte: Haitong Bank

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

### Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

### Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

### Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

### Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

### Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.



## NOTA 38 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

### Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Banco são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

### Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três estágios” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.3.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

**Estágio 1 – *Performing*.** O cálculo de imparidade é realizado com base nas perdas de crédito esperadas resultantes de um evento de *default* do instrumento num período de 12 meses posterior à data de reporte, as quais são determinadas como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;

**Estágio 2 – *Under Performing*.** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

**Estágio 3 – *Non Performing*.** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.’

### Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Estágio 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- ⊕ Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* - PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração a PD da S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade
- ⊕ Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* - LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- ⊕ Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* - EAD): a exposição esperada em caso de um incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR- *Capital Requirements Regulation*).

### Informação Prospectiva

O Banco manteve uma abordagem simplificada quanto à incorporação de informação prospetiva (“exercício de *forward-looking*”) com vista à antecipação do reconhecimento das perdas de crédito esperadas, atentas as características e dimensão do Banco e fundada num princípio de proporcionalidade.

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Banco ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou “PD TTC”), incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento “*point-in-time*” (ou “PD PiT”), que são mais ajustadas em termos de precisão e de momentos no tempo. No Banco, as PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo sido desenvolvida uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

O exercício de *forward-looking* do Banco é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Estágio 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis. O exercício de *forward-looking* baseou-se numa abordagem multicenários ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência.

O exercício prospetivo baseia-se numa abordagem com múltiplos cenários (base, otimista e pessimista), os quais incorporam diferentes condições económicas e as respetivas probabilidades de ocorrência. Os cenários múltiplos abrangem o período compreendido entre 2022 e 2024. Os cenários foram determinados com base nas previsões do Banco de Portugal, publicadas nos seus Boletins Económicos, nas projeções do FMI publicadas a outubro de 2022 e com base nas projeções do Conselho de Finanças públicas publicadas a setembro de 2022, sendo representativas da visão do Banco sobre as condições económicas portuguesas futuras para efeitos do cálculo das perdas de crédito esperadas, garantindo o alinhamento e consistência do modelo com as previsões macroeconómicas do Regulador.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de dezembro de 2022 levou a um reforço dos valores de imparidade em aproximadamente 215 mil euros.

O Haitong Bank procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referencia a 31 de dezembro de 2022, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 680 mil euros e 718 mil euros, respetivamente.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por estágio, à data de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2022										
	Estágio 1				Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]		Impaired [d]	Total Estágio 3
Crédito a Clientes	21 733	629 606	-	2	651 341	4 936	-	-	4 936	77 465	77 465
Garantias	11 827	117 705	-	-	129 532	-	-	-	-	2 692	2 692
Instrumentos de Dívida	138 262	731 792	-	-	870 054	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	468 659	2 500	-	-	471 159	-	-	-	-	15 077	15 077
Depósitos e disponibilidades	7 146	4 876	-	-	12 022	-	3 800	-	3 800	-	-
Devedores e outros ativos	7	1 861	285	12 708	14 861	-	-	-	-	17 298	17 298
<b>Total bruto</b>	<b>647 634</b>	<b>1 488 340</b>	<b>285</b>	<b>12 710</b>	<b>2 148 969</b>	<b>4 936</b>	<b>3 800</b>	<b>-</b>	<b>8 736</b>	<b>112 532</b>	<b>112 532</b>

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2021										
	Estágio 1				Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]		Impaired [d]	Total Estágio 3
Crédito a Clientes	12 370	443 464	-	33 533	489 367	27 908	-	-	27 908	77 821	77 821
Garantias	-	118 441	50	-	118 491	-	-	-	-	5 644	5 644
Instrumentos de Dívida	43 008	671 569	-	3 610	718 187	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	43 683	3 101	-	-	46 784	-	-	3 561	3 561	15 077	15 077
Depósitos e disponibilidades	468 416	4 817	-	11	473 244	-	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	-	862	882	13 908	15 652	-	-	-	-	9 949	9 949
<b>Total bruto</b>	<b>567 477</b>	<b>1 242 254</b>	<b>932</b>	<b>51 062</b>	<b>1 861 725</b>	<b>27 908</b>	<b>-</b>	<b>3 561</b>	<b>31 469</b>	<b>108 491</b>	<b>108 491</b>

A 31 de dezembro de 2022, a maioria das exposições sem rating atribuído corresponde a saldos com outros devedores. A 31 de dezembro de 2021, a maioria das exposições sem rating atribuído (65,4%), correspondia a operações de compra com acordo de revenda tendo títulos de dívida soberana como subjacente

A 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 3 milhões de Euros, correspondendo a exposições face a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de atividade, estágio e dias de atraso, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluído garantias prestadas), por segmento, estágio e dias de atraso	31.12.2022									
	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias (1)		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Automóveis e peças de automóveis	31 815	60	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	526 658	1 135	1 616	1 616	3 800	938	-	-	15 077	15 077
Corretagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	-	-	191	191	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	49 542	89	40	40	-	-	-	-	2 200	2 200
Químicos	23 065	74	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	59 006	415	92	92	-	-	4 916	1 111	3 116	3 116
Construção e engenharia	115 808	368	407	407	-	-	762	239	1 479	1 475
Fundos e gestores de ativos	14 412	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	422 443	297	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	7 947	43	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	5 950	5 950
Holdings de investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	8 761	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	50 559	150	-	-	-	-	-	-	242	242
Petróleo e gás	31 673	145	-	-	-	-	-	-	10 324	10 324
Papel e produtos florestais	2 727	3	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	147 678	884	57	57	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	183 385	1 899	166	166	3 754	278	-	-	44 583	44 583
Retalho	13 917	76	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e Locação	34 336	230	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	7 395	40	-	-
Telecomunicações	64 801	283	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	1 182	22	-	-	6 563	6 563
Infra-estruturas de transportes	141 280	201	-	-	-	-	-	-	9 891	3 569
Água e Saneamento	8 719	94	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2 115	616	3 202	3 202	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 940 648</b>	<b>7 088</b>	<b>6 139</b>	<b>6 139</b>	<b>8 736</b>	<b>1 238</b>	<b>13 085</b>	<b>1 402</b>	<b>99 425</b>	<b>93 099</b>

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Estágio 1).

(milhares de euros)

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluído garantias prestadas), por segmento, estágio e dias de atraso	31.12.2021									
	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Automóveis e peças de automóveis	11 610	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	555 811	1 131	1 661	1 661	3 561	879	-	-	15 077	15 077
Corretagem	545	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	12 533	38	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	23 028	34	40	40	-	-	-	-	2 200	2 200
Químicos	22 992	52	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	40 047	321	86	86	-	-	5 567	670	2 785	2 785
Construção e engenharia	127 272	528	407	407	-	-	902	210	1 552	1 530
Fundos e gestores de ativos	33 389	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	277 181	263	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	51 206	180	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	-	-	5 950	5 950
Holdings de investimento	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	8 836	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	26 510	36	-	-	-	-	2 728	-	242	242
Petróleo e gás	13 874	58	-	-	-	-	-	-	10 324	10 324
Papel e produtos florestais	7 938	19	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	111 350	416	57	57	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	126 248	1 005	166	166	3 751	345	-	-	44 715	44 715
Retalho	27 231	213	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	67 584	220	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	1 635	122	-	-	6 524	6 524
Infra-estruturas de transportes	90 653	79	-	-	22 522	254	-	-	9 891	2 861
Água e Saneamento	8 210	85	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 054	757	3 147	3 147	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 647 177</b>	<b>5 467</b>	<b>6 124</b>	<b>6 124</b>	<b>31 469</b>	<b>1 600</b>	<b>9 209</b>	<b>892</b>	<b>99 260</b>	<b>92 208</b>

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

## Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Haitong Bank para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	21 733	-	-	-	21 733
Monitoring	[bbb+;b-]	629 606	4 936	-	-	634 542
Impaired	[d]	-	-	75 287	2 156	77 443
Not rated	Not Rated	2	-	-	-	2
<b>Valor bruto</b>		<b>651 341</b>	<b>4 936</b>	<b>75 287</b>	<b>2 156</b>	<b>733 720</b>
Imparidade (Nota 30)		2 667	300	74 733	730	78 430
<b>Valor líquido</b>		<b>648 674</b>	<b>4 636</b>	<b>554</b>	<b>1 426</b>	<b>655 290</b>
<b>Justo valor</b>						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
<b>Valor bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
Reavaliação		-	-	( 2)	-	( 2)
<b>Valor líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
<b>Total bruto</b>		<b>651 341</b>	<b>4 936</b>	<b>75 309</b>	<b>2 156</b>	<b>733 742</b>
Total imparidade		2 667	300	74 733	730	78 430
Total Reavaliação		-	-	( 2)	-	( 2)
<b>Total líquido</b>		<b>648 674</b>	<b>4 636</b>	<b>574</b>	<b>1 426</b>	<b>655 310</b>

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	12 370	-	-	-	12 370
Monitoring	[bbb+;b-]	443 464	27 908	-	-	471 372
Impaired	[d]	-	-	75 600	2 199	77 799
Not rated	Not Rated	33 533	-	-	-	33 533
<b>Valor bruto</b>		<b>489 367</b>	<b>27 908</b>	<b>75 600</b>	<b>2 199</b>	<b>595 074</b>
Imparidade (Nota 30)		1 721	721	74 642	47	77 131
<b>Valor líquido</b>		<b>487 646</b>	<b>27 187</b>	<b>958</b>	<b>2 152</b>	<b>517 943</b>
<b>Justo valor</b>						
Impaired	[d]	-	-	22	-	22
<b>Valor bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>Total bruto</b>		<b>489 367</b>	<b>27 908</b>	<b>75 622</b>	<b>2 199</b>	<b>595 096</b>
Total imparidade		1 721	721	74 642	47	77 131
<b>Total líquido</b>		<b>487 646</b>	<b>27 187</b>	<b>980</b>	<b>2 152</b>	<b>517 965</b>

## Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Haitong Bank para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Garantias prestadas	31.12.2022				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Low to fair risk	11 827	-	-	-	11 827
Monitoring [bbb+;b-]	117 705	-	-	-	117 705
Impaired [d]	-	-	2 692	-	2 692
<b>Valor bruto</b>	<b>129 532</b>	<b>-</b>	<b>2 692</b>	<b>-</b>	<b>132 224</b>
Imparidade (Nota 30)	1 107	-	340	-	1 447
<b>Valor líquido</b>	<b>128 425</b>	<b>-</b>	<b>2 352</b>	<b>-</b>	<b>130 777</b>

(milhares de euros)

Garantias prestadas	31.12.2021				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Monitoring [bbb+;b-]	118 441	-	-	-	118 441
Substandard [ccc+;ccc]	50	-	-	-	50
Impaired [d]	-	-	5 644	-	5 644
<b>Valor bruto</b>	<b>118 491</b>	<b>-</b>	<b>5 644</b>	<b>-</b>	<b>124 135</b>
Imparidade (Nota 30)	1 099	-	415	-	1 514
<b>Valor líquido</b>	<b>117 392</b>	<b>-</b>	<b>5 229</b>	<b>-</b>	<b>122 621</b>

## Instrumentos de dívida da carteira bancária

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral da carteira bancária do Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida da carteira bancária	31.12.2022				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>					
Low to fair risk [aaa+;a-]	103 201	-	-	-	103 201
Monitoring [bbb+;b-]	564 671	-	-	-	564 671
<b>Valor bruto</b>	<b>667 872</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>667 872</b>
Imparidade (Nota 30)	1 323	-	-	-	1 323
<b>Valor líquido</b>	<b>666 549</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>666 549</b>
<i>Justo valor</i>					
Low to fair risk [aaa+;a-]	35 061	-	-	-	35 061
Monitoring [bbb+;b-]	167 121	-	-	-	167 121
<b>Valor bruto</b>	<b>202 182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>202 182</b>
Imparidade (Nota 30)	704	-	-	-	704
Reavaliação	( 12 788)	-	-	-	( 12 788)
<b>Valor líquido</b>	<b>188 690</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188 690</b>
<b>Total bruto</b>	<b>870 054</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>870 054</b>
Total imparidade	2 027	-	-	-	2 027
Total Reavaliação	( 12 788)	-	-	-	( 12 788)
<b>Total líquido</b>	<b>855 239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>855 239</b>

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida da carteira bancária		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	9 507	-	-	-	9 507
Monitoring	[bbb+;b-]	500 256	-	-	-	500 256
<b>Valor bruto</b>		<b>509 763</b>	-	-	-	<b>509 763</b>
Imparidade (Nota 30)		1 098	-	-	-	1 098
<b>Valor líquido</b>		<b>508 665</b>	-	-	-	<b>508 665</b>
<b>Justo valor</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	33 501	-	-	-	33 501
Monitoring	[bbb+;b-]	171 313	-	-	-	171 313
Not rated		3610	-	-	-	3 610
<b>Valor bruto</b>		<b>208 424</b>	-	-	-	<b>208 424</b>
Imparidade (Nota 30)		521	-	-	-	521
Reavaliação		( 832)	-	-	-	( 832)
<b>Valor líquido</b>		<b>207 071</b>	-	-	-	<b>207 071</b>
<b>Total bruto</b>		<b>718 187</b>	-	-	-	<b>718 187</b>
Total imparidade		1 619	-	-	-	1 619
Total Reavaliação		( 832)	-	-	-	( 832)
<b>Total líquido</b>		<b>715 736</b>	-	-	-	<b>715 736</b>

## Depósitos e disponibilidades

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário de depósitos e disponibilidades do Haitong Banco, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2022				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7 146	-	-	-	7 146
Monitoring	[bbb+;b-]	4 876	-	-	-	4 876
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 800	-	-	3 800
<b>Total bruto</b>		<b>12 022</b>	<b>3 800</b>	-	-	<b>15 822</b>
Imparidade (Nota 30)		1	938	-	-	939
<b>Total líquido</b>		<b>12 021</b>	<b>2 862</b>	-	-	<b>14 883</b>

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2021				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	468 416	-	-	-	468 416
Monitoring	[bbb+;b-]	4 817	-	-	-	4 817
Not rated		11	-	-	-	11
<b>Total bruto</b>		<b>473 244</b>	-	-	-	<b>473 244</b>
Imparidade (Nota 30)		1	-	-	-	1
<b>Total líquido</b>		<b>473 243</b>	-	-	-	<b>473 243</b>



## Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida, apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Haitong Bank S.A., a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	468 659	-	-	-	<b>468 659</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	2 500	-	-	-	<b>2 500</b>
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	<b>15 077</b>
<b>Total bruto</b>		<b>471 159</b>	<b>-</b>	<b>15 077</b>	<b>-</b>	<b>486 236</b>
Imparidade (Nota 30)		20	-	15 077	-	<b>15 097</b>
<b>Total líquido</b>		<b>471 139</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>471 139</b>

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2021				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	43 683	-	-	-	<b>43 683</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	3 101	-	-	-	<b>3 101</b>
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	<b>15 077</b>
Not rated		-	3 561	-	-	<b>3 561</b>
<b>Total bruto</b>		<b>46 784</b>	<b>3 561</b>	<b>15 077</b>	<b>-</b>	<b>65 422</b>
Imparidade (Nota 30)		37	879	15 077	-	<b>15 993</b>
<b>Total líquido</b>		<b>46 747</b>	<b>2 682</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49 429</b>

## Devedores e outros ativos

O quadro apresentado em seguida, apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank S.A., para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Devedores e outros ativos		31.12.2022				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<b>Custo amortizado</b>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7	-	-	-	<b>7</b>
Monitoring	[bbb+;b-]	1 861	-	-	-	<b>1 861</b>
Substandard	[ccc+;ccc]	285	-	-	-	<b>285</b>
Impaired	[d]	-	-	7 407	9 891	<b>17 298</b>
Not rated		12 708	-	-	-	<b>12 708</b>
<b>Total bruto</b>		<b>14 861</b>	<b>-</b>	<b>7 407</b>	<b>9 891</b>	<b>32 159</b>
Imparidade (Nota 30)		8 109	-	52	3 569	<b>11 730</b>
<b>Total líquido</b>		<b>6 752</b>	<b>-</b>	<b>7 355</b>	<b>6 322</b>	<b>20 429</b>

Devedores e outros ativos	31.12.2021					
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total	
<b>Custo amortizado</b>						
Monitoring	[bbb+;b-]	862	-	-	-	<b>862</b>
Substandard	[ccc+;ccc]	882	-	-	-	<b>882</b>
Impaired	[d]	-	-	58	9 891	<b>9 949</b>
Not rated		13 908	-	-	-	<b>13 908</b>
<b>Total bruto</b>		<b>15 652</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>9 891</b>	<b>25 601</b>
Imparidade (Nota 30)		7 635	-	58	2 861	<b>10 554</b>
<b>Total líquido</b>		<b>8 017</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 030</b>	<b>15 047</b>

Durante o ano de 2022, uma exposição totalizando 18.8 milhões de euros foi transferida de Estágio 2 (perdas de crédito esperadas “lifetime”) para Estágio 1 (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Banco são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Banco considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 31 de dezembro de 2022, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia (ie, sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 12 749 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes e garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2022							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	647 634	635 451	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 488 340	1 330 911	4 936	4 763	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	285	285	3 800	3 800	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	100 485	99 905	12 047	12 047
Not rated		12 710	12 710	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2 148 969</b>	<b>1 979 357</b>	<b>8 736</b>	<b>8 563</b>	<b>100 485</b>	<b>99 905</b>	<b>12 047</b>	<b>12 047</b>

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2021							
		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	567 477	567 042	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 242 254	1 136 178	27 908	25 178	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	932	932	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	96 401	95 394	12 090	12 090
Not rated		51 062	18 335	3 561	3 561	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>1 861 725</b>	<b>1 722 487</b>	<b>31 469</b>	<b>28 739</b>	<b>96 401</b>	<b>95 394</b>	<b>12 090</b>	<b>12 090</b>

### Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2017/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2017, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Banco divulga as exposições não produtivas e diferidas (“forborne exposures”).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.3.1..

Neste sentido, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade, reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
<b>Exposições Produtivas</b>	<b>2 334 798</b>	<b>7 538</b>	<b>0,3%</b>	<b>2 054 226</b>	<b>6 385</b>	<b>0,3%</b>
<b>Non-Performing exposures (NPE)</b>	<b>96 018</b>	<b>91 143</b>	<b>94,9%</b>	<b>98 803</b>	<b>90 261</b>	<b>91,4%</b>
Crédito a Clientes	77 463	75 461	97,4%	77 821	74 689	96,0%
Aplicações em Instituições de crédito	15 077	15 077	100,0%	15 077	15 077	100,0%
Garantias prestadas	2 692	340	12,6%	5 644	415	7,4%
Compromissos de crédito	786	265	33,7%	261	80	30,7%
<b>Total</b>	<b>2 430 816</b>	<b>98 681</b>	<b>4,1%</b>	<b>2 153 029</b>	<b>96 646</b>	<b>4,5%</b>
<b>NPE ratio</b>	<b>4,0%</b>			<b>4,6%</b>		
<b>NPL ratio</b>	<b>10,6%</b>			<b>13,1%</b>		

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

*(milhares de euros)*

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor Bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor Bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
<b>Exposições Produtivas</b>	<b>2 331 044</b>	<b>7 260</b>	<b>0,3%</b>	<b>2 050 475</b>	<b>6 040</b>	<b>0,3%</b>
<b>Exposições Diferidas Produtivas</b>	<b>3 754</b>	<b>278</b>	<b>7,4%</b>	<b>3 751</b>	<b>345</b>	<b>9,2%</b>
Crédito a Clientes	3 754	278	7,4%	3 751	345	9,2%
<b>Exposições Diferidas Não Produtivas</b>	<b>78 227</b>	<b>75 728</b>	<b>96,8%</b>	<b>78 060</b>	<b>74 769</b>	<b>95,8%</b>
Crédito a Clientes	77 441	75 463	97,4%	77 799	74 689	96,0%
Compromissos de crédito	786	265	33,7%	261	80	30,7%
<b>Exposições Não Produtivas</b>	<b>17 791</b>	<b>15 415</b>	<b>86,6%</b>	<b>20 743</b>	<b>15 492</b>	<b>74,7%</b>
<b>Total</b>	<b>2 430 816</b>	<b>98 681</b>	<b>4,1%</b>	<b>2 153 029</b>	<b>96 646</b>	<b>4,5%</b>

### Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Banco – o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do banco para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022								
	Crédito a clientes				Ativos financeiros detivos para negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	-	-	-	-	-	278	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	20 165	-	38	-	-	-	-	16 912	42
Bancos	-	-	-	-	-	4 047	13 251	76 383	126
Corretagem	-	-	-	-	-	494	144	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	1 782	-	-	-
Bens de investimento	18 796	1 000	1 262	1 000	-	3 336	-	23 159	27
Indústria química	14 968	-	48	-	-	3 842	-	8 097	26
Comércio e Serviços	61 686	3 116	1 391	3 116	-	601	-	-	-
Construção e Obras Públicas	5 627	1 479	60	1 475	-	1 292	441	43 977	359
Embalagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	-	1 178	6 383	4
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	1 599	-	22 364	15
Administração pública	1 231	-	-	-	-	253	-	434 750	309
Saúde	7 946	-	43	-	-	-	-	14 044	76
Alojamento e Turismo	2 127	3 823	2 127	3 823	-	-	-	7 445	2
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	1 197	4	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	-	-	9 459	12
Instituições financeiras não bancárias	45 626	242	146	242	-	3 866	6 945	26 855	82
Indústria de petróleo e gás	17 476	10 324	83	10 324	-	3 269	-	14 197	62
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	-	458	2 727	4
Energia	118 179	-	816	-	-	1 692	137	30 940	87
Imobiliário	124 397	44 583	589	44 583	-	792	28	81 189	489
Arrendamento e Locação	13 917	-	76	-	-	-	-	-	-
Retalho	20 210	-	212	-	-	-	-	14 126	18
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	1 742	-	-	-
Telecomunicações	47 817	-	190	-	-	1 430	238	25 663	164
Transportes	1 182	6 563	22	6 563	-	657	-	-	-
Infraestruturas de transportes	141 258	-	201	-	-	1 419	16 188	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	799	-	11 158	123
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>662 610</b>	<b>71 130</b>	<b>7 304</b>	<b>71 126</b>	<b>-</b>	<b>34 387</b>	<b>39 012</b>	<b>869 833</b>	<b>2 027</b>

	31.12.2021								
	Crédito a clientes				Ativos financeiros detidos para negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	-	-	-	-	-	-	157	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	181	-	18 420	34
Bancos	-	-	-	-	-	8 527	14 923	72 335	114
Corretagem	-	-	-	-	-	-	217	-	-
Materiais de construção	12 533	-	38	-	-	-	-	-	-
Bens de investimento	11 785	868	1 344	868	-	169	-	11 793	21
Indústria química	14 954	-	46	-	-	1 016	49	8 038	6
Comércio e Serviços	42 449	2 785	721	2 785	-	3 196	-	-	-
Construção e Obras Públicas	17 447	1 507	179	1 484	54	1 508	-	29 534	262
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	863	1 994	6 596	4
Fundos e Gestores de Ativos	33 389	-	-	-	-	-	-	7 546	-
Administração pública	1 593	-	-	-	-	2 574	-	282 636	272
Saúde	45 913	-	152	-	-	851	-	23 300	115
Alojamento e Turismo	-	5 951	-	5 951	-	405	-	17 444	31
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	2 017	4 085	9 707	15
Instituições financeiras não bancárias	-	242	-	242	-	558	3 590	50 141	70
Indústria de petróleo e gás	-	10 324	-	10 324	-	177	1 739	13 874	58
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	-	270	19 745	55
Energia	87 320	-	367	-	-	513	3 089	32 612	68
Imobiliário	69 597	44 715	556	44 715	-	-	-	82 782	308
Retalho	19 986	-	200	-	-	3 005	-	7 245	13
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	8	-
Telecomunicações	50 406	-	180	-	-	1 683	52	26 855	62
Transportes	1 635	6 524	122	6 524	-	974	-	-	-
Infraestruturas de transportes	113 083	-	332	-	-	202	42 946	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	-	-	10 649	111
Outros	144	-	1	-	-	8 039	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>522 234</b>	<b>72 916</b>	<b>4 238</b>	<b>72 893</b>	<b>54</b>	<b>36 458</b>	<b>73 114</b>	<b>731 260</b>	<b>1 619</b>

A repartição do crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022									
	Crédito a clientes				Ativos financeiros detivos para negociação			Títulos		
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação		Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vivo	Crédito Vencido				
Bermuda	-	-	-	-	-	799	-	-	-	
Brasil	-	3 117	-	3 117	-	-	-	20 130	110	
Bulgaria	-	-	-	-	-	-	-	10 972	22	
Canada	-	-	-	-	-	186	-	-	-	
China	-	-	-	-	-	5 076	-	137 579	727	
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 237	7	
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	10 165	19	
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 727	3	
França	-	-	-	-	-	610	1 142	60 113	53	
Alemanha	20 165	-	38	-	-	-	4 244	10 155	22	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 702	44	
Hong kong	-	-	-	-	-	6 915	-	-	-	
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	17 908	15	
Irlanda	45 626	-	146	-	-	-	299	-	-	
Itália	-	-	-	-	-	2 163	-	177 977	281	
Japão	-	-	-	-	-	723	-	-	-	
Luxemburgo	90 865	-	595	-	-	-	-	32 554	19	
Países Baixos	-	-	-	-	-	3 989	-	-	-	
Polónia	94 913	1 479	188	1 475	-	288	28	34 065	176	
Portugal	211 714	49 260	3 231	49 260	-	6 690	17 024	199 709	425	
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 846	30	
Singapura	-	-	-	-	-	278	-	-	-	
Espanha	138 822	17 274	2 838	17 274	-	3 173	9 415	77 731	29	
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 783	15	
Suiça	-	-	-	-	-	841	-	-	-	
Reino Unido	60 503	-	268	-	-	-	6 860	14 480	30	
Estados Unidos	-	-	-	-	-	1 433	-	-	-	
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 223	-	-	-	
Outras	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>662 610</b>	<b>71 130</b>	<b>7 304</b>	<b>71 126</b>	<b>-</b>	<b>34 387</b>	<b>39 012</b>	<b>869 833</b>	<b>2 027</b>	

	31.12.2021								
	Crédito a clientes				Ativos financeiros detivos para negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Bélgica	-	-	-	-	-	-	53	-	-
Bermuda	-	-	-	-	-	668	-	-	-
Brasil	12 532	2 785	38	2 785	-	-	-	19 344	101
Bulgaria	-	-	-	-	-	-	-	11 559	21
China	-	-	-	-	-	5 060	-	139 632	483
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 344	11
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	1 950	1
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 761	3
França	-	-	-	-	-	2 017	424	21 614	32
Alemanha	5 844	-	30	-	-	1 824	6 177	17 700	18
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	17 884	55
Hong kong	-	-	-	-	-	3 196	-	1 915	1
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 566	8
Irlanda	-	-	-	-	-	-	3 569	-	-
Itália	-	-	-	-	-	3 915	-	132 202	137
Japão	-	-	-	-	-	573	-	-	-
Luxemburgo	30 482	-	62	-	-	-	-	21 353	12
Países Baixos	-	-	-	-	-	1 566	-	10 289	19
Polónia	75 772	1 508	88	1 484	54	778	-	54 207	225
Portugal	240 199	51 481	1 641	51 482	-	3 460	53 102	196 203	400
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	24 118	29
Singapura	-	-	-	-	-	863	-	-	-
Espanha	103 134	17 142	2 204	17 142	-	6 314	8 765	10 898	18
Suécia	-	-	-	-	-	39	-	7 834	14
Suiça	-	-	-	-	-	503	-	-	-
Reino Unido	54 127	-	174	-	-	3 409	1 024	14 712	29
Estados Unidos	-	-	-	-	-	558	-	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 715	-	5 176	2
Outras	144	-	1	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>522 234</b>	<b>72 916</b>	<b>4 238</b>	<b>72 893</b>	<b>54</b>	<b>36 458</b>	<b>73 114</b>	<b>731 261</b>	<b>1 619</b>

### Conflito Rússia - Ucrânia

O conflito Rússia-Ucrânia provocou perturbações nas condições económicas mundiais e desencadeou tumultos nos mercados financeiros e de crédito.

O Banco elaborou uma avaliação interna do risco dos mutuários da carteira bancária e dos respetivos impactos imediatos do conflito, excluindo os impactos indiretos de segundo e terceiro níveis e efeitos compostos. Esta análise foi realizada pelas unidades de Front-Office, as quais contactaram os clientes do Banco no sentido de proceder a uma avaliação do referido impacto através do Questionário “Early Warning Signals”.

Pese embora as implicações globais do conflito não sejam totalmente conhecidas, nem os efeitos indiretos passíveis de quantificar ou prever, a conclusão geral é de que nenhum dos mutuários analisados sofreu à data um impacto severo do conflito.



As conclusões do referido estudo foram apresentadas pelo Departamento de Gestão de Risco à Comissão Executiva, Comité de Riscos e Conselho de Administração do Banco.

### Risco de mercado

O Risco de Mercado representa a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito.

O Banco calcula as perdas potenciais na sua carteira de negociação e nas posições em mercadorias e cambiais através da metodologia do Value at Risk (VaR) histórico, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação de 1 ano.

(milhares de euros)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	10 098	7 618	10 584	5 969	6 800	4 142	13 078	1 393
Risco taxa de juro	479	509	1 191	171	403	812	1 625	187
Ações	8	10	24	4	10	12	57	0
Spread de Crédito	604	521	2 181	284	616	1 759	2 871	205
Covariância	-1 272	n.a.	n.a.	n.a.	-811	n.a.	n.a.	n.a.
<b>VaR Global</b>	<b>9 916</b>	<b>6 427</b>	<b>12 855</b>	<b>459</b>	<b>5 905</b>	<b>6 551</b>	<b>13 078</b>	<b>3 836</b>

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	513 928	2 676	0,52%	500 033	518	0,10%
Crédito a clientes	675 225	24 171	3,58%	479 159	9 606	2,00%
Aplicações em títulos	412 538	16 053	3,89%	419 330	10 321	2,46%
Contas caução	61 163	508	0,83%	76 048	184	0,24%
<b>Ativos financeiros</b>	<b>1 662 855</b>	<b>43 408</b>	<b>2,61%</b>	<b>1 474 570</b>	<b>20 629</b>	<b>1,40%</b>
Recursos monetários	818 004	8 228	1,01%	402 331	3 201	0,80%
Recursos de clientes	621 670	6 803	1,09%	853 891	9 007	1,05%
Responsabilidades representadas por títulos	326 655	7 036	2,15%	-	-	0,00%
Outros recursos	18 009	557	3,09%	13 699	471	3,44%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 784 338</b>	<b>22 624</b>	<b>1,27%</b>	<b>1 269 921</b>	<b>12 679</b>	<b>1,00%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>20 784</b>			<b>7 950</b>	

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022			31.12.2021		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	7	-	7	-	-	-
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	110 857	-	110 857	103 550	21	103 571
CAD	36	-	36	35	-	35
CHF	22	-	22	364	-	364
CNY	12 143	-	12 143	12 455	-	12 455
DKK	201	-	201	201	-	201
GBP	37 059	( 37 523)	( 464)	37 991	( 38 192)	( 201)
HKD	( 777)	-	( 777)	( 1 273)	1 386	113
JPY	41	-	41	44	-	44
MOP	5 177	-	5 177	5 171	-	5 171
MXN	10	-	10	14	( 0)	14
NOK	11	-	11	12	-	12
PLN	57 038	( 33 307)	23 731	86 810	( 60 502)	26 308
SEK	36	-	36	89	-	89
TRY	1	-	1	0	-	0
USD	23 713	( 22 501)	1 212	103 241	( 102 216)	1 025
<b>Total</b>	<b>245 589</b>	<b>( 93 331)</b>	<b>152 258</b>	<b>348 720</b>	<b>( 199 504)</b>	<b>149 216</b>

Nota: Ativo (passivo)

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. O Haitong Bank avalia o risco de taxa de juro da sua carteira bancária com recurso às métricas Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE).

A métrica de Net Interest Income mede a sensibilidade de um movimento das taxas de juro na margem financeira do Banco considerando um período de um ano e um balanço estático.

A métrica Economic Value of Equity mede a sensibilidade de um movimento nas taxas de juro sobre o valor presente dos fluxos de caixa projectados considerando todos os instrumentos até à sua data de vencimento.

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos da carteira bancária, sensíveis a risco de taxa de juro, tinham o perfil de repricing:

(milhares de euros)

Tenor	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativos	Passivos	Posição Líquida	Ativos	Passivos	Posição Líquida
Até 3 meses	1 024 975	(891 180)	133 795	982 309	(498 799)	483 510
3 a 6 meses	265 982	(436 599)	(170 617)	274 199	(427 278)	(153 079)
6 a 12 meses	209 604	(116 954)	92 650	196 634	(142 048)	54 586
1 a 5 anos	624 930	(250 809)	374 121	457 866	(412 322)	45 544
Mais de 5 anos	34 224	-	34 224	110 926	(29)	110 897
<b>Total</b>	<b>2 159 715</b>	<b>(1 695 542)</b>	<b>464 173</b>	<b>2 021 934</b>	<b>(1 480 476)</b>	<b>541 458</b>

A tabela abaixo apresenta o impacto no valor económico da carteira bancária, considerando um cenário de aumento e diminuição das taxas de juro em 200 bps, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(milhares de euros)

Cenários	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	( 21 325)	4 524	( 24 590)	( 6 990)
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	5 071	( 4 524)	13 740	6 990
Subida paralela da curva de rendimentos	( 21 427)	n.a.	( 25 150)	n.a.
Descida paralela da curva de rendimentos	5 116	n.a.	14 060	n.a.
Aumento do declive da curva de rendimentos	1 332	n.a.	7 560	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	( 6 810)	n.a.	7 020	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	( 12 070)	n.a.	( 26 060)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	3 378	n.a.	14 460	n.a.
% Fundos Próprios	3,77%	0,13%	4,54%	1,29%
% Fundos Próprios de Nível 1	3,79%	0,13%	4,82%	1,29%

Fonte: Haitong Bank

### Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência bem como protejam o consumidor e investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juro de referência com implicações diversas para as atividades das instituições financeiras.

O Banco detém fallbacks provisions nos seus contratos de acordo com a prática de mercado para responder a uma descontinuidade das taxas. Não existem à data de 31 de dezembro de 2022 contratos de financiamento cuja taxa do contrato esteja associada a taxas Libors que estão previstas serem descontinuadas. O Banco detém derivados cujas taxas estão previstas ser descontinuadas estando a ser negociadas as respetivas alterações contratuais. Os contratos em causa estão ao abrigo de contratos ISDA.

A reforma das taxas de referência na Polónia substitui o índice WIBOR pelo índice WIRON. A partir de dezembro de 2022, os bancos poderão utilizar o índice WIRON, enquanto a implementação gradual do índice para contratos e instrumentos financeiros está prevista para 2023. A partir de 2025, está prevista a utilização ampla do índice WIRON. A WIRON é um índice desenvolvido, com base em transações de depósitos, por provedores de dados (9 remetentes de dados) com bancos, instituições financeiras e grandes empresas.

O Banco reconhece exposições de crédito com vencimento após 2025, e sendo assim, parte da exposição estará indexada ao índice WIRON, porém a exposição representa menos de 10% do total das exposições atuais ao risco de crédito. Por outro lado, nenhum derivado de taxa de juros vai além do prazo e a alteração obrigatória para WIRON (2025) não será aplicada. Portanto, não existe nenhuma necessidade de alterar contratos com os clientes deste tipo de produtos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, e Varsóvia), sob a coordenação global do CEO do Haitong Bank.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha 565 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (548 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021), dos quais 432 milhões de Euros correspondiam a depósitos disponíveis junto do Banco de Portugal (454 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia.

Em 31 de dezembro de 2022, o Haitong Bank detinha um excedente de 381 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 307% (212% em dezembro de 2021), confortavelmente acima dos limites regulamentares.

(milhares de euros)

Rácio de cobertura de Liquidez	31.12.2022	31.12.2021
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	565	548
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	381	289
<b>Rácio de Cobertura de Liquidez</b>	<b>307%</b>	<b>212%</b>

O Haitong Bank obteve um financiamento de 302 milhões de Euros do Banco de Portugal (322 milhões de euros no final de 2021) no âmbito da facilidade Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO) e Pandemic Emergency Longer-Term Refinancing Operations (PELTRO), com vencimentos em 2023 e 2024.

No ano de 2022, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram financiamentos colateralizados do Banco Central, empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos) e depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais).

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivados sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral do Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2022						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	14 888	-	-	-	-	-	14 888
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	5 088	5 271	26 005	4 304	-	40 668
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	12 568	12 568
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	25 000	41 040	121 311	27 795	-	215 146
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-	35 505	562 334	110 539	-	708 378
Aplicações em instituições de crédito	462 739	-	8 436	-	-	-	471 175
Crédito a clientes	3	15 927	96 086	548 506	111 224	-	771 746
Instrumentos derivados	-	232 087	52 621	26 056	12 142	27 354	350 260
	<b>477 630</b>	<b>278 102</b>	<b>238 959</b>	<b>1 284 212</b>	<b>266 004</b>	<b>39 922</b>	<b>2 584 829</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de instituições de crédito	131 133	290 463	51 561	424 128	-	-	897 285
Recursos de clientes	69 205	175 670	180 467	71 929	-	-	497 271
Responsabilidades representadas por títulos	-	1 870	11 017	393 657	-	-	406 544
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	96	-	-	-	-	-	96
Instrumentos derivados	-	225 646	52 673	24 664	5 477	9 830	318 290
	<b>200 434</b>	<b>693 649</b>	<b>295 718</b>	<b>914 378</b>	<b>5 477</b>	<b>9 830</b>	<b>2 119 486</b>

A 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2021						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	473 251	-	-	-	-	-	473 251
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	6 601	2 048	24 081	7 809	-	40 538
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	13 906	13 906
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	21 357	43 043	123 240	32 786	-	220 426
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	24 521	39 636	332 908	135 862	-	532 927
Aplicações em instituições de crédito	601	46 355	2 500	-	-	-	49 456
Crédito a clientes	-	40 904	63 072	374 091	88 025	-	566 092
Instrumentos derivados	-	398 329	126 958	70 838	14 334	56 926	667 385
	<b>473 851</b>	<b>538 066</b>	<b>277 257</b>	<b>925 158</b>	<b>278 816</b>	<b>70 832</b>	<b>2 563 979</b>
<b>Passivos</b>							
Recursos de instituições de crédito	7	28 283	22 000	701 268	-	-	751 559
Recursos de clientes	92 546	222 631	204 448	294 455	-	-	814 080
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	1 036	-	-	-	-	-	1 036
Instrumentos derivados	-	405 280	121 296	46 450	1 281	10 270	584 577
	<b>93 590</b>	<b>656 195</b>	<b>347 744</b>	<b>1 042 173</b>	<b>1 281</b>	<b>10 270</b>	<b>2 151 253</b>

### Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

### Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Haitong Bank S.A. para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Exercício Transitório	Implementação Plena	Exercício Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	21,7%	21,7%	22,7%	22,6%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	26,6%	26,6%	27,8%	27,8%
Rácio Fundos Próprios Totais	26,6%	26,6%	27,8%	27,8%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no capítulo IT & Controlo Interno | Gestão de Riscos | Solvabilidade no Relatório de Gestão.

## NOTA 39 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 3	1-jan-22	Esta emenda corresponde à atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	1-jan-22	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	1-jan-22	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adote pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS;</li> <li>- IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desreconhecimento de um passivo financeiro;</li> <li>- IAS 41 – remove o requisito de excluir os fluxos de caixa relacionados com impostos na mensuração ao justo valor.</li> </ul>

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

## Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Banco em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.



## NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com covenants	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com covenants clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de janeiro de 2024
Emenda à norma IAS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

# RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO



PARTE I – ESTRUTURA ACIONISTA .....	324
PARTE II – ÓRGÃOS SOCIAIS, COMITÉS E COMISSÕES .....	327
PARTE III – ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	344
PARTE IV - REMUNERAÇÃO .....	347
PARTE V – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	349
ANEXO.....	351

*O presente relatório pretende divulgar a estrutura e práticas de governo societário adotadas pelo Haitong Bank, S.A., fazendo parte integrante do Relatório e Contas de 2022 do Haitong Bank. Este relatório foi preparado de acordo com o nº 2 do artigo 70 do Código das Sociedades Comerciais e com os artigos 7 e 29-H do Código dos Valores Mobiliários.*

## PARTE I – ESTRUTURA ACIONISTA

### *1. Estrutura de capital (Artigo 29-H/1/a)*

A 31 de dezembro de 2022, o capital social do Banco era de 863.278.725,00 euros (oitocentos e sessenta e três milhões, duzentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco euros) encontrando-se integralmente subscrito e realizado. O capital social é representado por 172.655.745 (cento e setenta e dois milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e quarenta e cinco) ações nominativas, que revestem a forma escritural, com o valor nominal de 5,00 euros (cinco euros) cada.

A sociedade Haitong International Holdings Limited, com sede em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd. detém 100% (172.655.741 - cento e setenta e dois milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e quarenta e uma ações) do capital social do Banco com direito a voto. As restantes 4 ações são detidas pelas sociedades Haitong International Global Strategic Investment Limited (constituída nas Ilhas Caimão), Haitong Capital International Investment Co., Ltd (constituída em Hong Kong), Haitong Innovation International Capital Management Co., Ltd (constituída nas Ilhas Caimão) e Haitong Capital International Investment Fund L.P. (constituída nas Ilhas Caimão).

O capital social do Banco é integralmente representado por ações ordinárias.

### *2. Restrições à transmissibilidade das ações (Artigo 29º-H/1/b)*

Os Estatutos do Banco não preveem restrições à transmissibilidade das ações.

### *3. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Artigo 29º-h/1/f)*

De acordo com os Estatutos do Banco, podem participar na Assembleia Geral Anual do Banco os Acionistas, ou grupos de Acionistas, que sejam titulares de um mínimo de 100 ações, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia Geral em causa. Cada acionista ou grupo de acionistas detentor de cem ações tem direito a um voto.

### *4. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade (Artigo 29º-H/1/h)*

Os membros do Conselho de Administração são selecionados e esta seleção é aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Não existem regras específicas para a substituição de Administradores. A substituição de Administradores deverá processar-se nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não existem regras específicas relativas a alterações aos Estatutos do Banco. Quaisquer alterações aos Estatutos do Banco deverão ser efetuadas nos termos gerais previstos no Código das Sociedades Comerciais.

*5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Artigo 29º-H/1/i)*

O Conselho de Administração não possui quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos do capital social.

*6. Acordos entre o Banco e os titulares do órgão de administração ou dirigentes de topo que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador ou despedimento sem justa causa (Artigo 29º-H/1/k)*

O Banco não celebrou nenhum destes acordos.

## 7. Ações e obrigações detidas por membros Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades

Conselho de Administração / Conselho Fiscal / ROC	Títulos	Títulos detidos a 31/dez/2021	Trasacções em 2022			Títulos detidos a 31/dez/2022
			Data	Aquisições	Alienações	
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	7.863.768	23/03/2022	249.919 (Nota 1)	-	9.753.977
			24/03/2022	398.010 (Nota 2)	-	
			23/06/2022	851.169 (Nota 3)	-	
			30/09/2022	391.111 (Nota 5)	-	
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	5.311.863	23/06/2022	531.186 (Nota 4)	-	5.356.809
			03/10/2022	400.000 (Nota 6)	-	
			10/11/2022	-	886.240 (Nota 7)	
Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	1.757.049	23/03/2022	-	249.919 (Nota 1)	718.009	
		24/03/2022	-	398.010 (Nota 2)		
		30/09/2022	-	391.111 (Nota 5)		
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Martina Garcia	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho	-	-	-	-	-	-
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Pires dos Santos Martins	-	-	-	-	-	-
Vincent Marie L. Camerlynck	-	-	-	-	-	-
Xinjun Zhang (Jeff Zhang)	Haitong International Securities Group Limited - Ações Ordinárias	869.784	23/06/2022	86.978 (Nota 8)	-	956.762
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2.206.526	23/06/2022	220.651 (Nota 4)	-	2.073.278
			03/10/2022	200.000 (Nota 6)	-	
			10/11/2022	-	553.899 (Nota 7)	
Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	0	-	-	-	0	
Cristina Maria da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	-	-	-	-	-	-
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-

## Notas:

Nota 1: 249.919 ações diferidas foram disponibilizadas em 23/3/2022

Nota 2: 398.010 ações diferidas foram disponibilizadas em 24/3/2022

Nota 3: 851.169 ações distribuídas gratuitamente (bonus issue) a 23/06/2022

Nota 4: Ajuste feito após a conclusão da emissão de ações distribuídas gratuitamente (bonus issue) a 23/6/2022

Nota 5: 391.111 ações diferidas foram disponibilizadas em 30/9/2022

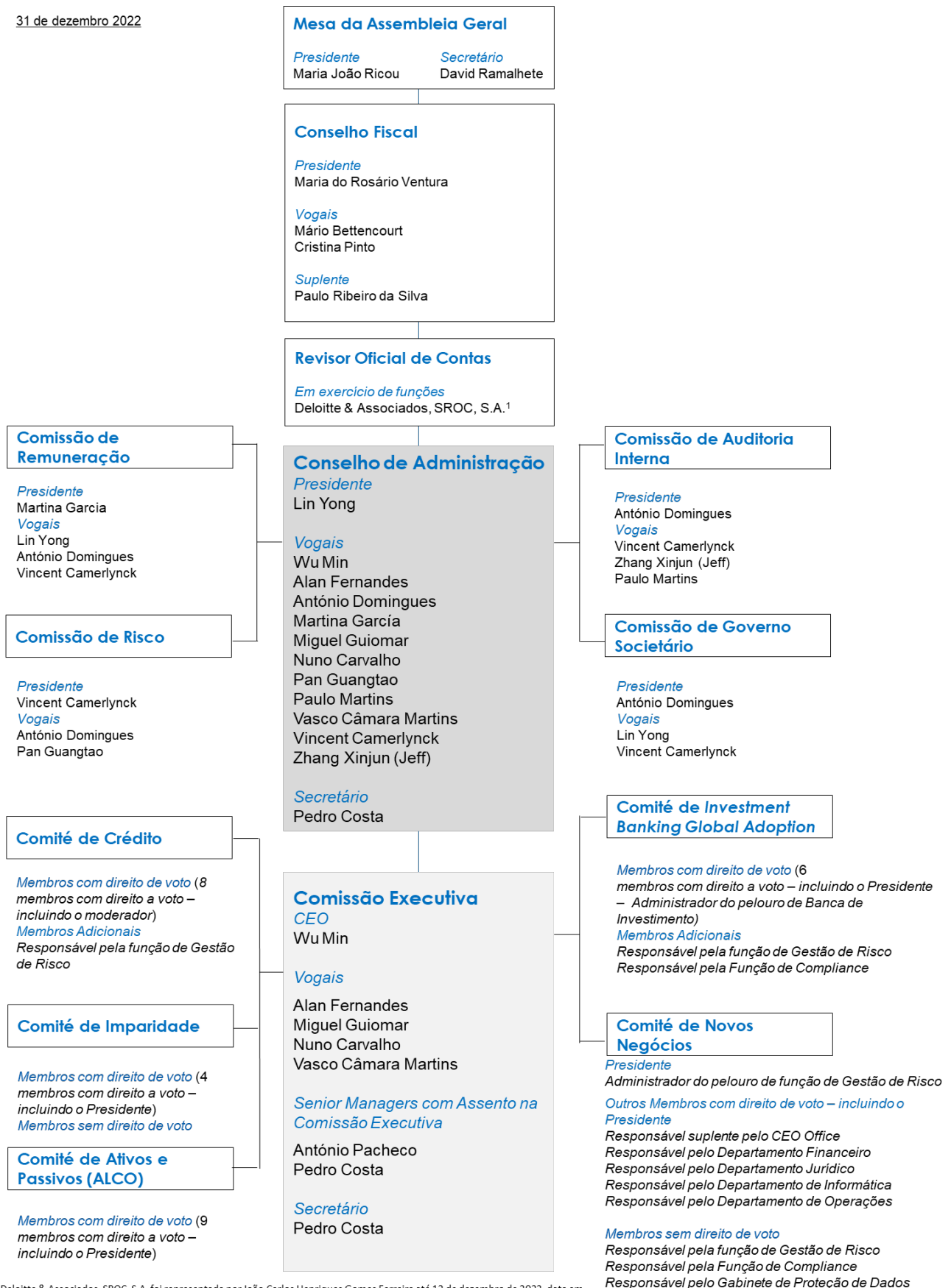
Nota 6: Atribuição de opções sobre ações

Nota 7: Caducidade de opções sobre ações

Nota 8: 86.978 ações distribuídas gratuitamente (bonus issue) a 23/06/2022

## PARTE II – ÓRGÃOS SOCIAIS, COMITÉS E COMISSÕES

31 de dezembro 2022



<sup>1</sup> A Deloitte & Associados, SROC, S.A. foi representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira até 12 de dezembro de 2022, data em que o Banco recebeu uma carta a designar Luís Eduardo Marques dos Santos como o seu novo representante.

## 8. Assembleia Geral

### Composição da Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do artigo 7 dos Estatutos do Banco, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário nomeados pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, desde que sejam cumpridos os todos os requisitos legais devidos.

A Mesa da Assembleia Geral tem a seguinte composição:

Presidente	Maria João Ricou
Secretário	David Luís Marques Ramalhete

### Direitos de voto

De acordo com os Estatutos do Banco, a Assembleia Geral é constituída por todos os acionistas que, no prazo de cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral em questão, tenham, relativamente a pelo menos cem ações: (i) registado as ações em seu nome no livro de registos do Banco; ou (ii) tratando-se de ações escriturais, tenham feito prova do respetivo depósito ou registo numa conta de registo de valores mobiliários escriturais junto de um intermediário financeiro.

A cada lote de cem ações corresponde um voto. Em conformidade com os Estatutos do Banco e sem prejuízo dos casos em que a lei ou os Estatutos exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria absoluta dos votos emitidos em cada reunião.



O Banco tem um único Acionista com direito de voto. Em 2022, todas as deliberações do Acionista foram tomadas por escrito.

A Assembleia Geral delibera sobre matérias especificamente designadas na lei ou nos Estatutos como sendo da sua competência - nomeadamente a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão e contas anuais do exercício, a distribuição de lucros e aumentos de capital - assim como sobre assuntos de gestão do Banco, se para isso for solicitada pelo Conselho de Administração.

## *9. Administração e Fiscalização*

### **9.1. Modelo de Governo**

O Banco adotou um modelo de governo que inclui um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, e, separadamente, um Revisor Oficial de Contas. Este modelo é designado como modelo latino de governo societário, sendo considerado o mais adequado, tendo em consideração a situação do Banco no exercício de 2022.

A gestão da sociedade compete ao Conselho de Administração, que compreende uma Comissão Executiva na qual o Conselho delegou amplos poderes de gestão para a condução da atividade corrente.

No âmbito do Conselho de Administração funcionam quatro comissões especializadas responsáveis pelo acompanhamento de determinadas matérias específicas.

### **9.2. Conselho de Administração**

Não estão previstas, nos Estatutos do Banco, quaisquer regras sobre requisitos procedimentais ou materiais relacionadas com a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração. O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) prevê os requisitos de adequação (idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade) que os membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização deverão possuir para o exercício das respetivas funções.

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 30-A do RGICSF, foi aprovada na Assembleia Geral de 29 de abril de 2022 a última atualização da “Política de Seleção e Avaliação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”, da qual constam as exigências e os requisitos legais aplicáveis aos membros do Conselho de Administração.

A composição do Conselho de Administração e das suas comissões consultivas à data de 31 de dezembro de 2022, após aprovação pelo Conselho de Administração da composição da Comissão Executiva e das comissões consultivas do Conselho de Administração a 2 de agosto de 2020 e atualização parcial destas últimas a 7 de julho de 2021, é apresentada no organograma incluído no início da Parte II deste relatório.

O quadro seguinte apresenta a data da primeira designação e a qualificação quanto à Independência de cada um dos Membros não Executivos.

Composição do Conselho de Administração (Membros não Executivos)	Data da Primeira Designação	Qualificação
Lin Yong	abr-16	Não Independente
Martina García	jul-20	Independente *
Pan Guangtao	nov-15	Não Independente
Zhang Xinjun	jan-18	Não Independente
Vincent Camerlynck	nov-16	Independente *
António Domingues	jan -18	Independente *
Paulo Martins	jul-20	Não Independente
<b>% de Membros não Independentes</b>		<b>57,14%</b>
<b>% de Membros Independentes</b>		<b>42,86%</b>

\* Sem prejuízo de outros critérios para a aferição da qualidade de "Independente", nomeadamente os decorrentes das recomendações conjuntas da ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) e da EBA (Autoridade Bancária Europeia) de 2 de julho de 2021 (EBA / GL / 2021 / 06) e das decorrentes do "Guia para as avaliações da adequação e da idoneidade", publicado pelo BCE (Banco Central Europeu) em dezembro de 2021, a qualificação indicada no quadro reflete o juízo interno do Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A..

Nos termos do Anexo I (18.1) do Regulamento da CMVM 4/2013, considera-se independente o membro do Conselho de Administração que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos
  - Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente, ou dirigente de pessoa coletiva;
  - Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
  - Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
  - Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.
- Os administradores em causa não se encontram em nenhuma das situações mencionadas nas alíneas a) a e) que constituem o referencial em apreço.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração são apresentados no Anexo 1 ao presente Relatório de Governo da Sociedade.

Não existe qualquer relação de parentesco entre os membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reuniu 23 (vinte e três) vezes (incluindo 19 reuniões por meios eletrónicos) em 2022.

A composição do Conselho de Administração em 2022 foi a seguinte:

Conselho de Administração		Participação em 2022
Presidente	Lin Yong	23/23
Membros Executivos	Wu Min	23/23
	Alan Fernandes	23/23
	Miguel Guiomar	23/23
	Nuno Carvalho	23/23
	Vasco C. Martins	23/23
Membros Não-Executivos	António Domingues	23/23
	Martina García	23/23
	Pan Guangtao	23/23
	Paulo Martins	23/23
	Vincent Camerlynck	23/23
	Zhang Xinjun	23/23

### 9.3 Comissão Executiva

No dia 2 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atual composição da Comissão Executiva.

No organograma incluído no início da Parte II deste relatório é apresentada a composição do Conselho de Administração, com indicação dos seus membros que integram a Comissão Executiva.

O Conselho de Administração delega no Presidente da Comissão Executiva (CEO) o poder de distribuir os diversos pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

Comissão Executiva		Principais áreas de responsabilidade a partir de 1 de janeiro de 2022
Presidente		
Wu Min		CEO Office Tesouraria e Fixed Income Corporate Solutions Recursos Humanos Financeiro
Vogais		
Alan Fernandes		Haitong Brasil
Nuno Carvalho		Compliance & AML-FT Jurídico Special Portfolio Management Informática, Online Banking e Administrativo
Vasco Câmara Martins		Gestão de Risco Rating Operações
Miguel Guiomar		M&A Mercado de Capitais Structured Finance Asset Management Corporate Derivatives Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel ativo na gestão corrente do negócio do Banco, tendo sob a sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas do negócio, de acordo com o respetivo perfil e com as especializações individuais, e correspondendo à distribuição de responsabilidades que, em cada momento melhor contribui para o funcionamento equilibrado e eficaz daquele órgão.

A Comissão Executiva reúne, em regra, semanalmente para tratar de assuntos de interesse geral relativos ao Banco e às suas subsidiárias.

A Comissão Executiva reuniu 101 vezes em 2022, incluindo 49 reuniões em formato eletrónico.

A composição da Comissão de Comissão em 2022 foi a seguinte:

Comissão Executiva	Participação em 2022
Presidente	
Wu Min	101/101
Vogais	
Alan Fernandes	97/101
Miguel Guiomar	101/101
Nuno Carvalho	98/101
Vasco C. Martins	99/101

A Comissão de Governo Societário é responsável pela avaliação permanente, a nível individual e coletivo, dos órgãos de administração e fiscalização do Banco.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros da Comissão Executiva, assim como a lista dos cargos exercidos noutras sociedades e outras funções relevantes exercidas são apresentados no Anexo ao presente Relatório de Governo Societário.

## 9.4 Comissões Consultivas do Conselho de Administração

### *Comissão de Risco*

A Comissão de Risco tem como objetivo acompanhar em permanência a definição e implementação da estratégia de risco do Banco e o seu apetite ao risco, bem como avaliar se são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo e com o plano de ação e orçamento aprovados, assessorando a Comissão Executiva a esse respeito.

Entre as competências da Comissão de Risco, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Assessorar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco do Banco, e, tendo em consideração todas as categorias de risco, garantir que estão alinhadas com a estratégia de negócio, cultura corporativa e valores do Banco;
- ⊕ Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da implementação da estratégia de risco do Banco e no cumprimento dos respetivos limites estabelecidos;
- ⊕ Rever periodicamente o perfil de risco do Banco e as estratégias e políticas de risco;

- ⊕ Avaliar a coerência entre o modelo de negócio, a estratégia, o plano de recuperação, as políticas de remuneração e o orçamento, bem como a eficácia e eficiência da estrutura, procedimentos e instrumentos associados à implementação e execução de estratégias de risco;
- ⊕ Emitir recomendações sobre qualquer ajuste que seja necessário fazer à estratégia de risco resultante de alterações ao modelo de negócio, da evolução do mercado ou do contexto de negócio onde o Banco atua;
- ⊕ Analisar e avaliar a metodologia subjacente ao processo de identificação, avaliação e medição dos riscos e os respetivos resultados;
- ⊕ Analisar cenários, incluindo através de testes de stress, a fim de calcular o seu impacto no perfil de risco do Banco e avaliar a sua resiliência a alterações provocadas por fatores idiossincráticos, sistémicos ou mistos;
- ⊕ Analisar se os termos e condições dos produtos e serviços oferecidos a clientes têm em consideração o modelo de negócio do Banco e a sua estratégia de risco, e, se necessário, apresentar um plano de correção ao Conselho de Administração sempre que, em resultado de tal análise, se estabelecer que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;
- ⊕ Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados, incluindo o período a que respeitam as receitas;
- ⊕ Definir a estrutura do reporte sobre o risco ao Conselho de Administração;
- ⊕ Garantir a existência de processos eficazes para a monitorização do risco e das deficiências de controlo interno relacionadas com a estrutura de gestão de risco;
- ⊕ Especificar e rever as condições de autoridade e independência que suportam o exercício das responsabilidades de gestão de risco, incluindo a aprovação do plano de trabalho da função de gestão de risco;
- ⊕ Rever e monitorizar periodicamente a natureza e âmbito das atividades desenvolvidas pelo Grupo Haitong Bank relacionadas com a gestão de risco; e
- ⊕ Assegurar que a função de gestão de riscos dispõe de recursos adequados para o cabal desempenho das suas funções.

A Comissão de Risco é composta por 3 (três) membros Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva, nomeados pelo Conselho de Administração. A maioria destes membros é independente.

Em 2022, a Comissão de Remuneração realizou 9 (nove) reuniões, 1 (uma) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Risco em 2022 era a seguinte:

Comissão de Risco	Participação (presente ou representado)
Presidente	
Vincent Camerlynck	9/9
Vogais	
António Domingues	9/9
Pan Guangtao	9/9

### Comissão de Remuneração

A Comissão de Remuneração tem como objetivo (i) providenciar juízos informados e independentes sobre as políticas e práticas de remuneração do Banco e das suas filiais, e sobre os incentivos criados para efeitos da gestão de riscos, de capital e de liquidez, bem como (ii) preparar decisões relativas à remuneração, incluindo as que tenham implicações em termos de riscos e gestão de riscos do Banco, que por sua vez devem ser tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Entre as competências da Comissão de Remuneração, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Elaborar propostas e recomendações à Assembleia Geral de Acionistas sobre a determinação da remuneração de membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos colaboradores com a remuneração total mais elevada do Banco, para além de supervisionar diretamente a remuneração dos dirigentes de topo responsáveis pelas funções de controlo independente (auditoria interna, gestão do risco e compliance);
- ⊕ Avaliar os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas com base nos critérios definidos na Política de Remuneração, conforme aprovada pela Assembleia Geral;
- ⊕ Prestar todo o apoio necessário e efetuar recomendações para apoiar o processo de aprovação pelo Conselho de Administração da política geral de remuneração do Conselho de Administração do Banco e das suas filiais, promovendo a sua revisão sempre que tal seja necessário;
- ⊕ Avaliar os mecanismos adotados para garantir que o sistema de remuneração implementado no Banco e no Grupo Haitong Bank tem em conta todos os tipos de risco, bem como os níveis de liquidez e fundos próprios, e que a Política de Remuneração Global é coerente com e promove uma gestão de risco sã e eficaz e que está harmonizada com a estratégia, os objetivos, a cultura e os objetivos de longo prazo do Banco;
- ⊕ Testar a capacidade de reação do sistema de remuneração implementado a eventos internos e externos, recorrendo a um conjunto de possíveis cenários, e testando retroativamente o modelo utilizado para esse efeito;
- ⊕ Realizar, com o apoio das funções de Risco e Compliance, uma avaliação anual do impacto das práticas de remuneração das sucursais e estabelecimentos offshore (subsidiárias), em particular no que respeita às questões de gestão de risco, com especial ênfase nos riscos de capital e liquidez do Banco;
- ⊕ Assegurar que é realizada pelo menos uma vez por ano uma revisão da Política de Remuneração do Banco e das suas subsidiárias, assim como da sua implementação, com o apoio da área de Recursos Humanos, da área Jurídica e das áreas com Funções de Controlo, com vista a garantir: (i) que a política é efetivamente aplicada; (ii) que os pagamentos das remunerações são adequados e consistentes com o perfil de risco do Banco e os seus objetivos de longo prazo; e (iii) que a política cumpre a legislação e regulamentos em vigor, bem como os princípios e recomendações nacionais e internacionais relevantes;
- ⊕ Emitir um relatório anual sobre a Política de Remuneração, incluindo quaisquer medidas necessárias para corrigir eventuais deficiências detetadas cuja responsabilidade pela implementação seja da competência do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Este relatório deve ser submetido ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;
- ⊕ Informar a Assembleia Geral, a cada ano, sobre o exercício das suas funções, incluindo o envio de um parecer fundamentado sobre a adequação da Política de Remunerações e de eventuais alterações à mesma que considere necessárias; e
- ⊕ Estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas em que a Política de Remuneração esteja na ordem de trabalhos, e fornecer qualquer informação solicitada pela Assembleia Geral de Acionistas.

⊕ A 7 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta relativa à Composição atualizada da Comissão de Remuneração.

A Comissão de Remuneração é composta por 4 (quatro) membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva, nomeados pelo Conselho de Administração. A maioria destes membros é independente.

Em 2022, a Comissão de Remuneração realizou 3 (três) reuniões, 1 (uma) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Remuneração em 2022 era a seguinte:

Comissão de Remuneração		Participação (presente ou representado)
Presidente		
	Martina García	3/3
Vogais		
	António Domingues	3/3
	Lin Yong	3/3
	Vincent Camerlynck	3/3

#### *Comissão de Governo Societário*

A Comissão de Governo Societário tem como objetivo monitorizar a aplicação e assegurar a plena eficácia das seguintes políticas e normativos: (i) Política de Seleção e Avaliação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais (“Política de Seleção e Avaliação”); (ii) Política de Sucessão Interna dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais (“Política de Sucessão”); (iii) “Regulamento sobre Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses”; (iv) “Regulamento sobre Partes Relacionadas”; e (v) Sistema de Governo e Controlos Internos do Banco.

Entre as competências da Comissão de Governo Societário, destacam-se resumidamente as seguintes:

⊕ No âmbito da Política de Seleção e Avaliação, a Comissão de Governo Societário é responsável, em particular, pelo seguinte:

- Identificar e recomendar os candidatos a cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal, avaliar a composição destes órgãos em termos de reputação, conhecimentos, especialização, diversidade e experiência, elaborar uma descrição das funções e qualificações para as nomeações em questão e avaliar o tempo a consagrar ao exercício das respetivas funções;
- Proceder à avaliação inicial da adequação dos candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, dos candidatos a Diretores de Sucursais e dos candidatos a titulares de funções essenciais, tendo em consideração os seguintes critérios: reputação, competências profissionais, independência e disponibilidade;
- Elaborar o relatório de avaliação inicial sobre a adequação do candidato em causa (o "Relatório de Avaliação inicial"), com o conteúdo mínimo estabelecido na Política de Seleção e Avaliação;

- Apresentar o Relatório de Avaliação Inicial ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco caso o candidato tenha sido incluído numa lista submetida à aprovação da Assembleia Geral, bem como informar os acionistas dos requisitos de adequação das pessoas a eleger, constantes da Política de Seleção e Avaliação;
- Proceder, anualmente ou sempre que chegue ao conhecimento da Comissão de Governo Societário ou do Conselho de Administração um novo facto ou evento que determine a necessidade de o fazer, à reavaliação sucessiva da adequação individual dos membros do Conselho de Administração, conforme previsto na Política de Seleção e Avaliação;
- Realizar uma avaliação anual contínua da adequação coletiva dos membros do Conselho de Administração, tal como previsto na Política de Seleção e Avaliação;
- Realizar uma avaliação anual e contínua da adequação individual dos Titulares de Funções Essenciais, de acordo com o previsto na Política de Seleção e Avaliação;
- Rever e aprovar o relatório sobre a adequação individual e coletiva dos membros do Conselho de Administração, elaborado por um consultor externo;
- Reavaliar, em 2022, as regras descritas na Política de Seleção e Avaliação relativamente à diversidade das funções de gestão e submeter uma proposta à Assembleia Geral do Banco para a manutenção, alteração ou eliminação dessas regras;
- Identificar e recomendar, no seu Relatório de Avaliação Inicial dos membros e candidatos a cargos nos órgãos sociais do Banco e avaliar a sua composição, nomeadamente em termos de diversidade;
- Designar um Administrador para coordenar o desenvolvimento, levado a cabo pelo Banco, de um programa de acompanhamento das diretoras e colaboradoras com elevado potencial do Banco, de forma a implementar a Política de Seleção e Avaliação no que se refere à diversidade de género; e
- Proceder, duas vezes por ano, à revisão da Política de Seleção e Avaliação, submetendo ao Conselho de Administração recomendações para o seu aperfeiçoamento.

⊕ No âmbito da Política de Sucessão, cabe em especial à Comissão de Governo Societário analisar e rever:

- O relatório de todas as transações que envolvam Partes Relacionadas, pelo menos trimestralmente;
- A Lista das Partes Relacionadas, antes da sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- O relatório anual sobre a sua atividade de prevenção e sanção de conflitos de interesses, com o conteúdo mínimo definido no Regulamento sobre Partes Relacionadas.

⊕ No âmbito do Regulamento sobre Conflitos de Interesses, a Comissão de Governo Societário é responsável, em particular, por realizar uma avaliação regular do Regulamento e monitorizar a sua aplicação, bem como por propor quaisquer atualizações ao mesmo;

⊕ No âmbito do exercício das suas funções relativas aos sistemas de governo e de controlo internos, cabe em especial à Comissão do Governo Societário, anualmente:

- Apreciar a adequação do modelo de governo societário do Banco ao desenvolvimento da estratégia de negócio definida e apoiar a implementação de um sistema de controlo interno eficaz;
- Propor ao Conselho de Administração medidas com vista ao aperfeiçoamento do modelo de Governo Societário do Banco, designadamente ao nível da estrutura, repartição de competências entre os seus membros executivos, linhas de reporte e funcionamento dos órgãos sociais, tendo presente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as orientações e melhores práticas do setor bancário neste domínio.



- ⊕ No exercício das suas funções, a Comissão do Governo Societário procura impedir que o processo de tomada de decisões no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal seja controlado por um qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos em detrimento dos interesses do Banco no seu conjunto.

Em 2022, a Comissão do Governo Societário reuniu 9 (nove) vezes, 4 (quatro) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Governo Societário em 2022 foi a seguinte:

Comissão de Governo Societário		Participação (presente ou representado)
Presidente		
	António Domingues	9/9
Vogais		
	Vincent Camerlynck	9/9
	Lin Yong	9/9

#### Comissão de Auditoria Interna

A Comissão de Auditoria Interna tem como objetivo garantir que a função de Auditoria Interna é efetiva, permanente e independente. Adicionalmente, esta Comissão visa garantir que a função de Auditoria Interna é dotada dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a total prossecução da missão que lhe é confiada e para o exercício da sua função de autoridade no Banco e no Grupo Haitong Bank.

Entre as competências da Comissão de Auditoria Interna, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Apreciar as propostas de Plano Anual, Plano de Formação e Orçamento para a função, a serem apresentadas ao Conselho de Administração, para aprovação;
- ⊕ Decidir sobre as ações necessárias para a total execução do orçamento e sobre o plano de formação para a Função de Auditoria Interna;
- ⊕ Solicitar e analisar os resultados das revisões de qualidade à função de Auditoria Interna;
- ⊕ Convocar reuniões com o Responsável da função de Auditoria Interna, a fim de discutir e monitorizar o Plano de Auditoria e as suas conclusões; e
- ⊕ Tomar outras iniciativas que não se incluam no âmbito das responsabilidades específicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, mas que sejam necessárias para o correto funcionamento da função de Auditoria Interna.

A Comissão de Auditoria Interna é composta por 4 (quatro) membros do Conselho de Administração que não fazem parte da Comissão Executiva. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo, na sua maioria, ser independentes.

Em 2022, a Comissão do Governo Societário reuniu 7 (sete) vezes, 2 (duas) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Auditoria Interna em 2022 foi a seguinte:

Comissão de Auditoria Interna	Participação (presente ou representado)
Presidente	
	António Domingues 7/7
Vogais	
	Vincent Camerlynck 7/7
	Paulo Martins 7/7
	Zhang Xinjun 7/7

## 9.5 Outros Comitês

### *Comité de Crédito*

O Comité de Crédito foi estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração. Este Comité é responsável por avaliar e emitir recomendações para a Comissão Executiva sobre operações que envolvam a tomada de risco de crédito ou de contraparte.

Este Comité tem poderes consultivos, de acordo com a delegação de poderes do Comité de Crédito aprovada pela Comissão Executiva.

A Comissão Executiva define e revê periodicamente a delegação de poderes do Comité de Crédito a fim de garantir que se encontra totalmente alinhada com a estratégia de crédito do Banco.

O Comité de Crédito é composto por 8 (oito) membros, (incluindo um Moderador), com direito de voto, incluindo o responsável pela Função de Gestão de Risco, um Assistente e um Secretário. Os membros da Comissão de Risco são nomeados pelo CEO, sendo esta nomeação aprovada pela Comissão Executiva. O responsável pela Função de Gestão de Risco, o Assistente e o Secretário não têm direitos de voto. O Comité de Crédito pode decidir chamar pessoas externas a tomar parte na reunião.

Em 2022 o Comité de Crédito reuniu 39 (trinta e nove) vezes, tendo ainda tomado 12 (doze) decisões por meios eletrónicos, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

### *Comité de Imparidade*

O Comité de Imparidade do Haitong Bank, S.A. é responsável por analisar e decidir sobre o nível de imparidade individual a ser atribuído a instrumentos financeiros e/ou a outros ativos sujeitos a imparidade individual e contabilizados pelo custo amortizado e/ou ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI – Fair Value through Other Comprehensive Income) e que apresentem sinais de imparidade (exposições under performing e non-performing). O Comité de Imparidade analisa ainda a adequação da imparidade das exposições mais significativas do Banco.

Este Comité tem ainda a seu cargo analisar e decidir sobre os cenários de cash-flow a serem usados na avaliação de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados quando, de acordo com as condições contratuais, estes *cash-flows* não são certos.

Este Comité tem poderes consultivos, emitindo, em relação às análises acima mencionadas, recomendações para consideração e aprovação pela Comissão Executiva. As funções do Comité de Imparidade são transversais a todas as entidades do Grupo Haitong Bank.

O Comitê de Imparidade é composto por (i) 4 (quatro) membros com direito de voto, incluindo o Presidente, nomeados pela Comissão Executiva, e (ii) membros sem direito de voto designados pelo Presidente.

Em 2022, o Comitê de Imparidade reuniu 11 (onze) vezes, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

#### *Investment Banking Global Adoption Committee*

O objetivo do Investment Banking Global Adoption Committee (IBK Global Adoption Committee) é aprovar todos os potenciais mandatos de banca de investimento em relação às transações propostas ou a novos clientes que não envolvam risco de crédito ou de mercado.

O IBK Global Adoption Committee é instituído pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração.

Entre as competências do IBK Global Adoption Committee, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Promover a discussão sobre as perspectivas gerais do negócio de banca de investimento, assuntos cross-border e potenciais transações;
- ⊕ Aprovar os potenciais mandatos de banca de investimento em relação às transações propostas ou novos clientes que não envolvam risco de crédito ou risco de mercado, embora possam envolver risco de liquidação. Incluem-se aqui todas as operações de Fusões & Aquisições (M&A), Equity Capital Markets (ECM), Debt Capital Markets (DCM) e Derivados para Empresas a que o Banco está associado, à exceção dos mandatos que envolvam informação confidencial que o Presidente do Comitê considere que não devem ser submetidos ao Comitê, e também operações que envolvam Partes Relacionadas. Nestes casos, o mandato proposto deverá ser aprovado pela Comissão Executiva;
- ⊕ Aprovar outros mandatos de assessoria e contratos de agenciamento;
- ⊕ Aprovar propostas nas quais o Banco incorra em risco reputacional ou risco de liquidação relativamente às áreas acima mencionadas; e
- ⊕ Definir restrições a implementar no Banco e nas suas subsidiárias.

O IBK Global Adoption Committee é composto por: o Administrador Executivo com o pelouro de Banca de Investimento, que preside ao Comitê (o "Presidente"), o Administrador Executivo responsável pelo Brasil, o gerente da Sucursal de Espanha, o Responsável Global da área de Mercados de Capitais, o Gerente da Sucursal de Varsóvia, um representante do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. responsável pela área de Desenvolvimento do Negócio com a China, o Responsável pela Função de Gestão de Risco, o Responsável pela Função de Compliance, e um Secretário.

Em 2022, o IBK Global Adoption Committee analisou e decidiu sobre 151 (cento e cinquenta e uma) operações, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

#### *Comitê de Novos Negócios*

O Comitê de Novos Negócios tem como objetivo encorajar, promover e analisar novas ideias e negócios ou apoiar iniciativas e novos produtos, agindo como um fórum de 'brainstorming' e fornecendo os meios necessários para apoiar o desenvolvimento das respetivas propostas.

Depois de uma análise global, essas iniciativas e ideias são submetidas à aprovação e implementação da Comissão Executiva.

O Comitê de Novos Negócios é instituído pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração.

Entre as competências do Comitê de Novos Negócios, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Encorajar, promover e analisar novas ideias e negócios ou apoiar iniciativas e novos produtos, agindo como um fórum de 'brainstorming' e fornecendo os meios necessários para apoiar o seu desenvolvimento, com base nos seguintes elementos principais: Estratégia; Plano de Negócios; Risco; Necessidades de Balanço; Finanças; Infraestruturas; Operações; Estrutura de Compliance e Recursos Humanos; e
- ⊕ Apresentar, para aprovação da Comissão Executiva, as propostas analisadas e o respetivo parecer deste comité.

O Comitê de Novos Negócios é presidido pelo Administrador responsável pela Gestão do Risco. Os seus outros membros incluem o Vice-Responsável do CEO Office, o Responsável da área Financeira, o responsável pela área Jurídica, o Responsável pela área de Informática, o Responsável da área de Gestão do Risco, o responsável da Função de Compliance e o Encarregado da Proteção de Dados. Caso seja necessário e adequado, poderão ser chamadas a assistir às reuniões pessoas externas ao Banco.

Em 2022, o Comitê de Novos Negócios não reuniu nenhuma vez.

#### *Comitê de Ativos e Passivos*

O Comitê Ativos e Passivos tem como objetivo agir como um fórum consultivo da Comissão Executiva, aconselhando-a em assuntos relacionados com Capital, Financiamento e Liquidez.

Entre as competências do Comitê de Ativos e Passivos, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Apoiar a Comissão Executiva na definição da Estratégia de Capital e Liquidez/Funding em linha com as necessidades do negócio e com a estratégia do Banco, e de acordo com os requisitos regulamentares;
- ⊕ Monitorizar as posições de liquidez e funding de acordo com o modelo de funcionamento do Banco e gerir o diferencial entre os juros ativos e os juros passivos;
- ⊕ Apoiar a Comissão Executiva na definição das Políticas de Risco de Mercado, Risco de Taxa de Juro, Risco Cambial, Risco de Liquidez e de Adequação de Fundos Próprios e dos níveis de tolerância;
- ⊕ Rever as necessidades de funding do Banco e analisar fontes alternativas de funding, com o aconselhamento do Departamento de Tesouraria;
- ⊕ Avaliar a exposição aos riscos de liquidez e de capital em cenários de stress e o Plano de Contingência de Liquidez do Banco;
- ⊕ Coordenar os Reportes Regulamentares: FCP; ICAAP; ILAAP; Plano de Recuperação;
- ⊕ Propor à Comissão Executiva a Política Interna de Pricing;
- ⊕ Rever a alocação de ativos no balanço;
- ⊕ Apoiar a Comissão Executiva na definição da política de investimento da carteira de investimentos do Banco; e
- ⊕ Monitorizar a evolução da Carteira de Investimento, do benchmarking, retorno total, rentabilidade ajustada ao risco, e rentabilidade do custo de oportunidade.

O Comitê de Ativos e Passivos é presidido pelo membro da Comissão Executiva responsável pela subsidiária do Brasil, com o apoio do membro da Comissão Executiva responsável pela função de Gestão de Risco. Os seus outros membros incluem os Responsáveis pelos Departamentos de Tesouraria, Gestão de Risco, Financeiro e CEO Office, pelas Divisões de Structured Finance e Fixed Income e pela área de Corporate Derivatives.

Em 2022, o Comitê de Ativos e Passivos reuniu 5 (cinco) vezes, tendo sido secretariado pelo CEO Office.

### Conselho Fiscal

Em conformidade com o Artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal é composto por três membros permanentes, um dos quais será nomeado presidente, e um membro suplente. O Conselho Fiscal é eleito por um mandato de três anos (2020-2022).

As competências centrais do Conselho Fiscal incluem as seguintes:

- ⊕ Fiscalizar a administração da Sociedade e solicitar à Comissão Executiva qualquer informação, sempre que o considere necessário;
- ⊕ Assegurar o cumprimento da lei e dos Estatutos do Banco;
- ⊕ Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte;
- ⊕ Verificar a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes ao Banco ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ⊕ Verificar se as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correta avaliação dos ativos e dos resultados;
- ⊕ Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- ⊕ Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas visando assegurar a sua integridade;
- ⊕ Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração;
- ⊕ Informar o Conselho de Administração sobre o resultado da revisão legal das contas e explicar a forma como contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel desempenhado pelo Conselho Fiscal neste processo;
- ⊕ Receber relatórios sobre irregularidades apresentados por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- ⊕ Contratar prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Banco;
- ⊕ Relativamente ao Revisor Oficial de Contas: (i) propor à Assembleia geral a nomeação de um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas, justificando devidamente a sua proposta; (ii) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas do Banco; (iii) apreciar a opinião do Revisor Oficial de Contas quanto à adequação e eficácia dos controlos internos subjacentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira; (iv) fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos termos da lei e, designadamente, no tocante à prestação de serviços adicionais;
- ⊕ Emitir anualmente uma opinião sobre: (I) a eficácia, adequação e coerência dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria; (ii) o sistema de controlo interno da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- ⊕ Emitir pareceres e a aprovação exigida por lei, e, em particular, um parecer prévio relativamente ao Código de Conduta do Haitong Bank, S.A.;
- ⊕ Promover avaliações periódicas e independentes realizadas por entidades externas relativamente à conduta e valores do Conselho de Administração;

- ⊕ Identificar e avaliar as suas próprias necessidades em termos de composição e organização;
- ⊕ Estabelecer os comités de suporte necessários para o desempenho eficiente das suas competências;
- ⊕ Participar no processo de avaliação do desempenho das funções de controlo interno e dos respetivos representantes, de acordo com a lei;
- ⊕ No âmbito das suas competências, assegurar a fiabilidade, integridade, consistência, exaustividade, validade, atualidade, acessibilidade e granularidade de toda a informação produzida pela instituição;
- ⊕ Executar ações de controlo no âmbito das suas competências, mantendo um plano plurianual de atividades, aprovado e atualizado, no qual se inclui uma descrição dos materiais e meios técnicos e humanos necessários para apoiar os membros do Conselho Fiscal no exercício das suas funções;
- ⊕ Monitorar e analisar qualquer denúncia de irregularidade (Wistleblowing);
- ⊕ Emitir todos os relatórios e avaliações/pareceres incluídos nos relatórios de Autoavaliação ao abrigo do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal; e
- ⊕ Desempenhar quaisquer outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, regulamento ou pelos estatutos do Banco.

Os membros do Conselho Fiscal devem enviar diretamente ao Banco de Portugal os relatórios que sejam obrigatórios nos termos da lei ou de quaisquer outros regulamentos ou disposições regulamentares e devem informar o Ministério Público de quaisquer infrações que possam chegar ao seu conhecimento que sejam passíveis de instauração de processo por parte do Ministério Público.

Em 2022, o Conselho Fiscal reuniu 51 (cinquenta e uma) vezes:

Conselho Fiscal	Participação
Presidente	
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	51/51
Vogais	
Cristina Maria da Costa Pinto	51/51
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	51/51
Suplente	
Paulo Ribeiro da Silva	0/51

Além de participarem nas reuniões do Conselho Fiscal, as quais são secretariadas pelo Departamento Jurídico, os membros do Conselho Fiscal estiveram igualmente presentes em 3 (três) reuniões do Conselho de Administração, 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria Interna, 5 (cinco) reuniões da Comissão de Governo Societário, 8 (oito) reuniões da Comissão de Risco e 1 (uma) reunião da Comissão de Remuneração.

Nos termos do nº 5 do Artigo 414 do Código das Sociedades Comerciais, considera-se independente no contexto de uma sociedade a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) Ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade; ou

b) Ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Na tabela seguinte identificam-se os membros do Conselho Fiscal que, não estando associados a qualquer grupo específico de interesses da sociedade, cumprem ou não cumprem, os critérios de independência, de acordo com as alíneas a) ou b) acima, a 31 de dezembro de 2022:

Satisfação dos critérios de independência dos membros do Conselho Fiscal	(a)	(b)
Presidente		
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	Cumpre	Cumpre
Vogais		
Cristina Maria da Costa Pinto	Cumpre	Cumpre
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	Cumpre	Não Cumpre
Suplente		
Paulo Ribeiro da Silva	--	--

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho Fiscal, assim como a lista dos cargos exercidos noutras sociedades e outras funções relevantes exercidas são apresentados no Anexo 1 ao presente Relatório de Governo da Sociedade.

## 9.6 Revisor Oficial de Contas

A entidade responsável pela auditoria às contas é nomeada de acordo com a Política de Seleção e Nomeação do Auditor Externo e de contratação de serviços distintos de auditoria. A Deloitte & Associados, SROC, S.A., que faz parte da rede internacional da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e está registada na CMVM com o nº 231, foi reeleita como Auditor Externo do Banco pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, no dia 17 de julho de 2020, para o triénio de 2020-2022. A Deloitte foi representada neste período por João Carlos Henriques Gomes Ferreira. No dia 12 de dezembro de 2022, o Banco recebeu uma carta da Deloitte relativa à nomeação do Dr. Luís Eduardo Marques dos Santos como novo representante da Deloitte.

## 9.7 Auditor Externo

O Auditor Externo é nomeado pela Comissão Executiva. A Deloitte & Associados, SROC, S.A., que faz parte da rede internacional da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e que está registada na CMVM com o nº 231, foi pela primeira vez designada como Auditor Externo do Banco pela Comissão Executiva, no dia 14 de junho de 2016. Nos anos anteriores, o Banco tinha um auditor externo diferente.

O Conselho Fiscal é responsável pela avaliação do Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo.

A 31 de dezembro de 2022, as remunerações atribuídas à Deloitte e à sua rede têm a seguinte composição, segundo a natureza e a sociedade à qual os serviços foram prestados:

(milhares de euros)	Consolidado 31.12.2022	Individual 31.12.2022
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492	492
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	160	-
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74	64
Outros serviços que não revisão legal das contas	71	71
<b>Valor total dos serviços acordados</b>	<b>797</b>	<b>627</b>

## PARTE III – ORGANIZAÇÃO INTERNA

### 10. Estatutos da Sociedade

Ver ponto 4.

### 11. Comunicação de Irregularidades

Compete ao Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 420(1)(j) do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores, clientes, acionistas e quaisquer outras entidades.

O Regulamento de comunicação de irregularidades (“whistleblowing”) do Banco foi atualizado pelo Conselho de Administração a 2 de março de 2022.

Os colaboradores devem comunicar ao Conselho Fiscal quaisquer práticas ou comportamentos deliberados ou negligentes que detetem ou de que tenham conhecimento ou fundamentadas suspeitas, e que sejam passíveis de constituir uma violação de uma obrigação legal por parte do Banco ou de um dos seus colaboradores. De acordo com o regulamento do Banco, os colaboradores têm igualmente o dever de informar o seu superior hierárquico de qualquer delito ou irregularidade que possa chegar ao seu conhecimento. As comunicações de irregularidades podem ser feitas oralmente (sendo neste caso elaborado um relatório por escrito, o qual deverá ser assinado pelas pessoas presentes), ou por escrito, sendo em qualquer caso tratadas com confidencialidade. O relatório deve conter todos os elementos e informações de que o colaborador disponha, incluindo a identificação do(s) indivíduo(s) acusado(s) ou envolvido(s); o(s) delito(s) observado(s); uma descrição dos eventos ou indícios reportados; e referir se é possível obter provas ou não.

As comunicações de irregularidades são recebidas, abertas e processadas pelo Responsável pela área de Compliance, o qual elabora um relatório de investigação a submeter ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração, ouvidos os demais membros do Conselho Fiscal, quando considerado necessário, decide sobre as medidas a tomar.

### 12. Controlo interno

O Banco tem em vigor um sistema de controlo interno que é mantido pelas áreas de controlo interno relevantes, tal como estabelecido no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

O sistema de controlo interno existente no Banco assenta em objetivos e orientações definidos pelo Conselho de Administração e pela Comissão de Auditoria Interna, correspondendo a uma estrutura que inclui uma Função de Gestão de Risco (inclui Risco Operacional e um Departamento de Rating), uma Função de Auditoria Interna e uma Função de Compliance.

O Responsável da Função de Auditoria Interna reporta diretamente ao Conselho de Administração, reporta funcionalmente ao Conselho de Administração, à Comissão de Auditoria Interna e ao Conselho Fiscal e hierarquicamente ao Administrador Executivo responsável pela Função. Todas as atividades da Função de Auditoria Interna desenvolvidas pelas entidades pertencentes ao Grupo Haitong Bank são coordenadas e supervisionadas pela Função de Auditoria Interna do Haitong Bank, de forma a garantir a consistência das práticas de auditoria interna e da aplicação das normas, o cumprimento dos requisitos técnicos e regulamentares da Função, bem como uma avaliação global e consolidada do Sistema de Controlo Interno do Grupo Haitong Bank. A subsidiária no Brasil (Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.) é a única estrutura do Grupo que dispõe da sua própria equipa de auditoria interna.



A Função de Gestão de Risco reporta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. O Responsável pela Função de Gestão de Risco e o Responsável pelo Departamento de Rating reportam hierárquica e funcionalmente ao Administrador Executivo com o pelouro de controlo de risco. A equipa de risco em Lisboa é diretamente responsável pela gestão de risco das sucursais em Espanha, no Reino Unido e em Macau enquanto a Sucursal na Polónia tem uma equipa de gestão de risco local que atua sob a supervisão de Lisboa. A subsidiária no Brasil tem igualmente uma equipa de gestão de risco local que atua sob a supervisão de Lisboa.

A Função de Compliance reporta hierarquicamente ao Administrador do pelouro e funcionalmente ao Conselho de Administração do Banco, como um todo, assim como ao Conselho Fiscal. Os responsáveis locais das sucursais e subsidiárias das unidades localizadas nas geografias onde o Banco está presente reportam funcionalmente ao Responsável da Função de Compliance. À data do presente relatório existem Responsáveis de Compliance nas sucursais em Espanha, Reino Unido, Polónia e Macau e na subsidiária no Brasil (Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.).

O Conselho Fiscal (ver também secção 9.4), em plena articulação com a Comissão de Auditoria Interna, fiscaliza e avalia a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, designadamente no que diz respeito ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência, devendo para o efeito: (i) avaliar os procedimentos operacionais com o objetivo de verificar se as respetivas atividades são geridas de forma eficiente, através de uma adequada gestão dos riscos e com base em informação contabilística e financeira completa; (ii) acompanhar os relatórios anuais de atividade das funções de controlo, transmitindo ao Conselho de Administração quaisquer recomendações que considere adequadas sobre as matérias abrangidas por esses relatórios; (iii) reunir regularmente com as Funções de Controlo; e iv) solicitar a qualquer momento qualquer documento ou informação, escrita ou oral, que possa considerar relevante, sem ter de apresentar qualquer pedido ao Conselho de Administração, não podendo este órgão impedir o acesso direto à informação ou documento relevante por parte do Conselho Fiscal;

Compete ao CEO Office e ao Departamento Financeiro preparar as contas e relatórios semestrais e anuais do Banco. Este processo desenvolve-se em permanente diálogo com a Comissão Executiva e os primeiros responsáveis dos departamentos envolvidos. Os documentos a divulgar e o respetivo momento de divulgação - dependendo do documento em concreto - carecem de aprovação expressa do Acionista (relatório e contas anual) e/ou do Conselho de Administração (relatório e contas semestral). A divulgação da informação Financeira é da responsabilidade do Responsável pelas Relações com Investidores.

### *13. Controlo de risco*

O Conselho de Administração é o responsável em última instância pela Estrutura de Gestão de Risco do Banco.

A Comissão de Risco (ver Secção 9.4) é responsável por monitorizar o desenvolvimento e implementação da estratégia de risco e apetite de risco do Banco e por se certificar de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, tem como objetivo apoiar o Banco na tomada de decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo órgão de administração são devidamente implementadas.

#### *14. Relações com Investidores*

O Representante para as Relações com os Investidores tem como principais funções assegurar, junto das autoridades e do mercado, o cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte que impendem sobre o Banco e dar resposta às solicitações de informação dos investidores, obrigacionistas, analistas financeiros e demais agentes.

O Dr. Pedro Alexandre Martins Costa é o Representante para as Relações com Investidores desde 2018.

No âmbito das obrigações regulamentares de reporte, destaca-se a difusão da informação enquadrável na moldura de “informação privilegiada” e a preparação dos relatórios e contas anuais e semestrais.

Toda a informação pública sobre o Banco pode ser solicitada ao Representante para as Relações com os Investidores, através do contacto indicado no website do Banco.

#### *15. Website*

O endereço do website do Banco é: [www.haitongib.com](http://www.haitongib.com)

Local onde é disponibilizada informação sobre a sociedade, a sua qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171 do Código das Sociedades Comerciais:

<https://www.haitongib.com/pt/haitong/informacao-legal>

Local onde se disponibiliza a informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado:

<https://www.haitongib.com/pt/haitong/informacao-societaria>

<https://www.haitongib.com/pt/contactos>

Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas relativos aos últimos cinco anos:

<https://www.haitongib.com/pt/relacoes-com-o-mercado/relatorios-e-contas>

## PARTE IV - REMUNERAÇÃO

Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 47º do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

A versão integral da Política de Remuneração do Banco, aprovada pelo acionista do Banco a 29 de abril de 2022, pode ser consultada no site do Haitong Bank em [Política de Remuneração](#).

- a) Dados quantitativos agregados sobre a remuneração paga em 2022 aos membros da direção de topo e aos colaboradores cujas funções tenham um impacto significativo no perfil de risco do Banco:

(euros)

	Total	Conselho Fiscal	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	84	3	7	5	23	30	16
Remuneração Fixa	11.011.860	53.667	360.000	1.809.057	3.200.734	3.986.928	1.601.475
Remuneração Variável	2.136.418	0	0	870.238	537.189	576.242	152.749
<b>Remuneração Total</b>	<b>13.148.279</b>	<b>53.667</b>	<b>360.000</b>	<b>2.679.296</b>	<b>3.737.923</b>	<b>4.563.170</b>	<b>1.754.224</b>

- b) Montantes de remuneração variável pagos em 2022, separando pagamentos antecipados e montantes diferidos:

(euros)

	Total	Conselho Fiscal	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	84	3	7	5	23	30	16
Remuneração Variável paga em 2022 - pagamento inicial	1.244.895	0	0	521.121	325.478	311.913	86.383
Remuneração Variável paga em 2022 - parte diferida	891.523	0	0	349.117	211.711	264.329	66.366

- c) Montantes relativos a remuneração variável diferida, divididos entre montante “a adquirir no exercício financeiro corrente (2023)” e “a adquirir em exercícios financeiros futuros”:

(euros)

	Total	Conselho Fiscal	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	84	3	7	5	23	30	16
Devido no corrente ano (2023) <sup>(1)</sup>	932.997	0	0	338.134	231.513	296.117	67.233
Devido em anos futuros <sup>(1)</sup>	979.942	0	0	431.100	235.201	260.414	53.226

<sup>(1)</sup> O pagamento dos montantes de remuneração variável diferida não é garantido e pode estar sujeito a ajustamentos após análise de risco (mecanismos de redução, “malus”, e reversão, “clawback”), em linha com a Política de Remuneração.

- d) Montantes de remuneração diferida pagos durante o exercício financeiro de 2022 e objeto de reduções resultantes de ajustamentos em função do desempenho:

Não se verificou qualquer redução nos montantes de remuneração diferida pagos durante o exercício financeiro de 2022 resultante de ajustamentos em função do desempenho.

- e) Pagamento de remuneração variável garantida durante o exercício financeiro de 2022 e o número de beneficiários desse tipo de remuneração:

Não foi paga qualquer remuneração variável garantida durante o exercício financeiro de 2022.

- f) Montantes das indemnizações por cessação de funções concedidas durante o exercício financeiro de 2022, número de beneficiários e montante mais elevado pago a um só beneficiário:

O montante total de indemnizações pagas em 2022 ascendeu a 1.053.914 euros, a um total de 10 beneficiários. O montante mais elevado pago a um só beneficiário foi de 310.000 euros.

- g) Número de Colaboradores com remuneração igual ou superior a 1 milhão de euros durante o exercício financeiro de 2022, repartido por escalões de remuneração de 500.000 euros para as remunerações entre 1 milhão e 5 milhões de euros, e repartido por escalões de remuneração de 1 milhão de euros para as remunerações iguais ou superiores a 5 milhões de euros:

No exercício de 2022, houve um colaborador que recebeu uma remuneração total entre 1,0 milhão de euros e 1,5 milhões de euros.

## PARTE V – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Regulamento de Transações com Partes Relacionadas do Haitong Bank, S.A. estabelece os procedimentos internos e os limites para a aprovação de transações entre o Banco e/ou sociedades e/ou numa relação de domínio ou de grupo com o Banco e uma parte relacionada.

Em conformidade com o artigo 33º do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, o Banco estabeleceu uma Lista de Partes Relacionadas que é submetida trimestralmente à aprovação da Comissão de Governo Societário e ao Conselho de Administração.

Para este efeito, de acordo com o Regulamento de Transações com Partes Relacionadas do Banco, com a legislação acima referida e com a IAS 24, “partes relacionadas” são qualquer pessoa ou entidade identificada como sendo: (i) Participantes qualificados da instituição e outras pessoas ou entidades abrangidas pelo regime revisto no artigo 109.º do RGICSF; (ii) Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (iii) Familiares dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, tais como: cônjuge, unido de facto, pais, padrastos/madrastas, sogro(a)s, filho(a)s; enteado(a)s; e genros e noras; (iv) Sociedades nas quais um membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e/ou familiares dos membros Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal: a) detém uma participação qualificada igual ou superior a 10 % do capital ou dos direitos de voto; ou na qual b) essas pessoas exerçam influência significativa; ou c) exerçam cargos de direção e/ou funções de fiscalização; (v) Entidades com uma relação de interdependência económica com o Banco, nomeadamente devido a uma relação entrecruzada de participações, ou que, por estarem de tal forma ligadas à instituição, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a instituição terá também dificuldades financeiras; e (vi) Pessoas e/ou entidades (incluindo depositantes, devedores, credores, entidades do grupo, colaboradores do Banco ou colaboradores de outras entidades do grupo) com capacidade de influenciar a gestão do Banco e de se envolver em transações ou relações comerciais em condições favoráveis e/ou de qualquer forma diferentes das condições normais de mercado.

O Regulamento de Partes Relacionadas do Banco foi aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de julho de 2022.

Os procedimentos de aprovação de Transações com Partes Relacionadas são os seguintes:

- a) As transações que envolvem Partes Relacionadas devem ser processadas de acordo com o procedimento aplicável ao tipo de transação em questão, pelas unidades internas responsáveis pela sua revisão, aprovação, controlo e execução, estando ainda sujeitas aos seguintes requisitos adicionais;
- b) Salvo as exceções enumeradas no ponto c. abaixo, qualquer transação com uma Parte Relacionada estará sujeita a:
  - ⊕ Parecer da Função de Risco e da Função de Compliance (o qual será prestado no âmbito do processo interno normal, de acordo com o tipo de transação e os procedimentos aplicáveis, nomeadamente sob a forma de Conselho nos documentos de aprovação);
  - ⊕ Opinião do Conselho Fiscal;
  - ⊕ Aprovação por maioria de 2/3 dos Membros do Conselho de Administração;
  - ⊕ Reporte e revisão mínima trimestrais pela Comissão de Governo Societário.

A aprovação pelo Conselho de Administração deve ser sempre o último sign-off para uma transação com uma Parte Relacionada e deverá ter em consideração as aprovações dos Órgãos Sociais e os Pareceres das Funções de Controlo acima mencionados.

c) Transações com Partes Relacionadas que não envolvam a concessão de crédito, nem a assunção de quaisquer riscos de crédito ou de mercado, e consistam em:

- ⊕ Serviços de assessoria financeira, não estritamente de natureza bancária; ou
- ⊕ A prestação de serviços de consultoria relativos a informação comparativa sobre setores/atividades específicas, tais como estudos de mercado aprofundados, tendências do setor, estratégias empresariais, previsões financeiras, *case studies* comparáveis e outros; ou
- ⊕ A prestação de serviços de assessoria sobre oportunidades alternativas de investimento e diversificação da carteira de investimentos; ou
- ⊕ Operações de Banca de Investimento (M&A e ECM / DCM) nas quais o Banco fornece análises setoriais, análises de ativos localizados fora da China continental, supervisiona e coordena equipas de peritos em *due diligence* em áreas específicas tais como contabilidade, impostos, questões jurídicas e de pessoal; ou
- ⊕ Operações de angariação de fundos nos mercados internacionais.

Estas transações estão isentas do Parecer Prévio do Conselho Fiscal, devendo ser submetidas ao IBK Global Adoption Committee a título informativo ou de acordo com outro procedimento interno aplicável, receber um parecer favorável dos Departamentos de Compliance e Risco e ser aprovadas pela Comissão Executiva por maioria de 2/3 dos seus Membros, sendo ainda sujeitas a reporte e revisão mínima trimestrais pela Comissão de Governo Societário e pelo Conselho Fiscal, e anualmente pelo Conselho de Administração.

d) Todas as transações com Partes Relacionadas devem ser realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Banco aplicará um referencial de comparabilidade (conforme definido num procedimento interno para o efeito) para avaliar as condições de mercado. O objetivo é assegurar que o Banco não aplica condições mais favoráveis às Partes Relacionadas do que as que seriam concedidas a clientes ou contrapartes Não Relacionadas em transações semelhantes.



Estas regras asseguram um controlo rigoroso do cumprimento das regras legais estabelecidas no RGICSF, incluindo a regra sobre transações em condições de mercado e sobre a prevenção de conflitos de interesse.



A maioria das transações com partes relacionadas concluídas em 2022 disse respeito a serviços de assessoria financeira e outras transações sem risco de crédito ou de mercado para o Banco, no montante de cerca de 23,5 milhões de euros, correspondentes a 38 (trinta e oito) transações. Adicionalmente, foram analisadas outras 3 (três) transações com partes relacionadas, que ainda estão pendentes da aprovação final. Estas transações respeitaram as regras estabelecidas no parágrafo 7(c) do Regulamento sobre Partes Relacionadas, uma vez que se encontravam abrangidas pelas disposições acima referidas.

Relativamente às Transações com Partes Relacionadas envolvendo risco de mercado ou de crédito, foram analisadas individualmente 7 (sete) transações em 2022. Todas as transações tinham sido aprovadas pelo órgão social relevante, não tendo sido sujeitas a objeções ou impostas condições. Mais ainda, não foram encontrados motivos de preocupação relativamente a conflitos de interesse ou cumprimento de condições de mercado.

## ANEXO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 <b>Lin Yong</b> Presidente	<p>O Dr. Lin Yong tem 27 anos de experiência na banca de investimento. Juntou-se à Haitong Securities Co., Ltd em 1996 e foi General Manager do Departamento de Investment Banking da Haitong Securities de 2001 a 2007. Desde 2011 que o Dr. Lin Yong ocupa o cargo de Vice-Presidente e CEO do Haitong International Securities Group Limited, sediado em Hong Kong.</p> <p>É um dos primeiros representantes do China Securities Regulatory Committee e Professor-Assistente na Management College of Xiamen University desde 2010. O Doutor Lin Yong é membro não-executivo do Conselho de Administração do Haitong Bank desde abril de 2016 e tornou-se Presidente do Conselho de Administração em outubro de 2017.</p>	<p>O Dr. Lin Yong obteve o seu doutoramento em Economia pela Xi'an Jiaotong University em 2004.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• CEO da Haitong International Holdings Limited</li><li>• Vice-Presidente e CEO da Haitong International Securities Group Limited</li><li>• Assistente do Diretor Geral da Haitong Securities Company Limited</li><li>• Membro não Executivo e Presidente do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Hong Kong Financial Services Development Council</li><li>• Hong Kong Trade Development Council</li></ul>
 <b>Wu Min</b> <i>Chief Executive Officer (CEO)</i>	<p>O Dr. Wu Min tem uma vasta experiência em funções de gestão na área de serviços financeiros. Depois de ter desempenhado funções de gestor de investimentos na Taiyang Securities Co., Ltd. e na Jinyuan Securities Co., Ltd., o Dr. Wu Min ocupou o lugar de General Manager no departamento de Bond Financing da Haitong Securities Co. Ltd. de 2005 a 2017 Fundou a maior equipa de Debt Capital Markets ("DCM") na China, na Haitong Securities Co. Ltd., com mais de 500 profissionais, uma subscrição de cerca de RMB 500 mil milhões em obrigações em 2014, 2015 e 2016, com uma cobertura de clientes que inclui todas as sociedades e empresas chinesas com notação de crédito superior a AA- e ainda uma rede de clientes que abrange mais de 3.000 contas institucionais</p>	<p>O Dr. Wu Min tem uma vasta formação académica com graduações obtidas em diversas universidades de renome no Reino Unido. O Dr. Wu Min obteve a sua licenciatura em International Trade &amp; Finance pela Sichuan University em 2000.</p> <p>Depois, em 2001, obteve um Mestrado em Investment &amp; Finance pela Middlesex University e, em 2003, um Mestrado em Mathematical Trading &amp; Finance pela London City University.</p> <p>O Dr. Wu Min detém os seguintes certificados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Inscrito na China Securities Regulatory Commission (desde 2003)</li><li>- Licença de Trader Qualificado no China Inter-Bank Market (desde 2005)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Membro não Executivo do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.</li><li>• Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c</li></ul>	n.d.

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 <p><b>Alan Fernandes</b> Administrador Executivo</p>	<p>O Eng. Alan Fernandes tem mais de 31 anos de experiência profissional no setor financeiro. Tem uma vasta experiência na área de negócios de Structured Finance em todos os setores de infraestruturas, incluindo parcerias público-privadas. São de destacar o papel ativo na privatização de empresas nos setores de eletricidade, telecomunicações, mineração e distribuição de gás natural no Brasil, incluindo o processo de privatização dos serviços de gás natural em São Paulo. Destaca-se igualmente o significativo envolvimento na reestruturação do setor energético no Brasil (distribuição, transmissão e geração). Tem ainda uma vasta experiência nas áreas de M&amp;A e Mercado de Capitais, abrangendo vários setores de atividade no Brasil e a nível internacional.</p> <p>O Eng. Alan Fernandes é membro executivo do Conselho de Administração do Haitong Bank desde março de 2013 e membro executivo do Conselho de Administração do Haitong Brasil desde março de 2014. O Eng. Alan Fernandes é ainda o Presidente da Comissão Executiva do Haitong Brasil desde abril de 2016. Antes disso, trabalhou no Banco Itaú S.A., no Banco Itaú BBA S.A., no Unibanco S.A., na Algar Telecom S.A., na Deloitte &amp; Touche Tohmatsu e no BNDES.</p>	<p>O Eng. Alan Fernandes obteve a sua licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, tendo-se especializado em Finanças pelo IBMEC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.</li> <li>• Membro Executivo do Haitong do Brasil DTVM, S.A.</li> <li>• Membro Executivo do Haitong Securities do Brasil, S.A.</li> <li>• Membro Executivo do Haitong Negócios, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro Executivo da ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais)</li> </ul>
 <p><b>António Domingues</b> Administrador não Executivo</p>	<p>O Dr. António Domingues tem uma vasta experiência no setor bancário. Nos últimos 30 anos, tem exercido cargos de direção em diferentes instituições, como a CGD (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva), BPI (Vice-Presidente da Comissão Executiva e CFO no Banco BPI) e na Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (vogal do Conselho de Administração). Foi ainda Vice-Presidente do Conselho de Administração do BPI S.A., Vice-Presidente dos Conselhos de Administração do BFA-Banco de Fomento de Angola e do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, S.A., Subdiretor Geral do BPA - Banco Português do Atlântico em França, Assessor no Departamento de Negócios Estrangeiros no Banco de Portugal, Economista no Ministério da Indústria e Energia e membro do Conselho de Administração da NOS, S.A.. Atualmente é membro não executivo do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria do Banco Ctt.</p>	<p>O Dr. António Domingues obteve a sua licenciatura em Economia no Instituto Superior de Economia em Lisboa.</p>	<p>n.d.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco Ctt</li> </ul>



Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
--	--------------------------	--------------------	---------------------------------------	--



**Martina García**

Administradora não Executiva

A Doutora Martina García tem mais de 20 anos de experiência em política económica internacional. Em março de 2022, tornou-se CEO da CSFI, um grupo de reflexão londrino para a inovação nos serviços financeiros. Antes de ocupar este cargo, era responsável pela estratégia dos mercados internacionais no London Stock Exchange Group (LSEG), onde, juntamente com a Bolsa de Valores de Xangai, desenvolveu a Shanghai-London Stock Connect, lançada em 2019. Antes de ingressar no LSEG, foi Diretora Adjunta da área de Análise do Setor Bancário e Financeiro no Departamento do Tesouro de Sua Majestade (o Ministério das Finanças do Reino Unido), onde liderou a negociação e a implementação do quadro regulamentar bancário pós-crise.

A Doutora Martina Garcia é membro não executivo do Conselho de Administração do Haitong Bank desde agosto de 2020.

Doutorou-se em economia agrícola no Imperial College (anteriormente Wye College) em 1997. A Doutora Martina García obteve a sua licenciatura em Economia na Universidad Autonoma de Barcelona.

n.d.

- CEO do Centre for the Study of Financial Innovation at the London Institute of Banking and Finance



**Miguel Guiomar**



Administrador Executivo



O Dr. Miguel Guiomar tem mais de 30 anos de experiência na banca de investimento. Atualmente é responsável pelas áreas de Banca de Investimento do Haitong Bank e Presidente do IBK Global Adoption Committee. Antes de ocupar esta posição, era responsável pela implementação da estratégia de Mercado de Capitais do Haitong Bank para Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e China Cross-Border. Antes disso, o Dr. Miguel Guiomar desempenhou funções no Brasil, onde liderou a implementação da estratégia do Haitong Bank para o Brasil e as Américas (Nova Iorque) e foi membro da Comissão Executiva do Haitong Bank Brasil. Antes de se juntar ao Haitong Bank em 2008, o Dr. Miguel Guiomar foi Managing Director no Banco Finantia, onde era responsável pela área de Debt Capital Markets nos Mercados Emergentes (América Latina e Rússia / CEI), desempenhando várias outras funções ao longo dos seus 17 anos no Finantia, desde Vendas de Renda Fixa, Trading em Mercados Emergentes, Sindicação e Responsável pela Direção de Private Banking. O Dr. Miguel Guiomar foi nomeado para o Conselho de Administração do Haitong Bank como membro executivo para o mandato de 2020-2022.



Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e Programa de Pós-Graduação (IEP) pelo INSEAD (Fontainebleau).

n.d.

- Membro do Conselho de Administração da Câmara de Comércio Portugal - China
- Membro do Conselho de Administração da Associação Proteger Grândola

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 <p><b>Nuno Carvalho</b> Administrador Executivo</p>	<p>O Dr. Nuno Carvalho tem uma experiência profissional de cerca de 23 anos nos domínios jurídico e financeiro, em particular na Banca de Investimento, enquanto Advogado, MLRO ou Diretor de Compliance, tendo ainda desempenhado outras funções corporativas como representante para as Relações com o Mercado e a CMVM.</p> <p>O Dr. Nuno Carvalho regressou ao Haitong Bank em 2017, vindo do Barclays Capital Investment Banking e foi nomeado para o Conselho de Administração em maio de 2018.</p>	<p>O Dr. Nuno Carvalho é formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Pós-Graduado em Contabilidade e Finanças pelo ISCTE Business School, Lisboa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro não Executivo do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.</li> <li>Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c</li> </ul>	<p>n.d.</p>
 <p><b>Pan Guangtao</b> Administrador não Executivo</p>	<p>O Dr. Pan tem 29 anos de experiência na indústria de valores mobiliários, incluindo quatro anos de desenvolvimento de sistemas de informação e gestão e 25 anos de investimento em derivados e ações. O Dr. Pan foi nomeado Diretor Geral adjunto da Haitong Securities em março de 2017, a que pertence desde 2002 e na qual exerceu diversos cargos de gestão nos Departamentos de Equity Investment e de Asset Management.</p>	<p>O Dr. Pan licenciou-se em 1994 em Mecatrónica e Engenharia pela Shanghai University of Engineering Science e obteve um MBA em <i>China Commerce</i> pela Macau University of Science and Technology.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Assistant General Manager</i> da Haitong Securities Co., Ltd.</li> <li>Membro do Conselho de Administração da Haitong Innovation Securities Investment Company Limited</li> <li>Presidente da Proprietary Investment and FICC Committees of Haitong Securities Co. Ltd.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro do <i>Trading Committee</i> da CFFEX (Bolsa de Futuros Financeiros da China)</li> <li>Membro do OTC Market Committee da SAC (Associação de Valores Mobiliários Chinesa)</li> </ul>

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 <p><b>Paulo Martins</b> Administrador não Executivo</p>	<p>O Eng. Paulo Martins foi Administrador responsável pela área de Corporate Finance do Haitong Bank desde 2009, liderando uma equipa nas diversas geografias do Banco e tendo tido um papel de extrema importância em diferentes transações de referência na área de Fusões e Aquisições. Desde que integrou o Haitong Bank, estabeleceu contactos com instituições de renome, incluindo clientes-chave, firmando com eles fortes relações comerciais.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019, renunciou às suas funções executivas no Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A..</p> <p>O Eng. Paulo Martins foi nomeado para o Conselho de Administração do Haitong Bank como membro não executivo para o mandato de 2020-2022.</p>	<p>O Eng. Paulo Martins licenciou-se em Engenharia de Produção Industrial na Universidade Nova de Lisboa e obteve uma Pós-Graduação em Gestão no ISCTE - Instituto Superior de Ciências e Trabalho de Empresas, em Lisboa.</p>	<p>n.d.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partner na Rational Dreams, Lda.</li> <li>• Membro não Executivo do Conselho de Administração da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.</li> <li>• Executivo do Conselho de Administração da Parama, Unipessoal, Lda.</li> </ul>
 <p><b>Vasco C. Martins</b> Administrador Executivo</p>	<p>O Dr. Vasco Câmara Martins tem mais de 20 anos de experiência em instituições financeiras. Nos últimos 10 anos, ocupou essencialmente posições de topo na área de Gestão de Risco, desempenhando funções de liderança. O Dr. Vasco Câmara Martins foi nomeado para o Conselho de Administração do Haitong Bank como membro da Comissão Executiva em setembro de 2018.</p>	<p>O Dr. Vasco Câmara Martins detém a certificação do <i>Inter-Alpha Banking Program</i> do INSEAD, detendo um <i>Master of Science</i> em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), uma Pós-Graduação em Instituições Financeiras pelo Centro de Investigação de Ativos e Mercados Financeiros (CEMAF) e uma licenciatura em Gestão pela Universidade Lusíada.</p>	<p>n.d.</p>	<p>n.d.</p>

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
	<p>O Dr. Vincent Camerlynck tem 36 anos de experiência em negócios globais, gestão e administração nas atividades de mercados de capital e gestão de ativos. Ao longo deste período, trabalhou em bancos de investimento de renome (HSBC, Goldman Sachs, BNP Paribas) nos principais mercados financeiros (Nova Iorque, Londres, Hong Kong e Paris). Faz também parte de diversos Conselhos de Administração como membro independente não-executivo e presta serviços de assessoria financeira em Gestão de Ativos.</p>	<p>O Dr. Vincent Camerlynck é licenciado em Direito pela Universidade de Leuven (Bélgica) e tem um Mestrado em Economia pela Universidade de Louvain la Neuve (Bélgica) e outro em <i>International and Comparative Politics</i> pela London School of Economics (Inglaterra).</p>	<p>n.d.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro não Executivo do Conselho de Administração da C Worldwide Asset Management</li> <li>• Membro não Executivo do Conselho de Administração da CAPFI Delen Asset Management NV</li> <li>• Membro não executivo do Conselho de Administração da Equity Trustees UK</li> </ul>
	<p>O Dr. Zhang é atualmente o Chief Financial Officer da Haitong Securities Co. Ltd., tendo 21 anos de experiência nos Departamentos de Finanças, Tesouraria e Risco do Haitong Group. Integrou a Haitong Securities Co. Ltd. em 2001, passando primeiro pela Haitong International Holdings Limited como CFO em 2008 e depois para a Haitong International Securities Group Limited em 2010.</p> <p>Foi vice-Presidente da Comissão Executiva da Haitong International Holdings Limited desde 2005 até regressar à Haitong Securities em 2018.</p>	<p>O Dr. Zhang tem uma licenciatura em Economia (Contabilidade) e um Mestrado em Gestão (Contabilidade) pela Nankai University, na China.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro não executivo do Conselho de Administração da Fullgoal Fund Management CO., LTD.</li> <li>• CFO da Haitong Securities Company Limited (R.P da China)</li> <li>• Membro não Executivo do Conselho de Administração da Haitong International Limited</li> <li>• CEO da Haitong International Holdings Limited (Hong Kong)</li> <li>• Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c</li> </ul>	<p>n.d.</p>

CONSELHO DE FISCAL

Conselho Fiscal do Haitong Bank S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
<p><b>Maria do Rosário Ventura</b> Presidente do Conselho Fiscal</p>	<p>A Dra. Maria do Rosário Ventura tem uma vasta experiência no setor financeiro, tendo trabalhado no Banco Mello e posteriormente no Millennium BCP, de 1982 a 2002. De 2002 a 2004, ocupou um lugar sénior no Governo Português, como Secretária de Estado do Comércio, Serviços e Indústria. De 2004 a 2005 foi Presidente do Conselho de Administração do Grupo EMPORDEF, empresa estatal da indústria da defesa. De 2005 a 2016, ocupou vários cargos como CFO e membro do Conselho de Administração de grandes empresas portuguesas, nomeadamente no Grupo EFACEC e na EPAL, a maior empresa de abastecimento de água em Portugal.</p>	<p>A Dra. Maria do Rosário Ventura licenciou-se em Gestão pela Universidade Católica, em 1982, tendo obtido a certificação no AMP - Programa Avançado de Gestão do IESE em 2006.</p>	<p>n.d.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho Fiscal da Bondalti Capital, S.A.</li> </ul>
<p><b>Cristina Costa Pinto</b> Membro do Conselho Fiscal</p>	<p>A Dra. Cristina Costa Pinto é consultora fiscal e trabalha na Pinheiro Pinto Consultoria, Lda. desde 2010. É também, desde a mesma data, Professora na Universidade Católica e na Business School da Universidade Católica do Porto.</p>	<p>A Dra. Cristina Costa Pinto licenciou-se em gestão pela Faculdade de Economia do Porto, em 2007, e em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica, em 2014.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• n.d.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro do Conselho Fiscal do Banco L.J. Carregosa, S.A.</li> <li>• Membro do Conselho Fiscal da Sogrape SGPS, S.A.</li> <li>• Membro do Conselho Fiscal da Super Bock Group SGPS, S.A.</li> <li>• Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil SGPS, S.A.</li> <li>• Professora na Universidade Católica Portuguesa</li> <li>• Consultora na Pinheiro Pinto Consultoria Lda.</li> </ul>

Conselho Fiscal do Haitong Bank S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
<p><b>Mário Bettencourt de Oliveira</b></p> <p>Membro do Conselho Fiscal</p>	<p>O Doutor Mário Oliveira é auditor e sócio na firma Ribeiro da Cunha da Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sendo revisor oficial de contas desde 2001.</p>	<p>O Doutor Mário Oliveira licenciou-se em Economia em 1996 pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Em 2014, obteve um Mestrado em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia pelo ISEG. O Dr. Mário Oliveira tem várias pós-graduações, nomeadamente em economia (2000, pelo ISCTE) e em direito comercial e direito dos valores mobiliários (2005, pela Universidade Católica e 2006 pela Universidade de Lisboa), tendo igualmente completado diversos cursos de formação profissional.</p> <p>Em 2019, concluiu um doutoramento em Sociologia Económica e Organizacional pelo ISEG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro do Conselho Fiscal da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro do Conselho Fiscal da Silvip - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.</li> <li>Membro Suplente do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Agroleite de Canha - Sociedade Agro-Pecuária, Lda.; Bigempire, S.A.; Coruche 1A Fotovoltaica, S.A.; Coruche 1B Fotovoltaica, S.A.; Coruche 1C Fotovoltaica, S.A.; DMC, Lda; Dunas Capital, S.A.; Duncap - Consultoria e Mediação Imobiliária, S.A.; EGEO Internacional, SGPS, S.A.; EGEO Oil Gestão e Investimentos SGPS, S.A.; EGEO, SGPS, S.A.; Esporão, S.A. / Finagra – Soc. Industrial e Agrícola, S.A.; G2ER - Energia Solar One, S.A.; Gesparte - Soc. de Gestão, Partic. e Auditoria, S.A.; Gotan, SGPS, S.A.; Grow Advisory, S.A.; Grow Energy Invest, S.A.; Grow Solar UPP, S.A.; Grow UPAC, S.A; Grow Solar PV Poland, S.A.; Grow Energy Management, Lda; Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.; IMOSPEL - Compra e Venda de Imóveis, S.A.; JHR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.; Lake Louise, Atividades Turísticas, S.A.; Machrent, S.A.; Masaveu investimentos, SGPS, S.A; Monte da Várzea - Sociedade Agrícola e Florestal, S.A.; MQP - SGPS, S.A.; MQP AMBIENTE, SGPS, S.A.; MURÇAS, S.A.; N.R.D.- Núcleo de Rádio-Diagnóstico, S.A.; Newcapital SGPS, S.A.; Novo Banco dos Açores, S.A.; Pinhal dos Corvos - Sociedade Agrícola e Florestal, S.A.; Quinta do Ameal - Sociedade Agrícola, S.A.; Rectius - Sociedade de Investimento Imobiliário, S.A.; Rendimento Seguro - Investimentos Imobiliários, S.A.; RISGIL - Gestão Imobiliária, S.A.; Soc. Administração de Bens Monte da Várzea do Moinho, S.A.; Sociedade Agrícola da Carregueira do Mato, S.A.; Stellamare, S.A.; Spimo - Soc. Prom. de Empreendimentos Imobiliários, S.A.; Montiqueijo - Queijos de Montemuro, Lda.; Palácio da Quinta Administração de Bens, S.A.</li> </ul>

Conselho Fiscal do Haitong Bank S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
<p><b>Paulo Ribeiro da Silva</b></p> <p>Membro Suplente do Conselho Fiscal</p>	<p>O Dr. Paulo Ribeiro da Silva é auditor e sócio na firma Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, sendo revisor oficial de contas desde 1994.</p>	<p>O Dr. Paulo Ribeiro da Silva obteve um bacharelato em contabilidade e gestão no ISCAL (Lisboa) em 1990.</p> <p>Em 1993 licenciou-se em Auditoria Financeira pelo ISCAL, detendo uma pós-graduação em Segurança e Auditoria informática e uma pós-graduação em Corporate Finance, pelo ISTEAC, obtidas em 2000, tendo ainda completado diversos cursos de formação profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro Suplente do Conselho Fiscal da Haitong Capital, SCR, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Membro do Conselho Fiscal da ACP – Mobilidade, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.;</li> <li>Revisor Oficial de Contas das seguintes empresas: <ul style="list-style-type: none"> <li>4 Travellers, Lda.;</li> <li>Azicapital - SGPS. S.A.;</li> <li>Azicoast - Empreendimentos Turísticos, Lda.;</li> <li>Azigepe - SGPS, S.A.;</li> <li>Azilis - Empreendimentos Hoteleiros, S.A.;</li> <li>Azimar - Investimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Azinor - Comércio Internacional e Representações, Lda.;</li> <li>Azinor - Middle East, SGPS, S.A.;</li> <li>Azinor - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;</li> <li>Azinor Consulting &amp; Services, S.A.;</li> <li>Azinor Distribuição SGPS, S.A.;</li> <li>Azinor Finance – SGPS, S.A.;</li> <li>Azinor Imobiliária, Lda.;</li> <li>Azinor Intercontinental, Lda. (ZFM);</li> <li>Azinor Turismo, SGPS, S.A.;</li> <li>Azioni – Mobiliário e Decoração, S.A.;</li> <li>Azipalace – Investimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Aziparque - Empreendimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Azitejo - Empreendimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Azitrust Comércio Internacional e Investimentos, Lda.;</li> <li>Bread &amp; Friends Company, Lda.;</li> <li>Câmara Municipal de Sintra;</li> <li>Carl &amp; Dittgen, S.A.;</li> <li>Chatoyant, Lda.;</li> <li>Copta - Companhia Portuguesa de Turismo do Algarve, S.A.;</li> <li>Deigest - SGPS, S.A.;</li> <li>Domus Tagus - Turismo e Lazer, Lda.;</li> <li>Du Tage - Animação Turística e Lazer, Lda.;</li> <li>Exfa - Sociedade de Iniciativas Turísticas, S.A.;</li> <li>Forus Premium Projects, S.A.;</li> <li>Gamalife – Companhia de Seguros de Vida, S.A.;</li> <li>Garotel - Sociedade de Iniciativas Turísticas, S.A.;</li> <li>Hotel Paris- Sociedade Hoteleira e Turística, S.A.;</li> <li>Intra Douro - Investimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Ivol Sociedade de Investimentos Hoteleiros, S.A.;</li> <li>Mascota Imobiliária, S.A.;</li> <li>Modus Turis Empreendimentos Turísticos, Lda.;</li> <li>Município de Alcobça;</li> <li>Nazgest – SGPS, S.A.;</li> <li>Património Crescente - Investimentos Turísticos, S.A.;</li> <li>Sana Hotels Portugal, S.A.;</li> <li>Sep Sancho - Equipamentos Pecuários e Construção, S.A.;</li> <li>Sérgio Martins - Com. Prod. p/ Agric. e Pecuária, Lda.;</li> <li>Serviços Municipalizados de Sintra;</li> <li>Sesimbrotel Sociedade de Iniciativas Turísticas, S.A.;</li> <li>SMA - Serviços Municipalizados de Alcobça;</li> <li>Sociedade de Banhos Miramar S. Julião da Barra, Lda.;</li> <li>Sociedade Hoteleira de Sete-Rios, S.A.;</li> <li>Trigo "In Situ" Torre Vasco da Gama, S.A.;</li> <li>Vanguarda - Mobiliário e Decoração, Lda.;</li> <li>Villageplace – Promoção Imobiliária, Lda.;</li> <li>Wellness Concepts, Lda.</li> </ul> </li> </ul>

# ANEXOS





## INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA E SOBRE DIVERSIDADE

O Haitong Bank integra os princípios ESG (ambientais, sociais e de governo) na sua atividade, estando empenhado no crescimento sustentável, não só em termos do apoio às atividades dos Clientes que promovem soluções sustentáveis, mas também no âmbito das suas próprias operações. O Haitong Bank advoga a diversidade e a inclusão, colaborando e apoiando as comunidades das várias regiões onde se encontra presente. Com o apoio do acionista, o Banco promove os melhores padrões de Governo da Sociedade, assente numa gestão robusta de riscos e controlos, a par de uma cultura de *checks and balances* e de independência entre os seus órgãos sociais.

Esta secção aborda o desenvolvimento, desempenho e impacto das atividades do Grupo Haitong Bank nas seguintes áreas: questões ambientais, sociais e laborais; igualdade entre mulheres e homens; não discriminação; respeito pelos direitos humanos; e prevenção da corrupção e suborno.

### *Ambiente*

Enquanto instituição de crédito e sociedade de intermediação financeira, com atividade essencialmente no setor da banca de investimento, o Haitong Bank tem uma exposição muito reduzida aos clientes de retalho. A sua infraestrutura é reduzida e o quadro de pessoal de pequena dimensão, pelo que a sua pegada ambiental é muito limitada.

Não obstante a sua reduzida pegada ambiental, o Haitong Bank assume o compromisso de atuar com base em práticas sustentáveis e amigas do ambiente. Em 2022, o Haitong Bank gerou 2,9 toneladas de papel reciclado, contribuindo assim para a redução da sua pegada ambiental.

A minimização da sua pegada ambiental é de extrema importância para o Banco, não só em termos de redução do seu impacto no ambiente, mas também com o objetivo de redução de custos. Para o efeito, o Banco tem como preocupação implementar continuamente novas medidas destinadas a reduzir o consumo de energia, água e consumíveis.

### *Responsabilidade Social*

O Haitong Bank desenvolve a sua atividade de acordo com os princípios e melhores práticas internacionais de Responsabilidade Social, respeitando e cumprindo os compromissos de gestão no sentido de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista Ambiental, Social e de Governo (ESG). O Banco assume o compromisso de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos no âmbito da sua relação com os clientes, fornecedores, parceiros e nas comunidades onde opera, procurando evitar ou mitigar os impactos adversos, diretos ou indiretos, da sua atividade.

O Banco está fortemente empenhado em cumprir a legislação social e ambiental, assim como em seguir as melhores práticas do setor bancário. De igual modo, o Banco apoia e encoraja todos os seus colaboradores a participar em atividades de solidariedade social. No entanto, não podem ser atribuídos donativos de natureza social caso exista a possibilidade de estes influenciarem uma decisão de negócio.

Em 2022, o Haitong Bank manteve o seu compromisso para com as suas responsabilidades sociais, ao continuar a apoiar e incentivar a plena participação e envolvimento ativo dos seus colaboradores e restantes *stakeholders* nesta área.

Em colaboração com a Junta de Freguesia da Estrela, o Haitong Bank em Lisboa doou medicamentos e equipamento médico no montante de 1.000 euros para serem enviados para a Ucrânia. Os colaboradores do Banco também contribuíram com alimentos, vestuário e eletrodomésticos para serem distribuídos à população ucraniana em Portugal. O Banco apoiou ainda a Comunidade Vida e Paz, através da recolha de roupas de Inverno para doar a pessoas em situação de Sem-Abrigo e participou no peditério anual da Liga Portuguesa Contra o Cancro, tendo recolhido fundos junto dos seus colaboradores, bem como realizado um donativo de 5.000 euros.

No Brasil, o Banco doou 5.600 reais ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis a fim de ajudar a cidade de Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro), afetada por deslizamentos de terras e inundações devido às chuvas torrenciais. O Banco utilizou ainda os seus créditos fiscais para apoiar vários projetos sociais ao abrigo da Lei de Incentivos Fiscais, ajudando famílias que vivem em condições vulneráveis nas zonas carenciadas periféricas de São Paulo.

Na Polónia, a Sucursal de Varsóvia financiou o prémio atribuído ao laureado da 6ª edição do "Concurso para a melhor tese de graduação no domínio da cooperação económica contemporânea entre a República da Polónia e a República Popular da China" organizado pelo Conselho Empresarial China-Polónia.

Em Macau, a Sucursal do Banco apoiou a iniciativa local de reciclagem - "Programa de Reciclagem de Equipamento Eletrónico e Elétrico" - através do envio de antigos *toners* de impressoras, baterias avariadas de computadores portáteis e pilhas para reciclagem ao abrigo de um programa local. Além disso, a convite da Associação de Bancos de Macau, a Sucursal de Macau participou ainda em duas atividades coorganizadas pela Direção dos Serviços de Proteção Ambiental de Macau: o evento "Hora Mundial da Terra 2022" e a iniciativa "Traje Informal de Verão, Poupança de Energia".

### *Questões relacionadas com os Colaboradores*

Consultar a secção "Pessoas" do Relatório de Gestão.

### *Ambiente no local de trabalho*

O Banco promove o respeito mútuo e a igualdade de tratamento e de oportunidades entre todos os Colaboradores, valorizando a diversidade no seio da organização. O Banco implementa políticas, regulamentos e procedimentos internos que visam a prevenção e o combate ao assédio no local de trabalho. De acordo com as políticas, regulamentos e procedimentos do Banco, os respetivos Colaboradores não devem praticar qualquer tipo de discriminação com base em critérios como etnia, identidade de género, orientação sexual, religião, credo, cultura, nacionalidade, deficiência, orientação política ou ideológica, educação, estado civil ou outros, devendo aceitar e respeitar o direito à diferença. Os Colaboradores devem atuar de acordo com os mais elevados padrões éticos e abster-se de qualquer comportamento que possa ser considerado ofensivo para os outros. Os Colaboradores devem rejeitar qualquer comportamento abusivo cujo objetivo ou efeito seja perturbar ou embaraçar uma pessoa, afetar a sua dignidade ou criar um ambiente intimidante, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Os Colaboradores devem rejeitar qualquer comportamento sexual indesejado, seja verbal, não verbal ou físico, com o propósito ou efeito referido no parágrafo anterior. Todos os Colaboradores são encorajados a comunicar quaisquer irregularidades de que possam tomar conhecimento ou ter suspeitas bem fundamentadas. A receção e o tratamento de qualquer comunicação de irregularidades deverão ser feita de acordo com as políticas, regulamentos e procedimentos internos do Banco e deverão ser sempre independentes e anónimas.

### *Igualdade e Diversidade*

O Banco defende a diversidade na composição dos seus órgãos sociais em termos de competências, origens geográficas e idade. Em particular, o Banco aposta na diversidade de género com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e um comportamento socialmente responsável. A diversidade em geral promove a eficiência e um clima de desafio e debate construtivo no seio da gestão de topo.

Na sua “Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais” [p06\\_politica-de-selecao-dos-orgaos-sociais.pdf \(haitongib.net\)](#), o Haitong Bank comprometeu-se a assegurar que, até ao final de 2022, o sexo feminino teria um peso de 30% nos seguintes órgãos e cargos:

- ⊕ Conselho de Administração
- ⊕ Conselho Fiscal
- ⊕ Titulares de funções essenciais.

No final de 2022, cerca de 31% dos lugares nos órgãos sociais do Banco e de titulares de funções essenciais eram ocupados por mulheres, tendo o Haitong Bank atingido o objetivo estabelecido na política anteriormente mencionada. Na mesma data, as mulheres representavam 38% do total de efetivos (para mais detalhe, consultar a secção “Pessoas” do Relatório de Gestão), existindo também um número considerável de efetivos do sexo feminino nos lugares de topo do Banco.

### *Prevenção da Corrupção e Suborno*

O Banco aprovou uma Política de Prevenção da Corrupção que visa introduzir no seu normativo interno orientações específicas relativas à prevenção da corrupção e suborno. Esta política foi elaborada tendo por base as normas nacionais e internacionais em vigor incluindo a legislação portuguesa relativa à prevenção da corrupção e suborno, a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a Luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais, a Convenção relativa à Luta Contra a Corrupção em que Estejam Implicados Funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-membros da União Europeia, a Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Dada a presença e/ou atuação do Banco em diferentes áreas geográficas, este documento reflete ainda um conjunto de normas e princípios anticorrupção vigentes nestas diferentes jurisdições, sem prejuízo da obrigação de cada colaborador de estar informado sobre as normas anticorrupção aplicáveis em cada caso, bem como de tomar as medidas necessárias para o cumprimento das mesmas. Neste contexto, merecem especial destaque as leis anticorrupção dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, nomeadamente o U.S. Foreign Corrupt Practices Act e o UK Bribery Act.

### *Avaliação Global*

O Haitong Bank reconhece que um compromisso sério com questões ambientais, sociais e de Governo Societário (“ESG”) é essencial para o seu sucesso e, como tal, reflete essas preocupações na sua estratégia de negócio. Em 2022, o Haitong Bank abraçou diversas iniciativas para atingir estes objetivos, em linha com a sua reduzida dimensão, exposição e limitada pegada ecológica, e vai continuar a integrar este compromisso para com um crescimento sustentável nos seus processos, políticas e procedimentos internos.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o Haitong Bank apresentou, em 31 de dezembro de 2022, um Resultado Líquido Consolidado positivo de 11.107.177,48 euros (onze milhões, cento e sete mil, cento e setenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos) e um Resultado Líquido Individual positivo de 19.215.071,97 euros (dezanove milhões, duzentos e quinze mil, setenta e um euros e noventa e sete cêntimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a proposta de transferência do Resultado Líquido Individual positivo para:

- ⊕ Outras Reservas e Resultados Transitados: 19.215.071,97 euros (dezanove milhões, duzentos e quinze mil, setenta e um euros e noventa e sete cêntimos);
- ⊕ Total: 19.215.071,97 euros (dezanove milhões, duzentos e quinze mil, setenta e um euros e noventa e sete cêntimos).

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2022, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 1 de março de 2023

---

Lin Yong  
*Presidente do Conselho de Administração*

---

Wu Min  
*Presidente da Comissão Executiva*

---

Alan do Amaral Fernandes  
*Membro da Comissão Executiva*

---

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar  
*Membro da Comissão Executiva*

---

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho  
*Membro da Comissão Executiva*

---

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins  
*Membro da Comissão Executiva*

---

António Domingues  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

---

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

---

Pan Guangtao  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

---

Paulo José Lameiras Martins  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

---

Vincent Marie L. Camerlynck  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

---

Zhang Xinjun  
*Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração*

**Conselho Fiscal do Haitong Bank, S.A.****Resumo do Relatório de Avaliação**

Nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020, emitido pelo Banco de Portugal (“**Aviso**”), o Conselho Fiscal deve elaborar um resumo do relatório de avaliação (“**Relatório**”), que é divulgado em anexo aos documentos anuais de prestação de contas da instituição. No Relatório, conforme previsto pelo Aviso, foi avaliada a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Haitong Bank, S.A., entre 1 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022 (“**Período de Referência**”). A referida avaliação foi efetuada ao nível individual do Haitong Bank, S.A. e ao nível do grupo Haitong Bank, S.A., abrangendo também a filial Haitong Banco de Investimento do Brasil e as Sucursais do Haitong Bank, S.A. na Polónia, Espanha, Reino Unido e Macau.

O Conselho Fiscal, na avaliação que efetuou e que ficou descrita no seu Relatório, adotou a seguinte metodologia e realizou as seguintes tarefas:

- a) Participações regulares do Conselho Fiscal em reuniões dos órgãos sociais e comités internos do Haitong Bank, S.A., tais como Conselho de Administração, Comité de Auditoria Interna, Comité de Risco e Comité de Governo Societário. No total, o Conselho Fiscal realizou 40 (quarenta) reuniões durante o Período de Referência. Das referidas reuniões, 4 realizaram-se com o responsável da função de Auditoria Interna, 4 com o responsável da função de Conformidade, 3 com o responsável da função de Controlo de Risco, 4 com o responsável pelo departamento financeiro e 6 com representantes do auditor Deloitte. Por outro lado, o Conselho Fiscal participou ainda em 4 reuniões do Comité de Auditoria Interna, 4 reuniões do Comité de Governo Societário, 7 reuniões do Comité de Risco, 1 reunião Comité de Remunerações e 2 reuniões do Conselho de Administração do Banco. Assim, a maioria das reuniões do Conselho Fiscal durante o Período de Referência foram realizadas com representantes do Banco e Comités, que estão diretamente envolvidos na promoção de uma cultura organizacional e na implementação de sistemas de controlo interno e de governo, o que demonstra um envolvimento significativo do Conselho Fiscal nas matérias tratadas pelo Aviso;
- b) Realização de sessões de formação relativamente à implementação do Aviso;
- c) Consulta do manual de procedimentos de controlo interno do Haitong Bank, S.A., na medida do necessário para realizar a avaliação nos termos do Aviso;
- d) Reuniões com os responsáveis dos departamentos das Funções de Conformidade, Auditoria Interna e Controlo de Risco, bem como com os representantes do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.;

- e) Análise dos relatórios emitidos pelas funções de controlo interno, respeitantes ao Haitong Bank, S.A. e ao Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. e discussão das conclusões com os respetivos responsáveis;
- f) Identificação e monitorização do estado das deficiências e respetivas medidas corretivas, que tenham sido identificadas nos relatórios de controlo anteriores;
- g) Análise da avaliação do auditor externo ao sistema de controlo interno e discussão das respetivas conclusões com os representantes do auditor externo;
- h) Análise e discussão da avaliação do auditor externo, a pedido do Conselho Fiscal, aos processos de preparação dos reportes prudenciais e financeiros, aos processos de preparação da informação divulgada ao público e ao cumprimento adequado dos deveres de divulgação de informação ao público.

Relativamente ao sistema de controlo interno do Banco, o Conselho Fiscal considerou os aspetos relacionados com cada função de controlo, tais como as responsabilidades, organigrama, recursos, independência e outras matérias que tenham sido suscitadas interna e externamente.

O Conselho Fiscal sublinha, relativamente à cultura organizacional do Banco, o trabalho desenvolvido pelas funções de controlo interno, no sentido de promover uma cultura organizacional sólida, transparente, acessível à generalidade dos colaboradores do Banco, adequada à dimensão da estrutura do Banco e eficaz por forma a aumentar o robustecimento e eficácia dos controlos na mitigação dos riscos, bem como, na identificação de potenciais oportunidades de melhoria.

Durante o Período de Referência, o Conselho Fiscal salienta a proatividade na ação para a avaliação dos riscos, no planeamento das atividades para melhor encontrar as medidas corretivas para as situações identificadas como deficiências ou oportunidades de melhoria e, por isso, constituem um traço comum nas ações desenvolvidas pelas funções de controlo interno.

O Conselho Fiscal emitiu o seu Relatório, com data de 28 de dezembro de 2022, referente ao Período de Referência, tendo emitido uma opinião clara, detalhada e fundamentada, sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Banco, nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de Julho, do Banco de Portugal.

No seu Relatório, o Conselho Fiscal concluiu de forma satisfatória a sua avaliação quanto à adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e governo e da cultura organizacional do Banco, sendo que as situações detetadas, pese embora careçam naturalmente de um acompanhamento regular por partes das funções de controlo interno, não colocam em causa, de um modo geral, a adequação da eficácia dos sistemas de governo societário e de controlo interno e a cultura organizacional do Banco.

102 8

Nos relatórios de avaliação do Banco, o Conselho de Administração concluiu que as funções de controlo interno têm os recursos, autoridade e competências necessárias para exercerem as suas funções de forma independente e eficaz. Relativamente aos responsáveis das funções de controlo, o Conselho de Administração notou que os mesmos integram diversos comités internos, tais como o Comité de Risco, Comité de Auditoria e o Comité de Governo Societário, o que permite um diálogo regular com os administradores não executivos do Banco.

Relativamente às Políticas de Remuneração, o Conselho de Administração concluiu pela existência de uma consistência das referidas políticas no grupo Haitong Bank, S.A..

No que se refere à cultura organizacional do Banco, o Conselho de Administração realçou o apoio prestado às atividades internas, no sentido de promover uma cultura organizacional e cumpridora dos requisitos regulatórios aplicáveis. Em particular, o Conselho de Administração destacou o Código de Conduta aprovado pelo Banco, assim como a existência de normativos internos que promovem uma cultura de profissionalismo, transparência e integridade.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2023

O CONSELHO FISCAL

*Maria do Rosário Ventura*

Maria do Rosário Ventura - Presidente

Assinado por: **Mário Paulo Bettencourt de Oliveira**

Num. de Identificação: 08575205

Data: 2023.02.17 15:58:30+00'00'



Mário Bettencourt de Oliveira - Vogal

*Cristina Maria Costa Pinto*

Cristina Maria Costa Pinto - Vogal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS)

### Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

**Haitong Bank, S.A.**

**Exercício de 2022**

Ao Acionista do Haitong Bank, S.A.,

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank (doravante, Haitong).

Os membros do Conselho Fiscal nomeados para o triénio 2020-2022 iniciaram as funções em 17 de julho de 2020, após comunicação do Banco de Portugal de que se encontravam cumpridas as formalidades legais estabelecidas no n.º 3 do artigo 30º - B do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

O Conselho Fiscal do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da atividade do Haitong, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como a cultura organizacional do Banco;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) participou nas reuniões das Comissões de Auditoria Interna, Risco e Governo Societário;
- (iv) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (v) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte, com a extensão considerada necessária;

102

1/9

10

- (vi) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Haitong; e
- (vii) teve reuniões, sempre que necessário, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento do Relatório Adicional emitido pelo Revisor Oficial de Contas dirigido a este Conselho Fiscal sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022, documentos com os quais concorda. Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender dos membros do Conselho Fiscal cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspetos que circunscreveram a atividade do Haitong no exercício de 2022, tanto em termos individuais, como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal destaca ainda os seguintes aspetos:

- As divulgações feitas pelo Banco, na Nota 31 do Anexo das demonstrações financeiras consolidadas, dos impactos decorrentes da política fiscal e das interações com a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- O Conselho Fiscal emitiu o seu Relatório, sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Haitong, nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, com data de 28 de dezembro de 2022, referente ao período de 01 de dezembro de 2021 a 30 de novembro de 2022, tendo emitido uma opinião clara, detalhada e fundamentada. Um resumo desse relatório encontra-se em anexo ao Relatório e Contas do Haitong relativas ao exercício de 2022;
- De entre os eventos societários ocorridos no ano de 2022 e descritos no Relatório de Gestão, o Conselho Fiscal, destaca, em janeiro de 2022, o início formal do processo de liquidação da Haitong Ancillary Services e a subscrição integral feita pelo Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. do aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 milhões de reais, tendo em março de 2022 subscrito integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 milhões de reais.;

H2

8

- Em junho de 2022, foi concluído o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.;
- Em julho de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2.630.305,00 euros, passando a 847.399.305,00 euros. Em dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 15.879.420,00 euros, para um total de 863.278.725,00 euros. Estes aumentos de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos, respetivamente, aos anos fiscais de 2015 e 2016, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REPID).
- A descrição das matérias relevantes de auditoria e outras matérias em termos individuais e consolidadas que se encontram relatadas na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:


- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido, em base estatutária, relativo ao exercício de 2022, no montante de 19.215.071,97 euros.

Lisboa, 10 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura  
(Presidente)

3/9

 r: **Mário Paulo Bettencourt**  
ntificação: 08575205  
Data: 2023.03.10 21:36:58+00'00'

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Cristina Maria da Costa Pinto

4/2

## Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada


A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 29.º-G do CVM, com referência a 31 de dezembro de 2022, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua atividade.

Lisboa, 10 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL



Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura  
(Presidente)

Assinado por: **Mário Paulo Bettencourt de Oliveira**  
Num. de Identificação: 08575205  
Data: 2023.03.10 21:38:55+00'00'

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Cristina Maria da Costa Pinto

## Relatório anual das atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2022

De acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea h) do n.º 1 B do ponto 5. do Regulamento do Conselho Fiscal do Haitong, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório sobre a ação de fiscalização desenvolvida no exercício de 2022.

### 1. Introdução

As principais competências do Conselho Fiscal, de acordo com o regulamento são:

- i. Acompanhamento da atividade do Haitong, vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos e fiscalizar a administração da sociedade;
- ii. Fiscalizar o cumprimento das políticas contabilísticas, bem como o processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão dos documentos de prestação de contas do Haitong;
- iii. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de governo e de controlo interno e da gestão de riscos, bem como da cultura organizacional;
- iv. Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; e
- v. Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente no que se refere à prestação de serviços adicionais.

### 2. Atividade exercida pelo Conselho Fiscal no exercício de 2022

- i. Acompanhamento da atividade do Haitong, vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos e fiscalização da administração do Haitong

Durante o ano de 2022, o Conselho Fiscal realizou 51 reuniões estando presentes todos os seus membros. Das referidas reuniões, 4 realizaram-se com o responsável da função de Auditoria Interna, 4 com o responsável da função de Conformidade, 3 com o responsável da função de Controlo de Risco, 4 com o responsável pelo departamento financeiro e 6 com representantes do auditor Deloitte, O Conselho Fiscal participou ainda em 4 reuniões do

H2

6/9

P

Comité de Auditoria Interna, 4 reuniões do Comité de Governo Societário, 8 reuniões do Comité de Risco, 1 reunião Comité de Remunerações e 2 reuniões do Conselho de Administração do Banco.

O Conselho Fiscal teve acesso a toda a informação solicitada e obteve de todas as pessoas os documentos e esclarecimentos que lhe foram solicitados.

- ii. Fiscalizar o cumprimento das políticas contabilísticas e o processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas contabilísticas e a fiabilidade da informação financeira foi feita pelo Conselho Fiscal através da informação financeira entregue pela Direção Financeira e o pelo Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, S.A.). Foram várias as reuniões tidas com os responsáveis, nas quais foram analisados os relatórios e a apreciação dos procedimentos e das conclusões da auditoria.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas relativos ao exercício de 2022, tendo emitido, sobre os mesmos, um parecer favorável.

- iii. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de controlo interno, da gestão de riscos

O Conselho Fiscal acompanhou e avaliou a adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos, de auditoria interna e de conformidade, nos termos das suas competências, através de reuniões e da informação reportada pelos responsáveis por aquelas funções no Haitong e da apreciação do trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas do Banco (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), no âmbito da avaliação dos Sistemas de Governo e de Controlo Interno, bem como da cultura organizacional, tendo emitido o seu parecer sobre a adequação do sistema de controlo interno no dia 28 de dezembro, elaborado nos termos do artigo 56.º do Aviso 3/2020, de 15 de Julho (Banco de Portugal).

- iv. Acompanhamento da atividade da Função de Auditoria Interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade da Função de Auditoria Interna durante o exercício de 2021, que reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria Interna e ao Conselho

HWZ

7/9

8

Fiscal e hierarquicamente ao Administrador Executivo responsável pela Função. O Conselho Fiscal aprovou o orçamento e o plano de atividades e acompanhou com regularidade a execução do plano de atividades da Função de Auditoria Interna, tendo para tal recebido a informação considerada necessária para o cumprimento das suas competências.

v. Acompanhamento da atividade do Revisor Oficial de Contas do Haitong

O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade no ano de 2022, a atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas, através da apreciação crítica dos documentos elaborados no âmbito do desempenho das suas funções. O Revisor Oficial de Contas confirmou ao Conselho Fiscal que não detetou qualquer irregularidade relacionada com o desempenho dos seus deveres e que não teve qualquer obstáculo na prossecução daqueles deveres.

Durante o exercício de 2022 o Conselho Fiscal apreciou a prestação de serviços não relacionados com os serviços de auditoria, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Revisor Oficial de Contas.

vi. Acompanhamento dos negócios do Haitong com partes relacionadas

O Conselho Fiscal acompanhou a execução da política de transações com partes relacionadas no exercício de 2022. A maioria das transações com partes relacionadas concluídas, no exercício de 2022, referem-se a serviços de assessoria financeira e outras transações que não envolvem risco de crédito ou de mercado para o Haitong.

vii. Comunicação de irregularidades


Compete ao Conselho Fiscal, nos termos da alínea j) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais receber as comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores, clientes, acionistas e quaisquer outras entidades. Em Março de 2022 foi atualizada a política de comunicações e irregularidades (*Whistleblowing*). Durante o exercício de 2022, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de quaisquer comunicações de irregularidades.

Por fim, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Haitong pela colaboração prestada para o exercício das suas funções.



Lisboa, 10 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL



Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura  
(Presidente)

Assinado por: **Mário Paulo Bettencourt de  
Oliveira**  
Num. de Identificação: 08575205  
Data: 2023.03.10 20:19:13+00'00'

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Cristina Maria da Costa Pinto

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (CONTAS CONSOLIDADAS)

**Deloitte.**

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
 Registo na OROC n.º 43  
 Registo na CMVM n.º 20161389  
 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7  
 1070-100 Lisboa  
 Portugal

Tel: +(351) 210 427 500  
 www.deloitte.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Haitong Bank, S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.416.120 m.euros e um total de capital próprio de 628.036 m.euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco de 11.107 m.euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (IFRS).

## Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2023. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade de ativos financeiros (Notas 2.4.1, 3.1, 20, 22 e 30)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo tem registadas perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros registados ao custo amortizado (crédito a clientes e títulos) e ao justo valor através de outro rendimento integral no montante de 18.413 m.euros (“perdas por imparidade para risco de crédito”), referentes a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) crédito concedido a clientes (13.790 m.euros);</li> <li>(ii) garantias e compromissos assumidos (1.672 m.euros);</li> <li>(iii) títulos registados ao custo amortizado (1.662 m.euros);</li> <li>(iv) títulos registados ao justo valor através de outro rendimento integral (1.289 m.euros).</li> </ul> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do órgão de gestão das perdas esperadas na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração as disposições da Norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”).</p> <p>De acordo com a IFRS 9, o Grupo classifica os seus ativos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral em Estágios, em função da existência (ou não) de incremento significativo no seu risco de crédito face ao reconhecimento inicial, ou de indícios de imparidade. Esta classificação determina, entre outros aspetos, o tipo de análise (individual ou coletiva) a realizar e os parâmetros utilizados pelo Grupo na determinação da imparidade coletiva.</p> <p>Face às características da carteira de crédito e títulos classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral do Grupo, uma parte muito significativa dos ativos é sujeita a análise individual, para aferição da adequada classificação em Estágios e para determinação da imparidade individual, se aplicável.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Grupo ao nível do processo de classificação e quantificação de perdas por imparidade para risco de crédito.</p> <p>Revimos a documentação do Grupo relativa à metodologia de determinação das perdas por imparidade através de análise individual e coletiva, e analisámos a sua razoabilidade face aos requisitos da IFRS 9.</p> <p>Selecionámos uma amostra de ativos financeiros registados ao custo amortizado (crédito a clientes e títulos) e ao justo valor através de outro rendimento integral e de garantias e outros compromissos assumidos. Para a amostra selecionada analisámos, conforme aplicável:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a classificação em Estágios, tendo em consideração os critérios definidos pelo Grupo;</li> <li>• a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras para créditos com indícios de imparidade, com base na revisão dos julgamentos do Grupo sobre a situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e sobre a gestão futura desses créditos pelo Grupo.</li> </ul> <p>Para a amostra selecionada de ativos financeiros objeto de análise coletiva de imparidade, analisámos a razoabilidade do apuramento das perdas por imparidade de acordo com a metodologia e pressupostos definidos pelo Grupo.</p> <p>Revimos as divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade de ativos financeiros (Notas 2.4.1, 3.1, 20, 22 e 30)</i>	
<p>A classificação de ativos financeiros em Estágios e a determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de aumentos significativos de risco de crédito ou de indícios de imparidade, e na estimativa do valor atual do montante que o Grupo espera recuperar do ativo financeiro, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos ativos.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo que tem em consideração diversas variáveis, incluindo as características das operações do Grupo, a classificação das exposições creditícias em Estágios, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial, e parâmetros de risco, como a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação (loss given default).</p> <p>Face ao exposto, dada a necessidade de utilização de julgamentos pelo órgão de gestão, e atendendo também à materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras, a imparidade para ativos financeiros classificados ao custo amortizado (crédito a clientes) e ao justo valor através de outro rendimento integral e as provisões para garantias e outros compromissos assumidos foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>
<i>Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.13, 3.2 e 31)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo tem registados ativos por impostos diferidos no montante de 109.890 m.euros, dos quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 65.262 m.euros originados pela atividade individual do Banco, essencialmente relacionados com: <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) diferenças temporárias (33.702 m.euros);</li> <li>(ii) prejuízos fiscais reportáveis (31.560 m.euros), originados essencialmente em 2015 e 2016, os quais poderão ser utilizados até 2029 e 2030, respetivamente, não podendo a utilização exceder 65% do lucro tributável em cada ano.</li> </ul> </li> <li>• 44.628 m.euros originados pela atividade da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil, dos quais 24.874 m.euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis.</li> </ul> <p>Nos termos do IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros na data estimada para a sua reversão.</p> <p>O Grupo preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis futuros para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Esta estimativa é por natureza julgamental e depende dos pressupostos assumidos pelo órgão de gestão para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e da sua interpretação da legislação fiscal, incluindo no que respeita aos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à aceitação para efeitos fiscais de determinados custos.</p> <p>Nesta medida, a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está dependente da capacidade do Grupo gerar os resultados estimados nas projeções, e da concretização da sua interpretação da legislação fiscal.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Grupo no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.</p> <p>Revimos a metodologia e os principais pressupostos considerados pelo Grupo para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e dos resultados tributáveis no período abrangido pela sua análise de recuperabilidade.</p> <p>Revimos a interpretação da legislação fiscal relevante considerada pelo Grupo na estimativa de lucros tributáveis futuros, incluindo no que respeita aos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à aceitação para efeitos fiscais de determinados custos.</p> <p>Revimos os cálculos efetuados pelo Grupo para demonstrar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, tendo em consideração o entendimento dos pressupostos e a revisão da interpretação da legislação fiscal acima descritos.</p> <p>Revimos as divulgações relacionadas com esta matéria incluídas nas demonstrações financeiras, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.13, 3.2 e 31)</i>	
<p>Eventuais desvios face à estimativa de resultados futuros ou alterações nos pressupostos utilizados para a sua determinação, bem como alterações na legislação fiscal ou na respetiva interpretação podem ter impactos relevantes nos ativos por impostos diferidos.</p> <p>Atendendo à materialidade dos ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas e à necessidade de utilização de julgamentos pelo órgão de gestão na preparação das estimativas para determinar a sua recuperabilidade, esta área foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	



### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

#### *Fundo de Resolução (Nota 35)*

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 35, na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), em 31 de dezembro de 2022 o Fundo de Resolução detinha uma participação no capital social do Novo Banco, S.A. de 23,44% e a totalidade do capital social da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que o Banco não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda em 2017 da participação de 75% no Novo Banco, S.A. à Lone Star.

Em outubro de 2017 foi celebrado um acordo-quadro entre o Estado Português e o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para a satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco acima mencionada. Este acordo-quadro refere igualmente que visa assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o setor bancário.

Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que possa vir assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações. De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2021 eram negativos.

O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pelo Banco numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.

### Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Analisámos os comunicados públicos sobre esta matéria divulgados pelo Fundo de Resolução até à data do nosso relatório.

Analisámos as comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Gabinete do Ministro das Finanças de 28 de setembro de 2016 e a comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos do Estado e do sindicato bancário ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro.

Analisámos o anúncio público e o conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração, pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star.

Analisámos o acordo-quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Lemos o último Relatório e Contas do Fundo de Resolução que se refere ao exercício de 2021.

Revimos o enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução.

Revimos as divulgações sobre esta matéria incluídas no anexo às demonstrações financeiras.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 35)</i>	
<p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refletem a expectativa do órgão de gestão do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>as condições definidas no âmbito da renegociação anunciada em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das referidas medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e</li> <li>os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.</li> </ul> <p>Tendo em consideração as responsabilidades do Fundo de Resolução e os julgamentos do órgão de gestão conforme acima descrito, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	



**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia (IFRS);

elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário e a demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;

adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluímos se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade é apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)**

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (“Regulamento ESEF”).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e

- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas em formato XBRL, utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Banco para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

**Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do referido artigo.

**Sobre a demonstração não financeira**

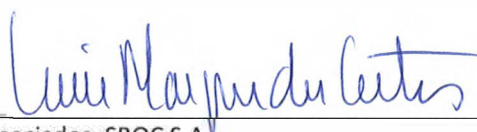
Informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016. Fomos nomeados pela última vez na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de julho de 2020 para um mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Luís Eduardo Marques dos Santos, ROC  
Registo na OROC n.º 1684  
Registo na CMVM n.º 20161294

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (CONTAS INDIVIDUAIS)



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Registo na OROC n.º 43  
Registo na CMVM n.º 20161389  
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7  
1070-100 Lisboa  
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500  
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Haitong Bank, S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.434.626 m.euros e um total de capital próprio de 622.471 m.euros, incluindo um resultado líquido de 19.215 m.euros), as demonstrações individuais dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras individuais que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras individuais do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade de ativos financeiros (Notas 2.3.1, 3.1, 20, 22 e 30)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2022 o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros registados ao custo amortizado (crédito a clientes e títulos) e ao justo valor através de outro rendimento integral no montante de 82.647 m.euros (“perdas por imparidade para risco de crédito”), referentes a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) crédito concedido a clientes (78.430 m.euros);</li> <li>(ii) garantias e compromissos assumidos (2.190 m.euros);</li> <li>(iii) títulos registados ao custo amortizado (1.323 m.euros);</li> <li>(iv) títulos registados ao justo valor através de outro rendimento integral (704 m.euros).</li> </ul> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do órgão de gestão das perdas esperadas na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração as disposições da Norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (“IFRS 9”).</p> <p>De acordo com a IFRS 9, o Banco classifica os seus ativos financeiros registados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral em Estágios, em função da existência (ou não) de incremento significativo no seu risco de crédito face ao reconhecimento inicial, ou de indícios de imparidade. Esta classificação determina, entre outros aspetos, o tipo de análise (individual ou coletiva) a realizar e os parâmetros utilizados pelo Banco na determinação da imparidade coletiva.</p> <p>Face às características da carteira de crédito e títulos classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral do Banco, uma parte muito significativa dos ativos é sujeita a análise individual, para aferição da adequada classificação em Estágios e para determinação da imparidade individual, se aplicável.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Banco ao nível do processo de classificação e quantificação de perdas por imparidade para risco de crédito.</p> <p>Revimos a documentação do Banco relativa à metodologia de determinação das perdas por imparidade através de análise individual e coletiva, e analisámos a sua razoabilidade face aos requisitos da IFRS 9.</p> <p>Selecionámos uma amostra de ativos financeiros registados ao custo amortizado (crédito a clientes e títulos) e ao justo valor através de outro rendimento integral e de garantias e outros compromissos assumidos. Para a amostra selecionada analisámos, conforme aplicável:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a classificação em Estágios, tendo em consideração os critérios definidos pelo Banco;</li> <li>• a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras para créditos com indícios de imparidade, com base na revisão dos julgamentos do Banco sobre a situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e sobre a gestão futura desses créditos pelo Banco.</li> </ul> <p>Para a amostra selecionada de ativos financeiros objeto de análise coletiva de imparidade, analisámos a razoabilidade do apuramento das perdas por imparidade de acordo com a metodologia e pressupostos definidos pelo Banco.</p> <p>Revimos as divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>



**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados**
**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**
*Imparidade de ativos financeiros (Notas 2.3.1, 3.1, 20, 22 e 30)*

A classificação de ativos financeiros em Estágios e a determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de aumentos significativos de risco de crédito ou de indícios de imparidade, e na estimativa do valor atual do montante que o Banco espera recuperar do ativo financeiro, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos ativos.

As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo que tem em consideração diversas variáveis, incluindo as características das operações do Banco, a classificação das exposições creditícias em Estágios, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial, e parâmetros de risco, como a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação (loss given default).

Face ao exposto, dada a necessidade de utilização de julgamentos pelo órgão de gestão, e atendendo também à materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras, a imparidade para ativos financeiros classificados ao custo amortizado (crédito a clientes e títulos) e ao justo valor através de outro rendimento integral e as provisões para garantias e outros compromissos assumidos foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria.





Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Notas 2.12, 3.2 e 31)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2022 o Banco tem registados ativos por impostos diferidos no montante de 65.262 m.euros, essencialmente relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) diferenças temporárias (33.702 m.euros);</li> <li>(ii) prejuízos fiscais reportáveis (31.560 m.euros), originados essencialmente em 2015 e 2016, os quais poderão ser utilizados até 2029 e 2030, respetivamente, não podendo a utilização exceder 65% do lucro tributável em cada ano.</li> </ul> <p>Nos termos do IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros na data estimada para a sua reversão.</p> <p>O Banco preparou uma estimativa dos seus lucros tributáveis futuros para avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Esta estimativa é por natureza julgamental e depende dos pressupostos assumidos pelo órgão de gestão para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e da sua interpretação da legislação fiscal, incluindo no que respeita aos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à aceitação para efeitos fiscais de determinados custos.</p> <p>Nesta medida, a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está dependente da capacidade do Banco gerar os resultados estimados nas projeções, e da concretização da sua interpretação da legislação fiscal.</p> <p>Eventuais desvios face à estimativa de resultados futuros ou alterações nos pressupostos utilizados para a sua determinação, bem como alterações na legislação fiscal ou na respetiva interpretação podem ter impactos relevantes nos ativos por impostos diferidos registados pelo Banco.</p> <p>Atendendo à materialidade dos ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras individuais e à necessidade de utilização de julgamentos pelo órgão de gestão na preparação das estimativas para determinar a sua recuperabilidade, esta área foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Banco no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.</p> <p>Revimos a metodologia e os principais pressupostos considerados pelo Banco para estimar a evolução dos resultados antes de impostos e dos resultados tributáveis no período abrangido pela sua análise de recuperabilidade.</p> <p>Revimos a interpretação da legislação fiscal relevante considerada pelo Banco na estimativa de lucros tributáveis futuros, incluindo no que respeita aos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à aceitação para efeitos fiscais de determinados custos.</p> <p>Revimos os cálculos efetuados pelo Banco para demonstrar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, tendo em consideração o entendimento dos pressupostos e a revisão da interpretação da legislação fiscal acima descritos.</p> <p>Revimos as divulgações relacionadas com esta matéria incluídas nas demonstrações financeiras, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>





### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

### Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

#### *Fundo de Resolução (Nota 35)*

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 35, na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), em 31 de dezembro de 2022 o Fundo de Resolução detinha uma participação no capital social do Novo Banco, S.A. de 23,44% e a totalidade do capital social da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que o Banco não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda em 2017 da participação de 75% no Novo Banco, S.A. à Lone Star.

Em outubro de 2017 foi celebrado um acordo-quadro entre o Estado Português e o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para a satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco acima mencionada. Este acordo-quadro refere igualmente que visa assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o setor bancário.

Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que possa vir assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações. De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2021 eram negativos.

O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pelo Banco numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.

Analisámos os comunicados públicos sobre esta matéria divulgados pelo Fundo de Resolução até à data do nosso relatório.

Analisámos as comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Gabinete do Ministro das Finanças de 28 de setembro de 2016 e a comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos do Estado e do sindicato bancário ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro.

Analisámos o anúncio público e o conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração, pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star.

Analisámos o acordo-quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Lemos o último Relatório e Contas do Fundo de Resolução que se refere ao exercício de 2021.

Revimos o enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução.

Revimos as divulgações sobre esta matéria incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 35)</i>	
<p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refletem a expectativa do órgão de gestão do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>as condições definidas no âmbito da renegociação anunciada em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das referidas medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e</li> <li>os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.</li> </ul> <p>Tendo em consideração as responsabilidades do Fundo de Resolução e os julgamentos do órgão de gestão conforme acima descrito, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	

### Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade do Banco a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 2.18 do Anexo, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral nem da aplicação do método da equivalência patrimonial, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.



**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras individuais**

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia (IFRS);

elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade é apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras individuais, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras individuais do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar ameaças ou quais salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras individuais, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank, S.A. referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras individuais auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Banco, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do referido artigo.

### Sobre a demonstração não financeira

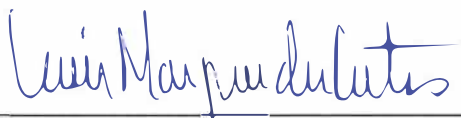
Informamos que o Banco incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º G do Código das Sociedades Comerciais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 16 de novembro de 2016 para término do mandato em curso, que terminou no final de 2016. Fomos nomeados pela última vez na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de julho de 2020 para um mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras individuais devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras individuais devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Eduardo Marques dos Santos, ROC

Registo na OROC n.º 1684

Registo na CMVM n.º 20161294





+351 21 319 69 00



[www.haitongib.com](http://www.haitongib.com)



[info.haitongbank@haitongib.com](mailto:info.haitongbank@haitongib.com)



LinkedIn Haitong